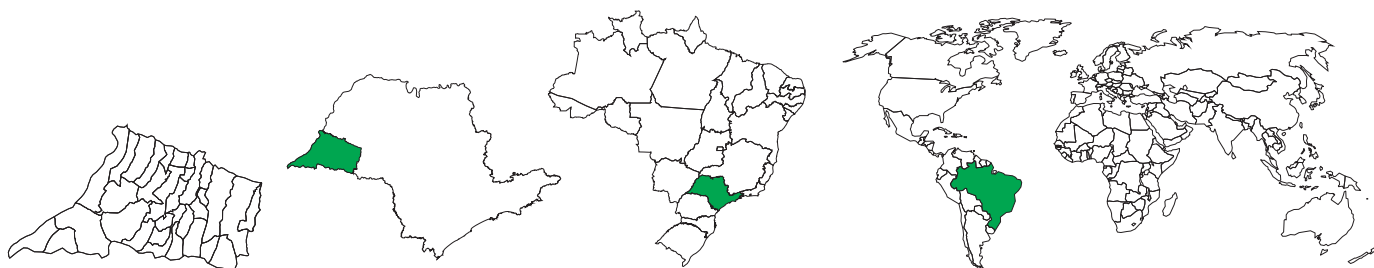


Revista NERA

n. 39
DOSSIÊ



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

INSTRUMENTOS TEÓRICOS PARA ANALISAR OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: CONFLITUALIDADE, CONTENTIOUS POLITICS; TERRAIS OF RESISTENCE, SOCIO-SPATIAL POSITIONALITY E CONVERGENCE SPACES

José Sobreiro Filho

MOVIMENTOS INDÍGENAS, GEOGRAFIA E MARXISMO NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: QUANDO “NOVOS” PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

Márcia Yukari Mizusaki

OS GUARANI E KAIOWÁ E SUAS LUTAS PELO TEKOKA: OS ACAMPAMENTOS DE RETOMADAS E A CONQUISTA DO TEKOKA PORÁ (BEM VIVER)

Juliana Grasiéli Bueno Mota

ESTADO Y MOVIMIENTOS SOCIALES: DISPUTAS TERRITORIALES E IDENTITARIAS. LA ORGANIZACIÓN BARRIAL TUPAC AMARU – JUJUY-ARGENTINA

Fernanda Torres

RESISTÊNCIAS DO MST FRENTE AO AVANÇO DO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS POR MEIO DA LDC EM RIO BRILHANTE (MS)

Lara Dalperio Buscioli

A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL: O MST E O PROTAGONISMO DA LUTA NA ATUALIDADE

Danilo Souza Melo

QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA PELA TERRA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E PARAGUAI

Camila Ferracini Origuéla e Lorena Izá Pereira

A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES COM A UNIVERSIDADE POR MEIO DO PRONERA: DIÁLOGOS E TENSIONAMENTOS

Rodrigo Simão Camacho

ROLEZINHOS: MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS DO COTIDIANO

Letícia Moreira Sant' Anna

2017



Revista NERA nº. 39

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paulon Girardi

CONSELHO EDITORIAL

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva
José Sobreiro Filho
Juliana Grasiéli Bueno Mota
Lara Dalperio Buscioli**

NERA

**Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2017**

Revista NERA (RNERA) nº. 39

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paulon Girardi

CONSELHO EDITORIAL

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva
José Sobreiro Filho
Juliana Grasiéli Bueno Mota
Lara Dalperio Buscioli

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
Hellen Mesquita

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – Pesquisador independente (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
 Luis Daniel Hocsmán - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
 Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
 Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
 Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
 1999 – interrompida
 2000 – ano 3, nº. 3
 2001 – interrompida
 2002 – interrompida
 2003 – interrompida
 2004 – ano 7, nº. 4
 2004 – ano 7, nº. 5
 2005 – ano 8, nº. 6
 2005 – ano 8, nº. 7
 2006 – ano 9, nº. 8
 2006 – ano 9, nº. 9
 2007 – ano 10, nº. 10
 2007 – ano 10, nº. 11
 2008 – ano 11, nº. 12
 2008 – ano 11, nº. 13
 2009 – ano 12, nº. 14
 2009 – ano 12, nº. 15
 2010 – ano 13, nº. 16
 2010 – ano 13, nº. 17
 2011 – ano 14, nº. 18
 2011 – ano 14, nº. 19
 2012 – ano 15, nº. 20

2012 – ano 15, Dossiê
 2012 – ano 15, nº. 21
 2013 – ano 16, nº. 22
 2013 – ano 16, nº. 23
 2014 – ano 17, nº. 24
 2014 – ano 17, nº. 25
 2015 – ano 18, nº. 26, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 27
 2015 – ano 18, nº. 28, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 29
 2016 – ano 19, nº. 30
 2016 – ano 19, nº. 31
 2016 – ano 19, nº. 32, Dossiê
 2016 – ano 19, nº. 33
 2017 – ano 20, nº. 34, Dossiê
 2017 – ano 20, nº. 35
 2017 – ano 20, nº. 36, Dossiê
 2017 – ano 20, nº. 37
 2017 – ano 20, nº. 38, Dossiê
 2017 – ano 20, nº. 39, Dossiê

Quadrimestral
 ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	APRESENTAÇÃO
	PRESENTATION
08	PRESENTACIÓN
	Camila Ferracini Origuéla, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, José Sobreiro Filho, Juliana Grasiéli Bueno Mota, Lara Dalperio Buscioli
	INSTRUMENTOS TEÓRICOS PARA ANALISAR OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: CONFLITUALIDADE, CONTENTIOUS POLITICS; TERRAIS OF RESISTENCE, SOCIO-SPATIAL POSITIONALITY E CONVERGENCE SPACES
13	THEORETICAL TOOLS TO ANALYZE THE SOCIO-SPATIAL MOVEMENTS: CONFLICTUALITY, CONTENTIOUS POLITICS; TERRAINS OF RESISTANCE, SOCIO-SPATIAL POSITIONALITY AND CONVERGENCE SPACES
	INSTRUMENTOS TEÓRICOS PARA ANALIZAR LOS MOVIMIENTOS SOCIO-ESPACIALES Y LA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: CONFLITUALIDADE, CONTENTIOUS POLITICS; TERRAIS OF RESISTENCE, SOCIO-SPATIAL POSITIONALITY E CONVERGENCE SPACES
	José Sobreiro Filho
	MOVIMENTOS INDÍGENAS, GEOGRAFIA E MARXISMO NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: QUANDO “NOVOS” PERSONAGENS ENTRAM EM CENA
39	INDIGENOUS MOVEMENTS, GEOGRAPHY AND MARXISM IN THE BRAZILIAN AGRARIAN ISSUE: WHEN “NEWS” CHARACTERS GET ON THE SCENE
	MOVIMIENTOS INDÍGENAS, GEOGRAFÍAS Y MARXISMO EN LA CUESTIÓN AGRARIA BRASILEÑA: CUANDO “NUEVOS” PERSONAJES ENTRAN EN LA ESCENA
	Márcia Yukari Mizusaki
	OS GUARANI E KAIOWÁ E SUAS LUTAS PELO TEKOKHA: OS ACAMPAMENTOS DE RETOMADAS E A CONQUISTA DO TEKOKPORÁ (BEM VIVER)
60	THE GUARANI AND KAIOWÁ AND THEIR STRUGGLE FOR TEKOKHA: THE RECOVERY CAMPS AND THE CONQUEST OF TEKOKPORÁ (LIVING WELL)
	LOS GUARANÍ Y KAIOWÁ Y SUS LUCHAS POR EL TEKOKHA: LOS CAMPAMENTOS DE RECUPERACIÓN DE TIERRAS Y LA CONQUISTA DEL TEKOKPORÁ (BUEN VIVIR)
	Juliana Grasiéli Bueno Mota
86	ESTADO Y MOVIMIENTOS SOCIALES: DISPUTAS TERRITORIALES E IDENTITARIAS. LA ORGANIZACIÓN BARRIAL TUPAC AMARU – JUJUY- ARGENTINA

ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS: DISPUTAS TERRITORIAIS E DE IDENTIDADE. A ORGANIZACIÓN BARRIAL TUPAC AMARU – JUJUY-ARGENTINA

STATE AND SOCIAL MOVEMENTS: IDENTITY AND TERRITORIAL DISPUTES. THE ORGANIZACIÓN BARRIAL TUPAC AMARU – JUJUY-ARGENTINA

Fernanda Torres

RESISTÊNCIAS DO MST FRENTE AO AVANÇO DO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS POR MEIO DA LDC EM RIO BRILHANTE (MS)

107

RESISTANCES OF THE MST AGAINST THE ADVANCE OF THE PROCESS OF FOREIGNIZATION OF LANDS THROUGH THE LDC IN RIO BRILHANTE (MS)

RESISTENCIA DEL MST CON EL AVANCE DEL PROCESO DE EXTRANJERIZACIÓN DE LA TIERRA A TRAVÉS DE LA LDC EN RIO BRILHANTE (MS)

Lara Dalperio Buscioli

A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL: O MST E O PROTAGONISMO DA LUTA NA ATUALIDADE

133

THE STRUGGLE FOR LAND IN MATO GROSSO DO SUL: MST AND THE PROTAGONISM OF THE STRUGGLE AT THE PRESENT TIME

LA DISPUTA PARA LA TIERRA EN MATO GROSSO DEL SUL: MST Y EL PROTAGONISM DE LA PELEA EN ESTE MOMENTO

Danilo Souza Melo

QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA PELA TERRA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E PARAGUAI

161

AGRARIAN QUESTION, STRUGGLE FOR LAND AND SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZIL AND PARAGUAY

CUESTIÓN AGRARIA, LA LUCHA POR LA TIERRA Y LOS MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIALES EN BRASIL Y PARAGUAY

Camila Ferracini Origuéla e Lorena Izá Pereira

A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES COM UNIVERSIDADE POR MEIO DO PRONERA: DIÁLOGOS E TENSIONAMENTOS

186

THE RELATION OF SOCIO-TERRITORIAL PEASANT MOVEMENTS WITH THE UNIVERSITY THROUGH PRONERA: DIALOGUES AND TENSIONS

LA RELACIÓN DE LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS SOCIO-TERRITORIALES CON LA UNIVERSIDAD A TRAVÉS DEL PRONERA: DIÁLOGOS Y TENSIONES

Rodrigo Simão Camacho

ROLEZINHOS: MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS DO COTIDIANO

ROLEZINHOS: DAILY SOCIO-SPATIAL MOVEMENTS

211

ROLEZINHOS: MOVIMIENTOS SÓCIO-ESPACIALES DE LA VIDA COTIDIANA

Letícia Moreira Sant' Anna

COMPÊNDIO DE AUTORES

231

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

254

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Apresentação

É com imensa satisfação que lançamos o Dossiê “Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais do campo e da cidade”. O lançamento deste dossiê ocorre em uma conjuntura de resistência ao avanço da globalização neoliberal comandada no Brasil pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer. Desde o impedimento de Dilma Rousseff uma série de retrocessos sociais tem sido intensificado no país. Merece destaque a Medida Provisória 726/2016, que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a PEC 55, que congelou os investimentos públicos por vinte anos; a Lei da Terceirização (PL 4302/98), ao dar início ao desmonte das leis trabalhistas; a Medida Provisória 746/2016, que reformou o Ensino Médio sem diálogo com a sociedade; a portaria nº 1.129/2017 publicada no Diário Oficial da União, que determina que jornadas extenuantes e condições degradantes só serão consideradas trabalho análogo à escravidão se houver restrição de locomoção do trabalhador.

Ainda, vale ressaltar um conjunto de outras ações que estão sendo movidas pela bancada ruralista, - que tem tirado proveito das manobras do Presidente Michel Temer (PMDB) para se manter no poder a fim de garantir seus privilégios e poder -, contra os direitos dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terras e tantos outros homens e mulheres do campo e da cidade.

Os povos indígenas e quilombolas, por exemplo, tem sofrido grande impacto no que tange a garantia de seus direitos sociais, sobretudo, territoriais. Os direitos desses povos foram historicamente conquistados por um longo processo de organização e mobilização da sociedade brasileira¹, e constam como diretrizes no que concerne aos direitos étnicos e territoriais no tocante a sua cultura, a proteção de seus territórios e meio ambiente na Constituição Federativa do Brasil de 1988. Vale ressaltar que a Constituição de 1988 é a primeira a garantir o direito a diferença, reconhecendo costumes e tradições dos povos indígenas e quilombolas.

Após 28 anos da promulgação da Constituição, seus direitos sociais estão em riscos. Atualmente os territórios indígenas e quilombolas (ressalta-se também os assentamentos da Reforma Agrária e unidades de conservação) são cobiçados pelos “olhos do mercado”, já que estão fora dele (ou deveriam estar), e são atacados por diversas propostas legislativas para o não reconhecimento de seus direitos territoriais ao inviabilizar a criação de outras áreas ou não reconhecer como legítimo os territórios já existentes.

A fronteira pioneira tem avançado em busca de novas áreas para expansão do agronegócio. Tal modelo tem tido efeitos destrutivos no que concerne o impacto sobre

¹ No Brasil, o reconhecimento dos direitos sociais é fruto das lutas e demandas reivindicatórias dos movimentos sociais na década de 1970.

importantes ecossistemas, como, por exemplo, no Cerrado e Amazônia Ocidental. Florestas deixam de existir e dão lugar a pastos para criação de gado e monocultivos de soja e milho transgênicos, cana de açúcar e outras *commodities* como o dendê. Os efeitos de tal modelo de produção recaem na existência de homens e mulheres que são expulsos de seus territórios ou não conseguem ter acesso a ele.

As propostas de emendas constitucionais (PECs) que colocam em risco a legitimidade da Constituição de 1988 são várias, mas destacamos a PEC 215, originalmente proposta no ano 2000, que ameaça os direitos dos indígenas a seus territórios. Sua proposta é retirar a incumbência do executivo, competência da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), para o Congresso Nacional à demarcação das terras indígenas, o que significa extinguir qualquer possibilidade de reconhecimento dos índios sobre seus territórios étnicos.

Ainda, no que concerne aos desafios de garantir os direitos indígenas e quilombolas a seus territórios étnicos é importante advertir sobre a Tese do Marco Temporal, fortemente defendida por Temer e a bancada ruralista. A tese restringe os direitos dos povos indígenas e quilombolas a seus territórios étnicos, passível de demarcação, caso esses povos comprovem que estavam no local reivindicado no dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal. Tal prerrogativa desconsidera os processos de esbulho territoriais sofridos por esses povos anterior a promulgação da Constituição, muitas vezes promovida pela ação do Estado, como é o caso dos povos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul.

É notório que a velha e nova elite brasileira – a bancada ruralista com seus mais de 200 deputados e senadores – estão insatisfeitos com a garantia de direitos na Constituição de 1988 e com o avanço de algumas pautas e conquistas sociais progressistas durante o governo do PT – infelizmente, impossível não mencionar que as demandas dos povos indígenas e quilombolas não foram prioridade nesse governo.

Todavia, é inegável não reconhecer os avanços sociais que o Brasil vivenciou, entre eles, a mais importante conquista é a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome² - o que significou ter menos de 5% da população sem se alimentar o suficientemente, segundo recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) - , desde 2014. Atualmente, a FAO estima que o Brasil retornará ao Mapa da Fome no próximo relatório, segundo matéria divulgada pelo jornal O Globo³.

Diante desses retrocessos, camponeses, sem-tetos, indígenas, quilombolas, jovens, homens e mulheres do campo e da cidade tem construído espaços de enfrentamentos e resistências, lutam pelos seus territórios, modos de vida, saberes e

² O relatório é anualmente divulgado pela FAO, desde 1990.

³ Material intitulada “Fome volta a assombrar famílias brasileiras”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940>>. Acesso em: outubro de 2017.

direitos. Lutam pelo direito a diferença e reivindicam pautas sociais por justiça e igualdade social em meio a forte “onda” conservadora que assola o país mesmo após avanços significativos no que tange os direitos sociais.

A esperança está na possibilidade de construção de outro mundo possível, construída pelas ações de pessoas que mobilizam o campo e a cidade almejando a transformação da sociedade, gritando por justiça social. Ações como as que ocorreram no início do mês de setembro, quando cerca de 7 mil famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocuparam um terreno de 70 mil metros quadrados da construtora MZM no município de São Bernardo do Campo, região do ABC. De acordo com o movimento, o terreno estava abandonado há décadas, não cumprindo com a sua função social. Ou mesmo na última semana do mês de outubro, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou a Jornada Nacional de Lutas, que mobilizou camponeses em mais de 15 estados e no Distrito Federal, reivindicando o Orçamento de 2018 para a política de reforma agrária, são expressões de resistência e indignação a atual situação política brasileira.

Por tudo isso, os movimentos movimentam o mundo, contribuem para a construção de novas agendas, ações, utopias, esperanças... Reconhecemos a construção de possibilidades outras de pensar e fazer Geografias.

Neste dossiê são apresentados 9 artigos que abordam os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, assim como as estratégias de lutas, resistências e enfrentamentos que estão sendo traçadas no campo e na cidade.

No primeiro artigo deste dossiê, intitulado “Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, *contentious politics*; *terrais of resistance*, *socio-spatial positionality* e *convergence spaces*”, o autor José Sobreiro Filho apresenta a diversidade de instrumentais teórico-analíticos produzidos pela ciência geográfica brasileira e inglesa na análise dos movimentos socioespaciais, dos movimentos socioterritoriais e de outras formas de *contentious politics*. De acordo com o autor, esses instrumentos teórico-analíticos nos permite compreender os processos de formação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, além de suas lutas, resistências e existências.

Em seguida, no artigo “Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena”, a autora Márcia Yukari Mizusaki apresenta uma reflexão teórico-metodológica sobre a atuação dos movimentos indígenas na América, com enfoque no Brasil, a partir de referências marxistas e geográficos. A autora problematiza os desafios da análise dos movimentos indígenas no âmbito do paradigma da luta de classes, abordando a necessidade de se ampliar tal compressão para além de um viés estritamente econômico.

No artigo “Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (bem viver)” a autora Juliana Grasiéli Bueno Mota apresenta um debate conceitual entre a concepção geográfica de território e a singularidade das lutas dos povos Guarani e Kaiowá pelos seus territórios étnicos, o *tekoha*. A autora buscou evidenciar a complexidade e as especificidades em pensar as lutas por territórios, considerando expressões nativas dos povos Guarani e Kaiowá. Por sua vez, no artigo “Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La organización barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina” a autora Fernanda Torres aborda a relação entre os movimentos sociais e o Estado a partir do conceito de território, que permite a compreensão do funcionamento tanto das instituições públicas, no caso o Estado, como dos movimentos sociais na América Latina. Para isso, a autora analisa o caso da Organización Barrial Tupac Amaru, um movimento socioterritorial urbano.

Em “Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)”, Lara Dalperio Buscioli discute o conceito de estrangeirização de terras, assim como as resistências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente a esse processo. De acordo com a autora, o conceito em questão vem sendo amplamente discutido nestes últimos anos e, em virtude disso, as leituras a respeito são as mais diversas. No artigo, o processo de estrangeirização de terras é definido como compra e/ou arrendamento de terras por empresas ou grupos estrangeiros, processo que tem acirrado os conflitos territoriais no campo. É a partir deste aporte teórico que a autora analisa a presença do grupo francês *Louis Dreyfus Commodities* (LDC), que atua no setor de *commodities*, sobretudo de cana-de-açúcar, no município de Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul. A presença da LDC tem impactado diretamente a vida dos assentados que, organizados pelo MST, resistem e lutam contra o processo de estrangeirização de terras, evitando a produção de cana-de-açúcar do grupo nos lotes dos assentados e bloqueando a passagem de caminhões do grupo nas estradas dos assentamentos rurais.

O autor Danilo Souza Melo em seu artigo “A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade” analisa a dinâmica das disputas territoriais no campo sul-mato-grossense entre 1988 e 2014 a partir dos dados de ocupações de terras registradas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). O autor também discute o protagonismo dos indígenas na luta pela terra no estado nestes últimos anos. Em “Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai”, Camila Ferracini Origuéla e Lorena Izá Pereira analisam no contexto das questões agrárias brasileira e paraguaia as lutas dos movimentos socioterritoriais, sobretudo do MST e da Federación Nacional Campesina (FNC), respectivamente. De acordo com as autoras, embora existam especificidades nas questões agrárias dos países estudados, as ocupações

de terra e as manifestações são as principais formas de luta pelo acesso a terra, pela permanência no território e contra a expansão do agronegócio.

No artigo “A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos”, Rodrigo Simão Camacho apresenta uma reflexão a respeito dos diálogos e tensionamentos na relação dos movimentos socioterritoriais com a Universidade por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo como objeto de análise o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) - *Campus* de Presidente Prudente. O autor concluiu que as experiências de Educação do Campo são construídas a partir do protagonismo dos movimentos socioterritoriais e são instrumentos de resistência política e cultural do campesinato.

Por fim, o último artigo deste dossiê é da geógrafa Letícia Moreira Sant’Anna, intitulado “*Rolezinhos*: movimentos socioespaciais do cotidiano”, que discute o processo de luta por território protagonizado por jovens das periferias de cidades brasileiras, conhecidos como *rolezinhos*. A autoria compreende os *rolezinhos* como um movimento socioespacial, ou seja, um movimento de jovens que denunciam as desigualdades socioespaciais, de modo que as ações desses jovens rebatem na produção e transformação do espaço geográfico.

Esperamos que este dossiê colabore para refletirmos sobre os movimentos socioterritoriais e socioespaciais do campo e da cidade e suas possíveis contribuições para construção de outro mundo possível, “um mundo onde muitos mundos” podem coexistir, como afirma o movimento zapatista /Chiapas-México.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Camila Ferracini Origuéla
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva
José Sobreiro Filho
Juliana Grasiéli Bueno Mota
Lara Dalperio Buscioli
Editores do Dossiê

Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: *conflictualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces*¹

José Sobreiro Filho

Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva provocar o debate referente às análises sobre movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no âmbito brasileiro e desde a Geografia. O diálogo com os instrumentais analíticos nos permite compreender melhor não somente os movimentos, mas, desde uma perspectiva geográfica, a imprescindibilidade de elaborar uma teoria geográfica. Nesse sentido, visando ir para além das demais ciências humanas e se atendo mais às discussões internacionais, apresentamos um conjunto de reflexões que compreendem exemplos de perspectivas e instrumentais teórico-analíticos de referenciais brasileiros e estrangeiros sobre: *conflictualidade, contentious politics, socio-spatial positionality, convergence space e terrains of resistance*.

Palavras-chaves: Movimentos socioespaciais; movimentos socioterritoriais; movimentos sociais; *contentious politics*; geografia.

Theoretical tools to analyze the socio-spatial movements: conflictuality, contentious politics: terrains of resistance, socio-spatial positionality and convergence spaces

Abstract

This article aims to provoke the debate regarding analysis of the social movements, socio-spatial movements and socio-territorial movements in Brazil and from Geography. The dialogue with the analytical tools does not allow us only understand better the socio-spatial movements, but, from a geographical perspective, an indispensability to elaborate a geographical theory. In this sense, in order to go beyond of the other human sciences and to get closer to international discussions, we present a set of reflections that compose examples of different perspectives and theoretical-analytical tools of Brazilian and foreign references: *conflictuality, contentious politics, socio-spatial positioning, Space of convergence and lands of resistance*.

Keywords: Socio-spatial movements; socioterritorial movements; social movements; *contentious politics*; geography.

Instrumentos teóricos para analizar los movimientos socio-espaciales y la perspectiva geográfica: *conflictualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality y convergence spaces*

Resumen

¹ Trabalho desenvolvido com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Este trabalho tiene como objetivo la discusión sobre el análisis de los movimientos sociales, los movimientos socio-espaciales y movimientos socio-territoriales en el contexto brasileño y de la geografía. El diálogo con los instrumentos de análisis nos permite comprender mejor no sólo los movimientos, pero desde un punto de vista geográfico, el carácter indispensable de desarrollar una teoría geográfica. En este sentido, el objetivo de ir más allá de otras ciencias humanas y participar en discusiones más internacionales, se presenta un conjunto de reflexiones que incluyen ejemplos de perspectivas e instrumentos teóricos y analíticos de las referencias nacionales y internacionales sobre: conflictualidad, *contentious politics*, *socio-spatial positionality*, *convergence space* y *terrains of resistance*.

Palabras clave: Movimientos socio-espaciales; movimientos socio-territoriales; movimientos sociales; *contentious politics*; geografía.

Introdução

Este artigo se trata de um exercício de diálogo entre a literatura de geógrafos brasileiros e ingleses com o objetivo de apresentar a diversidade de instrumentais teóricos produzidos pela Geografia para se analisar os movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e as outras formas de *contentious politics*. Este objetivo tem como pano de fundo contribuir para que a Geografia brasileira vá para além da tímida teorização, conforme destacaremos, e da expressiva ausência de uso de instrumentais teórico-analíticos de outras escolas, ou seja, ampliando a porosidade no que tange aos instrumentais teórico-metodológicos da própria Geografia.

A discussão sobre *contentious politics* é ainda muito pouco conhecida na Geografia brasileira e somada à discussão de conflitualidade nos permite compreender esta última, inclusive, para além das feições históricas relacionadas ao avanço das relações capitalistas, alcançando assim a noção de como os fenômenos – *contentious politics* - são amplos, proteioforme e não se restringem à feição dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Esta complementaridade nos permite se aproximar de uma leitura da conflitualidade para além do sentido restrito aos modelos de desenvolvimento territorial, pois compreende que outros atores, que caracterizam as *contentious politics*, também compreendem a conflitualidade e a mesma uma lógica de produção, consumo e transformação do espaço.

A discussão sobre produção do espaço² contribui para compreendermos o processo de formação dos movimentos socioespaciais, suas resistências, lutas e existências. No entanto, outras categorias, conceitos e instrumentais analíticos também nos permitem uma maior aproximação da compreensão das lutas, resistências e demais processualidades engendradas pelos movimentos, tais como Lugar e Território, *Terrains of Resistance*, *Contentious Politics* e as respectivas definições de Movimento Socioespacial e Movimento Socioterritorial. Seja como movimentos socioespaciais, movimentos

² Sobre Produção do espaço ver Lefebvre (2013).

socioterritoriais, movimentos sociais, ativismo, *contentious politics* etc., fato é que muitos geógrafos brasileiros negligenciaram o espaço em suas abordagens. Ao revisarmos uma parcela das produções sobre movimentos sociais no Brasil, constatamos que uma significativa porção sequer se utilizou de uma lógica geográfica, bem como em suas referências. Ademais, poucos se utilizaram de referências das demais Ciências Sociais de modo atento à multiplicidade de paradigmas e adequado no tocante às especificidades epistemológicas, expressando assim as fragilidades teórico-conceituais e operacionais de suas respectivas análises e discussões³. Assim, cremos que o principal produto destas fragilidades seja uma produção teórica debilitada e analiticamente desnorteada, pois muitos, além de não produzirem reflexões geográficas, sequer se aproveitaram das porosidades das Ciências Humanas, restringindo-se, portanto, à condição de relatos de confrontos políticos em determinadas localidades. Neste sentido, considerando que determinados objetos de análise e instrumentais analíticos são compartilhados pelas Ciências Humanas, é que remontamos brevemente às discussões mais complexas que compreendem diferentes abordagens. Destacamos que esta discussão é substancial para definir e justificar a importância do conceito de movimento socioespacial, a imprescindibilidade do olhar geográfico.

Reflexões geográficas a partir dos conceitos de conflitualidade e *contentious politics*: *socio-spatial positionality*, *convergence space* e *terrains of resistance*

Analizando a produção do(s) espaço(s) e dos territórios na contemporaneidade, chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção. Neste sentido, cremos que esses modelos alternativos se vinculam objetivamente a processos e fenômenos contra-hegemônicos que tem afirmado de modo cada vez mais intenso o(s) espaço(s) e territórios como vitais para as relações sociais. Diante de tal circunstância e da imprescindibilidade de avançar em termos da compreensão geográfica destes fenômenos e processos é que apostamos na complementaridade entre as propostas de conflitualidade e *contentious politics*, *socio-spatial positionality*, *convergence space* e *terrains of resistance*. Apesar de ambas as proposições apresentarem intersecções pontuais, cremos que há um caráter complementar, pois enquanto a ideia de conflitualidade trata-se da leitura de um processo/relação criada a partir das contradições estruturais do capitalismo e que se relacionam com a ação ao mesmo tempo que está voltada para um modelo de desenvolvimento alternativo, as *contentious politics* se atêm às ações contra-hegemônicas e

³ Sobre essa discussão ver em Sobreiro Filho (2016).

organizações para além dos movimentos sociais marcadas pelo ataque e desafio do sistema hegemônico com o fito de propor novas alternativas. Pode-se dizer que estas ideias se relacionam e se complementam objetivamente por permitir maior aprofundamento da análise baseada em processo e prática/ação/organização na produção do(s) espaço(s) e território(s). Assim, com a finalidade de tornar esse debate ainda mais fluído e fomentar a discussão, apresentamos primeiramente uma noção sobre conflitualidade seguida de *contentious politics* associada à *socio-spatial positionality*, *convergence spaces* e *terrains of resistance*.

Fernandes (2009) define a conflitualidade como um processo paradoxal produzido pelo capitalismo que gera constante territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diferentes relações sociais, temporalidades e espacialidades, sendo que suas feições ficam ainda mais nítidas nos modelos de desenvolvimento territorial. Ainda segundo o autor, a questão agrária gera continuamente a conflitualidade pela sua lógica baseada na destruição e recriação das relações sociais (campesinato e capitalismo). Assim, a conflitualidade é um processo de enfrentamento perene que destaca não somente quesitos práticos, mas também teóricos sobre o controle político e dos modelos de desenvolvimento que redesenham constantemente as feições do espaço. Analisando mais especificamente a questão agrária e o desenvolvimento territorial, Fernandes (2009) sugere o conceito de conflitualidade como importante instrumental para compreendermos a disputa gerada pelos modelos de desenvolvimento territorial e as contradições produzidas pela questão agrária.

Neste sentido, o autor apresenta algumas considerações elementares para se compreender o que se define por conflito e conflitualidade: 1) o conflito não prejudica o desenvolvimento ou significa atraso. Esta é uma visão limitada e, predominantemente, tem suas bases no desenvolvimento territorial capitalista. De um modo mais objetivo pode-se dizer que conflitualidade e desenvolvimento sempre existiram, mas foram tratados separadamente como um instrumento político de determinado paradigma; 2) conflitualidade e desenvolvimento são processos simultâneos, inerentes e que são produzidos no interior das contradições estruturais do capitalismo e que, portanto, explicitam modelos de desenvolvimento territorial diferenciados embasados em distintas formas de construir e disputar territórios; 3) a conflitualidade não é um processo externo ao desenvolvimento. Pelo contrário, é um processo que se produz também no interior do desenvolvimento explicitando o carácter multidimensional (social, político, cultural, ambiental e económico), não restringindo-o à dimensão económica tal como realiza o capitalismo, e multiescalar, consubstanciando e expressando a importância das escalas; 4) a conflitualidade é tanto inerente à formação e reprodução do capitalismo e suas relações, como também do processo de criação, recriação e destruição do campesinato (T-D-R). Assim, está presente em ambas as relações que se negam dialeticamente.

Além disso, embasado nesta importante contribuição apresentada por Fernandes (2009), cremos que algumas outras reflexões também são pertinentes, sendo elas: 1) a conflitualidade tem suas bases em processos e escalas espaço-temporais e, apesar de dialogar com diferentes conceitos que se caracterizam como importantes instrumentais analíticos (classe, gênero, raça/cor, etc.), não se limita à essas expressões de posicionalidades socioespaciais, permitindo um maior diálogo entre eles com caráter completivo pela sua excelência voltada para as relações de poder projetadas no espaço; 2) a conflitualidade, no contexto dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros que realizam lutas contra-hegemônicas, caracteriza-se como sinônimo de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, podemos dizer que os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e outras formas de *contentious politics* construíram um modelo de desenvolvimento lastreado na conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioespacial/socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. Ademais, aos auspícios da perspectiva de escala como lócus das ações políticas denota-se que o cunho pejorativo se prostra a favor das perspectivas hierárquicas que apresentam restrições para a participação popular e descentralização do poder; 3) a conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reproduzidor de novos modelos de desenvolvimento territorial; 4) a conflitualidade é estado e situação, quantidade e qualidade, objetividade e subjetividade, temporalidade e espacialidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, convergência espacial, coalizão e divergência, movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial; 5) os conflitos como eventos têm papel fundamental por explicitar a conflitualidade. No entanto, a conflitualidade está para além do fato, pois caracteriza-se também como processo e, portanto, encastela-se embotada de qualidades históricas e apresenta potencialidade para descortinar contradições do *devir* e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista.

Outra reflexão importante é a de que a conflitualidade apresenta potencial para compreender não somente um caráter de instrumental teórico-analítico para com a materialidade, mas também no tocante à produção das ideias, ideologias, paradigmas, os diferentes níveis de abstração, etc., especialmente pelo fato de ser construída por estes. Nesse sentido, apesar de Fernandes (2009) realizar uma leitura sobre as conflitualidades produzidas no bojo das contradições estruturais produzidas pela questão agrária e desveladas também pelas disputas de modelos de desenvolvimento territorial, cremos que este instrumental analítico seja passível de extensão para aplicação em outros sentidos,

especialmente no conjunto de processos referentes à produção do espaço e, portanto, das relações socioespaciais, caracterizando-se como um elemento estruturante para se pensar a sociedade e o espaço.

Neste sentido, *contentious politics* é um importante fenômeno para pensarmos sobre o processo de produção e transformação do espaço, bem como as dinâmicas e resistências dos lugares e territórios⁴. De acordo com Leitner et al. (2008) o significado do termo é utilizado para descrever fenômenos de resistência contra as normas hegemônicas (p. 157) e sabe-se que ampla parte das lutas contra-hegemônicas são relacionadas a movimentos sociais. No entanto, aponta Tarrow (2011,) e Nicholls (2007), que *Contentious politics* não é limitado aos movimentos sociais. Pelo contrário, ela mais ampla e envolve outros atores (políticos, partidos, associações voluntárias, etc.). Neste sentido, aponta Leitner et al. (2008, p. 157) a existência de diferentes formas de *contentious politics* e que o termo “*has come to replace social movements*”. De fato, *contentious politics* são criadas em situações de mudanças políticas, repressões, demandas por transformação e pode envolver articulações entre diferentes atores:

...contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contensiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcomes is a revolution. (TARROW, 2011, p. 16)

Deste modo, *contentious politics* não é um termo restrito à descrição de um tipo de ator. Pelo contrário, possibilita a compreensão e expressão de um tipo de ação política. Segundo Tarrow (2011, p. 10), as *contentious politics* podem ser marcadas, de um lado, por interrupções, obstruções e questionamento das atividades de determinados grupos (elites, autoridades, outros grupos e códigos culturais) e, do outro lado, por símbolos (slogans, músicas, grafites, etc.) para questionar realidades de repressão. As definições são múltiplas, sobretudo, no tocante à interpretação do Estado. Contudo, tais definições apresentam como elemento comum a combinação entre “*counterhegemonic social and political action*” que podem congrega diferentes tipos de participantes como forma de desafiar e atacar o sistema hegemônico e com a finalidade de estabelecer e propor projetos alternativos e novos valores (LEITNER ET AL., 2008). Este ponto é fundamental porque nos remete à

⁴ Nicholls (2007) e Miller (2008) apresentam referências para observarmos a produção analítica da Geografia para entendermos os movimentos sociais se utilizam da discussão de *contentious politics*.

reflexão sobre as *contentious politics* eminentemente embasadas no espaço e que nos permite entender os direcionamentos políticos, os imaginários e os conflitos em seu processo de produção e resistência/reprodução.

Neste sentido, a perspectiva de *contentious politics* é ampla do ponto de vista da multiplicidade de participantes com posturas diferenciadas, por envolver diversos grupos que se unem para realizar enfrentamentos contra-hegemônicos e proporem práticas de alternativas de um modo espacializado. Ademais, o diálogo entre as distintas posturas/perspectivas político-ideológicas é negociado para a construção de uma unidade comum. A leitura espacial constitui-se como outro ponto fundamental para compreendermos as *contentious politics*, sendo elas, de um lado, por conta das condições espaciais desiguais (econômica, cultural, etc.) (NICHOLLS, 2007, 2009) e, do outro, a luta para conquistar e resistir. Neste sentido, outros pontos destacados por Leitner et al (2008) são a noção da espacialidade das *contentious politics* e o modo como a teoria socioespacial tem a tratado, bem como a implicação da “*multivalent and co-implicated spatialities*” das *contentious politics*, ou seja, a forma como as diferentes espacialidades são consubstanciadas para a construção de práticas e um imaginário comum.

No contexto da leitura geográfica sobre *contentious politics*, a escala é compreendida como elementar. De acordo com tais autores, a escala é importante para construir legitimidade e desafiar as relações de poder pré-existentes. Assim, novas escalas são construídas articulando as demais como forma de amplificar as lutas. No entanto, as articulações em diferentes escalas também demandam negociações intra-organizacionais e entre os grupos envolvidos, alterando assim a espacialidade do poder e da autoridade, tal como podemos observar em redes⁵. Destaca ainda Leitner et al, (2008) que para as *contentious politics*, a escala importa de quatro modos: 1 - Referente aos confrontos políticos que envolvem as instituições do Estado e onde as espacialidades são dominadas pelas escalas hierarquizadas, do nível nacional para o local. No entanto, mesclam também práticas estatais e não-estatais e podem criar novas escalas; 2 – O uso de estratégias escalares (*multi-scalars strategies* e *scalar strategies*) tem sido uma forma dos movimentos sociais ganharem força e alcançarem um nível mais elevado de engajamento com outras escalas, elevando suas lutas do local para o nacional, internacional e escalas global; 3 – *Scale frames* são importantes para as *contentious politics* por permitirem também a disputa política a partir de outras escalas, ou seja, são diferentes escalas disputando políticas nacionais, internacionais, continentais, etc.; 4 – No tocante à unidade das alianças e da formação de suas estratégias, podem haver conflitos entre *scale frames* e *scalar strategies*

⁵ “Central to the politics of scale is the manipulation of relations of power and authority. This process is highly contested, involving numerous negotiations and struggles between different actors as they attempt to reshape the scalar spatiality of power and authority.” (LEITNER ET AL., 2008, p. 159)

nas alianças de movimentos sociais. Apesar da existência de significativas críticas no tocante à criação de hierarquias entre os movimentos, a espacialidade das escalas locais ainda se mantém nos espaços verticais por serem inerentes e intrínsecas aos participantes das redes de construções comuns das estratégias escalares, ou seja, a produção de agendas comuns é uma atividade desafiadora por conta das múltiplas espacialidades locais e possíveis sobreposições, mas estas não são apagadas nos diálogos horizontalizados. Pelo contrário, comumente, as mesmas articulam e visam expressar outras escalas de atuação lastreadas no(s) lugar(es) como expressão das *co-implicateds spatiality*s. De fato, as redes são cada vez mais políticas e, conseqüentemente, viabilizam conexões e difusões de informações de diferentes espacialidades.

Cremos que essa discussão reticular nos convida a refletir sobre o modo, os ganhos e riscos da articulação de distintos espaços em redes. Neste sentido, a discussão sobre *socio-spatial positionality* e *convergences space* tem potencial explicativo. A *socio-spatial positionality* compreende a diferença interna nas redes, a resiliência das relações de poder desiguais e o potencial para construí-las e desenvolvê-las pelos movimentos socioespaciais. Segundo Nicholls, (2009) a *socio-spatial positionality* é composta por identidades (gênero, raça, classe, etc.), experiências, perspectivas, imaginários, envolvimento e visão de mundo dos sujeitos⁶. Ademais é importante compreender que as diferenças na *socio-spatiality* é expressada no contato com demais atores em outras posições e, conseqüentemente, desvelam elementos para entendermos sobre diferença e desigualdade, sendo que suas feições são expressas no cotidiano. Não obstante, os movimentos também as praticam, mas seguem desenvolvendo formas práticas de combatê-las no dia-a-dia. As ações coletivas são exemplos disso. No entanto, mesmo dentro das ações, organizadas por movimentos e diferentes grupos, há diferenças significativas dentro das próprias manifestações:

Social movements always face the challenge of building alliances between individuals and groups with diverse socio-spatial identities, interests and imaginaries. The challenges include mobilising differently positioned subjects and negotiating differences among them for collective action. Negotiations are never unproblematic. Alliance politics is plagued by power differences, some embedded in the social positionalities subjects bring to a social movement (male/female, professional/activist, local/non-local, native/foreign); others emergent as certain individuals or groups become influential in a movement, marginalising other participants. (LEITNER ET AL. 2008, p. 164)

No entanto, tais relações quase sempre são produtivas do ponto de vista do intercâmbio de experiências, da articulação das espacialidades, da qualificação do debate e por permitir a construção de pontos de luta comuns e *commons agendas*⁷. Ademais, a

⁶ Ver Leitner et al. (2008)

⁷ Ver Chatterton et al. (2012).

leitura dos movimentos em uma rede evidencia que apesar de ser um sujeito coletivo, caracteriza-se como uma individualidade em uma constelação composta por outros grupos com suas individualidades.

Analisando as “*grassroots globalization networks*” com destaque para o engajamento em uma *multi-scalar political actions* e *multi-scalar terrains* (incluindo espaços materiais e virtuais) e destacando que as experiências de protestos de globalização anti-neoliberais têm incitado os intelectuais a estudarem este fenômeno, bem como os ativistas, grupos e movimentos locais marginalizados que se organizam em redes de articulação, Roullege (2003) sugere uma leitura sobre *convergence spaces*. Neste sentido, o autor tem apontado dois importantes elementos. O primeiro é a heterogeneidade das *grassroots networks of resistance* e, o segundo, a importância das políticas de escalas. De acordo com o autor, a criação de redes envolve comunicação, solidariedade, compartilhamento de informações, suporte mútuo e o elemento central nestas redes é a “*production, exchange and strategic use of information*” (2003, p. 335). Neste sentido, outro ponto fundamental é que o fluxo atual de informações e o modo de promovê-las tem mudado significativamente. Atualmente, temos a imbricação de formas antigas e novos modo de promover o fluxo de informações e articulações. De um lado, utiliza-se telefones, e-mail, jornais, boletins, redes sociais, cartas e, de outro lado, o contato face-a-face, especialmente, viabilizado pela evolução dos meios de transporte e acessibilidade dos preços. Aponta ainda o autor que a velocidade, densidade e complexidade deste tipo de vínculos tem crescido nos últimos 20 anos. De fato, diferentes redes sociais e formas de circulação de informações se tornaram ferramentas importantes na dinâmica atual das *contentious politics*, especialmente na organização das redes de construção de *commons repertories* e na socialização de informações. Ademais, como parte da lógica da *convergence spaces*, as manifestações construídas coletivamente também são ressignificadas pelo fato de serem compostas por grupos e movimentos de perfis diferenciados, ou seja, o fato de serem compreendidas por diferentes identidades e espacialidades, bem como por representarem diferentes lugares, mas que lutam por causas comuns.

Alguns pontos são relevantes neste sentido. Primeiramente, as manifestações são forjadas também como respostas e consequências do avanço das relações promovidas pelo capital que trabalha em diferentes escalas, bem como as redes são construídas para se oporem às redes hegemônicas. Segundo, as redes podem também ser globais ou locais ou multi-escalares, dependendo de suas relações e intencionalidades para com os seus lugares e territórios. Ademais, muitas vezes a força destes movimentos, bem como sua eficiência e capacidade de atuação local/global, depende das escalas de atuação, ou seja, a intencionalidade e as especificidades são fundamentais nesse processo. Outra ideia importante é o *militant particularism* de Harvey (1996). Esta ideia tem sido importante para

mudar e construir a sociedade, porém, com cuidado para a não reprodução e manutenção das ideias conservadoras. Pelo contrário, é importante este tipo de relações fortes e enraizadas, se desenvolvida em articulação com as demais escalas e aproveitando os vínculos locais para reforçar as lutas em outras escalas. Outra questão importante é que as diferenças político-ideológicas compreendem a natureza das redes compostas por múltiplas identidades e lugares, bem como as desigualdades internas dentro das próprias redes baseadas na discussão de que determinados continentes são hegemônicos e possibilitam uma maior mobilidade⁸. No entanto, tem sido comum observar que a coalisão das diferenças e seus “problemas” vai se desenvolvendo à medida que a rede se amplia e os debates e negociações políticas internas avançam. Assim, compreendemos esse processo de negociação e ajustes tanto como um dos primeiros produtos proporcionados pelas redes, quanto também como um processo permanente. No entanto, muitas outras relações são criadas entre os lugares e através das redes, sendo que algumas destas podem ser construídas com movimentos próximos e transformadas em relações constantes baseadas na solidariedade⁹.

Outra contribuição importante para se pensar as *contentious politics* a partir da perspectiva geográfica é a noção de *convergence spaces*. A base empírica de reflexão para a construção de *convergence spaces* é a PGA (*People Global Actions*) por se caracterizar como um claro exemplo de *space of convergence*. Routledge (2003) apresenta que por meio da PGA foi organizada uma rede ampla cujo objetivo é estabelecer um instrumento de coordenação e apoio mútuo através da unificação de valores e ambições globais na escala global das lutas anti-neoliberais visando dar projeção internacional para as lutas e fomentar a resistência. No interior da mesma, os *Convernors Committee* são responsáveis por facilitar estas relações mediadas pela internet. Contudo, o autor aponta também alguns problemas com a imbricação de atividades, atuações do *convernors* para com as respectivas lutas nas escalas locais e tempo de dedicação nas redes, além de diferenças culturais, linguísticas e a dependência do acesso aos e-mails. Outro ponto importante é que a rede tem sido conduzida por *Support Groups* de ativistas que ajudam no trabalho de comunicação. Ademais, aponta Routledge:

However, the cohesion of the network depends on the quality and durability of facilitation and interaction between its constituent participants, as well as their ability to devote time and energy towards the network while also being involved in their own local/national struggles. (2003, p. 343)

⁸ Sobre mobilidade: “Some activists are more mobile than others in at least two ways. First there is differential access to contemporary communications technologies such as the Internet.” and “Second, there is differential financial resource availability between activists and between social movements, concerning the ability to travel across continents to particular actions, meetings and conferences.” (ROUTLEDGE, 2003, p. 340)

⁹ Ver Routledge (2003, p. 336).

Neste sentido, analisando geograficamente a PGA, Routledge propõe a *convergence of spaces* como uma ferramenta crítica para se analisar as redes globais:

From the analysis of the process geographies of PGA – as one example of a grassroots globalization network – I want to propose that, rather than constituting a ‘non-place’ of resistance to neoliberal capitalism, such networks can be conceived of as ‘convergence spaces’ that facilitate the forging of an associational politics that constitutes a diverse, contested coalition of place-specific social movements. These coalitions prosecute conflict on a variety of multi-scalar terrains that include both material places and virtual spaces. I propose the notion of convergence space as a conceptual tool by which to understand and critique grassroots globalization networks. (2003, p. 345)

Este instrumental analítico nos permite compreender não somente as relações internas aos movimentos sociais ou articulações entre outros, mas, pelo contrário, visa também analisar a coalisão dos diferentes sujeitos que se envolvem e figuram as *contentious politics* promovidas por redes através de uma perspectiva espacial, desvelando assim uma rede também como uma convergência de múltiplos espaços. Ademais, esta ferramenta conceitual nos permite diferentes compreensões. Dentre as múltiplas possíveis, destaca:

- 1 *Convergence spaces comprise diverse social movements that articulate collective visions, to generate sufficient common ground to generate a politics of solidarity, i.e. multi-scalar collective action. (p. 345)*
- 2 *Convergence spaces facilitate uneven processes of facilitation and interaction. (ele da destaque para os seguintes processos communication, information sharing, solidarity, coordination and resource mobilization)*
- 3 *Convergence spaces facilitate multi-scalar political action by participant movements.*
- 4 *Convergence spaces are comprised of contested social relations, because of the very different militant particularisms that are articulated by participant movements. (ROUTLEDGE, 2003, p. 345)*

Destaca também o autor que a *convergence* funciona com diversas diferenças e conflitos internos e torna-se necessário desenvolver políticas universais para trabalhar juntos com o fito de ir para além do *militant particularism*. Neste sentido, McFarlane (2009) apresenta na ideia de *translocal assemblage* uma importante leitura, com afinidades às anteriores, a ser destacada no tocante à concepção sobre poder e pluralidade de transformações. Para McFarlane, as *translocal assemblage* têm três orientações:

First, they are composites of place-based social movements which exchange ideas, knowledge, practices, materials and resources across sites. Second, translocal assemblage is an attempt to emphasise that translocal social movements are more than just the connections between sites. Sites in translocal assemblages have more depth than the notion of ‘node’ or ‘point’ suggests (as connoted by network) in terms of their histories, the labour required to produce them, and their inevitable capacity to exceed the connections between other groups or places in the movement. Third, they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events. At

different moments of time, these relations within and between sites may require different kinds of labour and are more or less vulnerable to collapse, or to reassembling in different forms. (MCFARLANE, 2009, p. 562)

No entanto, a noção de redes como “*vehicles and communicate*” ainda mantém uma importante função e constitui-se como parte da lógica dos movimentos sociais:

networks... [as] vehicles for communicative and political exchange, with the potential for mutual transformation of participants”. In these accounts and others, networks have become the de facto spatiality of social movements, figuring as a precondition and an infrastructure for social movements, and as an epistemic space through which to theorise the contested politics of social movements. (MCFARLANE, 2009, 562)

Cremos que esta perspectiva, além de ser uma importante ferramenta para análise dos movimentos socioespaciais, também faz parte da noção de que as redes compõem a nova morfologia social conforme aponta Castells (2000). Nesse sentido, não poderia ser muito diferente, tanto que depois vemos a análise deste em diversos outros movimentos e outros estudos que também apontam a importância das redes para os movimentos (CASTELLS, 2012). Além do mais, esta ideia nos incita a pensar tanto a multiplicidade de identidades e *convergence spaces*, quanto a formação de coalisões e do senso de *commons*. Chatterton, Featherstone & Routledge (2012), analisando as articulações promovidas no tocante à Climate Justice, fazem uso da noção de *commons*:

The commons consists of a shared interest or value that is produced through communal relations. It potentially forms the ethical coordinates of an alternative politics when common “wealth” (eg land, water, seeds, air, food, biodiversity, cultural practices) that provides direct input into social and physical wellbeing, is faced with “enclosure” in the form of the destruction of physical environments and the privatisation of resources and genetic stocks (Gibson-Graham 2006:95–97, 237). Protecting this “commonwealth” is central to generating new forms of antagonism and solidarity (Hardt and Negri 2009). Mobilising around the common are productive moments that build commonalities, group identity, shared understandings, and repertoires of tactics (De Angelis 2003; Linebaugh 2008). Commoning, as Peter Linebaugh insists by using the term common as a verb as well as a noun, is a dynamic, generative process. (2012, p. 10)

Tomando o espaço, as redes de lugares(s) como pontos de análise, a noção de *Commons* nos permite pensar, além da unificação de valores e construção de uma identidade de grupo, mas também a busca pela resolução de problemas se utilizando de redes de relações e práticas mútua e solidariedade como forma de enfrentar as lógicas hegemônicas e promover luta e resistência. As comunidades (leia-se também lugares) são as bases dos *commons* e as práticas são fundamentais para entender o modo como se tem mudado as relações em outras escalas e lugares com lastro no futuro. Porém, esta perspectiva pode envolver diferentes temas, atores, ações políticas, práticas cotidianas

alternativas, imaginários, espacialidades, táticas, conflitos e contextos cultural, conectados em uma luta contra as relações hegemônicas de poder e por um projeto comum.

Por fim, visando amplificar as leitura e discussão sobre as *contentious politics*, tomamos como base a discussão sobre lugar e *terrains of resistance*¹⁰. Esta leitura demanda uma identificação do lugar para além da leitura cultural, pois sendo como um espaço onde se dão também as relações humanas, consequentemente, este também é político (MASSEY, 2004, 2005). Acreditamos que esta perspectiva nos permite pensar o lugar como um importante espaço onde ocorrem as relações de dominação e também de resistência material, cultural, etc. Neste sentido, pensando as ações políticas, o lugar também emerge como sítio para desafiar as práticas dominantes e promover a resistência. Neste caso o lugar é fundamental em diferentes direções, porém destacamos aqui as identidades políticas, ações políticas e contextos históricos dos movimentos sociais por serem componentes da *terrains of resistance*.

Segundo Routledge (1992), o lugar contém três elementos importantes para analisar movimentos sociais: local, definido pelas interações formais e informais do cotidiano; localização, refere-se à área geográfica constituída por uma definição processual social, econômica e política; e o *sense of place* construído por elementos subjetivos. Tais elementos nos permitem identificar não somente as contradições a respeito de como os movimentos sociais, suas bandeiras e como os diferentes significados são criados, mas também os motivos de suas lutas e onde almejam chegar. Assim, para qualificar as discussões sobre movimentos sociais, destacamos a proposta de Routledge (1992) porque cremos que através desta ideia podemos compreender elementos culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos que envolvem os movimentos sociais, ou seja, pela sua eminente perspectiva multidimensional que mescla tanto perspectivas horizontais quanto verticais. Além disso, em contato com esta ideia, podemos reconhecer também diferentes tipos de escalas e relações de poder, conflitos, resistência e analisar os contextos dos movimentos sociais embasados nos elementos do lugar. Indubitavelmente, o conceito de lugar tem papel na composicionalidade de *terrains of resistance*:

The theoretical components of place (location, locale and sense of place) provide valuable insights into the 'terrain of resistance', contributing to the understanding of the political character of the movement. The analysis of the settings where social relations are constituted (locale) and the wider socio-political processes at work (location) have contributed to an understanding of why the Baliapal movement emerged where and when it did. (ROUTLEDGE, 1992, p. 605)

¹⁰ A eleição do termo *terrains* e não território tem sua explicação no fato de estar essencialmente relacionado ao conceito de lugar. Assim, um dos elementos que caracterizam o sentido do lugar (*sense of place*), segundo Massey (2004), é que não precisa ser necessariamente definido por fronteiras demarcatórias, tendo como essência de sua composição outras interações, relações, etc. Não obstante, apesar da proposta apresentar pontos de intersecção, o objetivo da análise também é diferenciado. Contudo, a convergência destes elementos faz-se objetiva a partir da abordagem espacial da leitura.

Ademais, *terrains of resistance* compreende uma multiplicidade de relações hegemônicas e contra-hegemônicas de poder e discursos e envolve e consubstancia diferentes processos, características e significados políticos, culturais, etc. em diferentes escalas e tempos:

A terrain of resistance refers to the sites of contestation and the multiplicity of relations between hegemonic and counter-hegemonic powers and discourses, between forces and relations of domination, subjection, exploitation and resistance. It refers to the movement within and between these forces and relations—a movement of contradiction, multiplicity and heteronomy. More specifically, a terrain of resistance represents an interwoven web of specific symbolic meanings, communicative processes, political discourses, religious idioms, cultural practices, social networks, economic relations, physical settings, envisioned desires and hopes. These are endowed with varying degrees of strategic force, movement and meaning according to the particular spatial, cultural and historical contexts of a conflict. (ROUTLEDGE, 1996, p. 517)

Contudo, é fundamental destacar que esta ideia vai além da compreensão abstrata, pois parte de relações, práticas e processos materiais e imateriais para entender e analisar a realidade das ações e do lugar. Assim, é importante destacar que *terrains of resistance* não é material, porém se expressa na materialidade:

As a site of contestation, a terrain of resistance is not just a physical place but also a physical expression (e.g. the construction of barricades and trenches), which not only reflects a movement's tactical ingenuity, but also endows space with an amalgam of meanings—be they symbolic, spiritual, ideological, cultural or political. A terrain of resistance is thus both metaphoric and literal. It constitutes the geographical ground upon which conflict takes place, and is a representational space with which to understand and interpret collective action. Further, terrains of resistance are manifested in myriad 'spaces', none of which are closed or 'contain' social movements. Rather, these spaces are intermingled with one another in a multiplicity of configurations. Each configuration reflects the specificity of social movement agency, the particular ways that movement within and between individual and collective agencies is enacted and enabled. (1996, p. 517)

Deste modo, *terrains of resistance* não são somente sítios (físicos) de contestação, mas também de expressão que, portanto, apresentam múltiplos significados (simbólicos, espirituais, ideológicos, culturais e políticos). É, assim, uma ferramenta teórico-analítica importante para se compreender as ações coletivas e as especificidades da formação e motivos de luta dos movimentos. No entanto, não são espaços blindados, pelo contrário refletem uma multiplicidade de formas de ações coletivas e individuais e também mantém laços com demais organizações (voluntárias, não governamentais, religiosas, etc.). Assim, *terrains of resistance* compreende tática, estratégia e processos simbólicos baseado também em crenças, valores, objetivos e imaginários que envolvem práticas políticas em diferentes escalas (ROUTLEDGE, 1996, 517).

Cremos que estas discussões integradas nos permitem compreender de um modo crítico a forma como ocorrem os conflitos, como as lutas têm se organizado de modo multiescalar, as distintas conexões e problemas internos das redes que lutam para alterar as configurações e formas de produção do espaço.

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: A IMPRESCINDIBILIDADE DO OLHAR GEOGRÁFICO EM QUESTÃO

Nesta reflexão, nosso objeto não é realizar uma discussão que venha a calhar em afirmações ignóbeis sobre a subordinação, dependência ou colonização da Geografia pelas demais Ciências Humanas. Pelo contrário, buscamos pensar as contribuições, reciprocidades, (des)conexões, (des)complementaridades e intersecções com o fito de promover a produção do conhecimento que, ao mesmo tempo em que se valha da porosidade das fronteiras das Ciências Humanas, também se atenha às especificidades epistemológicas da Geografia. A essa lógica atenta aos alicerces da ciência Geográfica é que denotamos como imprescindível e, portanto, buscamos praticar diretamente nas reflexões impressas ao longo deste trabalho. Ou seja, compreendemos que primar o léxico geográfico só tem sentido se a análise efetivamente estiver alicerçada em uma perspectiva eminentemente geográfica.

A origem de nossa perspectiva surgiu com o questionamento sobre onde estaria, se existiria e como era a preocupação com o espaço, os movimentos enquanto espaço e como os mesmos, e além de serem produtos deste também produzem, consomem, contestam e o transformam. Em muitos casos, alguns realizados por geógrafos, encontramos abordagens que tratam o espaço de modo secundarizado ou como um palco onde as relações se dão. De fato, o simples trato do espaço como um cenário onde os eventos ocorrem não nos pareceu suficiente. Pelo contrário, esta perspectiva não apresenta potencial explicativo e, portanto, sequer o espaço é compreendido como um elemento vital e/ou um produto-produtor com determinações diretas em todas as dimensões que envolvem os movimentos socioespaciais, ou seja, dissociava-se comportamentos, ações, lutas e conflitos de sua base primária e essencialidade: o espaço. O desenvolvimento de tal questionamento, no transcorrer do tempo e das análises, nos incitou a pensar as diferenças entre as ciências, especialmente a Sociologia e a Geografia, conforme apresentamos em Sobreiro Filho (2013). Além disso, num plano mais elevado, encontramos a mesma lacuna no tocante às demais formas de *contentious politics*. Esta lacuna, de certo modo, nos permite um amplo

campo de contribuições potenciais, pois o espaço se caracteriza como o principal objeto da Geografia. Assim, chegamos a uma primeira conclusão: as diferenças eram estruturais.

O potencial analítico da Geografia, primeiramente, habita em sua própria estrutura e especificidades epistemológicas. Este é um ponto de partida para começarmos a tratar esse objeto em comum com as demais Ciências Humanas¹¹. Indubitavelmente, nos leva a crer que cada uma das Ciências Humanas pode construir análises de um modo único, mas, ao mesmo tempo, contendo potencial para integrá-los. Essa perspectiva remonta à nossa preocupação sobre não caracterizar nossas reflexões como uma negação das demais Ciências Humanas, pelo contrário cremos que a porosidade entre as mesmas deve ser dilatada por diálogos cada vez mais amplos e contundentes, contudo sem perder as bases epistemológicas e o trato adequado para com as suas especificidades. Assim, destacamos que há temas que dialogam com as demais Ciências Humanas e, portanto, não se restringem propriamente a uma, mas o cumprimento com os pressupostos das bases epistemológicas é o elemento que diferenciará as análises e, portanto, se desdobrará em qualidades e resultados distintos¹².

É no bojo desta perspectiva e do olhar atento para com o espaço e território que emergem os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. A discussão seminal desta perspectiva inicia-se com Martin (1997) e Fernandes (1999, 2005). Ambos os autores destacam o raro trato geográfico nas análises sobre este objeto e a necessidade de se construir uma abordagem eminentemente geográfica. Neste sentido, Sobreiro Filho (2013) remonta à diferenciação com base na perspectiva do que seriam os objetos das ciências e, embasada na compreensão de Santos (2008) de que *“De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais, e do outro, objetos geográficos”* (p. 77), destaca tanto que as mesmas compartilham objetos de análise quanto também que seus elementos fundantes diferenciam suas análises e perspectivas. Ademais, seja pelas denominações homem-meio, sociedade-natureza, homem-espaço, etc., a Geografia trata tais relações de modo indissociado e dialético. Assim consubstancia e/ou evidencia a inseparabilidade dos aspectos físicos e humanos em busca de uma aproximação maior da compreensão da realidade, fato determinante para a compreensão do que seria um objeto geográfico¹³.

¹¹ Há uma enorme riqueza nestas múltiplas interpretações sobre objetos em comum tal como vemos em Aristóteles *“o ente é dito de várias formas”* (2010, p. 24-5). Contudo, advogamos aqui a importância da forma geográfica.

¹² Apesar da Sociologia e da Geografia compartilharem alguns dos mesmos objetos de análise, parcela das diferenças de resultados também estão relacionados aos respectivos métodos tal como podemos ver em Durkheim (2002), George (1969) e Santos (1985, 2008)

¹³ *“Sobre essa discussão ver Santos (2008, p. 72).*

Além das diversas especificidades das respectivas ciências, os conceitos, por expressarem diferentes níveis de abstração¹⁴, cumprem papel fundamental na construção das análises e busca da compreensão dos fenômenos. Vale destacar que, apesar da porosidade das ciências permitirem intensos diálogos, o uso indiscriminado, inadequado e desatento de tais contribuições conceituais importadas pode incorrer em erros crônicos, inclusive, tratando-os como metáforas por desconhecer as especificidades da ciência em que foi gerado e sua composicionalidade (leia-se também extensão) conceitual. Neste sentido, Fernandes aponta sobre como o uso conceitual pode implicar em uma contribuição parcial *“Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos”* (2005, p. 30).

Neste sentido, destaca também Martin que *“mesmo quando esses movimentos tem uma nítida dimensão espacial, raramente são considerados de um ponto de vista verdadeiramente geográfico.”* (1997, p. 26). Esta realidade expressa não só a falta de uma perspectiva eminentemente espacial, mas também como um produto das especificidades que implicam em resultados diferentes dos pautados pela lógica espacial da Geografia. Outro autor que apresenta uma contribuição para pensarmos os diferentes tratos e as distinções epistemológicas é Pedon (2009, p. 228), destacando que Movimento social e Movimentos socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo. Ainda nesse sentido, tomando como base a proposta conceitual apresentada, o autor também valida e destaca a construção do conceito de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais como perspectiva que releva a realização de uma leitura geografizada e orientadora que amplia seu arcabouço e passa a buscar a função de “orientadora” (p. 228).

A perspectiva trata tal contribuição a partir da multidimensionalidade que compreende o espaço, sendo outro ponto fundamental, pois, visto que a realiza de modo *geografizado*, a mesma se expressa também nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. É destacável o fato de que também pode haver inversões e limitações crônicas oriundas das demais ciências para com a Geografia, sendo que as análises que

¹⁴ Destacamos a importância dos conceitos geográficos sob um olhar crítico para podermos entender melhor o espaço, tal como podemos ver em Santos: *“Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto.* (2008. p. 77)

relevam o espaço, via-de-regra, tem incorrido em compreensões confusas, simplificadas, unidimensionais e fragmentadas da realidade sobre território e espaço¹⁵:

No bojo destas compreensões é que o Fernandes propõe uma definição conceitual fundamentalmente baseada nos conceitos da Geografia, evidenciando-o como essenciais não só para compreende-los, mas em sua própria luta, dinâmica e essencialidade:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Aponta Pedon (2009) que os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e, conseqüentemente, suas ações configuram um processo de disputa territorial baseado na territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, cremos que é importante relevar que os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais coexistem, mas não quer dizer que sejam sinônimos. Movimento socioespacial é um conceito amplo porque está relacionado à complexidade do espaço, enquanto produto-produtor complexo, e as processualidades potenciais. Assim, os movimentos socioespaciais são aqueles que produzem-consomem e/ou transformam o espaço e, conseqüentemente, as relações socioespaciais através de sua luta, resistência e sua própria existência. O conceito de movimentos socioterritoriais, conforme Fernandes (2005) e Pedon (2009), tem o território como trunfo e, portanto, os sujeitos resistem e lutam por territórios (materiais e/ou imateriais). O território configura-se como a essência dos movimentos socioterritoriais. Deste modo, assim como espaço e território coexistem, ou seja, o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Portanto, todo movimento

¹⁵ Esta crítica também está presente nas afirmações “A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial” (FERNANDES 2005, p. 28) e “É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementivos do espaço geográfico.” (FERNANDES 2005, p. 27)

socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe a luta por espaço, no entanto nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe e manutenção de uma relação de poder em determinado espaço.

Ademais, é fundamental destacar que a Geografia brasileira produziu diversas contribuições sobre movimentos sociais. No entanto, com poucos e delicados diálogos entre si. Buscando compreender um pouco mais sobre o processo de conhecimento da Geografia sobre movimentos sociais, Pedon (2009) é uma importante referência. Realizando quase uma arqueologia da produção do conhecimento da Geografia brasileira baseada na relação entre a história do pensamento geográfico do Brasil e os trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia, Pedon (2009) aponta que os primeiros trabalhos de geógrafos sobre movimentos sociais têm sua base em Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro com as Ligas Camponesas. Destaca ainda, a existência de uma lacuna nas décadas de 1960 e 1970 e o retorno destas discussões com o processo de renovação da Geografia que se deu, sobretudo, com o avanço da influência marxista, especialmente o materialismo histórico, por Milton Santos, Yves Lacoste e Henri Lefebvre, e, conseqüentemente, levaram a repensar a Geografia e inseriram uma leitura crítica no tocante ao espaço. A própria conjuntura de reabertura democrática e o avanço das mobilizações, especialmente as greves entre 1978 e 1980, incitou os estudos voltados para as organizações e ações políticas. Ainda segundo autor (2009, p. 25-7) o início dos estudos pioneiros sobre mobilizações e sua divulgação na década de 1980, com predomínio dos estudos de caso, como produtos da Geografia Crítica, porém com referenciais majoritariamente estrangeiros e, portanto, com lógicas extrínsecas à realidade brasileira, sendo predominantemente europeia e datada nas décadas de 1960 e 1970. Nas décadas consecutivas, assim como a Geografia foi amplificando as suas análises sobre o espaço, o mesmo ocorreu com os estudos sobre movimentos sociais. Pedon (2009) sintetiza diferentes aplicações, perspectivas e influências dos principais trabalhos. Dentre eles, uma maioria embasada em autores externos à Geografia ou estrangeiros, tais como: J. Lojkin, M. Castells, J. S. Martins, Maria da G. Gohn, Ana C. T. Ribeiro, etc.

Segundo Pedon (2009), Ruy Moreira surgiu como importante referência no tocante à compreensão da geografia como uma ferramenta para desvendar as “mascaras sociais” (p. 37), aos auspícios da discussão de luta de classes. Esta perspectiva levou a uma mudança na relação entre a Geografia e o sujeito até então pouco trabalhado. Assim, somada à perspectiva de classes, o espaço passou a ser compreendido a partir das discussões sobre o processo de produção, distribuição e consumo, e o conceito de território como expressão espacial das lutas (p. 39). Neste sentido, Pedon (2009) passa a destacar alguns estudos e mudanças importantes, tais como: 1) O estudo de Satiê Mizubuti a partir da compreensão de bairros e favelas como sub-espacos onde ocorrem a reprodução do proletariado (p. 18); 2) O salto qualitativo na leitura sobre ativismo realizado por Marcelo

José Lopes de Souza, buscando refletir as espacialidades e a inseparabilidade das relações espaço-sociedade (p. 93-4); 3) A contribuição de José Borzacchiello da Silva sobre o entendimento dos registros espaciais oriundos da relação entre o povo e o poder, assim emergindo um conjunto de contradições que se dão no bojo da sociedade capitalista (p. 100); 4) A persistência da dicotomia campo-cidade em diversos trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia. Entretanto, a quebra da mesma dicotomia realizada por Ruy Moreira (p. 65); 5) A utilização de autores geógrafos reconhecidos (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, Julia Adão Bernardes e Milton Santos), alguns que, apesar da importante contribuição, não são geógrafos (Henri Lefebvre, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Paul Singer), e demais e outras áreas (José de Souza Martins, Emir Sader, Alain Touraine e Edward Thompson); 6) Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta contribuições no sentido do desenvolvimento de um quadro sobre a materialização das lutas e conflitos no campo (p. 118). Ademais, juntamente a Manuel Correia de Andrade, “*podem ser considerados como precursores na geografia brasileira*” (p. 122); 7) A perspectiva marxista de compreensão do espaço foi um importante processo para alterar as análises dos movimentos sociais na Geografia brasileira; 8) Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Marin constituem-se como importantes referências no tocante à construção conceitual, servindo de base teórica dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (p. 137-140); 9) A contribuição de Renato E. dos Santos no tocante à geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial (p. 146-63);

Ademais, o autor realizou uma minuciosa varredura dos trabalhos da Geografia nos principais periódicos e, portanto, que permitiram a maior difusão de produções sobre os movimentos e temas afins: Revista Terra Livre; Boletim Goiano de Geografia; Boletim de Geografia Teorético; Caderno Prudentino de Geografia; Boletim Paulista de Geografia; e a Revista Brasileira de Geografia. No entanto, fato é que, assim como os demais, poucos apresentaram contribuições teórico-conceituais para a Geografia. Sintetizando tal percorrido e compreensões, podemos destacar que as análises geográficas sobre movimentos sociais na Geografia: 1) Apesar da maioria dos trabalhos não realizarem esforços teórico-conceituais sobre a Geografia e os movimentos sociais, cremos que sejam importantes referências para mapearmos os conflitos e principais fenômenos atrelados (PEDON, p. 28-131); 2) Muitas das produções tiveram significativa importância em termos de registros de conflitos e de estudos de casos, sendo raros os que se ativeram a análises comparativas trans ou multi-escalares; 3) Há uma predominância ampla e quase hegemônica de referenciais de outras áreas das Ciências Humanas, especialmente a sociologia e a História (PEDON, 2009, p. 145-5); 4) Algumas limitações, especialmente no tocante ao uso de teorias oriundas de outras Ciências Humanas, têm deficiências não somente pelo desconhecimento das distintas definições conceituais sobre movimentos sociais, mas

também para com os diferentes modelos interpretativos conforme podemos ver em Gohn (2009, 2010, 2011); 5) Diversas análises ainda apresentam significativas deficiências em termos da compreensão do contexto dos movimentos socioespaciais por conta das influências majoritariamente norte-americanas e europeias com limitações às especificidades temporo-espaciais da América Latina.

Vale destacar também que é fundamental compreender o modo como a Geografia brasileira tem operado os próprios conceitos na elaboração de suas análises, muitas vezes elegendo forçosamente alguns em detrimento de outros com vasto potencial explicativo, para não incorrer no mal das análises pobres, ou seja, desatentas para com suas especificidades e a adequação e contextualização de ideias, teorias e conceitos tanto próprios quanto das demais Ciências Humanas. Além disso vale destacar que os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm sido referenciados e discutidos em análises diversas (teses, dissertações, monografias, relatórios e artigos), demonstrando assim sua aceitação e expansão nas análises, dentre elas: Fernandes (1999, 2005, 2008, 2009); Neves (2004); Origuela (2015); Fabrini et al. (2012); Pereira (2015); Souza (2012); Pereira (2012); Wahren & Schwartz (2015); Dalperio (2013); Sobreiro Filho (2010, 2013, 2015); Souza Junior (2007, 2008); Castilho (2012); Aveni & Silva (2010); Souza (2009); Onório & Silva (2012); Camacho (2011); Moraes (2011); Machado (2011); Cardoso (2013); Melo & Almeida (2014); e Ramos Filho (2008); Gonçalves (2011); Coca (2011); Felício (2011); Souza (2012); Campos (2012); e Roos (2015).

Por fim, pode-se afirmar que a Geografia não se diferencia das outras ciências em termos de comungar de um mesmo objeto de análise, mas demonstra suas especificidades em relação às demais através de abordagem particular embasada em seus conceitos (espaço, território, lugar, paisagem, região, rede e escala), tornando movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais instrumentais analíticos criados pela própria ciência geográfica e com potencial explicativo perante sua estrutura epistemológica. No entanto, apesar das significativas contribuições de Martin, Fernandes e Pedon, cremos que ainda seja necessário aprofundar um conjunto de outros elementos para então poder avançar em termos de formulação de uma teoria geográfica sobre *contentious politics* e, portanto, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais de modo cada vez mais denso e rumo a elaborações mais avançadas e que dialoguem com as contribuições e instrumentais teóricos geográficos oriundos de outros continentes tal como buscamos apresentamos aqui. Em outras palavras, podemos dizer que a perspectiva geográfica brasileira ainda demanda uma abordagem mais profunda, não somente em termos de construção aprofundamento conceitual, mas, sobretudo, na compreensão das racionalidades e demais elementos que compõe as *contentious politics*.

Considerações finais

A Geografia brasileira realizou um amplo conjunto de análises e estudos sobre movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. No entanto, historicamente apresenta uma dívida de contribuição cuja gênese seja geográfica. Ademais, esta dívida não se limita somente à produção geográfica, mas também às relações para com os teóricos da geografia oriundos doutros continentes. Como exemplo dos autores britânicos e norte-americanos aqui estudados, nota-se que a existência de diversos outros geógrafos que apresentam significativas contribuições e se dispõem à construção de instrumentais teórico e analíticos contundentes desde referenciais de movimentos europeus, latino-americanos, norte-americanos e asiáticos. De modo amplo, destaca-se não somente a imprescindibilidade de um olhar geográfico, mas também o estreitamento para com as literaturas internacionais.

Referências

- ARISTÓTELES. **Categorias**. 2ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2010.
- AVENI, A. & SILVA, R. H. Papel da mídia na geopolítica contemporânea. Como a mídia tem tratado a atuação dos movimentos sociais urbanos no Brasil? **Revista eletrônica Tempo – Técnica – Território**, v. 1, n. 3, p. 25-44, 2010.
- CAMACHO, R. S. A Geografia no contexto da educação do campo: construindo conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percursos - NEMO**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25-40, 2011.
- CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo. 388 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012.
- CARDOSO, B. O reviver do movimento indígena boliviano no Abya Yala. In: **Anais do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina**, p. 105-119, 2013.
- CASTILHO, C. J. M. Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. p. 99-129, 2012.
- CHATTERTON, P., FEATHERSTONE, D. and ROUTLEDGE, P. Articulating Climate Justice in Copenhagen: Antagonism, the commons, and Solidarity. **Antipode**, n 0, v. 0, 2012
- COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do território Catuquiriguaçu – Estado do Paraná. 250 f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

DALPERIO, L. C. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 à 2012**. 257 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 128 p.

FABRINI, J. E., et al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 33-49, jul-dez. 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. São Paulo. Forense, 1969.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio – SP**. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

HARVEY, D. **Justice, nature, and geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the institute of British Geographers**, N. Series, v. 33, n 2, p. 157-172, 2008.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MACHADO, T. C. **Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia**. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

_____. **For Space**. London, Sage Publications, 2005.

McFARLANE, C. Translocal assemblages, Space, power and social movements. **Geoforum**, v. 40 561-567, 2009.

MELO, D. S. & ALMEIDA, R. A. Uma análise das ocupações de terra em Mato Grosso de 2000 a 2012. In: **Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**, Campo Grande (MS), p. 286-295, 2014.

MILLER, B. A. **Geography and Social movements: comparing antinuclear activism in the Boston Area**. London: University of Minnesota Press, 2000.

MORAIS, V. C. **A produção do espaço na perspectiva dos movimentos** sociais: um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves. 116 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

NEVES, A. L. Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 35-42, jul-dez. 2004.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: theorising the geographies of social movements. **Transactions of the institute of British Geographers**, New Series, v. 34, n 1, Jan, p. 78-93, 2009.

_____. J. The geographies of social movements. **Geography Compass**, 1/3, p. 607-622, 2007.

ONÓRIO, S. S. & SILVA, C. O. Movimentos socioespaciais: um estudo dos trabalhadores sazonais do município de São José da Laje, Alagoas. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aquidabã, v. 3, n. 1, p. 42-59, dez. 2011.

ORIGUELA, C. F. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 113-137, jan-jul. 2015.

OSORIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Tese (Doutorado) - Unesp, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, D. V. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período de 2000-2011**. 91 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, L. I. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil**: estudo de caso da empresa UMOE Bioenergy no município de Sandovalina (SP). 174 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2015.

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do banco mundial e o combate à pobreza rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, Clacso, 2013.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistências. 392 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2015.

ROUTLEDGE, P. Critical geopolitics and terrains of resistance. **Political Geography**, v. 17, n. 6/7. P. 509-531. 1996.

_____. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. **Royal geographical Society**, p. 333-349. 2003.

_____. Putting politics in its place: Balipal, India, as a terrain of resistance. **Political geography**, v. 11, n. 6. 1992.

_____. Space, mobility, and collective action: India's Naxalite movement. **Environment and Plannig A**. v. 29, p. 2.165-2.189. 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do "MST da Base" no Pontal do Paranapanema. **Geografia em Questão**, M. Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **GeoGraphos**, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015.

_____. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. **GeoGraphos**, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

SOUZA, F. E. **As "geografias" das escolas no campo do município de Goiás**: instrumento para a valorização d território do camponês? 380 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, M. L. A. Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Pres. Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009

SOUZA, R. S. R. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1999 a 2009**. 130 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA JUNIOR, X. S. S. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa – PB**. 360 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

TARROW, S. **Power in movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WAHREN, J. & SCHVARTZ, A. Disputas territoriales en el Valle del Intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

Recebido para publicação em 24 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 07 de julho de 2017.

Aceito para a publicação em 15 de setembro de 2017.

Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena

Márcia Yukari Mizusaki

Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA)
e-mail: marciamizusaki@ufgd.edu.br

Resumo

O artigo propõe-se a apresentar uma reflexão teórica a partir de referenciais marxistas e geográficos, sobre a atuação dos movimentos indígenas na América, em especial no Brasil, problematizando sobre os desafios da análise a partir do paradigma da luta de classes e apontando teoricamente a necessidade de ampliar o conceito, que não pode estar centrado exclusivamente numa categoria econômica. Destaca o caráter racial da divisão do trabalho implementado na América para a dominação colonial, apontando para a atuação dos movimentos indígenas que, ao reafirmarem modos particulares de existir e resistir, centrados em elementos não econômicos, emergem nesse cenário, como contradições estruturais desse modelo de dominação capitalista. Ao apropriarem-se politicamente da identidade indígena, reafirmam seus direitos originários a partir de valores não econômicos, ao mesmo tempo em que adquirem caráter de classe, no enfrentamento com proprietários de terra, com o capital.

Palavras-chave: Movimentos indígenas; território; marxismo; questão agrária.

Indigenous movements, Geography and Marxism in the Brazilian agrarian issue: when “news” characters get on the scene

Abstract

The article proposes to present a theoretical reflection based on Marxist and geographic references about the performance of the indigenous movements in America, especially in Brazil, problematizing the challenges of analysis from the paradigm of the class struggle and theoretically pointing out the necessity to extend the concept, which cannot be focused exclusively on an economic category. It emphasizes the racial character of the division of labor implemented in America for colonial domination, pointing to the actions of indigenous movements which, by reaffirming particular ways of existing and resisting, centered on non-economic elements, which emerge in this scenario as structural contradictions of this model of Capitalist domination. With the political appropriation of indigenous identity, they reaffirm their original rights from non-economic values, at the same time as they acquire class character in confrontation with landowners and the capital.

Keywords: Indigenous movements; territory; marxism; agrarian issue.

Movimientos Indígenas, geografías y marxismo en la cuestión agraria brasileña: cuando “nuevos” personajes entran en la escena

Resumen

El artículo propone presentar una reflexione teórica a partir de los referenciales marxistas y geográficos, acerca de la actuación de los movimientos indígenas en América,

especialmente en Brasil, problematizando los desafíos del análisis a partir de lo paradigma de la lucha de clases y señalando teóricamente la necesidad de ampliar el concepto que no puede centrarse exclusivamente en una categoría económica. Destaca el carácter racial de la división del trabajo implementado en América para la dominación colonial, señalando para la actuación de los movimientos indígenas, que al reafirmaren los modos particulares de existir y resistir centrándose en elementos no económicos, surge en este escenario, como contradicciones estructurales de este modelo capitalista. Al apropiarse políticamente de la identidad indígena reafirman sus derechos originarios a partir de valores no económicos, al mismo tiempo adquieren carácter de clase, en el enfrentamiento con los propietarios de tierras, con el capital.

Palabras clave: Movimientos indígenas; territorio; marxismo; cuestión agraria.

Introdução

O presente texto tem por objetivo apresentar reflexões que temos realizado para compreender a situação dos movimentos de resistência indígena, no contexto da questão agrária brasileira, mais especificamente, problematizar e pensar caminhos sobre alguns dos desafios teóricos/empíricos de uma análise a partir do paradigma da luta de classes em relação ao movimento indígena e à Geografia.

Apesar da carência relativa de estudos sobre os povos indígenas na geografia, é necessário lembrar que relevantes estudos têm sido feitos, como os trabalhos de Tetila (1994), Ratts (2003), Ladeira (2008), Arruzo (2009), Mota (2011, 2015), Lima (2012), Guerra (2012), Bastos (2014), o que tem contribuído, dentre muitas questões, para a compreensão da territorialidade de grupos étnicos específicos; especialmente em sua relação de contato com a sociedade não índia; dos conflitos e disputas por território.

Nossas reflexões se iniciam, mas não a ela se restringem, a partir dos frequentes conflitos entre proprietários de terras e indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, que se agravam com o processo de espoliação e esbulho decorrentes do avanço e intensificação do agronegócio. O critério por nós utilizado para situarmos teoricamente e compreendermos os povos indígenas no contexto da questão agrária brasileira foi partir da análise dos processos recentes de movimentos de retomada dos povos indígenas de suas terras tradicionais. Centramos-nos, para tal escolha, no pressuposto apontado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, quando nos lembra que *“O caminho teórico para o estudo da questão agrária e particularmente dos movimentos sociais no campo, (...). Têm de buscar no entendimento da luta, sua dimensão espacial”* (OLIVEIRA, 1999, p. 252). Concordando com o autor, compreendemos que é nas lutas, nos conflitos, nas formas de realização do capital e nas resistências, que se revelam as contradições estruturais mais relevantes para o entendimento da questão agrária.

Nosso envolvimento com a temática iniciou-se pela prática e virou *práxis*. Essas primeiras questões que levantamos são introdutórias. O caminho que optamos por percorrer envolveu, além de leituras de diferentes correntes teóricas e áreas do conhecimento - como geografia, história, sociologia, antropologia – marxistas e não marxistas, que têm se dedicado ao entendimento da dinâmica da sociedade capitalista e dos povos indígenas para, a partir das considerações apontadas pelos autores e de uma realidade socioespacial particular, Mato Grosso do Sul, pensar uma compreensão sobre a situação dos movimentos indígenas no contexto da questão agrária brasileira. Realizamos também pesquisa em sites da internet ligada ao tema e também, um período de *observação participante* (BRANDÃO, 2007) junto aos povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.

O artigo está dividido em quatro momentos. No primeiro, apontamos nossa perspectiva de análise sobre o conceito de território, bem como, sua importância para a compreensão da realidade agrária atual. No segundo momento, expomos os aspectos centrais considerados da análise marxista, na elucidação da lógica do modo de produção capitalista, que se fundamenta nas relações de classe. A compreensão da lógica interna do capitalismo é destacada como central para se compreender a dinâmica do território. Posteriormente, passamos à análise das características gerais do processo de formação territorial latino-americano, especialmente o brasileiro, no contexto de expansão capitalista que, ao incorporar as formas de trabalho em torno do eixo do capital, utilizou-se como critério, a divisão racial do trabalho, contexto em que se compreende também a condição do movimento negro. Somente a partir de então contextualizamos, por fim, nossas reflexões sobre a análise marxista dos movimentos indígenas.

Cabe esclarecer, ainda, que no subtítulo do artigo, inspirado no livro de Sader (1988), a palavra “novos” personagens, estão entre aspas, pois não é demais lembrar que há registros de suas lutas e resistências desde pelo menos, o século XVI. São mais de 500 anos de lutas e resistências, cabendo lembrar que essas resistências não foram homogêneas, pois sofreram variações no tempo e no espaço, segundo os diferentes grupos étnicos, conforme destaca Vasconcelos (1999). Não são, portanto novos, nem o subtítulo deste artigo e nem novos os personagens. A novidade vem da resignificação de suas formas de resistência, de que trataremos aqui.

Os movimentos indígenas e a questão agrária

Para uma abordagem geográfica da atuação e situação social dos povos indígenas no contexto da questão agrária brasileira, consideramos que o conceito de território

apresenta relevância analítica. Destacamos nesse sentido, as contribuições de Fernandes (2005) quando propõe o conceito de movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais para a análise dos movimentos camponeses que o autor tem se dedicado a compreender, especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No caso dos movimentos indígenas, o conceito foi utilizado por Mota e Pereira (2012), que destacam, nesse caso, o caráter étnico do movimento, atribuindo ao movimento indígena enquanto um movimento étnico-socioterritorial. Tal conceito também tem sido utilizado por pesquisadores de outras áreas do conhecimento que, tradicionalmente, têm se ocupado em compreender essa complexa realidade vivida pelos povos indígenas. Dessas pesquisas sobre os povos indígenas, verificamos que, nas leituras que realizamos até o momento, o conceito de território tem sido abordado a partir da perspectiva da territorialidade humana, considerando-se as diferentes temporalidades/territorialidades constituídas a partir da diversidade sociocultural e/ou das situações de contato interétnico. Em Little (2002), por exemplo, o território é compreendido como palco das ações humanas.

A nossa compreensão de território pressupõe a realidade espacial enquanto uma totalidade multidimensional e em contínuo movimento, que tem nas relações de poder a centralidade na análise, conforme destacado por Raffestin (1993). Na sociedade capitalista, a territorialização dessa dinâmica sociedade-espaco-tempo, se inscreve no espaco geográfico tendo na mercadoria, o elemento de mediação, produzindo contradições a partir das diferentes formas de apropriação do espaco e revelando, interesses antagônicos dados essencialmente (e não somente) a partir das diferentes concepções de propriedade, de sociedade, de natureza. Essas distintas espaco-temporalidades que compõem a vida no planeta encontram-se continuamente em movimento contraditório, revelando tensionamentos, conflitos, transformações, que expressam, também, dimensões espaciais. Nosso esforço de compreensão centra-se no pressuposto apontado por Harvey (2005) de que a teoria do materialismo histórico é também geográfico.

Temos que reconhecer, no contexto atual das análises marxistas, que a questão ambiental e os povos indígenas têm sido temas pouco considerados. Nesse aspecto, entendemos que na análise da dinâmica do território, não somente os diferentes tempos sociais devam ser considerados, mas também, os diferentes tempos da natureza, pois os seres humanos não são apenas seres sociais, mas naturais também. Temos necessidades sociais e biológicas, conforme já destacaram Marx e Engels (1987). Fazemos parte da natureza e dela também dependemos para nossa sobrevivência, embora historicamente tenha se tornado hegemônica a ideia de natureza como recurso e de que o homem pode dominá-la. Todos dependemos da natureza para sobreviver, necessitamos ocupar um lugar no espaco e estabelecer relações contínuas com outros seres humanos e com a natureza, mesmo que transformada. Ocupar um lugar no espaco pressupõe apropriação, o que nos

remete ao conceito de território. A dinâmica do território envolve, então, complexas relações de (re)apropriação do território, disputas, tensionamentos, conflitos, perdas, transformações, produto e, ao mesmo tempo, processo da dinâmica sociedade-espaco-tempo. São relações mediadas dessa forma, por diferentes configurações espaco-temporais, considerando-se, fundamentalmente, a mediação das relações de poder.

Quando pensamos nas formas de apropriação do território, verifica-se que o que está em questão é o seu *controle*, pois, na sociedade capitalista, a apropriação mercantil pressupõe apropriação de espaço ocupado, de espaço alheio, como já lembrou Rosa Luxemburgo (apud HARVEY, 2004). O debate sobre a questão do controle do território já tem sido enfatizado por autores como Gonçalves (2006), Haesbaert (2007), Fernandes (2008), fato esse que tende a se intensificar e agravar, considerando-se que todo o planeta, com exceção de desertos e geleiras, já se encontra apropriado. No modo de produção capitalista busca-se imprimir uma lógica territorial objetivando-se a acumulação e reprodução ininterrupta e ampliada do capital (re)produzindo relações não necessariamente capitalistas, mas que objetiva configurar-se a partir da lógica da acumulação capitalista. As lógicas territoriais relacionam-se ao seu processo de formação e (re)apropriação, cujas dinâmicas manifestam-se como síntese contraditória, exprimindo a desigual correlação de forças entre os agentes envolvidos (OLIVEIRA, 1992). O território capitalista, que se pretende hegemônico, não é dessa forma, homogêneo e nem se utiliza sempre de relações capitalistas para a acumulação, pois nas suas *ondas de territorialização* (LITTLE, 2002), os outros diferentes tempos atuam e se reproduzem como antítese (incluindo os diferentes tempos da natureza), cujas expressões territoriais revelam tensões, disputas, conflitos, violências, problemas de toda ordem.

Nessa trama de relações e, partindo do pressuposto de que a dinâmica do território pressupõe relações de poder, cabe situarmos histórica e geograficamente os padrões de conflitividade que se verificam nas relações entre indígenas e não indígenas.

Uma perspectiva de análise marxista pressupõe, segundo Harvey (2013), a elucidação da lógica do modo de produção capitalista, que se fundamenta numa estrutura de classes, essencialmente entre capital e trabalho. Para o autor, o aspecto central da análise marxista fundamenta-se na objetividade das relações que movem os seres humanos na satisfação de suas necessidades cujo processo é incorporado nas relações de produção e consumo. Ao tratar da questão, Harvey (op. cit.) explicita o significado do que seria uma relação de classe. Na observação desse autor, a abordagem sobre o conceito de classe necessita de uma interação entre dois sistemas conceituais: o teórico e o histórico, o que não constitui tarefa fácil, já que o próprio Marx não teria concluído tal tarefa.

Concordamos com o fato de que para pensar as relações de classe no capitalismo não se pode prescindir da relação entre teoria e seu contexto histórico e geográfico. Nesse

sentido, Harvey ressalta da obra de Marx um importante conceito que reforçará a importância das particularidades histórico-geográficas: o conceito de formação social:

(...) uma formação social – uma sociedade como ela é constituída em um determinado momento histórico – é muito mais complexa. Quando Marx escreve sobre os eventos históricos reais, ele usa categorias de classe mais amplas, mais numerosas e mais flexíveis. Nas passagens históricas n'O capital, por exemplo, encontramos a classe capitalista tratada como um elemento dentro das classes dominantes na sociedade, enquanto a burguesia significa mais uma vez algo diferente. Em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, que é frequentemente citado como um modelo da análise história (sic) de Marx em ação, encontramos os eventos na França de 1848 e 1851 analisados em termos do lumpenproletariado, do proletariado industrial, de uma pequena burguesia, de uma classe capitalista fracionada em industriais e financistas, de uma aristocracia fundiária e de uma classe camponesa. Tudo isso está muito distante da simples análise de duas classes apresentada em grande parte d' O capital (HARVEY, 2013, p. 73-74. Grifo nosso).

O autor chama a atenção, então, para a necessidade de contextualização histórica na compreensão do processo de formação dos antagonismos de classe, destacando a importância do conceito de formação social. Compreendemos dessa forma, que esses pressupostos apontados por Marx e as considerações de David Harvey contribuem para entendermos realidades agrárias específicas, como a da América e, em particular, a brasileira. A partir desse pressuposto buscamos compreender a lógica interna do capitalismo a partir da luta de classes, estabelecendo-se, nesse sentido, a interação entre o caráter teórico e histórico. Ao fazê-lo, no contexto da formação social latino-americana, que também é territorial, verificam-se processos bastante distintos dos ocorridos na Europa, o que nos remete a sistemas conceituais mais amplos que as classes que aparecem na maior parte d'O Capital, conforme aponta Harvey (2013).

Ao conceito marxista de formação social, Milton Santos (2004, p. 244), nos lembra que esta formação socioeconômica é também espacial, "... pois não há e jamais houve formação social independente do espaço". No contexto dessa formação social e espacial, entendemos que o capitalismo se tornou hegemônico, mas "... assume várias formas intermediárias e segue de forma desigual por setor e por região" (HARVEY, 2003, p. 75).

Considerando-se o atual estágio de *mundialização econômica* (CHESNAIS, 1996), no processo de formação socioespacial, a lógica mercantil se impõe como fator a mediar essas relações. Nesse sentido, compreender a lógica interna do capitalismo constitui-se fator de extrema relevância para a compreensão da dinâmica do território na atualidade e ainda, que as particularidades histórico-geográficas não podem estar descoladas das relações mais gerais que movem e mantêm esse modo de produção.

No contexto dos processos de formação socioespacial, faz-se necessário também, conforme destaca Quijano (2005), distinguir capital de capitalismo, pois, embora a lógica do capital seja a de articular todas as formas de trabalho e de controle do trabalho em torno do seu eixo e do mercado mundial, nessa complexa trama de relações, essas formas têm sido marcadas pela heterogeneidade e pela descontinuidade. Nas palavras do autor:

A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. [...]. Assim, cada uma dessas relações de produção é em si mesma uma estrutura heterogênea. Especialmente o capital, desde que todos os estágios e formas históricas de produção de valor e de apropriação de mais-valia (...) estão simultaneamente em atividade e trabalham juntos numa complexa rede de transferência de valor e de mais-valia. (QUIJANO, 2005, p. 11- 12).

No contexto da formação socioespacial latino-americana, em particular a brasileira, os povos originários da América não são figuras de dentro do capitalismo, pois se encontravam na América antes da chegada das frentes colonizadoras e pertenciam a diferentes formas de organização socioespacial, com diferentes suas culturas, etnias e línguas.

No caso de algumas formações socioespaciais, como a dos incas e dos maias¹ e cujos descendentes - juntamente com os mestiços - constituem até os dias atuais a maioria da população, os indígenas têm tido importante participação não somente na resistência ao chamado colonizador, mas também posteriormente, nos movimentos revolucionários ocorridos após a constituição dos Estados Nacionais. O capitalismo colonialista que se estabeleceu nessas regiões não conseguiu extinguir as características agrárias dos sobreviventes indígenas das políticas de extermínio e servidão coloniais. Nesses casos, verificamos que os estudos marxistas os têm identificado historicamente às lutas camponesas por terra. Segundo um dos originais estudiosos marxistas da realidade latino-americana, Mariátegui (2007), a organização dos incas, designada como comunismo agrário, tinha como principais características a propriedade coletiva da terra, das águas, do pasto, do bosque, cooperação no trabalho, mas a apropriação da colheita era individual e a terra, dividida em lotes individuais intransferíveis. Para o autor, tais características dessa sociedade agrária aproximaram a organização incaica às características camponesas,

¹ A sociedade incaica, sedentária e organizada em comunas agrícolas, apresentava um nível de organização econômica, militar, religiosa e agrária, que pode ser caracterizada como comunismo agrário (MARIÁTEGUI, 2007).

levando autores de orientação marxista, como Bartra & Otero (2008) assim como Mariátegui (op.cit.), a se utilizarem conceitualmente da categoria de campesinato indígena. No caso dos primeiros autores, referenciam-se aos indígenas do México.

No período de expansão colonial foram utilizados mecanismos e práticas de apropriação da riqueza e de controle do trabalho para que pudessem ser articuladas ao capitalismo mundial. Para Quijano (2005, p. 2) as formas de controle do trabalho implementadas na América Latina, como a servidão “... eram histórica e sociologicamente novas”, naturalizadas a partir da ideia de raça e que não pode ser comparada com a servidão do feudalismo europeu. Essa nova “geografia social do capitalismo” veio articulada da “... colonização das nossas perspectivas cognitivas” e, portanto, da nossa própria compreensão da história, que vem centrada a partir da Europa² (idem, ibidem, p.4-5). Nesse aspecto, a ideia de raça foi um elemento central de dominação colonial. Pela primeira vez na história, seria utilizada como critério de classificação social. A categoria “índios”, dessa forma, foi uma “identidade” que lhes foi atribuída pelos europeus para legitimar e naturalizar a exploração e o domínio coloniais. Nesse sistema de classificação, tem sido colocada a superioridade do branco sobre amarelos, indígenas e negros, naturalizando e legitimando assim, o poder colonial. Para Quijano, a ideia de raça esteve estruturalmente articulada à divisão do trabalho, ou seja, impôs-se uma divisão racial do trabalho.

De fato, como no caso do processo de formação socioespacial que posteriormente se desdobrou na constituição do Estado Nacional brasileiro, é sabido que, pela Lei de Sesmarias, os denominados colonialmente de negros e índios estavam excluídos do direito de acesso à terra. Para incorporá-los em torno do eixo do capital e do mercado mundial procedeu-se à divisão racial do trabalho, criando-se formas específicas de controle do trabalho como a servidão e a escravidão.

Quijano (2005) destaca que a expansão mercantil por meio do estabelecimento de instituições hegemônicas eurocêtricas, como o Estado-Nação, despojou os povos originários de suas singularidades históricas ao serem classificados como “índios” e os excluiu da constituição do moderno Estado-Nação.

Outro autor a destacar que as relações raciais são centrais para o entendimento da relação capital x trabalho no Brasil será Moura (apud FARIAS, 2014), que se dedicou a analisar a resistência negra a partir das relações de raça e classe, mas cuja contribuição teórica podemos pensar também para os povos indígenas. Na análise de Farias sobre a obra de Moura, o quilombo aparece como “contradição estrutural entre senhores e escravos” sendo então a “primeira expressão da luta de classes no Brasil” (FARIAS, 2014, p. 18). Continuando a análise das obras de Moura, Farias destaca ainda que a “escravidão no

² Não por acaso, a batata, que é originária do Peru, é conhecida como batata “inglesa”. Não deveria ser chamada de batata inca, ou, quando muito, batata peruana?

Brasil e em outras partes do mundo a partir do século XVI será uma das molas propulsoras para o capitalismo e o desenvolvimento industrial da Europa”. Com a ideologia do branqueamento da população brasileira, o Estado incentivou posteriormente a vinda do trabalhador estrangeiro, segregando toda a população de ex-escravos [e de indígenas]. Barreiras sociais, econômicas, políticas e simbólicas dadas a partir da ideia de superioridade do branco sobre negros e indígenas mediaram historicamente as relações socioespaciais no processo de expansão capitalista na América. Em outras palavras, o racismo atuou e atua como elemento de mediação no processo de constituição de “sociedades nacionais racializadas”. Com o objetivo de se manter, manter sua cultura e resistir à escravidão, o negro organizou-se de diversas formas. Moura denomina de “**cultura de resistência** à sua situação social”, ressignificando, assim, sua existência na sociedade de classes (MOURA, 1988, p. 120, apud FARIAS, 2014, p. 21).

Cremos que podemos compreender a situação do movimento indígena sob a mesma perspectiva apontada por Moura. Apesar de os indígenas não terem sido trazidos forçados de outro continente para trabalharem como mão-de-obra, também foram capturados, escravizados ou submetidos a outras formas de servidão, na ocupação da América. O processo de constituição das sociedades nacionais racializadas também contém seu trabalho, sangue e suor.

No atual Estado de Mato Grosso do Sul, o trabalho indígena foi utilizado como mão-de-obra em todo o processo de ocupação e exploração pelos não índios, como na guerra contra o Paraguai (1864-1870); na exploração da erva-mate pela Cia Mate Laranjeira (após essa Guerra) e atualmente, nos trabalhos dos canaviais, nas propriedades rurais, na construção civil, no trabalho doméstico, enfim, no processo de formação socioespacial, o trabalho indígena foi historicamente e continua sendo incorporado à lógica da acumulação capitalista e é nessa condição em que é aceito nesse modelo de sociedade. Quando são utilizados como mão-de-obra, seu modo de ser específico, o ser indígena, é invisibilizado pela sociedade envolvente. Mas quando esses mesmos indígenas começam a ocupar propriedades rurais e reivindicar seus territórios tradicionais, são visibilizados pelos meios de comunicação como índios, cujo modo de ser aparece como problema. Nesse contexto, o aparente caráter racial ou étnico que apresentam os movimentos de luta pelo território dos povos indígenas e quilombolas, constituem, em realidade, na antítese do próprio processo de constituição da força de trabalho nos Estados Nacionais da América em formação, que esteve assentado na divisão racial do trabalho, quando criou a pseudo-identidade de índios e negros. É o fetiche do próprio processo de constituição da força de trabalho na América que, ao mesmo tempo em que cria e se ampara na divisão racial do trabalho, nega aos diferentes povos e grupos étnicos o direito ao seu modo de ser específico que, por apresentar dimensão territorial entra em conflito com a lógica da reprodução capitalista.

Dessa forma, no processo de desenvolvimento desigual, apesar das políticas de Estado para integrar os povos indígenas como trabalhadores subalternizados e inferiorizados racialmente, a história e a geografia dos povos negros e indígenas têm sido marcadas por lutas e resistências, conformando também, configurações territoriais que se expressam como contradições ao sistema. Chama a atenção o caso dos índios Guaicuru, conhecidos como índios cavaleiros. Por terem aprendido a dominar o uso do cavalo - que não é nativo da América - e também por seu modo de ser específico conseguiram impedir por quase trezentos anos a invasão de portugueses e espanhóis na porção por eles ocupada na América. Foi o único grupo étnico conhecido pela historiografia em que a coroa portuguesa chegou a estabelecer um Tratado de Paz, em 1791 (FERREIRA, 2009).

Rosa Luxemburgo (apud HARVEY, 2004) destaca que o processo de acumulação do capital é um processo econômico puro. No lugar onde se realiza, a questão do direito de propriedade passa, no curso de processo de acumulação, em acumulação da propriedade alheia, que o sistema de trocas, na realidade é mediada pelo sistema de exploração e que a chamada igualdade esconde, na realidade, regime de classe. Esse processo de realização do capital passa também pela relação mercantil com formações sociais não-capitalistas. Dessa forma, “... o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo” para acumular ...” ou seja, “ ... o capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio “outro”. (...) Mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo – como a educação – que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente” (HARVEY, 2004, p. 188).

Esse mecanismo utilizado pelo capital apontado por Rosa Luxemburgo e que Harvey (2004) denominará de *acumulação por espoliação*, é um processo que se mantém nos dias atuais e que é fundamental para o entendimento/desvendamento da questão agrária na atualidade. Nesse sentido, concordamos também com Souza (mimeo), que compreende a dinâmica dos processos de homogeneização da paisagem sob essa perspectiva, especialmente, em relação aos povos indígenas.

Harvey (2004, p. 121) destaca uma gama de processos que envolvem a acumulação por espoliação, incluindo: “mercadificação e a privatização da terra (...), a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; (...); a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (...)”. Inclui também ao longo da discussão em seu texto a pilhagem, a guerra, o comércio de escravos, dentre outros. Para Quijano (2005), essas formas de exploração evidenciam o caráter colonial de dominação, que se mantém nos dias atuais. O processo de reprodução social, contudo, manifesta-se de forma bastante complexa.

Sob essa perspectiva, consideramos que, ao criar o “seu próprio outro”, o seu contrário, a expansão capitalista especialmente na sua conquista colonial, buscou na divisão racial do trabalho, o mecanismo de formação dos trabalhadores nestes países colonizados. A criação “do outro” se deu por meio da incorporação marginal dos povos indígenas na sociedade, transformando-os ora em escravos ou servos, como no período colonial, ora em trabalhadores assalariados, trabalhadores precários, exército de reserva, trabalhador escravo (peonagem), após o processo de consolidação dos Estados-Nação.

Contudo, apesar dessa ofensiva do capital para o assimilacionismo e a utilização do trabalho indígena como mão-de-obra superexplorada, o que se verifica também é que, até os dias atuais, ou seja, durante mais de 500 anos, os diferentes povos e grupos étnicos vêm reafirmando seu modo de ser específico, lutando pelo direito de se manterem como povo, mas cuja luta, apresenta um novo conteúdo, que é a incorporação política da identidade indígena, como povos originários. Em outras palavras, querem ter o direito de escolher como *re-existir*³, ou seja, resignificam sua existência na sociedade de classes, conforme destacou Moura (apud FARIAS, 2014).

Dessa forma, para compreendermos processo de expansão e consolidação do capitalismo na América, é necessário considerar nossas particularidades histórico-geográficas, bastante distintas da Europa. Nesse sentido, como lembra Quijano (2005), o processo do capital, que busca articular todas as formas de trabalho e de controle do trabalho em torno do eixo do capital e do mercado mundial se dá a partir de descontinuidades e heterogeneidades. No caso da América, o negro e o indígena emergem como contradições estruturais, uma vez que a constituição dos Estados nacionais foi baseada a partir da ideia de raça, criada e definida a partir dos chamados brancos europeus. Essa pseudo-identidade tem sido utilizada para naturalizar a dominação e a discriminação contra esses povos. São “formas de controle do trabalho histórica e sociologicamente novas”, conforme destacou Quijano (2005).

No entanto, os chamados indígenas e negros, historicamente, não tem assumido papel passivo na história, mas sim, criado e recriado continuamente estratégias de lutas e resistências. O caráter de colonialidade que se estabeleceu nesse processo por meio da segregação de indígenas e negros, emerge assim como contradição estrutural, na resistência desses mesmos sujeitos em luta por terra e território.

Dessa forma, entendemos que as reservas, os acampamentos indígenas e os conflitos envolvendo os povos indígenas na atualidade, são expressões vivas das contradições territoriais que tem perpassado o processo expansão/consolidação/intensificação do modo de produção capitalista na América.

³ Termo utilizado por Gonçalves, ().

Demonstram como o processo socioespacial de produção e reprodução do capitalismo tem sido mediado por relações perversas, arcaicas e atrasadas, que se mantém em pleno século XXI. É a face da modernidade anômala que se escancara aos olhos das nossas mentes colonizadas. A re-existência desses diferentes povos na sociedade de classes tem que ser pensada no contexto da formação socioespacial latino-americana.

Um dos grandes estudiosos marxistas latino-americanos, Mariátegui (2007) denominou os indígenas peruanos de camponeses indígenas. Segundo Quijano, a militarização do Estado peruano trouxe graves distorções à versão stalinista e maoísta do materialismo histórico eurocentrado no debate sobre o entendimento do processo peruano, que viu nesse país feudalismo ou semi-feudalismo (QUIJANO, 2006). No entanto, a população indígena nos países andinos e mesoamericanos, que sob influência dos partidos socialistas/comunistas se identificaram como camponeses tem demonstrado, recentemente, ainda segundo Quijano (op.cit.), que vem ocorrendo um processo de *re-classificação social* nos países andinos e mesoamericanos de maioria de população índia. Estes deixam de identificar-se como classe camponesa, para identificar-se como “indígenas”. Das contradições geradas das relações entre as populações camponesas e índias rurais e, rurais/urbanas, esse foi um novo “... *modo de re-conocerse y de identificarse con todos sus próximos en lugar y nombre en el sistema “racial” de discriminación y de dominación*” (QUIJANO, 2006, p. 32). Nesse sentido, essa re-classificação dá unidade à luta entre indígenas do campo e da cidade, entre indígenas de diferentes grupos étnicos, unificados a partir da ideia de povos originários, que lutam e resistem pelo direito aos seus usos, crenças, costumes, organização social e espacial.

No caso do processo de formação social e espacial do território brasileiro, o conceito de camponês foi introduzido na década de 1960 pelas esquerdas (MARTINS, 1995). Nesse processo, os povos indígenas e negros tem ficado à margem da análise dos movimentos de luta e resistência, deixando dúvidas teóricas sobre a condição, especialmente dos indígenas, do lugar que ocupam na sociedade de classes. Nas obras de José de Souza Martins, embora não tenha analisado teoricamente a situação conceitual dos indígenas, verifica-se que estes aparecem de maneira distinta da dos camponeses brasileiros, quando se lê em seus trabalhos fazer referência a “índios e camponeses”. Também temos certa dificuldade de pensarmos os indígenas no Brasil como incluídos na categoria de camponeses, trabalhadores ou agricultores familiares, da mesma forma que Ribeiro (2010).

No caso brasileiro, algumas particularidades históricas precisam ser destacadas. No Brasil, as diferentes etnias sobreviventes, continuam a ser observadas a partir da identidade colonial que lhes foi atribuída de “índios”. Não foram identificados como camponeses e nem tiveram reconhecida sua cidadania. Outra particularidade histórica diz

respeito ao processo histórico de formação da grande propriedade e do Estado oligárquico, que até hoje mantém o poder e os interesses dos grandes proprietários de terra. A extrema concentração de terras e com ela a formação de um Estado oligárquico impossibilitou o estabelecimento de relações sociais mais democráticas. Mesmo na atualidade, com a garantia constitucional à demarcação de terras indígenas e o reconhecimento da multiculturalidade, o poder dos proprietários de terra se impõe, resistindo muitas vezes com extrema violência ao processo demarcatório. Nesse padrão de poder atual, que excluiu a maioria da população no processo de constituição do Estado-Nação, a colonialidade do poder se mantém viva, expressa no não reconhecimento de fato à autodeterminação dos diferentes povos originários inseridos no atual território brasileiro, na não resolução na questão da demarcação de terras indígenas, nos crimes e violências de toda ordem, praticados contra esses povos.

Os conflitos envolvendo proprietários de terra e indígenas no Brasil, especialmente no Mato Grosso do Sul, tem acirrado o antagonismo de classe entre essas duas categorias sociais. Mesmo se auto-identificando como Guarani, Kaiowá, Kinikinao, Terena, dentre outros, os conflitos entre indígenas e proprietários de terra tem unificado as diferentes etnias em momentos de tensão e conflito, prestando apoio uns aos outros. Apesar de historicamente algumas tribos serem consideradas inimigas, reconhecem-se como indígenas.

A partir dessas considerações, cremos ser possível compreender, conforme destacado por Harvey (2013), como a “lei do valor vai se afirmando” em uma sociedade estruturada com base na colonialidade do poder para a realização da reprodução ampliada do capital. As implicações desse movimento do capital no campo tem resultado na reorganização política dos indígenas, mas que vem adquirindo características complexas de lutas de classes, nos seus enfrentamentos com proprietários de terra e capitalistas.

As classes, nesse sentido, não podem ser pensadas apenas enquanto categoria econômica centradas no modelo europeu. O padrão de conflitividade existente na América é dotado de caráter colonial e o componente racial tem sido parte estruturante da divisão social do trabalho, expressa de forma contraditória. Ao reivindicarem o direito ao território, com uso distinto da lógica capitalista, a luta dos povos indígenas não pode ser reduzida a uma categoria econômica apenas, pois essas *comunidades territoriais*, conforme as denominam Moreira (2010), ampliam as frentes de conflito para além da relação capital x trabalho. Outra dimensão da realidade socioespacial desconsiderada nas análises marxistas e que nos colocam a necessidade de pensar a dinâmica do território na sua multidimensionalidade diz respeito à questão ambiental, pois, como nos lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves, no sistema produtivo “... o ciclo da produção não se esgota no consumo” (GONÇALVES, 2008, p. 199). Os seus rejeitos, que são lançados na terra, na

água, no ar (e na sociedade), potencializam contradições de toda ordem, nessa desigual relação dos homens entre si e com a natureza⁴.

Ao se considerar o território como condição da existência humana, ao se estabelecer a divisão racial do trabalho como mecanismo de exploração e dominação do trabalho pelo capital, criam-se formas sociologicamente novas que necessitam ser consideradas na análise da questão agrária. Nesse sentido, consideramos a proposição de Bartra & Otero (2007), do conceito de classe política, como possibilidade para o entendimento da luta dos povos indígenas no Brasil.

Para esclarecermos melhor essa perspectiva de entendimento, lembramos de Martins (1993)⁵, quando destaca que,

(...) situação de classe social, que se define por uma categoria econômica, como o salário ou a propriedade, que por isso fica centrada na *produção* [...] A concepção política da realidade centrada na categoria de produção, e a ela restrita, reduz o mundo às relações econômicas e a seus resultados econômicos. (MARTINS, 1993, P. 146-7).

Desta forma, o uso político de autodenominação atual do indígena, contribui para questionar “... diretamente as contradições do processo do capital. Nesse sentido, toma-o na sua totalidade ...” (MARTINS, 1993, P. 146-7).

Martins compreende, dessa forma, que o conceito de classe social, sendo uma categoria econômica, centra sua análise na produção. Ao apontar que a classe social é uma perspectiva econômica, Martins (op.cit.) irá propor o uso da categoria pobre, que para o autor contribui para desvendar como a exploração se apresenta aos olhos dos pobres. Compreendemos que os indígenas não possam ser incluídos nessa categoria. Enquanto povos originários, não lutam para reduzir a pobreza no sentido apontado pelo autor. Lutam para conquistar outro tipo de território, distinto do território capitalista. Então, para estabelecermos um elo entre essas lutas na sociedade de classes é necessário ampliarmos o conceito de classe.

Bartra & Otero (2007) utilizam o conceito de *classe política*, para fazer referência a uma classe que se forma politicamente, resultante das relações de produção (entre exploradores e explorados) e de reprodução. No caso dos camponeses indígenas do México, suas relações de produção e reprodução se dão entre grupos dominantes, entre outros grupos étnicos, entre outros grupos explorados. No caso dos indígenas de Mato Grosso do Sul, tais relações se dão com proprietários de terra, capitalistas, com

⁴ Como não é nosso objetivo aqui tratar da questão ambiental, uma discussão mais aprofundada sobre essa temática será feita em outra oportunidade. Uma primeira consideração por nós realizada por ser encontrada em Mizusaki (2011).

⁵ Embora não utilizemos a categoria por ele sugerida, de *pobre*, para unificar analiticamente os diferentes sujeitos das lutas sociais no campo (trabalhadores assalariados, posseiros, sem terra, indígenas, peões e pequenos proprietários), consideramos relevante apontar seus argumentos sobre o uso dessa categoria.

camponeses, com a sociedade civil organizada, e internamente, com indígenas de diferentes etnias, dentro de um mesmo grupo étnico.

Martins (1993) já destacou que tempo e espaço são categorias de relevância para a compreensão dos conflitos no campo, pois estas se colocam de maneira distinta para os diferentes sujeitos, que entram no processo histórico também de maneiras diferentes. Se para camponeses e indígenas o espaço tem um sentido cósmico, para a sociedade ocidentalizada o espaço “... é métrico, é quantitativo, é um espaço que tem preço, isto é, medido por um quantificador, que é o dinheiro”. Na sociedade capitalista, “... o direito ao espaço não é medido pela esperança, mas pelo dinheiro” (MARTINS, 1993, p. 58 e 59). Da mesma forma, destaca que cada grupo indígena apresenta uma concepção distinta de espaço.

Nessas contraditórias relações espaço-temporais, considerando-se que os movimentos de resistência indígena na retomada de suas terras tradicionais tem sua dimensão espacial, a intensificação desses processos de territorialização atuam como antítese, como contradições territoriais à lógica territorial capitalista. Na medida em que esses movimentos se acentuem, a tendência é o salto para outro estágio, a depender da correlação de forças em jogo.

Nesse sentido, cabe destacar o conteúdo de classe presente nos conflitos e disputas territoriais envolvendo os diferentes sujeitos históricos. Quando buscamos compreender o padrão de conflitividade presente em Mato Grosso do Sul envolvendo os movimentos de retomada dos povos indígenas, verificamos que o conflito não se dá entre índios e não índios (os *karaí*, como somos chamados pelos Guarani e Kaiowá). Partindo do pressuposto de que os *karaí* não são seres genéricos e que precisam ser situados socialmente, observamos que, ao analisarmos o processo de formação da organização política dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, chamado de *AtyGuasu*, encontramos no trabalho de Benites (2014), que o movimento teve início na década de 1980, como reação às ações truculentas de despejo por parte dos “*karaí fazendeiros*”.

Essa pressuposição se reforça quando estabelecemos alguns questionamentos que consideramos a partir da questão central colocada nos conflitos envolvendo os povos indígenas que é a questão do território e, articulada a ele, as relações de poder. Quais são as forças que barram o processo demarcatório das terras indígenas? Quem são as forças que fizeram, no Estado de Mato Grosso do Sul, o chamado “leilão da resistência”, com o objetivo de angariar fundos para os proprietários de terra contratarem milícias armadas para se defenderem das ocupações de terra? Quem são as forças que atualmente encabeçam a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão de apoio à causa indígena? Quem são os sujeitos envolvidos nos crimes cometidos contra os povos indígenas nos movimentos de retoma e luta pela demarcação de terras indígenas?

Nos momentos de maior tensão e conflito, quando acontecem os confrontos entre indígenas e proprietários de terra geralmente após um processo de ocupação de terra, a violência e a truculência permeiam discursos dessa classe. Um dos casos mais notórios foi a fala de um fazendeiro da região de Paranhos, Luis Carlos da Silva Vieira, conhecido como “lenço preto”, quando declarou à imprensa local:

Se o Governo quer guerra, vai ter guerra. Se eles podem invadir, então nós também podemos invadir. Não podemos ter medo de índio não. Nós vamos partir pra guerra, e vai ser na semana que vem. Esses índios aí, alguns perigam sobrar. O que não sobrar, nós vamos dar para os porcos comerem (MIDIAMAX, 21/08/2012).

Não desconsideramos o fato de que existem também conflitos dentro de um mesmo grupo étnico, entre distintos grupos étnicos, entre indígenas e camponeses e outros sujeitos sociais. Entretanto, consideramos que o processo histórico de formação territorial dos Estados-Nação, baseados num poder colonial apresenta uma essência no padrão de conflitividade que se coloca como determinação estrutural. Trata-se de um processo que explicita alianças de classe entre o poder oligárquico e rentista dos proprietários de terra e o capital, conformando o que Martins (1995) apropriadamente denominou de “poder do atraso” e, a face mais cruel, que é a ideia de divisão do trabalho baseada no critério racial. Diante do exposto, compreendemos que a questão agrária envolvendo os movimentos indígenas não é de caráter étnico.

Essas questões nos remetem à consideração já apontada por Martins (2002, p. 62) de que, embora o movimento indígena tenha uma feição étnica, “... sua origem está na mercadoria e na delicada relação entre produção direta dos meios de vida e produção de excedentes comercializáveis”. Não se pode compreender a formação do movimento indígena e os problemas que envolvem a questão da sua reprodução social, se limitarmos nossa análise no âmbito da questão cultural. Como bem já colocou Mariátegui (2007), trata-se de um problema econômico-social (e também político) e que a dominação imperialista, que internacionaliza a estrutura do capital, tem um caráter de classe. Embora a propriedade da terra represente uma contradição no capitalismo, no Brasil essa contradição se resolveu mediante a aliança entre capitalistas e proprietários fundiários, que representam o poder político e econômico na realidade brasileira: “Esquecemos que no Estado moderno a ordenação burocrática é simples mandatária dos interesses expressos na aliança de classes que o configuram. Neste caso, não há propriamente omissão, mas na omissão há uma *intenção* e uma *ação*” e ainda, “... sugiro uma inversão de perspectiva. Ao invés de nos limitarmos à análise do papel que tem a terra na realidade do índio, deveríamos ampliar nossa visão, analisando o papel que tem o índio na sociedade brasileira” (MARTINS, 1991, p. 134. Grifo do autor).

Apesar de serem os povos originários da América, seus direitos são usurpados, não têm liberdade de ir e vir, de territorializar o seu modo de vida. Ao reivindicarem seus territórios tradicionais, eles buscam a territorialização de outras relações, não capitalistas e de fora do capitalismo. Eles querem fazer valer o valor de uso da natureza, o que desempenha papel fundamental na resistência indígena, cujo modo de ser não tem fundamento na lógica capitalista, ou seja, não somente é desnecessário socialmente para a reprodução do modo de produção capitalista (HARVEY, 2005), como atrapalha o movimento de reprodução do capital. A análise do seu valor de uso se encontra fora da esfera da economia política, mas, quando entra no âmbito das relações capitalistas de produção, passa necessariamente por tal consideração.

Considerações finais

A atuação do movimento indígena na atualidade não somente desnuda, mas escancara as contradições do capitalismo, que assenta suas bases nos pressupostos burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade.

Na periferia, o processo de acumulação se manifesta sob a forma que Martins (2002) denomina de acumulação primitiva de capital, pois restaura e mantém elementos da economia colonial. Essa forma de acumulação primitiva denuncia assim, a colonialidade do poder que se mantém em pleno século XXI, assentada na aliança de classe entre capital e propriedade da terra e que se fundamenta, no caso dos povos indígenas, no que José de Souza Martins denomina de *superexploração*, “... aquele em que a exploração compromete a própria sobrevivência da população” (MARTINS, 1991, p. 136). No Brasil, os indígenas não podem ser vistos nesse sentido, como resquício de outro modo de produção, mas como expressão do capitalismo colonial, oligárquico e rentista que se estabeleceu em território brasileiro. O arcaico e o moderno são faces desse mesmo desenvolvimento, que destrói, explora e muitas vezes recria, formas não capitalistas presentes ainda na atualidade.

Os povos indígenas, que Moreira (2010), denomina de *comunidades territoriais*, ampliam as frentes de conflito para além da relação capital e trabalho, restabelecendo o território, como condição de existência. Apesar do processo de expropriação que eles vêm sofrendo que atua em favor da sua descaracterização tribal, os povos indígenas vêm resignificando suas existências, resistindo e lutando. No dizer de Gonçalves (2011) “... os índios estão se classificando”.

O capital invade as terras indígenas e ao fazê-lo “... o índio invade a sociedade que quer dominá-lo: invade como problema, como obstáculo, como inimigo, como aliado, como

promessa, dependendo da situação social de quem se defronta com ele, direta ou indiretamente, conhecendo-o pessoalmente ou não” (MARTINS, 1991, p. 137). Por isso esse autor chama a atenção de que a análise sobre os indígenas não deve ser localista e tribal, mas tem que basear-se no âmago das relações sociais e de poder. Ao estabelecerem o território como condição de existência, nos ensinam que as frentes de conflito são mais amplas que a relação capital-trabalho. Ao tratarem a natureza como sagrada, pois sabem que dela precisam para sobreviver, nos ensinam que a natureza se encontra estreitamente articulada à reprodução humana.

O movimento de expansão do capital busca não somente subsumir o trabalho ao capital, mas também o espaço/território, como destacou Conchero (2016), o que nos coloca a necessidade de contemporaneização da leitura marxista sobre a questão agrária. No entanto, esse movimento deve ser compreendido como contraditório, desigual e heterogêneo, apresentando nesse processo, sua dimensão espacial.

Como diria Martins (1993) são eles que amansam os brancos.

Referências bibliográficas

ARRUZO, R. C. **Construindo e desfazendo territórios**: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Marco Antonio. Os índios vão às instâncias internacionais. In: **Autodeterminação** – direito à diferença. São Paulo: Plêiade: Fapesp, 2001. p. 217-246.

BARTRA, Armando, OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia. In: MOYOS, S., YEROS, P. (coord.). **Recuperando la tierra**. El resurgimiento de movimientos rurales em África, Ásia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ursur/mayo/> Acesso em 05/10/2015.

BASTOS, T.C.F. **As disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra no município de Dourados/MS**: os acampamentos indígenas como perspectivas de resistência e luta pela terra. Dissertação (mestrado em Geografia). Dourados/MS: UFGD, 2014.

BENITES, Tonico. **História da AtyGuasu Guarani-Kaiowá/MS**, entenda o contexto. <http://atyguasublogspot.com.br/2012/11/historia-da-aty-guasuguarani-kaiowams.html>. Acesso em 08/10/2015.

_____. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Guarani e Ava Kaiowá pela recuperação dos seus tekohá. Tese (doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

BRANDÃO, C.R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: **Sociedade e cultura**. V. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCHERO, L. B. Ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. In: **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Cristóvão-SE, Novembro de 2016.

FARIAS, Márcio. **Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura**. In: São Paulo: FESPSP: 2014. http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT11/7_RACA_E_CLASSE.pdf. Acesso em 20/06/2016.

FERNANDES, M.F. Movimentos socioterritoriais e socioespaciais: contribuição teórica para uma análise dos movimentos sociais. In: **Revista NERA**, ano 8, n. 6, 2005.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E.T., FABRINI, J.E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A.C. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. **Revista de Antropologia**: USP, 2009. v. 52, n.1.

GUERRA, E.F. **Terras Indígenas e ordenamento territorial do Parque do Xingu as terras Timbira**. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. P. 115-148.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnaBlume, 2005.

_____. Mercadorias, valores e relações de classe. In: **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-87.

LADEIRA, M.I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**. São Paulo: Edusp, 2008.

LIMA, S.C.A. de. **Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da escola indígena de Dourados-MS**. Tese (doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiás:UFG, 2012.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: DAN/UNB, N. 322, 01-32.

MARIÁTEGUI, J.C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3ª ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 5-85.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Comentário sobre a insurreição Zapatista em Chiapas. In: ARELLANO, A.B., OLIVEIRA, A.U. (orgs.). **Chiapas** – construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.61-65.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, J.G.B. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. (mestrado em Geografia). Dourados/MS: UFGD, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekohá – Dourados/MS. Tese (doutorado em Geografia). Presidente Prudente/SP: UNESP, 2015.

MOTA, J.G.B., PEREIRA, L.M. O movimento étnico-socioterritorial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: a atuação do Estado, impasses e dilemas para a demarcação das terras indígenas. In: **Boletim DATALUTA**, 2012.

OLIVEIRA, A.U. Os 150 anos do Manifesto e a luta pela terra no Brasil. In: COGGIOLA, O. (org.). **Manifesto comunista** – ontem & hoje. São Paulo: Xamã, 1999. p. 243-255.

_____. **Agricultura brasileira**: desenvolvimento e contradições. São Paulo: mimeografado, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Conferência de abertura. In: **V Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Belém-PA: UFPA, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires-Argentina. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

_____. **El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina**. In: www.sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/san_marcos/n24_2006/a01.pdf

_____. Prólogo – José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate. P. IX-CXXIX. In: MARIÁTEGUI, J.C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3ª ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 5-85.

RAFFESTIN, Claude. Território e poder. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, A. J.P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M.G., ALECSANDRO J.P. (orgs.). **Geografia** – leituras culturais. Goiânia, 2003. V.1, p. 29-48.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova** – da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, J.G. **A questão indígena**: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio). Mimeo.

TETILA, J.L.C. **Marçal de Souza** – Tupã' i – um guarani que não se cala. Campo Grande: UFMS, 1994.

URQUIDI, Vivian, TEIXEIRA, Vanessa, LANA, Eliana. Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas. In: **Cadernos PROLANUSP**, ano 8 - vol. 1 - 2008, p. 199 - 222. Acesso em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_8.pdf

VASCONCELOS, C.A. de. **A questão indígena na província de Mato Grosso**. Campo Grande: UFMS, 1999. p. 48-70.

VILLORO, L. O poder e o valor. In: ARELLANO, A.B., OLIVEIRA, A.U. (orgs.). **Chiapas** – construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.61-65.

Documento

ONU. The concept of indigenous peoples. Nova Iorque, Janeiro/2004. Acesso em: www.un.org/esa/socdev/unpfii/.../workshop_data_background.doc

Sites de notícias

MIDIAMAX. **Após ameaça de fazendeiros contra índios, Polícia Federal vai investigar fazendeiros de MS**. In: <http://www.midiamax.com.br/noticias/812493-apos-ameaca-de-guerra-contra-indios-policia-federal-vai-investigar-fazendeiros-de-ms.html>. 21/08/2012.

Recebido para publicação em 10 de janeiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 06 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 17 de abril de 2017.

Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)¹

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

e-mail: julianamota@ufgd.edu.br

Resumo

No presente texto assumimos o desafio de estabelecer diálogos entre o conceito geográfico de território e a categoria nativa da língua guarani *tekoha* com o objetivo de pôr em evidência a complexidade e as singularidades das lutas dos povos Guarani e Kaiowá pelos seus territórios étnicos, denominados de *tekoha*. Para tanto, outras categorias nativas da língua guarani expressam suas reivindicações territoriais e dão conteúdo ao *tekoha*, tais como *tekoyma*, *tekopyahu*, *teko vai*, *teko porã* e *karaí*, pois demonstram que a luta por seus territórios étnicos é, sobretudo, a retomada de um modo de vida ideal, semelhante ao modo de vida dos “antigos”, aquele vivido antes da chegada dos brancos - os *karaí* - e possível de ser reconstruído, atualmente, e mesmo que de maneira incompleta, nos acampamentos de retomadas. A pesquisa foi desenvolvida em diferentes contextos territoriais no município de Dourados/estado de Mato Grosso do Sul, principalmente na Reserva Indígena de Dourados e nos acampamentos *Apika'y*, *Pacurity*, *Ñu Verã*, *Ñu Porã* e *Boqueron*, entre os anos de 2008 a 2013.

Palavras-chave: Território; *tekoha*; reserva; acampamento; *teko porã*.

The Guarani and Kaiowá and their struggles for *tekoha*: the recovery camps and the conquest of *teko porã* (living well)

Abstract

In the present text we assume the challenge of establishing dialogues between the geographical concept of territory and the native category of the Guarani language *tekoha* with the objective of highlighting the complexity and singularities of the struggle of the Guarani and Kaiowá people for their ethnic territories called *tekoha*. To this end, other native categories of the Guarani language express their territorial claims and give content to the *tekoha*, such as *tekoyma*, *tekopyahu*, *teko vai*, *teko porã* and *karaí*, as they demonstrate that the struggle for their ethnic territories is, above all, the resumption of an ideal way of life, similar to the way of life of the "ancients", the one lived before the arrival of the whites - the *Karaí* - and is possible to be rebuilt today, even incompletely, in the resumption camps. The research was developed in different territorial contexts in the municipality of Dourados / Mato Grosso do Sul State, mainly in the Dourados Indigenous Reserve and in the *Apika'y*, *Pacurity*, *Ñu Verã*, *Ñu Porã* and *Boqueron* camps between 2008 and 2013.

Keywords: Territory; *tekoha*; reserve; camp; *teko porã*.

¹ Agradeço à FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) e à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio a pesquisa, a primeira pela bolsa de mestrado e a segunda pela bolsa de doutorado e doutorado sanduiche.

Los Guaraní y Kaiowá y sus luchas por el *tekoha*: los campamentos de recuperación de tierras y la conquista del *teko porã* (buen vivir)

Resumen

En el presente texto asumimos el desafío de establecer diálogos entre el concepto geográfico de territorio y la categoría nativa de la lengua guaraní *tekoha* con el objetivo de poner en evidencia la complejidad y las singularidades de las luchas de los pueblos Guaraní y Kaiowá por sus territorios étnicos, denominados *tekoha*. Para ello, otras categorías de la lengua guaraní expresan sus reivindicaciones territoriales y dan contenido al *tekoha*, tales como *tekoyma*, *tekoypyahu*, *teko vai*, *teko porã* e *karaí*, pues demuestran que la lucha por sus territorios étnicos es, sobretudo, la recuperación de un modo de vida ideal, semejante al modo de vida de los “antiguos”, aquel vivido antes de la llegada de los blancos – los *karaí* – es posible que sea reconstruido actualmente, incluso de manera incompleta, en los campamentos de recuperaciones. La investigación fue desarrollada en diferentes contextos territoriales en el municipio de Dourados/Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente en la Reserva Indígena de Dourados y en los campamentos *Apiká'y*, *Pacurity*, *Ñu Verã*, *Ñu Porã* e *Boqueron*, entre los años de 2008 a 2013.

Palabras clave: Territorio; *tekoha*; reserva; campamento; *teko porã*.

Introdução: o território como conceito geográfico para compreender o *tekoha*

Este texto foi construído a partir de encontros e diálogos com os povos Guaraní e Kaiowá da Reserva Indígena e acampamentos de retomadas no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Tais diálogos se construíram a partir de múltiplos encontros marcados por relações de amizade e confiança, de modo que através do contato com esses povos aprendemos possibilidades outras de pensar o mundo, assim como os significados da categoria nativa *tekoha* e sua importância nas lutas cotidianas² desses povos por seus territórios étnicos - o *tekoha*.

Nesses encontros, que percorre mais de oito anos de contato e amizade com algumas famílias Guaraní e Kaiowá, utilizamos uma diversidade de procedimentos metodológicos, com destaque as interações marcadas por entrevistas não dirigidas e a observação participante³. Nessa interação, daquilo que poderíamos denominar de mediação cultural (Monteiro, 2006), nos propomos a pensar as categorias nativas a partir da visão dos próprios índios, o que permite afirmar de antemão a dificuldade que tivemos em pensar as estratégias de lutas desses povos, suas cosmo geografias (Mota, 2015), a partir dos conceitos analíticos da Geografia, especialmente o conceito de território em diálogo com a categoria nativa *tekoha*.

² A autora aprofunda essa discussão em sua tese de doutorado (Mota, 2015) em diálogo com os trabalhos de James Scott (2000, 2011).

³ Para maiores informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados pela autora em trabalho de campo, consultar em Mota (2011; 2015).

Tekoha é uma categoria nativa da língua guarani e uma das principais expressões de luta e resistência dos povos Guarani e Kaiowá que vivem no estado de Mato Grosso do Sul. O desafio inicial deste texto está na possibilidade de tecer diálogos entre o conceito geográfico de território e *tekoha*, no entanto, estamos cientes de que território e *tekoha* pertencem a contextos históricos e sociais distintos. Consideramos que a categoria geográfica de território não explica toda a complexidade existente na expressão *tekoha*. Todavia, dentre os conceitos geográficos mais debatidos na atualidade, o território apresenta-se como o principal meio de considerar os aspectos fundamentais inerentes ao *tekoha*, sobretudo, pelas formas de apropriação simbólico-afetiva e material dos povos Guarani e Kaiowá no espaço geográfico.

O território, para o geógrafo Haesbaert (2009, p.95-96), “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades (2009, p. 96).

O autor define o território numa perspectiva integradora, múltipla e relacional, envolvendo o processo tanto de domínio material (político-econômico) quanto de apropriação imaterial (simbólico-cultural). Ao fazer isso, desconstrói as perspectivas que analisam o território de forma fragmentada a partir de interpretações isoladas que podem ser naturalistas, economicistas, políticas, culturalistas, idealistas, ao invés de compreenderem o território enquanto totalidade, abarcando todas essas relações de maneira interdependente.

Haesbaert (2007, p.20) demonstra que desde sua origem a palavra território aparece com uma dupla conotação, tanto materialista quanto simbólica, indicando demarcar desde o início uma fronteira entre “os de fora” e “os de dentro”. O autor ao explicar etimologicamente a origem da palavra território, considera que seu significado aproxima-se de terror e medo, mas ao mesmo tempo dá sentido de uma espacialidade geográfica que permitia segurança e abrigo. Tal consideração remete à Raffestin (1993, p.144) ao afirmar que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Aqui a dimensão do território liga-se à segurança e aconchego.

Haesbaert (2005, p. 6776) considera que

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como

proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

O autor considera também que todo território tem uma territorialidade, por mínima que essa apareça, mas que, nem toda territorialidade possui, necessariamente, um território (HAESBAERT, 2009). Nesse sentido, todo processo de territorialização⁴ impõe, mesmo que minimamente, a apropriação simbólica do território, assim como todo processo de desterritorialização implica na perda de controle do mesmo.

Enquanto “*continuum*” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Podemos dizer que a territorialidade, assim como a identidade, se manifesta em seu caráter simbólico-cultural de pertencimento e de enraizamento dos sujeitos sociais ao território, mas, também, como um modo de vida, nas diversas formas como os povos se relacionam com a natureza e dela tiram seu sustento.

Nesse caso, a territorialidade está ligada à apropriação simbólica do território e pode ser representada da seguinte forma:

O caso da “Terra Prometida” dos judeus é sempre o primeiro exemplo que nos vem à mente, pois há uma referência sobre um espaço simbólico [e não corresponde] a um território em seu sentido material – embora, é claro, muitos processos concretos de “territorialização” tenham se desencadeado (a nível local, por exemplo [bairros e guetos judeus]) a partir dessa identidade em que um dos elementos fundantes era a referência geográfica à “Terra Prometida” (HAESBAERT, 2009, p. 106).

Os argumentos de Haesbaert (2009) sobre a terra prometida permite traçar diálogos com o conceito de *tekoha*. A narrativa do Kaiowá Jorge (2010) exemplifica essa possível e necessária correlação.

No *tekoha* é assim, é diferente daqui [em referência à Reserva Indígena de Dourados]. É lindo aquele lá, tem bicho, cará de tudo cor, é coisa mais linda. É assim [...] tinha água linda lá, o índio mesmo fica cada um numa cabiceira, né, ali vive bem, não tem briga, num mora perto do outro. O índio de verdade não sabe isso daí, fica longe... [...]. é assim desse jeito, aqui nós vivemos, mas lá, no Iguarussu [*tekoha*], é bom mesmo... tá tudo junto lá.... Antigamente é assim, se casa com uma pessoa aqui, mulher ou homem mesmo, muda para cá, ai vai mudando... Vou explicar melhor, se o guri casa com uma mulher da Panambizinho, muda pra cá, ai os filho casa, muda pra lá... ai vai, é assim antigamente, igual festa, vai acontece uma festa [...] ai andando, andando, chamando o pessoal... [...]. O *tekoha* é o lugar do índio, é o lugar mesmo do Kaiowá de verdadeiro...”.

⁴ É importante considerar o processo constante, nunca acabado e constantemente redefinido, de T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização).

Ao falar sobre um dos lugares de origem de sua família, o *tekoha Iguarussu*, Jorge trouxe para sua narrativa referências espaciais e diferenças nas relações existentes entre a Reserva Indígena de Dourados⁵ e o *tekoha*. Para Jorge, o *tekoha Iguarussu* era um lugar com muita água, enfatizando que os lugares vividos pelos Guarani e Kaiowá eram nomeados de acordo com os aspectos naturais presentes no espaço geográfico em que uma família se apropriava e vivia⁶. Diferente disso, a Reserva, para ele, é o lugar onde não existe muita água, mas muita gente, “todos estão apertados na Reserva e querem escapar⁷”.

A Reserva é o lugar onde inexistia a possibilidade de reprodução do modo correto de viver, fundamentalmente o que os Guarani e Kaiowá chamam de *teko porã*. A Reserva é o local onde persiste a imposição de “*viver de parede*”, algo muito diferente das formas de territorialização entre os povos Guarani e Kaiowá.

As Reservas foram criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no início do século XX⁸, e uma de suas principais consequências foi desestruturar o *ethos* Guarani e Kaiowá ao impor-lhes o modo de viver dos não indígenas – os *karaí*. O papel preponderante das Reservas era transformar o índio em não índio, ao estabelecer novas regras e normas sociais extremamente distintas daquelas que os indígenas estavam habituados antes da chegada dos *karaí*. A imposição da língua portuguesa e religiosidades diferentes, via evangelização⁹, foram medidas tomadas para tentar impedir que os indígenas mantivessem suas práticas culturais, reproduzissem seu modo de ser e viver; em último caso, a observância de um cotidiano permeado por novos comportamentos e condutas poderia evitar que indígenas vislumbassem um possível movimento de retorno ou reivindicações pelo direito de posse de seus territórios étnicos. Exatamente por tudo isso que a palavra *tekoha* representa resistência, uma resistência Guarani e Kaiowá que persistem em existir, que se rebelam para garantir seus direitos étnicos, suas formas de pensar e agir, seus direitos à vida, a continuarem a existir.

Na língua guarani, a palavra *tekoha* passou a ser ressaltada pelos povos Guarani e Kaiowá a partir da década de 1970, justamente diante do processo de perda de seus territórios étnicos para as frentes de expansão agropastoril. Os trabalhos de Fabio Mura (2006), Fabio Mura e Rubem Tomaz de Almeida (2002), Alexandra Barbosa da Silva (2007),

⁵ A Reserva Indígena de Dourados está localizada nos municípios de Dourados e Itaporã, estado de Mato Grosso do Sul, e foi criada em 1917 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI⁵).

⁶ Outra forma de nomeação dos lugares se fazia a partir do nome de um grande líder religioso, um reconhecido *ñanderu* e *ñandesy* (rezadores, pessoas sábias).

⁷ Registro de diário de campo, janeiro de 2017.

⁸ Entre os anos de 1915 a 1928, o SPI criou oito Reservas Indígenas para abrigar os povos Guarani e Kaiowá, sendo elas: Reserva de Amambaí (1915), Caarapó (1924), Dourados (1917), Pirajuí (1928), Limão Verde (1928), Porto Lindo (1928), Sessoró (1928) e Takuapery (1928). Para maiores informações sugerimos o trabalho de Mota (2011).

⁹ Sugerimos a tese de doutorado de Mota (2015).

Pereira (1999; 2004) e Thiago Cavalcante (2013) permitem afirmar que a palavra *tekoha* passa a ter importância em um momento de crise, no caso específico, da perda da terra.

Também, a expressão *tekoha* passa a fazer parte das diferentes formas de explicar as transformações socioterritoriais vividas por esses povos nas últimas décadas, identificando-o nas relações fronteiriças entre as práticas sociais que ressoam no significado das palavras *teko porã*, *teko vai*, *tekoyma* e *tekopyahu*. *Tekoyma* enfatiza o modo de vida dos antigos, o espaço-tempo ideal de ser e viver como Guarani e Kaiowá, esse termo se contrapõe à palavra *tekopyahu*, a qual simboliza os novos hábitos e costumes adquiridos partir do contato com os *karaí*. *Teko vai* representa as práticas incorretas de ser e viver, entendida como àquelas pertencentes ao mundo não indígena. Ainda, representa o mundo instável e violento que atualmente é vivido pelos Guarani e Kaiowá nas Reservas. O *teko porã* é a representatividade da boa nova, da utopia por tempos outros que sejam solidários, fraternos, de abundância, nostalgia, de viver em liberdade... O *tekoha* é imaginado e reconstruído a partir da possibilidade de retorno ao *teko porã* (o bem viver) -, ou como diria um professor indígena Guarani, “viver a vida boa”, somente possível na luta pela retomada de *tekoha*.

Levi Marques Pereira (1999; 2004) esclarece que a junção das palavras *Teko* + *Ha* traz a importância de considerar que sem *tekoha* não há *teko*¹⁰, mas também que sem *teko* não há *tekoha*. O *teko* como um modo de vida e o *tekoha* como a espacialidade geográfica de sua atuação corporificada pelo sufixo *ha*, indicando a ação em que o modo de vida de um povo se realiza. O *tekoha* é a exemplificação de que o *teko* se faz em articulação com todas as relações que fazem parte do universo Guarani e Kaiowá, que foram esclarecidas nos trabalhos de vários guararinólogos, entre eles: Bartomeu Melià, Georg Grunberg e Friel Grunberg (2008).

Para Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2009, p. 52),

No sistema de comunicação linguístico das comunidades Kaiowá atuais, *tekoha* seria mais bem descrito da seguinte maneira: *lugar* ou *espaço geográfico* – já que a ênfase atual recai sobre a terra, por ela ter se constituído no principal fator limitante para a realização do modo de ser – que reúne as condições ambientais para realizar o *sistema cultural* que define seu modo de ser. Grande importância é dada ainda à ligação histórica da comunidade com o espaço e aos vínculos de natureza afetiva e religiosa. Isto explica o porquê dos Kaiowá não reivindicam quaisquer terras, mas especificamente aquelas às quais se reconhecem ligados pela existência dos vínculos retro apontados.

A palavra *tekoha* representa todas as esferas do modo de vida Guarani e Kaiowá relacionadas com o espaço geográfico. Dessa forma, o *tekoha* representa o modo de vida

¹⁰ O autor faz essa consideração a partir do trabalho de Francisco Silva Noelli (1993) em sua dissertação de mestrado “Sem *tekoha* não há *tekó*: em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS.

Guarani e Kaiowá pautado no *tekoyma* e na possibilidade de produção do *teko porã*. Os laços simbólicos-afetivos com o território estão relacionados à sua geografia, com uma diversidade de espacialidades que possibilitam a reprodução de um modo ideal, sem deixar de ser real, para os Guarani e Kaiowá.

Joel Bonnemaison e Vanuatu Orstom (2002, p.86) esclarecem que as teias de relações com o território são ricas de

[...] significados porque é tida como um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual, ao problema de existir coletivamente num determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica econômica colocada em causa a cada geração. Por isso, o cultural aparece como a face oculta da realidade: ele é, ao mesmo tempo, herança e projeto; e, nos dois casos, confrontação com uma realidade histórica que às vezes o esconde (especialmente quando os problemas de sobrevivência têm primazia sobre todos os outros), outras o revela.

O território possibilita a criação da identidade, uma identidade territorial não descolada da identidade cultural, de modo que identificar o território é ser também identificado a partir dele. O território e a identidade se fazem construindo, dialeticamente, um ao outro, na perspectiva de que construir territórios é construir identidades ao mesmo tempo em que construir identidades é construir territórios, fundamentalmente aquilo que Haesbaert (2007) caracterizou de identidades territoriais.

O conceito de identidade territorial perfaz a respectiva reflexão: “[...] “não há território sem algum tipo de valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. [e também que] toda dinâmica de construção identitária é inerentemente espacial [...]” (HAESBAERT, 2007, p.38).

As relações dos povos com o território são sempre reajustadas, negociadas e/ou agenciadas, e para que elas possam ocorrer, o poder torna-se o centro das relações. Não estamos querendo dizer que todas as relações de poder se fazem nas relações de subordinação e dominação, mas que o poder, nas mais diversas formas que se expressa na sociedade, existe e se faz sempre em contínua negociação e concessão entre as partes envolvidas, podendo-se dizer a partir de relações que se fazem interdependentes entre si.

As distintas formas nas quais os homens e as mulheres se apropriam dos territórios se dão nas relações simbólico-imateriais e concreto-materiais. No caso dos Guarani e Kaiowá, o *tekoha* é o que possibilita essa apropriação e emerge como um campo de controle que permite sua territorialização efetiva, para além da possibilidade “mínima” de apropriação simbólica-imaterial, como é perceptível nas Reservas, onde existe uma apropriação simbólica-imaterial e um domínio material sobre o território constituído, apesar da sua precariedade¹¹.

¹¹ Ver Mota (2011).

Haesbaert (1999, p. 172) explica que “toda identidade territorial é uma identidade social, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social”.

As identidades territoriais estão presentes na capacidade humana de “levar a terra consigo” ou “ficar (simbolicamente) na terra de origem”. Pode-se considerar também o viver em uma relação de meio, entre o “lá” e o “aqui”. As lutas dos Guarani e Kaiowá para a retomada de *tekoha* são expressões e práticas para reconstruir o *tekoyma* - que envolvem mediações simbólicas-afetivas com o *tekoha* no passado (antes da chegada dos *karaí*) e presente (com as transformações pós chegada dos *karaí*) e, claro, apontam para o futuro - enquanto criam estratégias de lutas para retornar ao *tekoha* e reconstruírem o *teko porã*.

A narrativa a seguir, do Kaiowá Jorge, expressa uma estratégia de reviver o *tekoha* nos atos de lembrar e contar.

Eu tinha bastante madeira aqui (referindo-se ao território tradicional). Tinha ipê, peroba, tinha de tudo, coisa mais linda. Ali de baixo, onde meu guri está morando, tinha Ipê ali, dá um metro, quase quatro metros de largura. Chego ali, ai alugo, você (vou) trazer pro cê. Quatro horas, até hoje, nunca chegava. Tinha cará por baixo, não queria acabar, por causa que tinha muito cará ali no meio da pedra. Mesmo assim tinha cará, onde tem ferro. É igual como nós, vai plantar o milho no meio, plantamos muito milho no meio [...] lá no alto Maracajú (referência a ao *tekoha* da família do Jorge). A gente tem Saracué ¹²ali, se vai procurando onde tem terra, ai se abre o buraco [...].

A gente vai, saracué¹³, onde não pega pedra, ai você vai procurando onde é a terra [...] Onde dá pra plantar milho. Cada ramo que dá, o mato dá muito (silêncio). É... quantos anos que tem aquele adubado, ai você queimando aquele mato, tanto assim, natural, em cima da terra. Ai na onde você planta, a planta nasce. E o cerrado não, o cerrado se tem que tratar, é mais fraco [...]. A mandioca preta dá melhor no campo, da amarela, já não dá [...]. [...] tem que passar a cultura, regatá para não esquecer.

Jorge inicia sua frase falando no tempo passado. Contudo, no decorrer de sua narrativa, transita entre passado-presente, mostrando, por sua vez, não só a territorialidade existente no modo de vida dos antigos, mas trazendo a territorialidade do tempo presente e a possibilidade de um futuro marcado pelo sonho e esperança de retorno ao *tekoha*.

A narrativa de Jorge se estabelece nas relações entre o modo de vida dos antigos - *tekoyma*, e o novo modo de vida - *tekopyahu* - pois traz para sua narrativa as transformações espaciais do *tekoha* a partir da chegada do *karaí*. O *karaí* é o sujeito que demarca a fronteira entre passado e presente, pois estabeleceu, por meio da violência, seu

¹² Espécie de cavadeira de madeira.

¹³ O Sapicuá e/ou Sapiquá assemelha-se a uma bolsa, parecido com bernal, muito utilizada por camponeses. Segundo os Guarani e Kaiowá, antigamente era feito com Caraguatá, uma espécie de cipó, utilizado por homens e mulheres em atividades de coleta de frutos e, também, para o depósito de sementes na atividade da agricultura. O Saracué e/ou Saraquá, é utilizado na atividade da agricultura durante o roçado e depósito de semente no solo, sua utilização se aproxima de uma enxada. Essas informações foram coletadas em trabalho de campo, mas algumas contribuições podem ser encontradas no trabalho de Luis Augusto Cândido Benatti (2004).

lugar nas histórias e trajetórias dos povos Guarani e Kaiowá. O *karaí* representa o medo, o terror, a falsidade, a angústia, a perda, a imposição de viver nas Reservas...

Segundo relatos do *ñanderu* Jorge e da *ñandesy* Floriza (2010)

O branco pisa na terra né. Primeira coisa que o branco descobriu, naquela época, descobriu que os índios moram na terra [...]. E aí, como eu mesmo eu sei, né, quando chegou o Xirurrerre [referindo-se ao branco], eu vou falar um pouco, até eu fico emocionado, né... [silêncio]. Quando chegou o Xirurrerre, deitou ali na rede [...] E aí deitou ali [...]. Ele não falava não, falava esquisito, dá medo na gente [...] Pegou o manacu dela, colocou a rede, e colocou em cima de um jegue, né, bastante as coisas. Ali colocou manacu, colocou balaio, né, cheio de tralha. E aonde colocou o xipá, o bolo que ele fez com milho saboró, né, e aí colocou na frente o jegue pra trazer a tralha. E por ali atrás vem criança... chamando o burichá, que a criança igualzinha esse *Ñanderu* 'y, meu guri. Chamando o cavalo, o jegue.

A partir dessa narrativa, podemos afirmar que o território, assim como a territorialidade, enquanto condições interdependentes, são constituídos a partir das relações sociais no espaço-tempo, no movimento de destruição e construção de territórios que, por sua vez, proporciona reconstruções/reapropriações/re-significações identitárias. Assim, as múltiplas territorialidades tomam forma no processo de apropriação e acesso aos múltiplos territórios por intermédio da oralidade presente no ato de lembrar, contar, reinventar, chorar, lutar... Por tudo isso, o conceito de território permite compreender, mesmo com suas limitações, a complexidade da palavra *tekoha*, sobretudo, seu significado no contexto da luta Guarani e Kaiowá por seus territórios étnicos.

Esparramou tudo, modificou tudo: Retomar o tekoha é retomar teko porã

A expressão *esparramo* é denominado na língua guarani de *sarambipa*, sendo a forma de explicar o movimento de dispersão dos Guarani e Kaiowá de seus *tekoha* após a chegada dos *karaí* e as formas de resistências a esse processo, tal como a busca de refúgios em outros *tekoha* e nas Reservas¹⁴. Nesse processo de dispersão forçada, o território étnico dos povos Guarani e Kaiowá passou por profundas transformações e, do mesmo modo, as suas formas de viver foram drasticamente reconfiguradas, de modo que muitas famílias foram obrigadas a deixarem seus *tekoha* e passaram a viver nas Reservas (a grande maioria), onde as práticas socioculturais do mundo não indígenas foram impostas aos indígenas. Diante da insatisfação de viverem nas Reservas, algumas famílias resistiram a essa condição e passaram a viver nas periferias das cidades, nas fazendas, nos acampamentos indígenas, acampamentos/assentamentos da Reforma Agrária. Tais

¹⁴ Para melhor compreensão desse fenômeno sugerimos a dissertação e tese do historiador Antonio Jacó Brand (1993;1997) e a tese de doutorado de Juliana Grasiéli Bueno Mota (2015).

transformações foram consideradas pelo antropólogo Levi Marques Pereira (2006; 2007; 2010) como outras modalidades de territorialização ou assentamentos¹⁵ vivenciados pelos Guarani e Kaiowá na contemporaneidade.

Essas outras modalidades de territorialização remetem aos indígenas que foram, de forma pejorativa, denominados de índios desaldeados, que são aqueles que não estão sob a jurisdição do Estado, ou seja, estão fora das Reservas. Pereira (2007, p.01) ressaltou que “[...] essas modalidades são de desenvolvimento recente, sendo possível defini-las como respostas adaptativas das populações Kaiowá [e Guarani] às profundas transformações históricas e econômicas por que passou Mato Grosso do Sul”.

Ainda, para esse autor

É importante ter presente que o surgimento das novas modalidades de assentamento [ou territorialização] ocorre de maneira paralela ao processo de desarticulação das formas tradicionais de ocupação do território. Em certo sentido, as novas modalidades de assentamento podem ser entendidas como respostas adaptativas a esse processo, mobilizando a criatividade dos líderes de parentelas e a habilidade de disporem de novos instrumentos culturais no estabelecimento de relações com a sociedade nacional (2007, p. 05).

A mobilidade Guarani e Kaiowá transformou-se à medida que foram obrigados a “dividir” seus territórios com os *karaí* e passaram a ser redefinidas em meio às práticas colonialistas que reconfiguraram as espacialidades de seus *tekoha*. Por exemplo, nas Reservas e nos acampamentos é corriqueiro escutar pessoas que afirmam que após a chegada dos *karaí* “cada um foi para um lugar” e que “modificou tudo”.

O esparramo impulsionou deslocamentos forçados no processo de colonização, cuja finalidade era liberar os territórios indígenas para ocupação não indígena. Prática feita por proprietários de terras e instituições indigenistas, seja pelas práticas colonialistas do SPI que, posteriormente, foram impulsionadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI¹⁶). Assim, as novas territorialidades vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá foram atravessadas por outras formas de apropriação espaço-temporal, pertencentes ao mundo dos *karaí* e desconhecidas pelos indígenas, como é possível vislumbrar na Figura 1 abaixo.

Os *tekoha* foram se transformando e tais transformações foram, de certa forma, acompanhadas pelos olhares atentos dos Guarani e Kaiowá, mas com outras lógicas de uso e controle do espaço. “O *tekoha* virou propriedade do fazendeiro e para entrar tem que pedir permissão”, afirmação inquietamente da Kaiowá Alzira (2012). Essa narrativa demonstra as novas reconfigurações socioespaciais vividas por esses povos na contemporaneidade.

Na década de 1970 e 1980, a força da palavra *tekoha* surge, fundamentalmente, no processo de perda do território para os não indígenas e, conseqüentemente, o início das

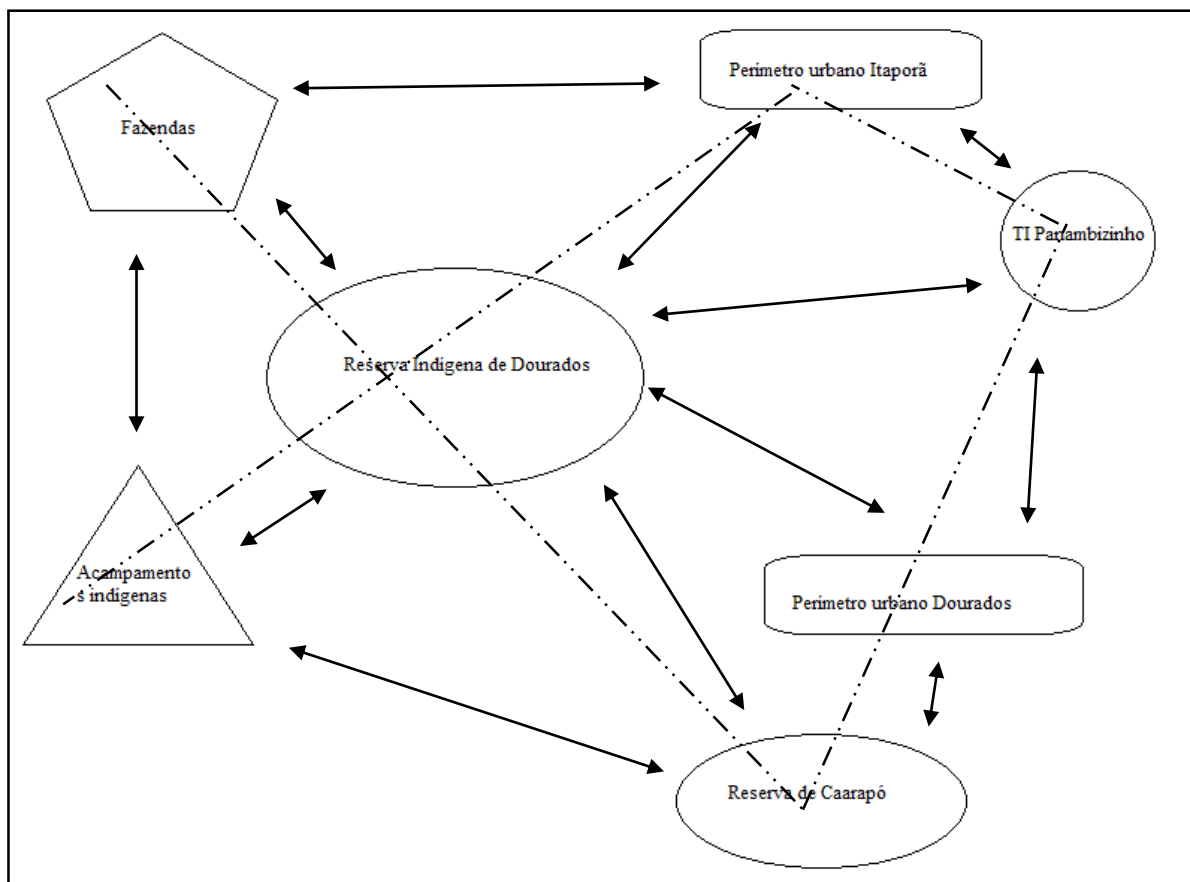
¹⁵ Levi Marques Pereira (2006; 2007) considera ser um termo muito utilizado na arqueologia e ecologia cultural.

¹⁶ Sugerimos, novamente, a dissertação e tese do historiador Antonio Jacó Brand (1993; 1997).

demandas reivindicatórias dos povos Guarani e Kaiowá pelos seus territórios étnicos. Cavalcante (2013, p.75) faz uma importante ressalva sobre a categoria nativa *tekoha* em sua tese de doutorado:

Tal categoria vem sendo apresentada pela etnografia do grupo desde a década de 1970. O primeiro registro etnográfico de que tenho notícia foi apresentado por Bartomeu Meliã, Georg Grünberg e Friedl Grünberg na obra “Paĩ – Tavyterã. Etnografia Guarani del Paraguay contemporâneo” (2008), cuja primeira edição veio à tona em 1976 como resultado do registro etnográfico produzido durante os trabalhos do Projeto Paĩ Tavyterã.

Figura 1 - As transformações do *tekoha* após o esparramo



Fonte: Mota, 2011.

Desde a década de 1970, os Guarani e Kaiowá, com a ajuda de apoiadores¹⁷, passaram a se organizar para retomarem seus territórios étnicos e pressionar o Estado brasileiro a cumprir a legislação nacional no tocante a demarcação das terras indígenas¹⁸,

¹⁷ Aqui ressaltamos os trabalhos de pessoas envolvidas no Projeto Paĩ Tavyterã e nas atividades de apoio da entidade pastoral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

¹⁸ A partir de 1970 ocorreu uma organização efetiva dos povos indígenas nos quatro cantos do Brasil em contraponto as políticas desenvolvimentistas de integração que iniciaram, especificamente, a partir de 1950, nos “últimos refúgios” de indígenas no Brasil que levava ao processo de desterritorialização das sociedades indígenas dos seus territórios tradicionalmente ocupados. A primeira Assembleia Indígena registrada foi realizada em Diamantino/MT, em abril de 1974. Na década de 1980 a principal bandeira é a luta pela terra, pelo

que a partir da década de 1980 passou a ser garantida no Art. 231 da Constituição Cidadã de 1988. Consideramos que desde a Constituição de 1934, todas as constituintes seguiram assegurando direitos aos povos indígenas, todavia, a Constituição de 1988 interrompeu juridicamente o projeto secular de desindianização dos povos indígenas, pautado nas ideias de mestiçagem, assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade nacional como não indígenas, e mudanças significativas nos direitos territoriais que estavam pautados nos critérios de imemorialidade.

Também, ressaltamos que na década de 1970 tem-se registro dos primeiros acampamentos indígenas Guarani e Kaiowá nas proximidades de seus *tekoha*, cuja origem deve ser entendida como uma forte resistência à condição de Reserva, uma verdadeira ação de rebeldia as práticas colonialistas do Estado, momento em que as Reservas passaram a registrar um *boom* populacional e a existência dos últimos refúgios de indígenas trabalhando na formação das fazendas¹⁹.

A partir desse momento, os acampamentos indígenas passaram também a ser um lugar onde era possível reproduzir, com grandes dificuldades, o modo de ser Guarani e Kaiowá, diferente do que ocorria nas Reservas, cujas práticas eram vigiadas e mediadas pela ação do Estado, via SPI e, posteriormente, FUNAI. Atualmente, estima-se a existência de mais de 40 acampamentos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Esses acampamentos são importantes espaços para a formação da identidade Guarani e Kaiowá, possibilitando criarem e recriarem relações de pertencimento com os lugares tradicionalmente ocupados (inclusive entre aqueles que nunca estiveram e compartilharam as territorialidades vividas no *tekoha*, como muitos jovens e as crianças).

As famílias que estão retomando *tekoha* têm como base de sua articulação política criar possibilidades para que os parentes não percam os laços de pertencimento com os territórios étnicos, de modo que o acampamento é o lugar de “apego” as tradições, marcado pela necessidade de falar sobre a cultura e produzir o modo de viver dos antigos, o *teko porã*. A Kaiowá Damiana, liderança do acampamento *Apyka’y*, explicou que viver no acampamento é estar vivendo o *teko porã*, pois é possível que “a gente olhe para nosso *tekoha* [e] a gente sente ele...”, diferente da condição de Reserva, lugar onde impera o modo de ser do branco²⁰.

Outro ponto importante sobre a existência dos acampamentos é que eles são a representação de outras possibilidades de territorialização que estão sendo construídas e redefinidas para além da condição de Reserva e apresenta outras formas espaciais, apesar de precárias, mas que mantém a esperança de retorno aos *tekoha*.

reconhecimento étnico, pelo respeito ao modo de vida das comunidades indígenas e pela construção de autonomia perante o Estado (SILVA, 1999).

¹⁹ Ver Mura (2006).

²⁰ Narrativa registrada em trabalho de campo, no ano de 2010.

Os acampamentos são territórios de resistências, envolvidos em uma multiplicidade de formas de existir e ser Guarani e Kaiowá, reproduzidos nas diversas formas/possibilidades de transitar e interagir entre múltiplos territórios, vivenciar uma multiplicidade de temporalidades no contexto de luta pelo *tekoha* e resistências à condição de Reserva. Aqui *tekoyma tekopyahu* se entrelaçam, se fundem, na construção de um modo de vida que persiste ser Guarani e Kaiowá reconhecendo que “tudo mudou e agora o índio também é diferente”.

As novas relações socioterritoriais de retorno aos territórios tradicionalmente ocupados foram estabelecidas de diversas maneiras, no qual podemos apontar duas noções básicas. O primeiro é referente ao conflito direto, as lutas em torno das reivindicações das retomadas de *tekoha*, havendo o objetivo de conquistar a territorialização efetiva, fazendo-se na busca pelo controle territorial, principalmente, na forma dos acampamentos de retomadas. Em segundo, é a necessidade de estar próximo aos territórios tradicionalmente ocupados, sem, necessariamente, desterritorializar os fazendeiros, estratégia muito utilizada pelos indígenas que permaneceram, sobretudo, nos fundos de fazendas. Contudo, posteriormente, é usada como um meio importante para reivindicarem seus territórios, já que não foram totalmente desterritorializados, no sentido em que não houve o “abandono” efetivo do *tekoha*, e continuaram a transitar nele, vigiando-o²¹, como forma de acompanharem suas transformações.

No contexto da luta efetiva pelo *tekoha*, a necessidade de organizar um grupo ou coletivo de pessoas que se coloca como central para o início da luta pelo *tekoha* é extremamente importante e envolve inventar estratégias político-reivindicatórias múltiplas, e que essa ação passa a ser, fundamentalmente, uma luta para a reconstrução do *teko porã* enquanto pilar do modo de ser e viver Guarani e Kaiowá.

Levi Marques Pereira (2010, p.119) considera que mesmo diante das dificuldades de organizar um grupo para retomar *tekoha*:

[...] muitas lideranças se lançam na aventura de reorganizar suas comunidades, juntando as famílias num setor definido de algumas das reservas ou acampando em áreas reocupadas ou em margens de rodovias.

²¹ Referente ao “vigiar” e estar no *Tekoha*, uma expressão muito significativa são os indígenas conhecidos como moradores de fundos de fazendas ou morando em fazendas. Os indígenas que vivem nessa condição criaram diversas formas para permanecerem *tekoha*. Os indígenas de fundos de fazendas, fato que se deu com maior intensidade até a década de 1970, foram a principal mão de obra na formação das fazendas. Além de relações de superexploração do trabalho, é importante considerar as famílias que resistiram a condição de reserva e permanecerem nos fundos das fazendas, seus antigos *tekoha*. Nos dias de hoje, é muito comum, mesmo após o fim da formação de fazendas e o recolhimento compulsório de indígenas para dentro das reservas, alguns membros das famílias continuarem em seus territórios tradicionalmente ocupados trabalhando para o fazendeiro. Estas relações são importantes, fundamentalmente, por serem estratégias de resistência, já que havia a necessidade por alguns membros da família de continuarem a ter vínculos com os lugares de origem, de forma que mesmo sobre outros ordenamentos territoriais, estes continuam a ter vínculos com os *tekoha*, e, mesmo que precariamente, neles estarem territorializados. Exemplo da relação do estar no *tekoha* é descrito por um Kaiowá da Reserva, ao dizer que “[...] nosso parente está na fazenda, fica lá. Ai a gente vai faz uma visita. Não pode perder o contato mesmo com nosso lugar. Lá é nosso, os velhos estão cuidando pra gente [...]”.

Com tais estratégias, buscam dar visibilidade as suas comunidades e demandas territoriais [...].

O acampamento passa a ser o local de “retorno as tradições”, explicou uma liderança do acampamento Pacurity (2010). As tradições, segundo sua explicação, estão sendo reformuladas, de modo que “quem não sabia rezar, não sabia falar guarani vai aprendo no acampamento. O índio, ele o índio, foi esquecendo o jeito dele e ele começa a aprender e já aprende rápido que é importante o jeito do índio...”.

Na contramão desse projeto arquitetado pelos indígenas, os proprietários se organizam para desorganizar o movimento de retomada na sua forma ocupação/acampamento. Nesse sentido, tem sido uma prática recorrente que fazendeiros contratem “seguranças” de empresas particulares para protegerem a propriedade e vigiarem os acampamentos de retomadas, cujo objetivo é impedir novas ocupações-retomadas a partir da disseminação do medo, da angustia, da insegurança e da violência para as famílias que lutam pelo *tekoha* nos acampamentos, o que faz dele ser também um território do medo, mesmo que seja compreendido como o lugar mais próximo a possibilidade de continuarem a reproduzir o *teko porã*. Por tudo isso, as estratégias de retorno aos *tekoha* são diversas e complexas, pois cada grupo familiar tem estratégias de lutas específicas, visando, futuramente, buscar uma completa reterritorialização, ou seja, o sonho que o Estado brasileiro reconheça os *tekoha* como terra indígena²².

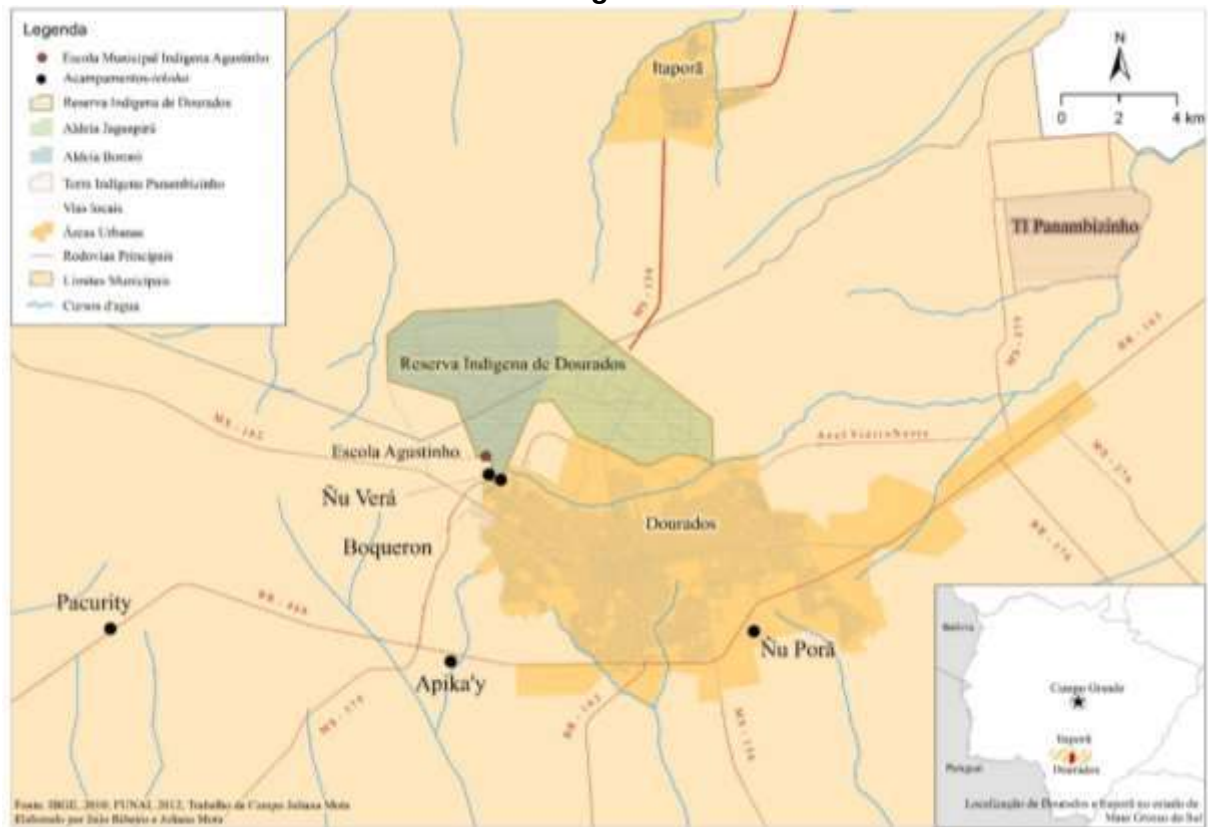
Apresentaremos a seguir algumas características das principais estratégias de Re-existências e dificuldades vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá nos acampamentos *Apika'y*, *Boqueron*, *Ñu Porã*, *Ñu Verã* e *Pacurity*. Todos esses acampamentos estão localizados no município de Dourados e os fluxos de pessoas nesses territórios são difíceis de serem tão facilmente mapeado, o que impossibilita saber exatamente a população que neles vivem. Tal impossibilidade decorre pela existência de uma intensa mobilidade que os Guarani e Kaiowá estabelecem com o espaço, cujos trânsitos são traçados pelos processos de des-reterritorialização que envolvem as relações socioterritoriais estabelecidas nos trânsitos entre Reservas, acampamentos indígenas, acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, fazendas e cidades, construídas por meio de alianças e conflitos políticos nas redes de parentescos e pelas relações com os não indígenas.

Ressaltamos que nosso objetivo é apresentar as principais características desses acampamentos, construídas em nossa experiência de trabalho de campo, aprendendo e

²² Terra indígena é uma categoria jurídica explicitada na Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Segundo a Lei: Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo. § 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras. § 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petitória ou à demarcatória.

convivendo com os Guarani e Kaiowá, especialmente entre os anos de 2008 a 2013. A localização da Reserva, a cidade de Dourados e os acampamentos de retomadas estão especializadas no Mapa 1 a seguir, o que permite vislumbrar a conformação geográfica dos acampamentos, terras indígenas e Reserva no município de Dourados.

Mapa 1 - Localização da Reserva Indígena de Dourados e dos acampamentos indígenas



Fonte: Mota, 2015.

Acampamento *Ñu Porã*

O acampamento *Ñu Porã* está localizado próximo à BR-163, dentro de uma propriedade arrendada por uma empresa denominada Mudas MS. Os indígenas prestam serviços ao arrendatário, trabalham na plantação de mudas de grama, na olaria - previamente estabelecida dentro dos limites do acampamento - e no pesqueiro Kanoa, ao lado do acampamento. Como nos relataram os indígenas que estão envolvidos nesse trabalho, esse tipo de relação tem sido uma possibilidade de “tirar um dinheirinho”.

As estratégias de luta nesse acampamento são construídas junto às relações de trabalho, que envolvem negociação constante e direta com o arrendatário. É possível afirmar, a partir dessa situação, que muitas vezes a “submissão” à superexploração do trabalho pode ser um importante caminho para permanecerem e reivindicarem *tekoha*.

Segundo as lideranças, as relações com o arrendatário não são tensas, pois como não é proprietário da terra, o mesmo “não entende que a presença dos índios é perigosa porque a gente trabalha aqui e a gente está tranquilo porque não atrapalha em nada”, segundo a liderança Valdemir²³.

Esse acampamento é marcado pelo tempo do trabalho, de modo que muitas famílias que ali vivem não estão reivindicando *tekoha*. Essa situação tem criado uma especificidade no modo de organização socioterritorial desse acampamento, pois as famílias que estão lutando por esse *tekoha* tendem a construir suas casas afastadas das famílias que estão ali somente para trabalhar.

Em trabalho anterior (MOTA, 2011), constatamos que as famílias que reivindicam esse território já estão vivendo nele há mais de 30 anos e que suas atividades de trabalho na área reivindicada fazem parte da estratégia de continuarem mantendo laços com o *tekoha Ñu Verã*. Segundo a liderança Valdemir “o melhor é trabalhar no lugar que é nosso”, apesar de ressaltar que a principal dificuldade tem sido convencer os parentes que estão na Reserva de Caarapó a virem para o acampamento, o principal motivo “é o medo da violência dos pistoleiros”, ressaltou ele. Mas, afirmou também “que aqui não tem violência porque todo mundo trabalha, é mais difícil pistoleiro chegar aqui. Pistoleiro chega no *Apika’y*, aqui é mais difícil”.

É possível afirmar que as relações nesse acampamento se constituem entre as pessoas que vivem no acampamento e lutam pela demarcação, aqueles que estão no acampamento na condição de trabalhadores e não estão na luta pelo *tekoha* e os parentes que estão longe, em Caarapó, e temem se envolver em “conflitos com pistoleiros”. Ainda, esse acampamento passou por algumas mudanças que colaboraram, mesmo que pontualmente, com a qualidade de vida da comunidade. A partir de 2011, foram instaladas uma escola (extensão da Escola Indígena Tengatuí, localizada na Reserva Indígena de Dourados) e uma igreja evangélica Batista (cujo pastor responsável é um parente-aliado da Reserva Indígena de Caarapó que se mudou para o acampamento *Ñu Porã* para colaborar na luta pela demarcação).

A construção da escola é uma grande vitória para a comunidade, pois para estudar, as crianças tinham que ir até a escola da cidade, local onde, segundo os relatos dos indígenas, passavam por constrangimentos e sofriam preconceitos e estigmas por serem indígenas e, sobretudo, acampadas. Segundo Valdemir “as crianças sofrem preconceitos porque o branco acha que estamos roubando a terra delas. Essa é uma verdade que tem que registrar no papel. Acho que isso é preconceito... Aqui não estamos roubando, a gente não é ladrão né”.

²³ Entrevista concedida em fevereiro de 2013.

Painel Fotográfico 1
Dezembro de 2010 e fevereiro de 2013



Acampamento-Ñu Porã em fevereiro de 2013



Acampamentos Ñu Verã e Boqueron

A proximidade de alguns acampamentos que estão conurbados a Reserva Indígena de Dourados favorece no acesso ao atendimento à saúde, acesso a escolas, trabalho na cidade, como é o caso dos acampamentos *Ñu Verã* e *Boqueron*.

O acampamento *Ñu Verã* está localizado nos limites entre a Reserva Indígena de Dourados, a cidade de Dourados e o acampamento *Boqueron*. Em 2013, esse acampamento tinha, pelo menos, duas lideranças que não estabeleciam relações amistosas entre si, as quais eram marcadas por disputas de poder interno, o que dificultava a coesão social entre as pessoas que viviam no acampamento.

O acampamento é próximo a Escola Indígena Agostinho/Reserva Indígena de Dourados, cuja fronteira entre o acampamento e a Reserva é uma pequena estrada de terra. Aproveitando sua localidade, uma das lideranças criou um mercadinho para vender doces para as crianças nos horários de intervalo da escola. Segundo sua narrativa “a gente vende um pouco de doce, macarrão, o que o povo precisa e está pertinho para comprar, não precisa ir na cidade. As crianças gostam de doce e no recreio é fácil chegar no acampamento e comprar chiclete, bala... Aí tiro meu dinheiro e elas [as crianças] ficam alegres”.

As famílias desse acampamento vieram de vários lugares (Reservas, fazendas e cidades) e entendem que a localização do acampamento, próximo a Reserva e a cidade de Dourados, contribui para que não tenham medo de reivindicar *tekoha*. Uma situação que preocupa a comunidade é o fato do “*tekoha* estar virando cidade”, afirmando que tal realidade é inviável para “sistema do índio, o jeito dele viver”, pois não querem viver na “cidade porque não dá para plantar”.

As mudanças na conformação espacial presenciadas por esses povos e as dificuldades de compreender o direcionamento da demarcação de seus territórios, que tendem a ser protelados pelos processos de regularização fundiária, proporcionam grande instabilidade socioterritorial e uma situação de medo para as famílias em condição de acampamento, temem não ter onde reconstruir seus *tekoha*, alegando que “a justiça não resolve [a demarcação e] os *karaí* fazem casa e colocam cercas”, o que impossibilita a demarcação do território que reivindicam.

No acampamento Boqueron, localizado no Anel Viário Norte, escutamos a seguinte afirmação: “Minha família é desse *tekoha* e [estamos] lutando com meus parentes aqui. Aproveito e trabalho aqui, [pois] é melhor do que trabalhar para branco”. Segundo Adeilson ou Juruna (2013), que tem uma oficina de automóveis antigos nesse acampamento, explicou o seguinte: “eu trabalho aqui e o negócio é meu [...] esses carros arrumo tudo por aqui, chega branco, chega índio e cuido aqui mesmo”.

Na primeira vez que fomos a esse acampamento, em 2012, a principal reclamação da comunidade era referente à contaminação da água. Na ocasião, estavam redigindo uma carta que descrevia tal situação à FUNAI, ao MPF e Sesai/Funasa. Relataram que a água causava diarreia e vômito nas crianças, e que as crianças estavam fora da escola. Esse acampamento está nas proximidades do *tekoha Ñu Verã*, e naquela ocasião relataram que no acampamento tinha mais de 40 crianças fora da escola, apesar de estarem tão próximos a Escola Municipal Indígena Agustinho, não havia vagas para todas as crianças.

No ano de 2013 muito se discutia sobre a importância das ações assistenciais da FUNAI e do governo do estado de Mato Grosso do Sul, pois as famílias acampadas têm acesso somente as cestas básicas da FUNAI. No entanto, como algumas pessoas mantinham fortes vínculos com a Reserva, através de parentes e amigos, conseguiam receber mais de uma cesta básica, a do Governo do Estado e da FUNAI. No entanto, relataram que as cestas do governo não eram frequentes, além de serem insuficientes, o que fazia com que muitas famílias se deslocassem para a cidade de Dourados para pedir comida ou vasculharem os lixos das residências dos não indígenas. São vários os relatos de famílias acampadas, mas também famílias que moram nas Reservas, que vivenciam essa realidade e alegam sentirem vergonha, pois sofrem agressões e xingamentos dos não

indígenas, sendo recorrente escutarem a expressão “índio sujo”, segundo o relato de uma senhora Guarani.

O trabalho informal é uma realidade cotidiana nas Reservas e acampamentos, considerado como uma das principais alternativas de “conseguir um dinheirinho”, como expressaram as famílias do acampamento *Boqueron*. Muitos homens prestam serviços para colonos, pessoas com pequenos sítios nas margens da Reserva, os quais efetuam o pagamento por dia de trabalho: “Eles chegam aqui no acampamento e pergunta para gente sobre trabalho e a [a gente] trabalha e acaba. É sossegado, os colonos aqui pertinho não enchem a gente não. Quando precisa vem aqui e trabalha e ganha um dinheiro”, segundo a liderança. Assim como o *Ñu Verã*, esse acampamento está localizado nos limites da cidade, o que é possível vislumbrar nas fotos a seguir e no Mapa 1.

Painel Fotográfico 2
Acampamento *Ñu Verã* em fevereiro de 2011 e fevereiro de 2012



Acampamento *Boqueron* em fevereiro de 2013



Acampamento *Pacurity*

O acampamento *Pacurity* está localizado na rodovia BR-463, que liga Dourados à Ponta Porã. A comunidade foi expulsa entre as décadas de 1960 e 1970 de seu *tekoha* e seus moradores foram obrigados a irem para as Reservas. Na ocasião, no contexto da ditadura militar, a liderança desse acampamento, Bonifácio, contou que foi enviado a um reformatório em Minas Gerais e que passou por situações de violência, esclarecendo que “foi torturado e essa história é muito triste”.

A reivindicação desse *tekoha* é marcada por diversas tentativas de retomadas, em diversas ocasiões os indígenas tiveram que se “submeter” ao trabalho nas fazendas e demonstrarem passividade para com os fazendeiros. Ainda, Bonifácio explicou que muitos dos seus familiares se encontram dispersos pelo mundo “ainda não voltaram para o *tekoha*, estão esparramados”, principalmente, por terras indígenas e Reservas. Parte dos familiares estão em Brasilândia, na terra indígena Ofaié, os quais foram levados para lá pelo SPI, e na Terra Indígena Taquara²⁴, no município de Jutí. Nas Reservas, estão territorializados na Reserva de Caarapó e Amambaí.

A luta vivenciada por essa comunidade se efetiva, principalmente, por meio dos trânsitos entre Reserva Indígena de Dourados e acampamento, muitos dos indígenas que vivem nesse acampamento realizam esse trajeto quase que cotidianamente, seja de bicicleta, moto, charrete ou até mesmo a pé, devido à proximidade com a Reserva. Em relação aos contatos mantidos com familiares que estão na Reserva de Dourados, esclareceram a importância de “levantar casas” e estabelecer boas relações na Reserva, pois a situação no acampamento é perigoso e, devido às dificuldades, conseguem suprir algumas necessidades pelo acesso às cestas básicas do governo do Estado, água potável e atendimento de saúde através da Sesai/Funasa.

Para as lideranças do acampamento, o objetivo mais importante é conseguirem permanecer no *tekoha*, apesar das dificuldades enfrentadas para viverem com escassos recursos, sobretudo, dificuldade de acesso a água, cuja única forma de conseguir é por meio da travessia de parte do cultivo para “entrar na matinha e buscar água”, segundo afirmou Bonifácio. O acesso à água é possível através de um córrego localizado em uma área de mata dentro da propriedade, utilizada para tomar banho e fazer comida. A área de mata é extremamente importante para a comunidade e esclareceram que sem sua existência as dificuldades para permanecerem no acampamento e continuarem a luta para retomar *tekoha* seriam ainda mais difíceis.

²⁴ A conclusão do processo demarcatório da Terra Indígena Taquara ainda não está finalizada, pois encontra-se suspensa por liminar da justiça. Para maiores informações consultar MPF/MS. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/04/em-decisao-inedita-stf-rejeita-manobra-do-governo-de-ms-contra-demarcacao-de-terras-indigenas>>.

Painel Fotográfico 3
Acampamento *Pacurity* em abril e maio de 2010



Acampamento *Pacurity* em fevereiro de 2013



Acampamento *Apika'y*

O acampamento *Apika'y* se constitui como um território marcado pela rebeldia e teimosia dos indígenas para ali permanecerem. A comunidade já sofreu sucessivos despejos em suas tentativas de retomarem *tekoha*, e essa tem sido a estratégia para permanecer no *tekoha Apika'y* ou próximo a ele, vigiando-o. Sobre esses despejos, a liderança Damiana afirmou o seguinte: “o pistoleiro tira e a gente volta. Não dá para viver na Reserva, aqui é nosso lugar e a gente não sai, não desiste daqui. Índio é teimoso, não desiste do lugar dele”.

A circulação da comunidade em torno do *Apika'y*, tem sido construída pela mobilidade que exercem nos municípios de Dourados, Caarapó, Laguna Caarapã e Ponta Porã. Para compreensão dessa mobilidade é importante considerar que o *tekoha* é também conhecido pela literatura antropológica como *jukeriry* ou *jukery*, cujos referenciais espaciais mais amplos estão inseridos nas dinâmicas socioterritoriais existentes no *tekoha guasu* denominado de Lima Campo ou Alto Médio Dourados (SILVA, 2007; LUTTI, 2009). O *tekoha guasu* Lima Campo abrangia, pelo menos, os municípios de Ponta Porã (nele está inserido o distrito de Sanga Puitã) e Laguna Caarapã. As relações com o município de Dourados e Caarapó se efetivaram através das Reservas criadas pelo SPI, muitas vezes utilizadas como refúgio diante dos conflitos com os não indígenas. Desde a década de 1980 essa comunidade luta para se manter no *tekoha*.

As relações de alteridade com pessoas da mesma etnia e não indígenas estão sempre sendo (des)construídos a partir das novas formas de reterritorialização dessa comunidade, infelizmente, em sua maioria, marcadas por situações de despejo e violência, para resistirem à condição de Reserva. Assim, é possível vislumbrar redes de alianças com diversas famílias Guarani e Kaiowá, muitos deles já passaram por diversas fazendas da região, viveram em periferias das cidades e já estiveram em acampamentos/assentamentos de Reforma Agrária. As relações com a cidade de Dourados também são importantes, pois permite estabelecer contatos mais estreitos com os não indígenas comprometidos com as reivindicações Guarani e Kaiowá, como Ministério Público Federal (MPF/MS), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), FUNAI e apoiadores da universidade que são sensíveis a luta dos Guarani e Kaiowá por seus *tekoha*. A cidade também é “o lugar do dinheirinho”, onde vendem latinhas e compram em alguns mercados locais, principalmente, produtos que não estão embutidos nas cestas distribuídas pela FUNAI, como sabão e sal.

As fotos do painel fotográfico a seguir correspondem a três momentos de territorialização do acampamento *Apika'y*. O primeiro, em fevereiro de 2013, estava localizado nas margens da rodovia BR - 463. E, o segundo, a partir de dezembro de 2013, a comunidade passou a ocupar um pedaço da área reivindicada, assegurada pelo MPF/MS e FUNAI. Nesse momento era possível perceber que as pessoas desse *tekoha* tinham maior facilidade de acesso à água e lenha para cozinhar os alimentos, aquecer-se do frio e maiores possibilidades de cultivar alimentos. Na ocasião tinham construindo roça com plantação de amendoim, milho e mandioca. Damiana relatou a felicidade de retornar ao *tekoha* da seguinte forma: “sentir o chão do seu lugar e viver como os antigos... o jeito índio é alegria para nós”. Todavia, em julho de 2016, sofreram outro despejo e voltaram para as margens da rodovia BR - 463. Para Damiana, esse momento é marcado por uma tristeza enorme, “a dor de ver tudo destruído é muito triste. O caminhão matou a casa, da roça não ficou nada. A gente chora vendo isso daí”. Atualmente a comunidade está vivendo nas margens da rodovia BR-463, mas reafirmam que o desejo de entrarem novamente no *tekoha* é constante e que não irão desistir da luta. Para Damiana (2016) “desistir é igual morrer e a gente é vivo né”.

Painel Fotográfico 4
Acampamento *Apika'y* em outubro de 2010 e fevereiro de 2013



Acampamento *Apika'y* em dezembro de 2013



Acampamento *Apika'y* em julho de 2016



Considerações finais

Através dos acampamentos de retomadas, os Guarani e Kaiowá lutam pelo seu lugar no mundo e, embora, sejam territórios de precariedade, os acampamentos são, sobretudo, lugares da espera, seja dos *tekoha*, seja das práticas que envolvem o espaço-tempo ideal do *teko porã*. Apesar do acampamento ser um território que evidencia a luta para retomada de *tekoha*, é importante considerar outros territórios de resistências, tais como os acampamentos/assentamentos da Reforma Agrária, cidades, fazendas e até

mesmo as Reservas. Os indígenas desconstroem nossas imagens sobre esses territórios e, apesar de não discutimos a especificidade de cada um deles, é possível afirmar que eles são territórios que, na perspectiva Guarani e Kaiowá, se constituem, de diferentes formas, como territórios de contestação ao *modus operandi* imposto pelos *karaí*.

O nosso desafio, neste texto, foi demonstrar os diversos territórios de existência Guarani e Kaiowá em Dourados e, a partir deles, traçamos possíveis diálogos entre o conceito de território e categorias nativas da língua guarani, o que permitiu elaborar, com suas limitações, uma leitura geográfica sobre as formas de territorialização, especialmente no que tange as lutas pelo *tekoha* através dos acampamentos indígenas. Assim, traçamos e tecemos algumas mediações possíveis, no entendimento é que a categoria *tekoha* tem ensinado formas outras de pensar as lutas por territórios.

Apresentamos as primeiras reflexões dessas lutas, - iniciadas em nossa dissertação de mestrado (2011) e, posteriormente, com significativas, porém preliminares, avanços na tese de doutorado (2015) -, que tem permitido perceber as diversas e complexas formas, inusitadas, que os Guarani e Kaiowá criam sua existência e lutam por seus *tekoha* em diálogo/confronto com os não indígenas. Devemos atentarmos para que nosso olhar seja constantemente descolonizado e, fundamentalmente, aberto para compreender outras formas de existir e lutar pelo território, de pensar a Geografia.

O diálogo com os Guarani e Kaiowá tem permitido aprender e sermos afetados por suas histórias e formas de pensar e agir no mundo, que requer vivenciar e aprender com outras cosmovisões de mundo. Ainda, perceber como o *olhar de formiguinha*, o que os diferentes e diversos povos estão arquitetando na construção de outro mundo possível.

As lutas dos povos Guarani e Kaiowá permite acreditar, como elenca Oscar Wilde, que “um mapa do mundo que não incluía Utopia não merece nem mesmo uma espiada” (*apud* HARVEY, 2004, p.181). A utopia para os Guarani e Kaiowá está sendo marcado pelo tempo da espera, da resistência e da rebeldia cotidiana de recuperar o *tekoha*, o que permitirá, necessariamente, a reconstrução do *teko porã*.

Esse texto é dedicado *in memoriam* do menino Kaiowá Giovani. Alegre em sua quietude, nos deixou cedo demais. Agradeço por tudo que me ensinou. *Aguyjevete!*

Referências

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. **Mais além da “aldeia”**: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BENATTI, Luis Augusto Cândido. **O conhecimento tradicional dos Kaiowá e Guarani e o processo de etnodesenvolvimento na Reserva Indígena de Caarapó, MS.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

BONNEMAISON, Joël; VANUATU, Orstom. Viagem em torno do território. In: Corrêa, Roberto Lobato; ROSENDAAL, Zeng. (Org.). **Geografia Cultural: um século**; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p.83-131.

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi / Kaiowá.** Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Porto Alegre, 1993.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani:** os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) - PUC, Porto Alegre, 1997.

CAVALCANTE, Thiago Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. (Doutorado em História), Unesp, Assis, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EduERJ, 1999. p. 169-190.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005. p.6774-6792.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. Rio de Janeiro: UFF. **GEOgraphia** - Ano IX. N. 17, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” á multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações:** novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS (1990-2009). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, George; GRÜNBERG, Friedl. **Los Paĩ Tavyterã:** etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: CEADUC – CEPAG, [1976] 2008..

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS.** (Tese em Geografia) – FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2015.

MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia:** missionários, índios e mediação cultural, São Paulo, Globo, 2006, 583 pp.

MURA, Fabio; THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. **Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey) e identificação da Terra Indígena Guarani-Ñandéva do Yvy Katu**. Brasília: FUNAI, 2002. Mimeografado.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia domestica entre os Kaiowá**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu**: laudo parcial sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai em Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2009.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

_____. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, Ano 6, n. 10, p. 69-81, 2006.

_____. Mobilidade e processos de territorializações entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, vol. 1, 2007.

_____. Demarcação de terras Kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, ano 10, n. 18. p. 115-137, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. Colección problemas de México. México: Era, [1990] 2000.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.5, jan-jun. p. 217-143, 2011.

SILVA, Alexandra Barbosa da. **Mais além da “aldeia”**: território e redes sociais entre os guarani de Mato Grosso do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. **Reunião Anual da ANPED**, 1999.

Recebido para publicação em 09 de março de 2017.

Devolvido para a revisão em 14 de agosto de 2017.

Aceito para a publicação em .15 de setembro de 2017

Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina

Fernanda Torres

Profesora del Departamento de Sociología (UNLP) da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)

Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).
Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS)-UNLP/CONICET
e-mail: fernandav_torres@yahoo.com.ar

Resumen

El presente artículo se interesa por aportar al debate en torno a la relación entre movimientos sociales y Estado. Para esto se hará eje en un concepto que entiendo articulador para comprender tanto el funcionamiento de las instituciones políticas, fundamentalmente el Estado, como los movimientos sociales, sobre todo en América Latina: el territorio. Se basa en el análisis de la realización de un trabajo empírico original sobre una organización social con actividades en la nortea provincia de Jujuy (Argentina), la Organización Barrial Tupac Amaru, y se demuestra por qué se trata de un movimiento socioterritorial urbano.

Palabras clave: Estado; movimientos sociales; territorio; Organización Barrial Tupac Amaru.

Estado e movimentos sociais: disputas territoriais e de identidade. A Organização Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina

Resumo

Este artigo está interessado em contribuir ao debate sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado. Com o objetivo de entender tanto o funcionamento das instituições políticas, principalmente o Estado, como os movimentos sociais, especialmente na América Latina, trabalharemos com um conceito articulador: o território. Baseia-se na análise de um trabalho empírico original na organização social Tupac Amaru, com atividades numa província do norte argentino (Jujuy), e demonstra-se por que é um movimento socioterritorial urbano.

Palavras-chave: Estado; movimentos sociais; território; Tupac Amaru organização Barrial.

State and Social Movements: identity and territorial disputes. The Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina

Abstract

This article is interested in contributing to the debate on the relationship between social movements and state. I understand the territory as a concept wich articulate and help us to understand both the functioning of the political institutions, mainly the state, as social movements, particularly in Latin America. The article is based on the analysis of an original empirical work developing on a social organization with activities in the northern province of Jujuy (Argentina), the Organización Barrial Tupac Amaru, and demonstrates why this organization could be considered as an urban socioterritorial movement.

Keywords: State; social movements; territory; Organización Barrial Tupac Amaru.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 86-106	2017
--------------	---------------------	-------------------------	------------	------

Introducción

Los rasgos, los roles y las potencialidades de los movimientos sociales han sido tematizados profusamente desde las ciencias sociales, sobre todo a partir de mediados de los años sesenta. El, en ocasiones exaltado y quizás exagerado, optimismo con el cual se vistieron algunos análisis acerca de las transformaciones que se esperaba protagonizarían en la sociedad estos nuevos sujetos, estas nuevas formas de representación, tiñó de un quizás injusto desencantamiento temprano, sus posteriores desarrollos. Esto sucedió fundamentalmente entre las experiencias y lecturas de procesos de movilización en los países “centrales”, resta aún repensar lo sucedido en América Latina, donde las formas y los recorridos asumieron características y ritmos propios.

América Latina, gestada y nutrida desde diversas y superpuestas desigualdades e injusticias, atravesada por “debilidades” estructurales tanto en el orden económico y social como en el orden político, supuso un sitio privilegiado para que algunos procesos de contestación y organización tomaran formas peculiares y, en ciertos casos, sumamente disruptivas y transformadoras.

Podemos señalar, a modo de ejemplo paradigmático, el proceso de movilización y transformación social y política desarrollado en los últimos años en Bolivia, escenario en el cual entiendo que se pudo concretar la fórmula expresada por Gerardo Munck (1994) en torno al equilibrio entre la tendencia a reivindicar la identidad de los movimientos sociales (y por ende su autonomía de los poderes sociales y políticos) y su tendencia a transformar los límites del sistema a través de la intervención estratégica-política. Este proceso ha despertado el interés analítico de las disciplinas sociales, junto con la trascendencia política que significó un proceso exitoso, para algunos de “transformación del orden hegemónico” (ERREJON, 2011) en un país latinoamericano.

En el presente artículo me interesa focalizar en una de las relaciones que impactan más arderamente en la posibilidad de lograr ese tipo de “movimiento social políticamente orientado” (MUNCK, 1994, p.34) cuando se logra la consistencia entre la *identidad* y la *estrategia*: la relación entre movimientos sociales y Estado. Para esto haré eje en un concepto que entiendo articulador para comprender tanto el funcionamiento de las instituciones políticas, fundamentalmente el Estado, como los movimientos sociales, sobre todo en América Latina: el territorio. Al entender el territorio como un concepto derivado de la categoría espacio social, y asumiendo que éste abre una “puerta” analítica y empírica para comprender la complejidad de los procesos y transformaciones de la sociedad, nos concentraremos en los procesos de territorialización que permiten la construcción de poder e institucionalización política de algunas organizaciones que pueden denominarse analíticamente como movimientos socioterritoriales y que nos permiten comenzar a delinear

las variables que definen su relación contradictoria y compleja con el Estado en su dimensión organizacional.

Nos concentraremos en un caso, la Organización Barrial Tupac Amaru de Jujuy-Argentina, y en las transformaciones que supuso en el territorio de la ciudad de San Salvador de Jujuy la construcción de barrios de viviendas sociales por parte de dicha organización y los procesos territoriales protagonizados¹. La clave de lectura se encuentra relacionada con la institucionalización y la relación con el Estado en su escala provincial. Concluiremos que la territorialización desarrollada por esta organización, habilita ciertos mecanismos de institucionalización informal que conviven (con momentos de tensión y de colaboración) con el Estado en su escala provincial, que constituyen su fuente de poder y que permiten caracterizarlo como un movimiento socioterritorial.

Estado y territorio: poder e identidad

Henri Lefebvre es uno de los autores que más ha insistido en la centralidad del análisis del espacio en tanto herramienta de comprensión de la sociedad. Propone la categoría de espacio social, construyéndola a raíz de la conjunción del espacio físico-mental y social; es decir, postula la multidimensionalidad del espacio en tanto producción social, resaltando su carácter contingente e histórico: la producción del espacio como proceso necesario para la constitución de la sociedad misma en cada modo de producción (LEFEBVRE, 2013).

Lefebvre construye dos categorías para explicar el desarrollo de la sociedad capitalista: los *espacios apropiados*, utilizados para servir las necesidades y posibilidades de una comunidad, espacios que posibilitarían una “apropiación” simbólica y de identidad además de funcional, apropiación que sólo puede tener inicio en el “lugar”, en tanto lo local, lo cotidiano de cada individuo y los *espacios dominados*, espacios transformados y dominados que son habitualmente cerrados, utilitarios y funcionales: pensados para controlar procesos naturales y sociales para la producción; espacios naturales que fueron transformados por una técnica y una práctica precisa asociadas al poder político.

¹ Actualmente la organización atraviesa un momento de crisis, con sus fuentes de financiamiento a través de los programas nacionales y provinciales suspendidos y con un profundo enfrentamiento con el gobierno entrante en diciembre de 2015 en la provincia de Jujuy, que se manifestó públicamente en el desarrollo de un Acampe en la plaza principal de San Salvador de Jujuy, frente a la gobernación en reclamo de una mesa de diálogo con la nueva gestión. La tensión se vio agravada el 16 de enero de 2016 con la detención de su principal dirigente Milagro Sala, acusada primero de instigación a cometer delitos y tumultos y luego de corrupción y malversación de fondos y que continúa al momento de escribir el presente trabajo aún detenida en el penal de Mujeres de San Salvador de Jujuy, habiendo sido rechazados todos los pedidos de excarcelación, amparados en las garantías constitucionales para que le permitan aguardar el juicio en libertad. El análisis de esta nueva etapa abierta para la organización escapa al análisis realizado por esta investigación.

Propongo operacionalizar este par analítico distinguiendo los conceptos de *lugar* y de *territorio*, aunque reconociendo la complejidad de sus múltiples dimensiones. Se atribuye al concepto de *lugar* la idea de “apropiación”, donde predomina la experiencia subjetiva, la creación de lazos de pertenencia e identidad por parte de los sujetos en acción, en escala local y cotidiana. Mientras que el concepto *territorio* se conjuga con las relaciones de dominación, de poder; situaciones de conflictos y luchas por su definición y control. (TORRES, 2013). Es necesario incorporar esta distinción desde el punto de vista analítico, pero sin dejar de reconocer y atender al hecho de que su funcionamiento en la vida real se halla inextricablemente asociado: las experiencias subjetivas de identidad, pertenencia y apropiación se encuentran con relaciones de disputas y conflictos de poder y viceversa. El territorio necesita para su constitución de la idea de lugar que explica y legitima la lucha por el control de aquellos espacios “cargados” de sentidos, por los cuales vale la pena luchar; mientras que la constitución de lugares en tanto espacios de pertenencia e identidad se entrelazan con la idea de lo que es propio, de lo que se hizo propio mediante negaciones y conflictos frente a *otros*.

En este artículo, me focalizaré en la comprensión de una de las formulaciones e implicancias del concepto territorio. Entiendo el territorio, entonces, como un concepto que permite una mayor especificidad frente al nivel de generalidad de la categoría analítica espacio y que dicha especificidad proviene de su asociación con las relaciones de poder, es decir, permite introducir la variable política al pensar el espacio construido en tanto territorio como producto de relaciones de poder, de dominación y resistencia.

El surgimiento del concepto de territorio se remonta a Friedrich Ratzel, fundador de la geografía humana, quien, en el contexto de la Alemania de fines del S XIX, define el territorio fundamentalmente con referencia al Estado. En 1980 el francés Claude Raffestin publica “Por una geografía del poder” en donde, considerando el pensamiento de Foucault, el autor sostiene que “[...] el poder no se adquiere; es ejercido a partir de innumerables puntos [...]. Las relaciones de poder no están en posición de exterioridad con respecto a otros tipos de relaciones (económicas, sociales, etc.), pero son inmanentes a ellas.”(RAFFESTIN, 1993, p. 53, traducción propia). El territorio se entiende como la manifestación espacial del poder fundamentada en relaciones sociales determinadas, en diferentes grados, por la presencia de energía –acciones y estructuras concretas- y de información –acciones y estructuras simbólicas. Otro geógrafo, Robert Sack (1986) analiza la territorialidad humana en la perspectiva de las motivaciones. La territorialidad es una tentativa o estrategia, de un individuo o grupo para alcanzar, influenciar o controlar recursos y personas a través de la delimitación y control de áreas específicas – los territorios. Lopes de Souza (1995), en este mismo sentido, enuncia que el territorio es el espacio determinado y delimitado por y a partir de relaciones de poder que define así un límite y que opera sobre

un sustrato referencial, en definitiva, el territorio es definido por relaciones sociales. Tal como lo había sostenido ya Simmel (1939) a fines del siglo XIX y principios del XX: “El límite no es un hecho espacial con efectos sociológicos, sino un hecho sociológico con una forma espacial” (SIMMEL, 1939, p. 216).

Un territorio supone un espacio determinado y controlado socialmente, supone la construcción de un espacio en el cual se ejerzan relaciones de poder que permitan su control, la definición de quienes tienen acceso a él y quienes no, la determinación de sus usos posibles: ¿el territorio, entonces, puede entenderse como dimensión constitutiva de lo político? A partir de la perspectiva defendida, la respuesta es afirmativa.

Si nos remitimos a la sociología clásica, Max Weber había ya tempranamente identificado la especificidad de lo político en relación al territorio y al poder en las primeras páginas del desarrollo del apartado “Naturaleza y legitimidad de las comunidades políticas” de su obra Economía y sociedad. El autor insiste en encontrar aquellos atributos que distinguen a las comunidades políticas de otro tipo de comunidades como las religiosas, estamentales, deportivas, entre otras: “[...] la comunidad política se distingue de las anteriores ante todo *sólo* por el hecho de su carácter especialmente persistente y notorio en tanto que poder de disponer de un territorio o de una zona marítima.” (Cursivas en el original, WEBER, 1944, p.662-663). De acuerdo a lo desarrollado por Weber, lo específico del carácter político estaría explicado por el control territorial. Y de este entendimiento se puede derivar su conceptualización del Estado, que aquí retomamos.

El territorio y el Estado

Todo Estado debe cumplir, de acuerdo a la perspectiva weberiana, el requisito constitutivo de poseer un territorio y el uso monopólico de la fuerza para ejercer el control sobre el mismo. Es decir, un límite clara y territorialmente diseñado que fije el espacio en el cual sus prerrogativas, poderes, instrumentos y acciones tienen lugar y deben ser atendidos y respetados, bajo la utilización, de ser necesario, de la violencia ante quienes no se sometan a sus dictámenes. Todo Estado es en un territorio delimitado:

Un conjunto de instituciones y de relaciones sociales (la mayor parte de éstas sancionadas por el sistema legal de ese estado) que normalmente penetra y controla el territorio y los habitantes que ese conjunto pretende delimitar geográficamente. Tales instituciones tienen como último recurso, para efectivizar las decisiones que toman, la pretensión de monopolizar la autorización legítima de los medios de coerción física, y además pretenden ejercer supremacía en el control de medios de coerción física que algunas agencias especializadas del mismo estado normalmente ejercen sobre aquel territorio. (O'DONNELL, 2004, p.149-150.)

Tal como reconoce O'Donnell es una definición de inspiración weberiana y está enfocada en lo que el estado es y mediante que medios, no en sus fines o en la enorme variedad de cosas que el estado hace o puede hacer.

Y, en tal caso, partiendo de la premisa obvia de que el Estado no representa la única expresión de lo político, podemos comprender que existen territorios superpuestos, solapados, en permanente disputa. Aquí entran en escena los movimientos sociales y sus *otras* territorialidades.

Porque nunca hay un territorio único y permanente, la pretendida inmutabilidad de los territorios y su gestión se desnuda como una operación de dominación ciertamente efectiva porque oculta la profunda contingencia que rige tras la construcción de espacios como territorios, construcciones siempre operadas mediante relaciones de dominación social, nunca necesarias ni naturales. La expansión y/o creación de territorios son acciones en las que se explicita la conflictualidad y las contradicciones de las relaciones sociales, contradicciones que contiene el Estado y que contiene el territorio. Debido a esas características, ocurre al mismo tiempo la expansión y la destrucción; la creación y el reflujo. Ese es el movimiento de los procesos geográficos conocidos como T-D-R, o territorialización – desterritorialización – reterritorialización. Estos procesos de T-D-R que describen, entre otros, Fernandes (2005 y 2009); Haesbaert (2007); Hiernaux y Lindón (2004) ayudan a echar luz sobre lo que aquí se quiere identificar.

Me refiero a los espacios sociales que fueron relativamente abandonados por el Estado a lo largo de décadas y que aún en la actualidad permanecen como lugares de ausencia y desidia estatal, como espacios desterritorializados desde el punto de vista de las relaciones políticas que operan en su definición en escala local y anclaje posible de los sujetos que lo habitan, lo producen y lo viven. Iguaes procesos de desterritorialización y reterritorialización pueden encontrarse en espacios (recordemos que no siempre se trata de espacios físicos sino que puede tratarse de espacios simbólicos) en los cuales el Estado en algunas de sus múltiples manifestaciones ha debido transformarse, adaptarse y redefinirse frente a otras fuerzas sociales que le han disputado poder e injerencia: la iglesia, los poderes económicos globales y, también, algunas fuerzas sociales organizadas en movimientos.

La identidad y el Estado

Una dimensión fundamental del proceso de construcción del Estado, entendido como aparato institucional y como relación social, es la construcción de una identidad, en

palabras de Oscar Oszlak (1982), una de las propiedades de la estatidad² es la: “[...] capacidad de internalizar una identidad colectiva, mediante la emisión de símbolos que refuerzan sentimientos de pertenencia y solidaridad social y permiten, en consecuencia, el control ideológico como mecanismo de dominación.” (OSZLAK, 1982, p.532).

Es decir, el Estado debe dotarse para constituir su “estatidad”, entre otras cosas, de un conjunto de instrumentos simbólicos que, tal como se dio el proceso de construcción histórico del estado occidental está fuertemente vinculado a una identidad nacional. Esto, como también ha sido reiteradamente señalado, supuso en América Latina un proceso diferente, caracterizado por la implantación estatal previamente a la constitución de la nación, desde el denominado Estado Colonial. Anacronismo que no impidió que éste se gestara, luchas y guerras civiles mediante, en algunos casos demoradas por décadas, bajo una impronta identitaria con pretensiones hegemónicas que fue construyendo su propio relato de legitimación.

El estado-nación en América Latina no abarca, entonces, a una nación plenamente constituida, de allí que las actuales reivindicaciones en torno a la conformación de Estados plurinacionales se expliquen en demandas ancestrales, ancladas en un proceso originario de exclusión: “Por eso la plurinacionalidad no es la negación de la nación, sino el reconocimiento de que la nación está inconclusa.” (SOUSA SANTOS, 2010, p.84)

A los efectos del presente análisis, resulta necesario resaltar que la identidad política tiene como factor ineludible para su constitución, la referencia territorial. Al referirnos a la identidad que puede ser asociada a un estado nación, claramente la identidad es política y el límite espacial se vuelve fundamental para la construcción de sentidos de pertenencia y amparo legal. Nuevamente, el territorio supone el anclaje de cualquier comunidad política por su propiedad constitutiva, tal como lo enunció Weber, y por la construcción de los procesos identitarios que le dan forma y contenido en marcos relacionales y contingentes, pero que en su propia definición como políticos refieren a un atributo específico que consideramos no debe ser olvidado. Por supuesto, desarrollar en un espacio una identidad asociada a una relación de poder, supone una serie de disputas y tensiones que son resueltas contingentemente (en el sentido de que no son necesarias), pero no azarosamente, sino históricamente.

La construcción del Estado nacional en Argentina supuso diversos procesos sociales, económicos y políticos a escala regional y nacional que deben ser reconstruidos en su dimensión histórica para poder luego comprender su contemporaneidad. En dicho marco de inteligibilidad deben ser reconstruidas las disputas y tensiones que han emergido y

² “(...) La existencia de estado se verificaría entonces a partir del desarrollo de un conjunto de atributos que definen la “estatidad”- la condición de “ser estado”-, es decir, el surgimiento de una instancia de organización del poder y de ejercicio de la dominación política. El estado es, de este modo, relación social y aparato institucional.”(OSZLAK, 1982, p.352)

continúan emergiendo en aquellos territorios superpuestos de los que hablábamos más arriba y que, agregamos, se combinan con construcciones identitarias que al confrontar *por* y *en* un territorio se constituyen como identidades políticas. La relación que aquí analizo entre el Estado y los movimientos sociales debe atender, entonces, esta doble inscripción: las interacciones y procesos que desarrollan en torno a una disputa territorial, llevan aparejadas disputas por la identidad y la dominación política.

Movimientos sociales y territorio: América Latina y los movimientos socioterritoriales

Es profusa la literatura sobre movimientos sociales que surge en las Ciencias Sociales al problematizar las movilizaciones sociales ocurridas en el mundo occidental durante la década del sesenta, siendo la distinción entre el paradigma de la movilización de recursos y la perspectiva de la identidad la exposición más habitual para otorgarle un orden (MUNCK, 1994; ROSSI, 2006; RETAMOZO, 2010, entre otros.). Sintetizando en extremo las complejidades que cada uno de los paradigmas contienen y las vinculaciones entre sí, podríamos decir que el primer paradigma, propio de la tradición social norteamericana ligada a la teoría de la acción racional, incluye autores (McAdam y Zald y más tarde Tilly y Tarrow) que ponen el acento en los componentes racionales y estratégicos de la acción colectiva y se esfuerzan por explicar cómo resuelve internamente cada organización la interacción y administración de los recursos objetivos de los que dispone para llevar adelante sus acciones estratégicas. El denominado paradigma o perspectiva de la identidad es propuesto por autores europeos como Alain Touraine y Alberto Melucci, quienes se preocuparán por explicar en primer lugar, el surgimiento de los movimientos sociales y la centralidad que le conceden a los novedosas identidades que surgen en el contexto reseñado, recuperando ciertas preocupaciones de la tradición marxista, al prestar atención a los conflictos que encarnan.

Nos posicionamos, en primer lugar, adscribiendo a la idea tourainiana de que los movimientos sociales refieren a una categoría analítica, no a objetos sociales constituidos; una categoría puesta en juego por el investigador para analizar y comparar las acciones colectivas protagonizadas por organizaciones sociales concretas:

Ante todo, debe rechazarse claramente la ilusión empirista: es imposible definir un objeto denominado "movimientos sociales" sin elegir primero un método general de análisis de la vida social, a partir del cual podría constituirse determinada categoría de hechos llamados movimientos sociales. (TOURAINÉ, 1987, p. 1)

En segundo lugar, acordamos en señalar junto con otros autores, la sostenida ausencia en ambas perspectivas de la referencia al espacio como una categoría central y definitoria para comprender la acción social, el desenvolvimiento de la sociedad y, por ende, el surgimiento, las interacciones y las características de los movimientos sociales (FERNANDES, 2005 y OSLENDER, 2002).

Retomamos la centralidad del conflicto que resalta la propuesta de Touraine y la asociamos a la perspectiva espacial de análisis para proponer un enfoque que reconozca que buena parte de los cuestionamientos o conflictos respecto al marco societal que protagonizan los sujetos colectivos, al menos en la América Latina contemporánea, se cuentan entre los conflictos territoriales: conflictos protagonizados en torno a las leyes agrarias y de tierras por parte de movimientos campesinos e indígenas, conflictos protagonizados en torno a los megaproyectos extractivos (minerales, petróleo, etc.) o industriales con alto impacto negativo sobre el medio ambiente, conflictos protagonizados en torno a problemáticas del hábitat y la vivienda, etc.

El territorio plantea un sitio de constante interacción y lucha entre dominación y resistencia, luchas que están frecuentemente articuladas por organizaciones sociales. Entonces, si nos hallamos ante la presencia de identidades territorializadas ¿Cómo relacionamos las identidades territoriales con los movimientos sociales? ¿Cómo el territorio se vuelve eje fundamental del ejercicio de conflictualidades protagonizados por los movimientos?

Me baso aquí en el concepto de movimientos socioterritoriales que desarrolla Mançano Fernandes (2005). Algunos movimientos sociales transforman el espacio en territorio a través de la conflictualidad entre las fuerzas políticas que intentan crear, conquistar y controlar sus territorios. Los movimientos sociales también forman parte de los procesos geográficos de T-D-R: se territorializan y son desterritorializados y se reterritorializan.

Todos los movimientos, de acuerdo a esta perspectiva, son socioespaciales porque producen espacios pero no todos los movimientos son socioterritoriales. Los movimientos socioterritoriales para alcanzar sus objetivos políticos construyen espacios políticos, se espacializan y promueven otro tipo de territorio (procesos de Territorialización-Desterritorialización). Tienen el territorio no solamente como objeto sino que éste es esencial para su existencia: luchan para conquistar el territorio porque para estos movimientos “el territorio es la vida”.

Es clara la centralidad que tiene en la actualidad de los movimientos sociales en América Latina esta perspectiva analítica, cuando observamos que múltiples procesos de resistencia protagonizados por organizaciones sociales tanto urbanas como rurales están siendo articuladas a partir de las luchas por conquistar y dominar el uso y las prácticas

aceptables sobre diversos territorios en disputa: los movimientos campesinos, los movimientos ambientalistas, los movimientos indigenistas, los movimientos sin techo, los movimientos barriales. Para abonar este camino, presento en términos introductorios el análisis de un caso de una organización social urbana que consideramos puede ser entendida como parte de estos movimientos socioterritoriales: la Organización Barrial Tupac Amaru (OBTA), de Jujuy-Argentina.

La Organización Barrial Tupac Amaru: organización social urbana ¿y socioterritorial?

La OBTA es una organización que se autodefine como “barrial” y nace en la provincia de Jujuy³, provincia norteña de nuestro país, al calor de las luchas protagonizadas por diversos colectivos y sujetos sociales golpeados por las políticas neoliberales, llevadas adelante con inusitada profundidad en nuestro país durante la década de los noventa. La provincia de Jujuy representa una de las regiones más pobres de la Argentina, se trata de una provincia con casi nulo desarrollo industrial, dependiente en gran medida del empleo estatal y que, ante el achicamiento y la retirada del Estado llevadas adelante durante la implementación del ordenamiento neoliberal, se vio seriamente afectada en términos de desocupación, niveles de pobreza y calidad de los servicios públicos (LAGOS, 2009; BERGESIO y GOLOVANEVSKY, 2014)

La Tupac Amaru surgió a fines de 1999, acompañando las demandas de mercadería y obtención de Planes Sociales de atención al desempleo⁴ durante el gobierno nacional de Fernando De la Rúa (1999-2001) y el posterior de Eduardo Duhalde (2002-2003). Su principal referente es Milagro Sala, hasta ese momento militante de un sindicato de empleados estatales (Asociación Trabajadores del Estado, ATE) protagonista de las luchas provinciales enfrentando el ajuste neoliberal. Ella promueve la creación de la OBTA a los fines de organizar los barrios de Jujuy. Milagro, “la Mila” o “la flaca”, como se la conoce, posee una capacidad de liderazgo indiscutido; liderazgo carismático y personalista, asociando afectividad, capacidad inagotable de trabajo, disciplina y rigidez.

³ La provincia de Jujuy se encuentra ubicada en el noroeste de la República Argentina, tiene una superficie de 53.219 Km² y una población cercana a los 611.888 habitantes. Su ciudad capital es San Salvador de Jujuy, fundada en 1593.

⁴ Planes estrenados por el gobierno de Carlos Menem durante su segundo mandato (1995-1999), en el marco del programa inicialmente denominado ‘Trabajar’. Estos seguirán vigentes durante el gobierno de De la Rúa con la incorporación de otros programas a nivel nacional y provinciales: un trabajo publicado en el 2002 señala: “Actualmente existen 28 programas de empleo provinciales, y desde 1993 hasta la fecha se crearon más de 20 programas nacionales” (RONCONI, 2002, p.4)

En el 2004, la organización se adaptó al modelo cooperativo⁵ para poder cumplir con el Programa Federal de Emergencia Habitacional para la construcción de viviendas, programa desarrollado por el entonces presidente Néstor Kirchner. Este momento supuso una profunda transformación organizativa, de escala de acción de la organización y de crecimiento en términos de miembros, recursos y obras realizadas por la Tupac, fundamentalmente alrededor de la construcción de viviendas; pero a la vez la organización mantuvo su red de *copas de leche*⁶, cuestión no menor puesto que coincidimos con Battezzati (2014) en que éstas continúan siendo la columna vertebral de la organización, garantizando la continuidad en la inserción barrial y la capacidad de movilización. Volveremos luego sobre este tema.

La Tupac Amaru se asume como una organización fuertemente comprometida con el proyecto nacional que se pregonaba desde el gobierno nacional de Néstor Kirchner y que continuará de igual forma durante los gobiernos posteriores de Cristina Fernández de Kirchner. Esta situación traerá aparejada una suerte de “tensión escalar” en su relación con el Estado⁷, puesto que a nivel nacional es una organización que se ubica en una clara alineación y apoyo, pero que confrontará fuertemente con el mismo partido a nivel provincial y municipal (bajo los gobiernos justicialistas provinciales de Eduardo Fellner (2003-2007) y Walter Barrionuevo (2007-2011) y el gobierno municipal de José Luis Martiarena (2003-2007).

Lo que aquí interesa resaltar es el nivel de desarrollo alcanzado por la organización en la provincia, que puede resumirse a partir de un dato revelador: la OBTA es el tercer empleador a nivel provincial (luego del Estado y la Empresa Ledesma), tiene alrededor de 70.000 afiliados en Jujuy y 150.000 si se cuentan las otras provincias (OBTA, Anuario, 2014:2). Pero no sólo es importante atender la dimensión cuantitativa: la organización ha establecido un sistema de gestión y resolución de los principales problemas que aquejan a los sectores populares en una buena parte del territorio de la provincia, a los que el Estado

⁵ El modelo cooperativo fue incorporado en casi todos los movimientos de trabajadores desocupados nacidos durante el neoliberalismo en nuestro país, luego de la creación de primero el Plan “Manos a la obra” y luego el programa *Argentina Trabaja* por el Ministerio de Desarrollo Social, durante los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner, que proponían una nueva modalidad de asistencia estatal, con el objetivo de crear empleos a través de la organización de cooperativas y el apoyo a emprendimientos productivos.

⁶ Las copas de leche funcionan como una suerte de núcleo básico de la organización, se trata de centros barriales en los cuales se brinda la leche y en ocasiones también el almuerzo a los vecinos pobres del barrio. Fueron el origen de la organización y, si bien luego conformaron las cooperativas de trabajo estas copas de leche se mantienen como el bastión territorial fundamental. Todos los afiliados a la organización, lo hacen a través de una copa de leche, aún en los casos en los que no realizan un trabajo concreto en ella. Cooperativistas que forman parte de una cuadrilla de construcción, realizan su jornada laboral en dicha cuadrilla pero pertenecen y tiene que cada tanto colaborar con la copa de leche a la que pertenecen.

⁷ Es interesante el análisis que sobre este fenómeno realiza Lorena Moscovich (2009) y la hipótesis de Battezzati (2014) de que, en un país federal, una organización social puede recibir recursos de un nivel del estado al tiempo que se moviliza y disputa poder en otro nivel, manteniendo grados altos de autonomía y demuestra cómo la OBTA ha consolidado un fuerte nivel de movilización a partir de los recursos estatales nacionales, y de regulaciones informales que permiten disponer de ellos sin tener que negociar con el gobierno provincial, también aliado del kirchnerismo.

ha dejado sin respuesta desde hace décadas (y cuya desidia fue profundizada a partir de los años noventa). Nos referimos a problemas en torno, como ya dijimos, al empleo; problemas en torno a la atención de la salud; al acceso a la educación y al acceso a la vivienda propia. La resolución de esta última problemática, como analizare a continuación, se desarrollará como un eslabón fundamental para comprender el proceso (y el poder) territorial construido por la OBTA.

La Tupac Amaru comienza a construir viviendas en el año 2004, a partir de lograr la obtención directa del financiamiento que provenía del Ministerio de Planificación Federal, Inversión pública y Servicios de la nación, con intervención del Ministerio de Desarrollo Social, a través de la creación de cooperativas. Luego de corroborar que la organización logró construir las viviendas acordadas no sólo en un plazo menor al pautado sino con un costo también menor, el financiamiento se fue incrementando a lo largo de los años para la realización de más y más viviendas que fueron abriendo la posibilidad de crecimiento de la Tupac Amaru.

A través de la construcción de viviendas a un costo menor, la organización pudo contar con dinero de saldo con el cual construir ya no casas sino escuelas, centros de salud, polideportivos, fábricas, etc. Así lo resume uno de los referentes principales de la organización: “La clave nuestra está en la posibilidad de financiarnos a través del ahorro que ganamos con cada vivienda que hacemos a un costo más bajo. Y ese ahorro lo pusimos en infraestructura y servicios para la gente” (Ricardo, S. S. de Jujuy, 09/04/15⁸)

Han construido 8000 viviendas en toda la provincia, a través de, en la actualidad un total de 157 cooperativas (cinco cooperativas textiles y el resto cooperativas de vivienda) (OBTA Anuario, 2014:4).

Si bien todo este proceso despierta muchos interrogantes a ser atendidos, aquí analizo del proceso de territorialización que supuso la construcción de estos barrios de vivienda de la Tupac, junto con el desenvolvimiento de las copas de leche de la organización. Específicamente nos detendremos en el caso del Barrio Alto Comedero de San Salvador de Jujuy, por representar el ejemplo que cuantitativa y cualitativamente tiene mayor trascendencia.

La ciudad de San Salvador de Jujuy, ciudad capital de la provincia, con 231.229 habitantes⁹, representa el 37.8% de la población de Jujuy, formando junto con las vecinas localidades de Palpalá y Yala un aglomerado (Gran San Salvador de Jujuy) de 278.336 habitantes (45.5% de la población provincial). Supone un centro de atracción de población por las esperanzas cifradas en torno a la obtención de empleo, posibilidades educativas, obtención de recursos estatales que no llegan a los diversos rincones de la provincia. Sin

⁸ Los nombres reales de las personas entrevistadas han sido modificados para preservar su identidad.

⁹ Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda. INDEC, 2001)

embargo, y tal como se repite en casi todas las ciudades intermedias de nuestro país¹⁰, la posibilidad de obtener una vivienda digna es cada vez una expectativa con mayores dificultades de realización.

Sobre este escenario, la OBTA, se lanzó a la obtención de tierra urbana disponible para construir las primeras viviendas que fueron financiadas:

Hasta que se dio: ‘vayan a buscar terrenos’. Andábamos por todos lados, buscando terrenos que sean terrenos fiscales, que no tengan dueño o si tenía dueño teníamos que preguntar si tenían las 7 hectáreas, me acuerdo que buscábamos las 7 hectáreas por todos lados...Un grupito salía para un lado, otro grupito salía para otro lado buscando terrenos. Hasta que un día se dio que encontramos las tierras de Alto Comedero, nos mandaron a desmalezar y dijimos bueno acá vamos a hacer las viviendas. (Yina, Área de administración de las cooperativas, S. S. de Jujuy, 13/04/2015).

Finalmente ocuparon un predio ubicado en el barrio Alto Comedero¹¹, en la parte “alta” de San Salvador, abandonado, sucio y con malas condiciones de suelo. Luego de esa ocupación del espacio, podemos advertir su territorialización, con un fuerte anclaje local y una identidad afectiva: “es nuestro barrio, nosotros lo hicimos, nosotros tenemos que defenderlo y cuidarlo”, “más de una vez nos han querido sacar, pero de ahí no nos mueve nadie, ese barrio lo hicimos nosotros”, o frases similares son habitualmente enunciadas por los entrevistados de la Tupac Amaru.

La organización pasa a controlar ese espacio, ahora transformado en territorio. Una buena parte del barrio Alto comedero, está conformado por el barrio de viviendas de la Tupac Amaru. Tiene allí construidas 3000 viviendas y le llaman (y así se lee en su entrada principal) el “cantri” de la Tupac¹²: tiene muy claramente diferenciado su perímetro, sus casas son todas iguales, en el interior del barrio se dispone de una escuela y guardería infantil, un polideportivo y un parque acuático (con la pileta más grande de todo el noroeste argentino), un Centro cultural (que cuenta incluso con un cine), un centro de salud, el Centro Modelo Integral de Rehabilitación (CEMIR), una fábrica textil, una de bloques, una de muebles de caño, una metalúrgica y otros emprendimientos. Todos espacios *territorializados*: construidos y gestionados por la organización cuyos miembros conviven y comparten sus espacios: la territorialidad no solamente es funcional, sino también, afectiva.

¹⁰ Las autoras Bergesio y Golovanevsky defienden el tratamiento de San Salvador de Jujuy como una ciudad intermedia por su peso en la población de la provincia (BERGESIO Y GOLOVANEVSKY, 2014, p.13).

¹¹ Es un sector ubicado en la zona sur de la ciudad de San Salvador de Jujuy a 4 km de dicha ciudad, que alberga los barrios Sargento Cabral, Éxodo Jujeño y Balcón del Comedero, entre otros. Este sector concentra aproximadamente la tercera parte de la población total de San Salvador de Jujuy y tiene un alto crecimiento demográfico ya que permanentemente recibe migrantes del interior de la provincia de Jujuy, de la vecina provincia de Salta y de países con los que limita.

¹² Aludiendo mediante la castellanización del nombre en inglés de las urbanizaciones cerradas propias de sectores de altos recursos (country), a una similar disposición del espacio: claramente delimitado y conteniendo en su interior prácticamente todos los servicios que las familias que viven en él puedan necesitar, aunque, por supuesto, con una impronta claramente popular.

La organización reconstruyó la vida social en ese territorio que devino en *lugar*, en espacio territorializado y vivido. (HIERNAUX y LINDÓN, 2004).

Esos territorios son también espacios institucionales: se crearon “pautas regularizadas de conducta e interacción conocidas, practicadas y aceptadas por los actores cuya expectativa es seguir actuando de acuerdo con dichas reglas” (O’DONNELL, 1997, p.310). Todos esos servicios y trabajos funcionan como espacios institucionales del barrio, los cuales desarrollan sus actividades específicas en materia de educación, salud, cultura, deportes, recreación, con sus reglas y sus patrones de acción e interacción establecidas y respetadas.

Dichas instituciones crean un territorio que se solapa, se superpone con el territorio de acción estatal a escala municipal y provincial. Se trata de servicios brindados por una organización que es parte de la “sociedad civil”, servicios brindados en forma gratuita y que, de cierta manera, se ubican en un espacio de superposición con el Estado provincial: no compiten con él puesto que la monopolización de la coerción no es un atributo que se halle directamente desafiado (ante un delito cometido en el barrio, por ejemplo, actúa la policía y la justicia oficiales) aunque podríamos pensar en situaciones en las cuales indirectamente sí lo es, mediante las “sanciones” que efectivamente ordenan el funcionamiento institucional en este territorio controlado casi con exclusividad por la Tupac Amaru. Algunas de estas sanciones pueden ejemplificarse: desde echar del Alto comedero a un traficante que vivía en el barrio, pasando por un llamado de atención frente a una asamblea a quien no ha cumplido con el horario de trabajo o no ha colaborado con la copa de leche de la cual forma parte, hasta ser “castigado” y bajar de categoría en el “escalafón laboral” de la organización: pasar de ser cooperativista a trabajar nuevamente en la copa de leche.

No se compete frontal y abiertamente con el Estado pero estas acciones territorializadas ponen en suspenso muchas de sus atribuciones y genera innumerables tensiones en torno a la acumulación de poder y la inestable correlación de fuerzas entre el Estado provincial y la organización. Coincidimos nuevamente con Battezzati (2014):

[...] el caso de la Tupac se diferencia de otras experiencias puesto que la diversificación de sus actividades y su magnitud excede la simple administración de recursos estatales para convertirse en una organización garante de derechos sociales –si bien sólo para sus miembros–, que parece replicar la lógica de inclusión a la ciudadanía a través de organizaciones intermedias típica de las organizaciones sindicales en la historia argentina, pero incluyendo a un sector al que estas organizaciones no se habían dirigido, el de los informales. (BATTEZZATI, 2014, p.20)

Si analizamos la Tupac en tanto actor político, es posible sostener que para quien pretenda gobernar la ciudad de Jujuy resulta insoslayable conocer y atender las opiniones de la Organización Barrial Tupac Amaru, puesto que no sólo posee un poder de movilización

que difícilmente pueda superar otra organización social o política de la provincia (incluyendo aquí a partidos, sindicatos y otras organizaciones sociales) sino que posee un desarrollo territorial que puede hacer tambalear el monopolio de la soberanía del Estado para actuar en ciertos territorios, delimitados y controlados en muchos aspectos directamente por la organización. Es esta ocupación del espacio la que nos remite a una definición del estado puesta en suspenso, en términos de la construcción de un territorio en el cual claramente está presente el estado, puesto que las viviendas y los establecimientos construidos lo son a través de cooperativas financiadas por el estado, pero es un territorio controlado por una organización que, en un sentido ha “devenido” estado, parafraseando a Pablo Stefanoni (2008), construyendo territorios y *lugares* propios, a los que controlan y con los cuales se identifican.

Debemos entonces atender a la otra dimensión que atraviesa tanto la conformación del Estado como la conformación de los movimientos sociales: la constitución identitaria.

La identidad tupaquera, luego de 15 años de funcionamiento y crecimiento de la organización, es tremendamente poderosa, principalmente entre los miembros más activos y/o antiguos.

Los miembros de la Tupac se sienten orgullosos de ser los protagonistas de una organización que “hace”, que resuelve problemas, uno de sus lemas más representativos enuncia claramente la voluntad de *hacer* como el motor central de la OBTA: “Cuándo no hay voluntad, hay mil excusas; cuándo hay voluntad hay mil recursos” (esgrimido en diversas paredes construidas por la organización, sedes, copas de leche, polideportivos, etc.). Acompañando este sentimiento hacedor, se encuentra también el valor de la eficiencia; hacer las cosas y hacerlas bien, mejor y más rápido. Una de nuestras entrevistadas así lo enuncia “En la Tupac no existe el ‘no se puede’ y todo es urgente, ‘es para ayer’” (Silvia, Área de Prensa, S. S. de Jujuy, 10/04/2015)

Y este rasgo constitutivo nace y nutre la identidad del *nosotros* tupaquero frente a una *otredad* claramente identificada simbólicamente en el accionar del Estado jujeño: un accionar estatal marcado históricamente por la desidia, la burocracia, la lentitud, la inoperancia, cuando no la corrupción y el robo fragante. Esto puede también observarse durante las movilizaciones, en los cánticos que corea la columna de la organización:

Soy la Tupac, somos los pibes de la Tupac;
lucho de corazón: salud, trabajo y educación;
Dejen de robar, gobierno que viene y se va;
Un futuro mejor, quiero solución;
No vamo' a parar, el pueblo no se va a callar

Dicen que somos violentos,
y ellos no pueden creer;
todas las cosas que hicimos,

y no las pueden ni ver
Vamos Tupac Amaru,
vamos a luchar

La impronta tupaquera conjuga de manera ciertamente particular diversos elementos en una identidad propia. En primer lugar, una fuerte raigambre popular, en ocasiones asociada también a la indianidad aunque desde un punto de vista básicamente discursivo. Se trata de una organización nutrida por los sectores sociales más desprotegidos históricamente en Jujuy, particularmente afectados por las políticas neoliberales. Sectores excluidos material y simbólicamente¹³ que son incorporados a una identidad política novedosa. En segundo lugar, una impronta eficientista y antiintelectual que posee cierto emparentamiento con la filosofía liberal: “no nos importan las definiciones, los debates intelectuales a ver si somos esto o aquello, que ideología tenemos...nos importa *hacer* las cosas, póngannos el nombre que quieran” (Ricardo, S. S. de Jujuy, 09/04/15). En tercer lugar, una estructura de liderazgo fuertemente personalista y jerárquico, que concentra en la figura de su líder no sólo casi todas las decisiones, sino también la “fuente” de la que emana una relación afectiva y de unidad, casi con una impronta maternal; combinada con una plataforma organizativa con anclaje territorial.

Propongo comprender la institucionalización de dicha identidad así construida a través de su dispositivo de poder territorial, es decir, es posible institucionalizar dicha identidad, manteniendo su potencia política transformadora, por su desarrollo territorial.

Se trata de un colectivo que territorializa el espacio en el cual se asienta, porque produce su espacio: se apropia y domina el espacio, transformándolo en un territorio, bajo su control, definiendo sus usos posibles y aceptados. Construye a partir de la creación de un barrio “propio” una territorialidad local múltiple, en la cual desarrolla diversas actividades tal como fue detallado previamente. El desarrollo, crecimiento y capacidad de movilización de la organización se asienta en dicho proceso de territorialización, su misma posibilidad de existencia y crecimiento se nutre de dicha lucha por el territorio, por lo que entiendo se lo puede considerar un movimiento socioterritorial aislado (FERNANDES, 2005), puesto que consideramos que actúa como tal sólo en la provincia de Jujuy.

Esta territorialización protagonizada por una organización social, habilita el análisis de la producción del espacio social, redefinido a partir de una propuesta y una identidad política que para poder desarrollarse construye un territorio específico para su existencia, a partir de los barrios de viviendas sociales construidas por ellos, en los cuales se desarrollan las actividades no bajo la lógica de reproducción mercantil, sino bajo una lógica de uso alternativo y comunitario. El espacio se redefine a partir de prácticas espaciales de

¹³ Una de las reacciones de la Tupac ante dicha marginación simbólica se materializó en la construcción de piletas de natación en casi todas las localidades en las cuales tiene desarrollo. Es la respuesta a años de impedimento a los niños pobres de Jujuy de acceder a las piletas “públicas”.

resistencia que permiten la constitución de espacios de identificación transformadores que pueden institucionalizarse como nuevas formas de representación y acción política. Es a través de estos dispositivos institucionalizados de construcción territorial como se logra, entendemos, el equilibrio entre la identidad y la estrategia que permite gestar movimientos sociales políticamente orientados (MUNCK, 1995), que tengan incidencia en los procesos de transformación social.

Conclusiones

Los movimientos socioterritoriales no siempre tienen el mismo oponente o, mejor, tomando la propuesta de Mouffe, el mismo adversario (MOUFFE, 1999, p. 16). En ocasiones se trata del Estado, sobre todo en aquellos escenarios en los cuales el Estado se presenta provisoriamente como la “encarnación” de la relación de dominación “desnuda” del capital y, activa mecanismos de obstaculización a las formaciones sociales que se presentan como alternativas: economías familiares, de subsistencia, campesinas, comunitarias que desarrollan relaciones económicas no asalariadas y que muchas veces se organizan en movimientos sociales de defensa de sus valores, objetivos y demandas. En otras ocasiones se enfrentan a sectores o instituciones sociales: grupos económicos concentrados, instituciones religiosas, etc.

Sin embargo, en América Latina, donde se gestó la ordenación de la sociedad a través de una matriz estadocéntrica (CAVAROZZI, 1996), es muy habitual, casi ineludible, que los movimientos sociales cuyas acciones e identidades producen un corrimiento de los límites del sistema social en el que actúan, se dirijan, se enfrenten y/o se integren al Estado, todos procesos contradictorios y complejos puesto que el Estado mismo no puede entenderse como un actor racional, sino que se trata de una relación en constante transformación y producción. Es claramente expresado por Pablo Stefanoni en uno de sus primeros trabajos sobre el proceso boliviano:

Frente a las polarizadas visiones actuales acerca de cómo “cambiar el mundo” el MAS-IPSP plantea sin fisuras *la necesidad de transformar el poder conquistado por las organizaciones sociales en poder estatal*. En un “devenir Estado” cuyas bases materiales pueden visualizarse en las funciones paraestatales que corrientemente los sindicatos campesinos –y las instituciones tradicionales (*ayllus*, etc.)– cumplen en las áreas rurales bolivianas desde los años cincuenta. (STEFANONI, 2008, p.370-371, cursivas mías)

Queda entonces establecer algunos ejes explicativos que permitan aportar a la comprensión de la forma en la cual se articulan dichos movimientos, sus demandas y procesos de lucha con la acción estatal a partir del estudio de la Tupac, porque comprobamos que la lucha por el territorio permite, en nuestra región al menos, articular diversas escalas y dimensiones del conflicto por la dominación social y política.

La territorialización del capital significa la desterritorialización de los sectores populares históricamente postergados en Jujuy y particularmente marginados del sistema social durante los años “duros” del neoliberalismo en nuestro país. Estos procesos no son lineales ni separados, y contienen una contradicción, porque en la territorialización de una está incorporada la producción y reproducción de la otra. Podemos volver a Lefebvre, pensando que los sectores desprotegidos o subalternos se territorializan fundamentalmente por el proceso de apropiación del espacio, y no tanto a través del proceso de dominación, implicando la construcción de espacios vividos, con una carga simbólica y vivencial muy presente y determinante. Los barrios de viviendas de la Tupac pueden ser entendidos como espacios apropiados y dominados, pero con cierta preeminencia del primer adjetivo sobre el segundo.

El Estado, entendido como un espacio de relaciones sociales complejas y contradictorias, atravesado por intencionalidades opuestas que deben ser “suturadas” provisoriamente en orientaciones específicas, interviene en dichos procesos de territorialización y desterritorialización con una poderosa fuerza. Las acciones y omisiones del Estado provincial en Jujuy protagonizadas fundamentalmente durante el neoliberalismo, al no articular políticas públicas para atender la necesidad de los sectores más vulnerables y desprotegidos ante el mercado laboral e inmobiliario, abonaron el camino para la desterritorialización de los sectores populares del suelo urbano de San Salvador de Jujuy, cuyo síntoma más evidente es el déficit habitacional. Y, ante dicho escenario, las prácticas de territorialización de la Tupac bajo la forma de construcción de barrios de viviendas planificados y habitados por la organización supone por un lado su conformación como movimiento socioterritorial y, por otro, una relación de tensión con el Estado provincial.

Consideramos que estamos ante un caso de movimiento socioterritorial urbano porque es bajo la dominación y apropiación de un espacio de la ciudad, devenido en territorio controlado y gestionado por la organización, como ésta construye su poder y su fuerza. Es a partir del uso de sus viviendas, sus centros de salud, sus escuelas, sus polideportivos y sus piletas, bajo sus propias reglas y sentidos como la organización se institucionaliza, deviene Estado y en este devenir le disputa al Estado en la escala provincial su poder territorial, por su capacidad de resolución de problemas sociales pero también por su propuesta identitaria alternativa. Porque estos barrios de la Tupac son, a su vez,

transformados en *lugares*, espacios apropiados afectiva y simbólicamente por los miembros de la organización que delinear y refuerzan su propia identidad.

Queda pendiente profundizar el análisis incluyendo la paradójica relación de convivencia, cooperación y hasta dependencia que a su vez posee la OBTA con el Estado en su escala nacional, que introduce múltiples complejidades a la relación Estado-Movimientos Sociales y la multiescalaridad en este caso específico.

Esta propuesta busca delinear un posible horizonte en la agenda de investigación referida a la vinculación, siempre controvertida y variable, entre el Estado y los movimientos sociales que, en nuestros países latinoamericanos componen uno de los mapas políticos de mayor impacto a la hora de pensar en posibilidades de cambio y transformación social; por supuesto, debe ser acompañada por estudios de caso que permitan su mayor desarrollo y complejización.

Bibliografía

BATTEZZATI, Santiago. “La Tupac Amaru: movilización, organización interna y alianza con el kirchnerismo (2003-2011)” en *Población & Sociedad* [en línea], Vol. 21, N° 1, 2005. Disponible en: <<http://www.poblacionysociedad.org.ar/archivos/21/P&S-V21-N1-Battezzati.pdf>>. Consultado el: 26 de may. 2015

BERGESIO, L.; GOLOVANEVSKY, L. “Las ciudades y sus muros de cristal. Ajuste neoliberal en una experiencia del noroeste argentino”, en *Economía, Sociedad y Territorio* N° 44, 2014.

CAVAROZZI, Marcelo. “Más allá de las transiciones a la democracia en América Latina” en *El capitalismo político tardío y su crisis en América Latina*. Rosario: Homo Sapiens, 1996.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Refundación del Estado en América Latina*. Lima: IIDS y Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

ERREJON, Iñigo. “Evo pueblo. La construcción hegemónica del MAS en Bolivia.”, en ERREJÓN, I.; SERRANO, A. (Comps.), *Del asalto a la transformación del Estado en Bolivia*, Barcelona: Viejo Topo, 2011.

FERNANDES MANÇANO, Bernardo. “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais” en OSAL N° 16, 2005.

FERNANDES MANÇANO, Bernardo. “Sobre a tipologia de territórios” en SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* organizado por. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*, Río de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. “Desterritorialización y reterritorialización metropolitana: la ciudad de México.” en *Documents d'Anàlisi Geogràfica* N° 44, 2004.

LAGOS, Marcelo (Dir.) *Jujuy bajo el signo neoliberal. Política, sociedad y cultura en la década del noventa*. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, EdiUNJu, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" en ELIAS DE CASTRO, I; DA COSTA GOMES, P.; LOBATO AZEVEDO CORRÊA, R. (Coords.) *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MOSCOVICH, Lorena. "Fronteras entre la participación y la política. Estudio de las relaciones entre los gobiernos subnacionales y las organizaciones sociales con financiamiento federal en la Argentina." Ponencia presentada en el XXI Congreso Internacional de Ciencia Política, Santiago de Chile, 2009.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político*, Barcelona: Paidós, 2009.

MUNCK, Gerardo. "Algunos problemas conceptuales en el estudio de los movimientos sociales" en *Revista Mexicana de Sociología* 57, Nº 3, 1995.

O'DONNELL, Guillermo. "Estado, democratización y ciudadanía" en *Nueva Sociedad*, Nº 128, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. "Otra institucionalización" en O'DONNELL, G. *Contrapuntos*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

ORGANIZACIÓN BARRIAL TUPAC AMARU (OBTA). *Anuario "Nuestros 15 años"*. Jujuy: OBTA, 2014.

OSLENDER, Ulrich. "Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistencia" en *Scripta Nova* VI, Nº 115, 2002. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-115.htm>>. Consultado el: 9 de mar. 2016

OSZLAK, Oscar. "Reflexiones sobre la formación del estado y la construcción de la sociedad argentina" en *Desarrollo Económico* 21, no 84, 1982.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Sao Paulo: Editora Ática, 1993.

RETAMOZO, Martín. "Movimientos sociales" en VILLARREAL CANTÚ, E.; MARTÍNEZ GONZÁLEZ, V. H. (Coord.), *(Pre)textos para el análisis político. Disciplinas, reglas y procesos*. México: FLACSO/Universidad Von Humboldt, 2010.

RONCONI, Lucas. "El programa Trabajar" en *Centro de Estudios para el Desarrollo Institucional - Fundación Gobierno y Sociedad*, Documento 63, 2002. Disponible en: <<http://faculty.udesa.edu.ar/tommasi/cedi/cedi.htm>>. Consultado el: 4 de jun. 2015.

ROSSI, Federico. "Movimientos sociales" en AZNAR, L.; DE LUCA, M. (Comps.), *Política. Cuestiones y problemas*, Buenos Aires: Ariel, 2006.

SACK, Robert. *Human Territoriality: Its Theory and History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SIMMEL, George. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

STEFANONI, Pablo. "El nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)" en LEVY, B; GIANATELLI, N. (Comp.), *La política en movimiento*.

Identidades y experiencias de organización en América Latina, Buenos Aires: CLACSO, 2008.

TORRES, Fernanda. “Territorios, lugares e identidades, una perspectiva de análisis espacial sobre la CTD Aníbal Verón”, en RETAMOZO, M; SCHUTTENBERG, M.; VIGUERA, A. (Comps.), *Peronismos, izquierdas y organizaciones populares*, La Plata: EDULP, 2013.

TOURAINÉ, Alain. *El regreso del actor*. Buenos Aires: Eudeba, 1987. Disponible en: <<http://ecaths1.s3.amazonaws.com/globalizacionycrisis/207178370.Touraine%20-%20Los%20movimientos%20sociales%20%C2%BFobjeto%20particular,%20o%20problema%20central%20del%20an%C3%A1lisis%20sociol%C3%B3gico.pdf>> Consultado el: 2 de jun. 2015.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*, México: FCE, 1984.

Recebido para publicação em 04 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 03 de fevereiro de 2016.

Aceito para a publicação em 25 de junho de 2016.

Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)

Lara Dalperio Buscioli

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

O conceito de estrangeirização de terras vem sendo debatido a partir de diferentes percepções e neste artigo estamos considerando a compra e/ou arrendamentos de terras por empresas/grupos estrangeiros acirrando os conflitos nos territórios. No Brasil temos a presença do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) que tem produzido diversas commodities, com destaque para a produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul (MS). No município de Rio Brilhante (MS) temos a presença de duas unidades produtoras que tem impactado na vida dos camponeses assentados por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diante disso, o presente trabalho visa analisar as formas de resistência do MST frente à ação da LDC no município. Para suprimos estes objetivos, realizamos pesquisas bibliográficas e entrevistas nos assentamentos do MST em Rio Brilhante.

Palavras-chave: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistências; assentamentos rurais;

Resistances of the MST against the advance of the process of land grabbing through the LDC in Rio Brilhante (MS)

Abstract

The concept of land grabbing has been debated from different perceptual and in this article we are considering the purchase and / or land leases for companies / foreign groups exacerbating conflicts in the territories. In Brazil we have the presence of the French group Louis Dreyfus Commodities (LDC) that has produced several commodities, especially the sugarcane production in Mato Grosso do Sul (MS). In the municipality of Rio Brilhante (MS) we have the presence of two production units that have impacted the lives of peasants settled through the struggle of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Therefore, the present work aims to analyze the forms of resistance of the MST against the action of the LDC in the municipality. In order to meet these objectives, we carried out bibliographical research and interviews in the settlements of the MST in Rio Brilhante.

Keywords: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistance; rural settlements;

Resistencia del MST con el avance del proceso de extranjerización de la tierra a través de la LDC en Rio Brilhante (MS)

Resumen

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 107-132	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

El concepto de extranjerización de la tierra ha sido objeto de debate desde diferentes perceptual y en este artículo que estamos considerando los contratos de compra y / o terrestres para empresas / grupos extranjeros exacerban los conflictos en el territorio. En Brasil tenemos la presencia del grupo francés Louis Dreyfus Commodities (LDC), que ha producido varios productos básicos, especialmente para la producción de caña de azúcar en el Mato Grosso do Sul (MS). En Rio Brilhante (MS) tenemos la presencia de dos unidades de producción que han impactado la vida de los campesinos se establecieron a través de la lucha del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo examinar las formas de resistência del MST frente la acción del LDC en lo município. Para suprimos estos objetivos, se realizaron búsquedas en la literatura y entrevistas en los asentamientos del MST en Río Brilhante.

Palabras clave: Louis Dreyfus Commodities; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); resistencias; assentamientos rurales.

Introdução

A temática acerca da estrangeirização de terras remete-se, aos estudos realizados no mestrado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e intitulado “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu” sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes.

Com esta pesquisa foi possível compreender como ocorreu o processo de estrangeirização de terras através da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) para a produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e os impactos causados nos territórios camponeses PA Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e PA São Judas e territórios reivindicados pelos indígenas Guarani-Kaiowá o Laranjeira Ñanderu. Observou-se assim, a ação do Estado, a partir de suas políticas, no processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, indicando a relação entre o poder público com parcelas de capital local, nacional e estrangeiro para o ajuste deste território com o intuito de produzir *commodities* em Rio Brilhante.

Analizamos as resistências dos camponeses frente à territorialização da cana nos assentamentos, onde estes ficaram cercados por esta cultura produzida nas fazendas do seu entorno, bem como a dificuldade na demarcação do Laranjeira Ñanderu pela produção de cana-de-açúcar através da LDC. Este processo acarretou em vários impactos territoriais para estes sujeitos, como a perda da produção de alimentos, perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos passados nas lavouras, a intensificação da violência contra os indígenas e a desterritorialização do campesinato.

Diante de tais resultados, nos propomos apresentar neste artigo as análises parciais referentes às formas de resistências do MST em Rio Brilhante diante da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities para a produção de cana-de-açúcar. As resistências por meio do debate contra a territorialização da cana-de-açúcar e das manifestações contra a passagem dos caminhões foram realizadas nos três territórios camponeses que o MST conquistou por meio de seu processo de luta: PA Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e PA São Judas.

Para este artigo apresentaremos de forma sucinta o conceito de estrangeirização de terras, a territorialização de empresas e grupos estrangeiros no Mato Grosso do Sul subsidiados pelo Estado e em seguida focamos na LDC e as resistências existentes nos territórios camponeses no município de Rio Brilhante.

Para isso realizamos pesquisas bibliográficas sobre os temas que envolvem a pesquisa, como exemplo: a questão agrária no Brasil e no MS, os camponeses, estrangeirização de terras, commodities, empresas estrangeiras e nacionais, lutas camponesas, agricultura capitalista, agronegócio entre outros temas. Para os dados estritamente quantitativos sobre a estrangeirização de terras, utilizamos o Banco de Dados da Luta pela Terra, que é um banco de dados sobre o campo brasileiro, compondo as seguintes categorias: movimentos socioterritoriais e suas duas formas de atuação: ocupações de terras e manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras. Esses dados são confrontados a partir de diferentes fontes como a CPT, a Ouvidoria Agrária Nacional, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, o INCRA, Rede DATALUTA etc.

E por fim, aplicamos a metodologia de entrevistas, partindo dos estudos realizados por Colognese e Melo (1998), que as compreende como um processo de interação social entre o pesquisador e o entrevistado, com a finalidade de obtenção de informações, a partir de uma conversa interessada e orientada pelo entrevistador, sendo elas não-estruturada, semi-estruturada e estruturada. Para suprir nossos objetivos, partimos das entrevistas com caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, embora apresentem um roteiro, podemos ter liberdade de adicionar perguntas conforme necessidade e a fala do entrevistado, podendo interferir no momento da entrevista (COLOGNESE; MELO, 1998).

Breve discussão sobre o conceito de estrangeirização de terras e movimentos socioterritoriais

Analisamos que o processo de estrangeirização de terras está ligado ao avanço do capitalismo no campo brasileiro e vem sendo debatido por diversos autores de acordo com

suas propostas teóricas-metodológicas. Identificamos algumas tendências de análises, partindo das considerações entre os impactos positivos e negativos deste processo, considerando-os “benéficos” e “maléficos” aos países atingidos. Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE), aponta essa tendência no processo de estrangeirização de terras:

The current trend in foreign land acquisition has raised considerable public concern. It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, **whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good** (HLPE, 2011, p. 6 – grifos nosso).

Borras Jr e Franco (2010) também compreendem estas tendências de análises na estrangeirização, mas relacionada à produção de biocombustíveis. Eles apontam que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre o processo de estrangeirização de terra, mas nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, bem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada.

Essas diferentes visões partem da disputa paradigmática dentro do processo de estrangeirização de terras: alguns autores demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc. E outros com visões contrárias a estes aspectos, mostrando o acirramento dos conflitos, a luta pela superação deste sistema/processo, mostrando os impactos negativos do mesmo, o debate da desnacionalização dos territórios, os perigos relacionados a produção de commodities etc.

Este debate também reflete nas discussões realizadas a cerca do conceito/nomenclatura utilizada para definirmos o que é a estrangeirização de terras, entendendo-as que não são sinônimos. Alguns autores apontam como: acapariamento de terras, extranjerización de la tierra, land grabbing, foreignization of lands, Green Grabbing, usurpação de terras, grilagem entre outros, para identificar a partir de diferentes abordagens este processo, considerando compra/arrendamento de terras por estrangeiros ou mesmo indo além das discussões partindo das análises ambientais, de produções, de financeirização e globalização da agricultura, assim, compreendendo um controle deste território tanto material como imaterial, ou seja, partiremos da apropriação deste território nacional pelo capital internacional (transnacional).

Estas disputas estão contidas nas relações internacionais tanto imaterial como material a partir de estratégias para a expansão dos países que se configuram a nível geopolítico, tendo os Estados Nacionais como elementos definidores. Assim, partiremos do debate da estrangeirização de terras como a apropriação do território em suas diferentes

dimensões realizadas pelos mais diversos “sujeitos”. Fernandes (2009; 2011) considera que a estrangeirização de terras deve ser analisada a partir da Geopolítica da Questão Agrária, intensificada com a produção de agroenergia que gerou um problema nos abastecimentos de produtos alimentícios, criando uma nova característica para a expansão dos países.

Esses países são apresentados pelo autor em três conjuntos, para explicar esse processo em escala global: “1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras” (FERNANDES, 2009, p. 2). O primeiro conjunto de países são pobres em alimentos, mas ricos de capital que se expandem em países pobres com abundância de terras cultiváveis. Neste sentido, a grande parte dos países que possuem arrendamentos são “pobres” que permitem a territorialização dos grupos/empresas estrangeiras para seu abastecimento interno, pois essas populações vivem em situação de miséria sem acesso a terra ou a água.

Sassen (2013) considera que a estrangeirização trás mudanças profundas (ou seja, consequências), principalmente com uma “desmontagem” do território nacional, permitindo um novo tipo de geopolítica global:

This deeper structural level is also what makes the current phase of land acquisitions potentially deeply consequential, to the point of signaling the further disassembling of national territory. Such disassembling can enable the rise of a new type of global geopolitics, **one where national sovereign territory increasingly is subject to nonnational systems of authority**—from familiar IMF and WTO conditionality to elementary controls by diverse foreign actors over growing stretches of a country's land (SASSEN, 2013, p. 25 – grifo nosso).

Bernardo Mançano Fernandes (2009) mostra que essas relações são os novos elementos dessa questão, que devem ser compreendidos a partir de outros processos políticos como o neoliberalismo, onde capital e Estado se unem para se territorializarem em outros países, explorando-os. Assim, além das empresas, os Governos estão cada vez mais envolvidos neste processo, mesmo com a diminuição do seu papel por meio do neoliberalismo.

Sauer (2010) afirma que o que temos atualmente é uma “corrida mundial” por terras, intensificada após a crise de 2008, emergindo questionamentos sobre o domínio do território dos países, principalmente em áreas de fronteira. O autor aponta um estudo feito pelo Banco Mundial em 2010, que evidenciou um crescimento de 20% da produção agrícola mundial (consequentemente da estrangeirização) para à expansão da fronteira agrícola.

Essa expansão aconteceu por diversos motivos, dentre eles: a demanda por alimentos, ração, celulose e outras matérias primas industriais para os biocombustíveis e transferências das produções de commodities para países com extensas terras e com preços menores (SAUER, 2010). Esta expansão está relacionada com o processo de

“desterritorialização” de algumas produções para a produção de outras, por exemplo, a substituição intencional da produção de gado para a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, pois permitiu diversificar o produto final desta commodity.

As consideramos como “commodities flexíveis”, pois permite através de sua produção diversas finalidades evidenciando os discursos utilizados pelos diferentes sujeitos e formas de ação do processo de estrangeirização de terras, conforme aponta Borrás Jr et al (2015, p. 3) “Current examples include soya (feed, food, biodiesel), sugarcane (food, ethanol), oil palm (food, biodiesel, commercial/industrial uses) and corn (food, feed, ethanol)”, que esta “flexibilidade” só é possível a partir do elo entre diferentes culturas, componentes e usos, tornando-se cada vez mais lucrativa.

Partindo disto o processo de estrangeirização de terras ganha novos “rumos” e se intensifica, como por exemplo nos países da América Latina com Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai e o Brasil, bem como países do continente africano com destaque para Moçambique com a estrangeirização de terras por meio de grupos e empresas brasileiras. Neste sentido, o processo de estrangeirização de terras configura-se na expressão da territorialização do agronegócio em todas as escalas geográficas (local, regional, nacional e global) impactando diretamente na população do campo.

Estes impactos estão relacionados às diferentes escalas municipal, estadual e nacional e variam de acordo com o nível de concentração de terras e como a territorialização destes grupos foram feitas, atingindo seu ápice com o processo de desterritorialização. Nele todas as relações com território (camponês, indígena, quilombola etc.) são destruídas, devido à venda da terra ou expulsão pelas empresas e grupos estrangeiros, como afirma Colque: *“entonces, destruir la vida en comunidad, se fragmenta la vida en comunidad que ellos tienen y paulatinamente van aniquilando y luego vendiendo la tierra a esas empresas”* (Em entrevista, 2015), impedindo assim, a realização da reforma agrária ou demarcação de territórios tradicionalmente ocupados.

Assim, os movimentos socioterritoriais se organizam para lutar contra estes processos e solicitar a realização da reforma agrária ou reconquistas de seus territórios. Eles são compreendidos neste trabalho, que trará a análise do MST, como construtores de territórios e territorialidades onde o primeiro é parte condicionante de sua existência, conforme relata Pedon (2009): “O espaço torna-se trunfo ao tornar - se território, nesse processo, ele é a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais” (p. 174).

Assim, os movimentos socioterritoriais são analisados a partir do “olhar” geográfico, sendo os mesmos sujeitos que os movimentos sociais que lutam a partir do enfrentamento para a transformação da realidade existente (FERNANDES, 2005), pois eles são um movimento de autodefinição, buscando sua representatividade apropriando dos espaços em

que as relações de poder contidas nestas questões dão sentido ao ordenamento do território (PEDON, 2009).

Para os movimentos socioterritoriais, principalmente os camponeses, a estrangeirização de terras é vista como um problema, pois entra em conflito com o modelo de desenvolvimento do campesinato e do seu ordenamento territorial. Fernandes e Welch (2008) apontam dois modelos de desenvolvimento do *agronegócio* com a produção de commodities (flexíveis - soja, cana, eucalipto, algodão, milho, café etc.) em larga escala utilizando-se do trabalho do camponês e modelo do *campesinato* que tem o trabalho familiar como base de sua produção de pequena escala e diversa (frutas, legumes, hortaliças).

Além deste confronto, o processo de estrangeirização de terras, acarreta na intensificação/manutenção da estrutura fundiária, monopoliza os territórios e suas formas de uso, desterritorializa a população do campo, acarreta na insegurança alimentar e na soberania territorial dos países, sendo bandeiras de lutas dos movimentos socioterritoriais. Sendo que ao mesmo tempo em que este processo deve ser analisado em escala global as resistências dos movimentos socioterritoriais também devem, pois elas desterritorializam as empresas/grupos estrangeiros, conforme relata Fernandes (2009).

Assim, “as lutas empreendidas pelos camponeses, organizados na forma dos movimentos socioterritoriais, manifestam a conflitualidade intrínseca à produção do espaço brasileiro, principalmente, a partir dos embates realizados no meio rural” (PEDON, 2009, p. 206).

Estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos

Contextualizando para o caso brasileiro, o estado do Mato Grosso do Sul (MS) se destaca, diante da expressão e intensidade que este processo ocorre, bem como pela conflitualidade gerada, seja na questão dos povos tradicionais indígenas ou com os camponeses. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2010 *apud* FERNANDES, 2011), o MS no primeiro semestre de 2010, ficou em quarto lugar em aquisições de terras por estrangeiros no Brasil, contabilizando aproximadamente 473 mil hectares de terras (11%), ficando atrás apenas dos estados do Mato Grosso (20%), São Paulo (12%) e Minas Gerais (12%).

Esta configuração territorial deve ser analisada num contexto histórico para compreendermos a territorialização dos grupos e empresas estrangeiras no estado do Mato Grosso do Sul para a produção de *commodities* e as formas de impactos e resistências. Segundo Teixeira (1989) entre os anos de 1970 e 1980, em paralelo a produção de erva

mate, o estado incrementa suas áreas de lavouras temporárias com a produção de soja (no verão) e do milho (no inverno), pois o mercado global dessas *commodities* estavam em ascensão. E na década de 1990 e nos anos 2000, o Mato Grosso do Sul ganha expressividade e visibilidade na produção de cana-de-açúcar.

Este contexto beneficiou os interesses de grupos econômicos como “Ciba-Geiger, New-Holland, Dupont, Anderson Clayton, Continental Grain, Bunn & Born (SANBRA), Cargill, Louis Dreyfus etc.” (TEIXEIRA, 1989, p. 68). Ocorrendo assim, a monopolização da produção de grãos em detrimento da produção de alimentos básicos, uma maior concentração da terra por meio da venda das pequenas propriedades para os grandes produtores, principalmente as empresas estrangeiras, bem como o aumento do preço da terra.

Esta configuração territorial teve como componente importante à atuação do Estado brasileiro, no caso da soja via Programa Desenvolvimento dos Cerrados por Cooperação Japão-Brasil (PRODECER) e da cana-de-açúcar com o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), transformando o estado do Mato Grosso do Sul num dos maiores produtores destas culturas. O PRODECER foi iniciado na década de 1980 e financiado pelo Japão, que ao longo dos anos tem buscado transformar o cerrado brasileiro numa das regiões agrícolas mais produtivas, principalmente com a soja, sendo que a maior parte dessa produção é destinada para o processamento agroindustrial para o mercado internacional:

O programa foi efetuado em três fases que abrangeriam todo o cerrado: 1ª em Minas Gerais; 2ª no MS, Bahia e Goiás e a 3ª em Tocantins e Maranhão. Segundo Clements e Fernandes (2013) cerca de “345 mil hectares foram transferidos a 717 experientes produtores de larga escala sob a competência do projeto. As operações desses produtores foram fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro como parte dos negócios de terras” (p. 4).

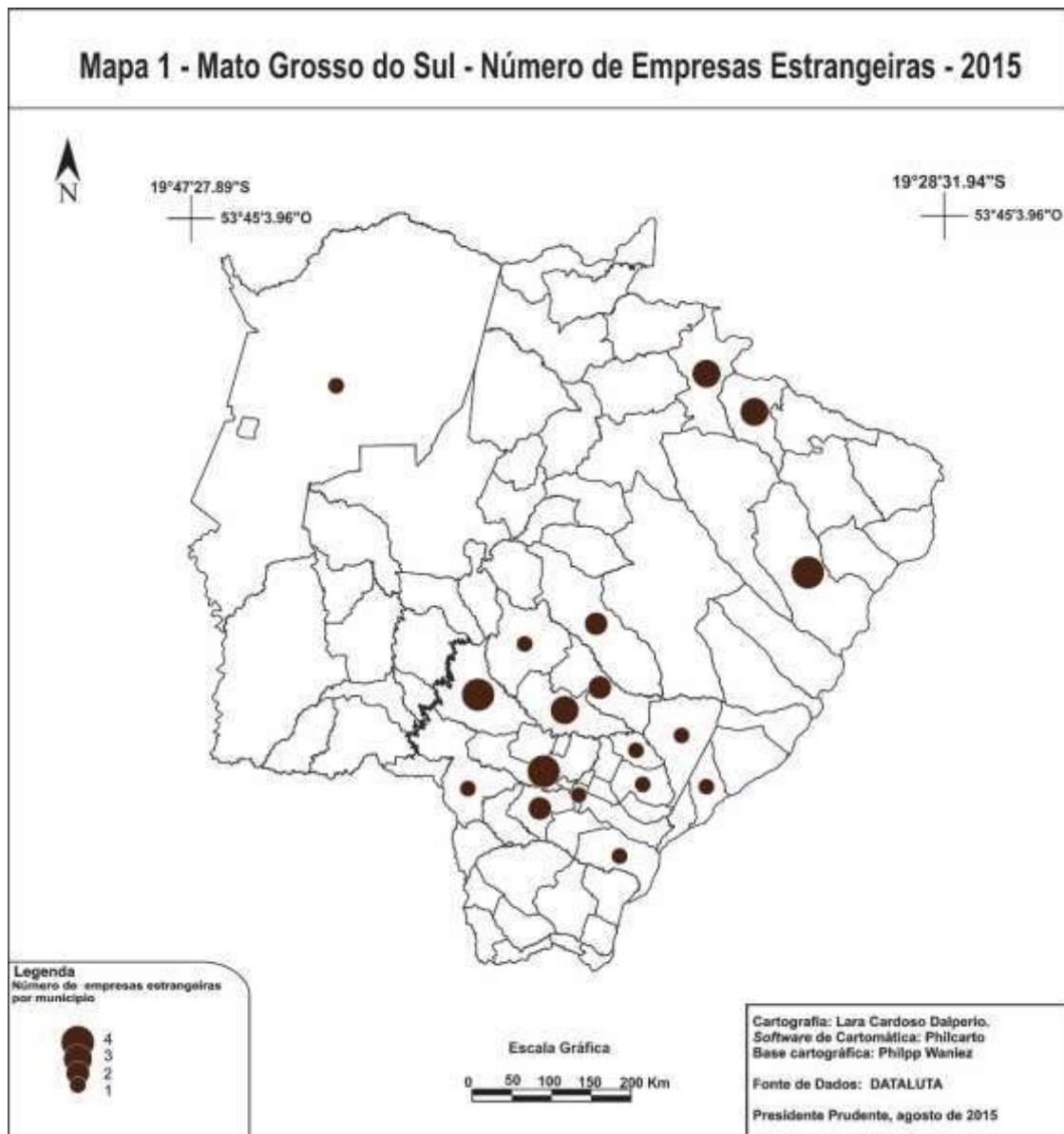
Em relação ao Proálcool, este teve um papel importante para a territorialização de grupos estrangeiros no Mato Grosso Sul, por meio de aquisições de unidades que também possuíam capital brasileiro. O programa teve como objetivo atrair a produção de álcool, criando fontes alternativas de combustíveis menos poluentes ao meio ambiente, assim expandindo a produção da cana em diversos territórios:

Desta forma, o Proálcool, pode ser considerado a fonte principal da instalação de destilarias no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente como programa incentivador da produção de álcool. Porém, o programa não incentivou apenas grupos que já atuavam no ramo no nordeste e São Paulo, mas também empresários do Mato Grosso do Sul, que detinham a propriedade da terra e possuíam capital proveniente da pecuária e/ou produção de grãos. Portanto, é a partir do Proálcool que o Mato Grosso do Sul entra na rota da produção de cana-de-açúcar (BACKES, 2009, p. 35).

As usinas instaladas no MS tinham como principal objetivo a produção de álcool, mas devido à crise do setor elas passaram a produzir açúcar, com mais foco, principalmente com a mudança de postura do Governo Federal em relação ao etanol pelos carros flex. Um dos principais grupos estrangeiros no Brasil que produzem cana-de-açúcar é a LDC e, no MS ela está territorializada por meio de três unidades que representam aproximadamente 30% da sua produção nacional: duas no município de Rio Brilhante e uma em Maracaju.

Diante do exposto em relação ao MS, fica evidente a aliança entre latifúndio/agronegócio e Estado, que ganha força com a crescente demanda por terras e a entrada de investimentos estrangeiros no país, acirrando o conflito pela/na terra, parte da história brasileira desde a colonização (SAUER; LEITE, 2011).

Assim, o mapa 1 apresenta o número de unidades estrangeiras territorializadas no estado do Mato Grosso do Sul.



Em relação ao capital estrangeiro, observamos que os principais países que produz *commodities* no estado do Mato Grosso do Sul, são os países que necessitam de terras cultiváveis, como: Argentina, Reino Unido, Emirados Árabes, EUA, França, Holanda, Itália, Japão entre outros. Com as seguintes empresas e grupos estrangeiros: Adecoagro; ADM, Arauna; BR Food; Bunge; Central Energética Vicentina; Cerona; Ceagro (Agrex do Brasil), Fibria Celulose S/A; International Paper; Louis Dreyfus - Biosev; Monsanto; MSU Agro; Odebrecht; Parkia Participações; Raízen – Cosan/Shell; Safi Brasil; SLC Agrícola; Usina São Fernando; Vale, Grupo Biourja e Grupo Poet (DATA LUTA, 2015), esta territorialização está representada no mapa 1.

Podemos analisar que o processo de estrangeirização de terras se intensifica no Centro-Sul do estado pela concentração da atividade bovina para corte, que vem sendo transformada/substituída pelas produções de *commodities* principalmente da cana-de-açúcar e soja (*commodities* flexíveis). A região Leste do estado se destaca pela produção da empresa estrangeira Fibria, que tem se territorializado por meio da produção de eucalipto.

A presença do agronegócio nacional e estrangeiro no Mato Grosso do Sul cria impactos territoriais nas áreas urbanas e principalmente nas áreas rurais que estão estabelecidos os assentamentos rurais e as áreas indígenas que são impactados direta e indiretamente pela inserção deste modelo de produção viabilizado pelos grandes grupos e pelo Estado. No Mato Grosso do Sul o confronto direto com a estrangeirização de terras ocorre, por exemplo, com as ocupações nas áreas reivindicadas realizadas pelos movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, a Comissão Pastoral da Terra ou mesmo pelos conflitos indígenas Guarani-Kaiowá.

Estes conflitos se concentram no Centro-Sul do estado, onde as empresas estrangeiras estão territorializadas. Podemos citar os conflitos dos Guarani-Kaiowá com a presença da ADM em Campo Grande, no município de Dourados com a presença da empresa estrangeira São Fernando, em Rio Brilhante e Maracaju com a presença da Louis Dreyfus Commodities produzindo cana-de-açúcar em seus territórios. No caso dos movimentos socioterritoriais camponeses, podemos relacionar com as resistências diretas do MST na Região da Grande Dourados com a LDC em Rio Brilhante, o despejo em Sidrolândia, a ocupação realizada pelo Movimento Terra Livre após a falência da Usina Paranaíba pertencente à Arauna entre outros.

O Grupo Louis Dreyfus Commodities em Rio Brilhante (MS) e as resistências por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A Louis Dreyfus Commodities está territorializada no Mato Grosso do Sul (MS) para produzir cana-de-açúcar desde os anos 2000, por meio da aquisição das unidades do Grupo Tavares de Melo nos municípios de Maracajú e Rio Brilhante internacionalizando o capital nestes municípios. Em Rio Brilhante temos três usinas que produzem cana-de-açúcar duas pertencentes a LDC: LDC Biosev - Unidade Rio Brilhante e LDC SEV - Unidade Passa Tempo e uma controlada pela Odebrecht S.A a ETH Bioenergia – Eldorado.

No ano de 2006 saiu o alvará para a construção da Unidade Rio Brilhante com apoio do Estado e no ano seguinte ela anuncia a compra da unidade Passa Tempo iniciando sua atividade em 2008, se tornando vice-líder do mercado da cana-de-açúcar devido à fusão com a Central Energética Santa Elisa formando a LDC-SEV.

O grupo francês teve vários incentivos para produzir no estado do MS, como o custo e quantidade de terras (arrendamento e compra), rentabilidade da produção e facilidade para escoamento tanto para o mercado interno como externo (CENTENARO, 2011). Além destes fatores o BNDS teve um papel importante nos investimentos, sendo recebido pelo grupo recebeu R\$ 719,7 milhões dos recursos destinados ao estado, correspondendo ao financiamento da unidade de Rio Brilhante e ampliação da unidade Passa Tempo no município de Rio Brilhante (DOMINGUES, 2010).

Segundo Domingues (2010), a LDC em Rio Brilhante influencia fortemente na questão agrícola do município com 28 mil hectares arrendados (79%) para a produção da Passa Tempo e 31 mil hectares (88%) para a unidade Rio Brilhante. Além disso, o grupo também arrenda terras em Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia gerando alguns conflitos.

O grupo francês no município criou um Centro de Educação Infantil comportando 120 crianças para a educação infantil, beneficiando a população e os funcionários do próprio grupo num total de 600 metros quadrados de área (GERENTE DE CIDADE, 2008).

As figuras 1 e 2 apresentam as unidades de Rio Brilhante e Passa Tempo pertencentes a LDC. A primeira unidade tem capacidade produtiva para o processamento da cana-de-açúcar de 5 milhões de toneladas (46,8% de etanol e 66,1% de açúcar e capacidade energética de 80 mw) e a segunda unidade processa 3,3 milhões de toneladas de cana (66% de etanol; 49,7% de açúcar cristal; capacidade energética de 78 mw) (BIO-SERV – LDC, 2015).

Figura 1: Foto aérea da unidade Passa Tempo em Rio Brilhante



Fonte: Google Imagens, 2015.

Figura 2: Foto aérea da unidade Rio Brilhante pertencente à LDC



Fonte: Google Imagens, 2015.

A partir do início da produção da LDC no município de Rio Brilhante ele passa a ser reconhecido como a capital da cana-de-açúcar, devido aos altos índices de produtividade

(DOMINGUES, 2010). Cabe destacar também que a produção de gado diminuiu em contrapartida que crescia a de cana-de-açúcar. Segundo Domingues (2010) “podemos dizer que a pecuária ao ceder espaço para a cana-de-açúcar procura outras formas de se reproduzir, seja através de novas tecnologias, que são incorporadas ao setor (boi confinado), seja pela ocupação de novas fronteiras como é o caso da Amazônia” (p. 167).

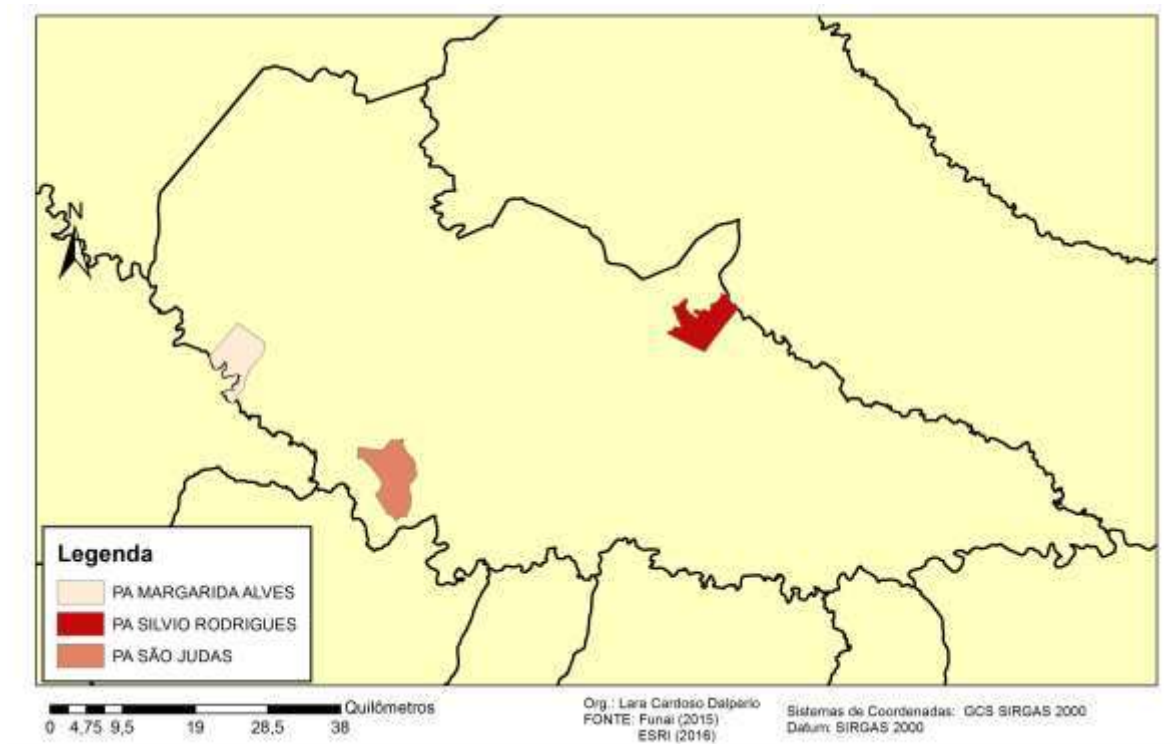
Esta territorialização da cana-de-açúcar ocorreu em áreas onde a soja/milho estavam territorializadas, indo para os assentamentos que fizeram frente à produção da primeira commodities no município que rodeia os assentamentos criando vários problemas, principalmente para a questão agrária. Podemos relacionar estes fatos ao depoimento da militante do MST Maria que afirma que a cana veio para desarticular ainda mais a reforma agrária:

A cana no município vem pra desarticular mais ainda a reforma agrária na região. Uma vez que a cana, ela (...) Os fazendeiros tinham que provar que a terra era produtiva, quando ele não quer tocar a terra ele arrenda para a cana, então desarticula mais ainda a organização naquele município. Uma vez que, a gente poderia estar fazendo ocupação, retomando essa terra para o povo, acaba que ficando nas mãos das multinacionais da cana-de-açúcar principalmente (Maria em entrevista, 2015).

Em Rio Brilhante temos nove assentamentos com 810 famílias e 17.940 hectares de terras, sendo três concebidos pelo processo de luta histórica do MST nas décadas de 1990: PA Margarida Alves, PA São Judas e PA Silvio Rodrigues expostos no mapa 2 e quadro 1. Cabe destacar que o processo de luta destes assentamentos está marcado pela violência do Estado (na figura da polícia militar) e dos fazendeiros dos municípios que não queriam suas áreas desapropriadas para a reforma agrária.

Quadro 1: Informações sobre os assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante

Nome	Capacidade	Famílias assentadas	Área	Data	Forma obtenção
PA Margarida Alves	120	97	3.166	29/12/2000	Desapropriação
PA São Judas	187	179	4.155	09/10/1998	Desapropriação
PA Silvio Rodrigues	120	117	3.202	14/09/2001	Desapropriação
Fonte: DATALUTA, 2015. Org. Autor					

Mapa 02 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante

O assentamento PA São Judas foi o primeiro território conquistado do MST em Rio Brilhante por meio da desapropriação de terras, as famílias eram advindas do Acampamento 8 de Março em Itaquiraí em 1997. E no ano seguinte eles foram assentados com 187 famílias em 4.155 hectares (quadro 1). O PA Margarida Alves foi criado com a ajuda na luta dos camponeses do assentamento PA São Judas na época de acampamento. O acampamento que originou o assentamento mudou várias vezes de localidade devido a forte repressão dos fazendeiros e da polícia, mas em 2000 foram assentadas 120 famílias em 3.166 hectares (quadro 1).

O assentamento PA Silvio Rodrigues foi obtido em 2001 por meio da desapropriação de uma área onde aconteceram dois assassinatos dos militantes: Silvio Rodrigues e de um companheiro de luta do MST, ambos espancados e mortos na Fazenda Engenho Novo por capangas. Assim, foram assentadas 120 famílias distribuídas em 3.202 hectares (quadro 1).

Diante do processo histórico da conquista dos três assentamentos do MST identificamos a partir das análises dos trabalhos de campo, algumas formas de resistência frente ao processo de estrangeirização de terras, com destaque para a proibição da produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos e as manifestações contra a passagem do caminhão com a produção da LDC. Estas formas de resistências são importantes para compreendermos a atual conjuntura da questão agrária com a intensificação e/ou criação de conflitos devido aos diferentes tipos de desenvolvimento já

apresentados: do agronegócio e do campesinato, conforme estudos de Fernandes e Welch (2008).

No caso da proibição da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos de Rio Brilhante, o MST teve um papel fundamental juntamente com a FETAG e a CUT para uma resistência direta da Louis Dreyfus Commodities, através de reuniões nas sedes e casas dos assentamentos, com o intuito de conscientização e desmistificação dos discursos realizados pelo grupo nos assentamentos diante da procura insistente para a aceitação dos assentados para produzir cana-de-açúcar.

Conforme aponta Celso assentado do PA Margarida Alves:

(...) nós chegamos a fazer reuniões com as várias coordenações dos assentamentos, na cidade, de Rio Brilhante, né, para discutir a preocupação, né. Até por que quando as usinas começaram, nós nem imaginávamos que eles viriam fazer essa discussão nos assentamentos, em um primeiro momento. Então, quando a gente começou a perceber que eles começaram a fazer as reuniões nos assentamentos (...) (Celso em entrevista, 2015).

Estas reuniões ocorreram a partir do momento da procura da LDC nos assentamentos para produzir cana-de-açúcar. Celso nos informou que no período de produção da LDC no município eles foram procurados em diversos momentos realizando reuniões entre a empresa e os assentados: *“E aí nós, nesse período, a gente recebeu, foram feitas muitas reuniões nos assentamentos, para tentar implementar o processo de plantio da cana nos assentamentos”* (Celso em entrevista, 2015), ocorrendo negativas do MST devido as formas de se ver e conceber o campo:

O MST sempre fez um papel de não mudar a lógica, os princípios do objetivo que foi da reforma agrária. A reforma agrária foi feita para produzir alimentos. Ela foi feita não, ela foi conquistada para produzir alimentos e nessa produção de alimentos, ela tem perdido espaço. Então o movimento tem sempre feito um trabalho de convencimento, um trabalho de formação, junto as famílias, para que elas não abandonassem a finalidade da reforma agrária, dos assentamentos, da agricultura familiar. Mas infelizmente, né, a nossa força diante daquilo que o agronegócio trabalha, a nossa força ainda não tem surtido o efeito que nós gostaríamos que tivesse. Estamos perdendo campo. Estamos perdendo espaço. Apesar de nossos assentamentos, ainda a pesar de muitas famílias estarem indo para o arrendamento, mas os que restam ainda conseguem, né, conseguem trabalhar a produção de subsistência, conseguem a produção de comercialização, conseguem se viabilizar economicamente nos assentamentos. É uma tarefa difícil. É uma tarefa que cotidianamente a gente tem que batalhar, mas é difícil, não é fácil não (...) (Celso em entrevista, 2015).

Diante da citação, podemos observar a importância dos trabalhos de conscientização para os camponeses permanecerem no seu lote, mesmo diante das investidas do agronegócio, sem perder a lógica de produção camponesa. Sendo um dos

principais desafios do MST em organizar seus assentamentos para a viabilidade econômica dos mesmos, sem sua subordinação ao agronegócio.

Assim, o MST atuou intensamente em reuniões nos três assentamentos, no sentido de desmistificar tais ideais expostos pelo agronegócio estrangeiro que ao ver de alguns assentados a proposta era tentadora:

Quando a Louis Dreyfus tentou entrar aqui, foi uma proposta meio assim, até difícil pra gente falar não, porque eles fizeram muitas propostas de trabalho, de você plantar e trabalhar pra eles em cima daqueles produtos deles né. Se eles plantassem a cana aí você ia cuidar da cana, então as pessoas viu um meio de trabalho aí. Só que na verdade depois muda tudo né, aí começa a vim os maquinários, aí o cara vê uma coisa na hora, mas é totalmente diferente. Ela só é aquela proposta na hora de plantar aquilo ali, depois que cabou plantio é só colhedeira, trator e cabou né. (Leandro em entrevista, 2016).

As palavras de Leandro podemos relacionar aos impactos causados pela produção de cana-de-açúcar nos assentamentos, sendo este o foco dos argumentos do MST nos seus assentamentos nas reuniões:

Várias reuniões [foram feitas] com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim (...) (Celso em entrevista, 2015).

Como estratégia a LDC passou a procurar as lideranças e assentados mais vulneráveis dos assentamentos, indo nos três assentamentos sem avisar os militantes do MST:

Não, eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda, que estavam com as, né (...) iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar (...) (Celso em entrevista, 2015).

Então, eles discursavam a partir da identificação dos problemas das famílias dos lotes, apontando propostas de emprego como melhoria de vida e também com os arrendamentos. Para a consolidação dos arrendamentos a LDC necessitava de abarcar vários lotes seguidos para incorporação das máquinas de colheita e plantio, desta forma utilizava um discurso de aumento de renda com estas possibilidades de mudança de vida a partir da produtividade do lote.

Se isto acontecesse nos assentamentos os impactos nas questões familiares e de produção de alimentos seriam marcantes. Segundo Thomaz Junior (2007):

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 7).

Como apontado pelo assentado Celso, o dinheiro que a LDC havia proposto pela produção de cana-de-açúcar era uma ilusão, pois eles deveriam produzir aproximadamente 100 toneladas por hectares, mas o solo da região daria apenas 60 ou 70% ocorrendo o endividamento do assentado, confirmando as palavras de Thomaz Junior (2007).

O assentado André do PA Silvio Rodrigues, também apontou estas inconsistências no discurso do grupo: *“Naquela época nós fizemos as contas, não ia dar 4.000 ou 5.000 por essas 10 hectares por ano. O cara ia comer e cada dia ele ia ficar mais pobre por que ele não tinha como trabalhar, ia ficar com uma mixaria de terra”* (Em entrevista, 2015).

Segundo o assentado André ele também recebeu a proposta do grupo para a produção de cana-de-açúcar negando esta possibilidade e ainda fazendo frente de ação aos discursos da LDC reunindo em seu núcleo os assentados informando os malefícios da produção, principalmente voltado ao veneno e a falta de comida que teriam nos lotes:

No começo era aquele papo furado, que ia dar futuro, aí todo mundo foi caindo na real logo e vendo que não era o que a gente, aquilo que, por exemplo eu organizei no meu setor lá conversando com o pessoal, “daqui a cinco anos essas terra vai está mais ruim do ela está hoje, por que ele vai te entregar uma solteira de cana lá e a cana chupa (deteriora) a terra, uma coisa medonha” e você não tem dinheiro nenhum e passou os cinco anos e você ficou parado, simplesmente só comeu (...) (André em entrevista, 2015).

Em nossas entrevistas identificamos que o principal motivo para a cana-de-açúcar não se territorializar nos assentamentos foi devido o trabalho dos militantes e consequentemente a dificuldade da LDC em convencer várias famílias seguidas de lotes a produzir, devido ao tamanho das máquinas e da produtividade em relação aos lotes, desestimulando assim o grupo em produzir nos assentamentos entrando nos territórios do agronegócio nos entornos dos assentamentos.

Celso nos informou que com a perda da produtividade nas áreas onde a cana-de-açúcar esta territorializada, ocorre uma possibilidade da monocultura entrar nas áreas dos assentamentos não descartando esta ideia:

Não está descartado. Por que não está descartado. Não está descartado por que se a demanda das usinas, aumentar ainda a área plantada e as lavouras de soja e milho se manter nessa estabilidade que está colocada aí, em uma perspectiva de se manter, o espaço das cana pode reduzir. Se reduzir, a possibilidade de migrar para outras áreas pequenas, inclusive assentamentos, não está descartada (Celso em entrevista, 2015).

Assim, o MST retornará aos debates sobre este tipo de produção renovando esta resistências em seus territórios. Além desta forma de resistência nos assentamentos estudados encontramos em nossas idas a campos relatos dos assentamentos nas questões que envolvem o tráfego dos caminhões utilizados para transporte da cana-de-açúcar da LDC nas estradas que cortam os assentamentos, gerando vários impactos.

O caminhão que carrega esta carga é o “truk” ou trucado que descola 36 toneladas de commodities e ao ser incorporada com outra articulação é conhecida como “Romeu e Julieta”, além da utilização do “tremidão” trucado com duas unidades de reboco longo, com três articulações carregando 50 toneladas (BACKES, 2009).

A figura 3 apresenta o carregamento de cana-de-açúcar com produção da LDC em Rio Brilhante, que tem um fluxo continuo nos assentamento e estradas do município.

Figura 3: Caminhão com carregamento de cana-de-açúcar da usina LDC em Rio Brilhante.



Fonte: AUTOR, 2016.

A passagem dos caminhões geram alguns impactos na vida dos assentados, devido a poeira do ar, estradas esburacadas, acúmulo de lama quando chove, provocando dificuldades de locomoção. Diante disso, os assentados se organizaram em algumas manifestações contra o grupo para que esta situação pudesse ser resolvida com a não entrada dos caminhões no PA Margarida Alves ou amenizada com o cascalhamento no PA São Judas, pois a LDC não se sente responsável pelas manutenções das estradas que passam exclusivamente seus caminhões.

As manifestações têm caráter político e reivindicatório com a organização coletiva dos sujeitos (COMERFORD, 1999) elas colocam em pauta a questão agrária brasileira e

são instrumentos políticos de luta e resistência (FERNANDES, 1994). Elas “refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante” (PEREIRA, 2012, p. 12-13).

Essas ações refletem nos territórios materiais e imateriais e compõem o conjunto de ações dos movimentos socioterritoriais para a construção e consolidação de suas lutas e permanências nos territórios. Elas são realizadas em locais estratégicos de luta como em grandes centros e em territórios onde se quer reivindicar ou chamar a atenção para determinados assuntos, por exemplo, as ocupações realizadas no INCRA.

No caso dos territórios estudados elas realizadas em caráter de espontaneidade devido à situação que eles estavam vivendo, ou seja, elas representaram a insatisfação frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim, “a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo” (FERNANDES, B., 2012, p. 747).

E diante dos relatos identificamos manifestações por bloqueio de rodovias no PA Margarida Alves e PA São Judas com ambas justificativas: o tráfego dos caminhões da LDC com cana-de-açúcar que tem impactado diretamente na vida dos assentados.

No caso do assentamento São Judas as manifestações realizadas tinham como objetivo o melhoramento da estrada que os estudantes da escola São Judas trafegam todos os dias, bem como os assentados que estudam no município de Rio Brilhante. A assentada Maria relatou que foi com um grupo de assentados cobrar providências na prefeitura, pois estava atrapalhando o calendário escolar dos estudantes, pois antes do início das atividades da unidade Passa Tempo as estradas eram cascalhadas e hoje estão em péssimas condições de uso:

As crianças já que vão pro ensino médio, junto com as da escola, nós já trancamos aqui duas vezes as carretas da usina paramos o dia inteiro, a prefeitura chamou pra negociar, a usina chamou pra negociar para liberar as carretas pra poder eles molharem pelo menos na frente do assentamento. Porque quando é poeira a gente não enxerga nada. Já aconteceu mais de 30 acidentes, de pessoas saindo da estrada, perder a direção por conta da poeira porque não consegue enxergar dois metros para frente (...) (Maria em entrevista, 2015).

Assim eles realizaram uma reunião com o poder público, o grupo e os assentados para resolver esta situação no assentamento, mas segundo Maria a LDC não queria assumir a responsabilidade de manutenção das estradas. Depois de vários debates ficou definido que a LDC deveria cascalhar e molhar as estradas devido ao tráfego intenso nas estradas pela passagem dos seus caminhões, principalmente em períodos de colheitas da cana-de-açúcar.

A primeira manifestação realizada pelos assentados no PA São Judas ocorreu por articulação dos estudantes do assentamento, pois ele chegaram a ficar uma semana sem aula devido as péssimas condições das estradas, além da invisibilidade para dirigir dos motoristas.

O assentado e motorista da escola Marcos apontou que esta manifestação ocorreu em meados dos anos 2000 e ele teve conhecimento da ação de resistência instantes antes em que ela iria acontecer, com o aviso dos estudantes que iriam trancar a MS-470 que corta o assentamento reivindicando melhorias:

Então foi surpresa que nem eu sabia ... tipo eu só vinha vindo, eu peguei eles, recolhi eles tudo, aí quando eu sai pra mim pegar pra destino Rio Brilhante eles mandaram eu parar o ônibus... Aí eu parei e eles falaram: Hoje nós não vamos para a escola, que hoje nós vamos trancar aqui e tal. Dai eles foram me explicar, que estava tendo muito problemas [...] não conseguíamos andar a pueira invadia demais a estrada, eles [usina] ponhavam sempre dois, três carros na frente e você não teria visão que ultrapasse, era um movimento muito grande (Marcos em entrevista, 2015).

A manifestação teve duração de um dia com a presença de representantes da LDC e policiais, com negociações entre todas as partes:

Chegou ele e até mesmo uns donos das carretas, porque quando fechou tipo todas as carretas eram terceirizadas, aí o maior problema que eles tem é que quando fecha, faz qualquer mobilização assim, os donos sem preocupam pensando nos bens, nas carretas que eles achavam que as pessoas iam queimar, estragar. Mas a partir disso daí veio o representante [da LDC] era já quase onze horas da noite, porque foi onze horas que fechou [da manhã], aí ficamos aí até entorno das onze horas mais ou menos, foi a hora que veio o representante. Porque até quando mesmo elas trancaram foi já pedido a liberação só com o representante da usina. Aí foi a onde eles vinheram. Não teve nenhum envolvimento político, tipo assim vereador tal, não no momento, não apareceu nenhum lá né, mas isso aí foi também junto com o pessoal do assentamento, não foi os alunos que fizeram sozinho, eles também programaram o dia e fizeram tudo junto. Foi o assentamento e as crianças (Marcos em entrevista, 2015).

Os assentados entraram em acordo com a LDC, mas atualmente a situação da estrada é precária, mesmo com cascalhamento e a água jogada devido ao fluxo intenso dos caminhões. Em 2010, foi realizada outra manifestação por meio do bloqueio devido aos novos problemas ocasionados entre os educandos do assentamento, conseguindo que a empresa molhasse a estrada onde os ônibus escolar passa para minimizar os danos causados pela poeira, mas a luta continua:

Então a proposta foi ano passado de fazer de novo. Foi articulado o pessoal para fazer, aí eles arrumaram. Agora a gente continua cobrando, porque eles dão uma relaxada né!... Tem um carro pipa que molha duas até três vezes por dia, na frente da escola, nesse perímetro que eles trafegam dentro do assentamento (Maria em entrevista, 2015).

No assentamento PA Margarida Alves a forma de resistência através da manifestação gerou um resultado mais consolidado proibindo a passagem dos caminhões com a produção da LDC no assentamento devido à mobilização de parte dos assentados em meados de 2014. Vale ressaltar que os caminhões que trafegam com trabalhadores e combustíveis não foram alvos da ação, apenas proibindo os da cana.

Esta manifestação ocorreu devido aos incômodos que a poeira causava nos lotes onde trafegavam os caminhões: “[o caminhão] *Vinha né e aí começou a subir a pueira, e vim uma grossura assim de pueira solta em riba daquela estrada, o povo tudo ficava com problema... vixi muita coisa. Porque eles anda do jeito que for e na seca eles não estão nem aí*” (Lucio em entrevista, 2016).

Lucio estava na casa do militante Vander quando resolveram iniciar a manifestação contra a LDC, pois o militante não aguentava mais esta situação na frente de seu lote, participaram da ação mais ou menos 10 assentados. Lucio nos informou que a ação não foi planejada: “*Não! Foi na hora, foi uma coisa que tava ali, começou passar, passar um e foram passando e foram indo e daqui a pouco, não guentaram eram muita pueira demais*” (em entrevista, 2016).

Assim, iniciaram o processo de trancamento com carros e tratores dos assentados:

Começaram a passar lá, daí o V. (assentado) lá com a casa dele bem encostadinho com a rua, tava ocupando com tanta pueira. Daí ele já pegou o Corcel dele e já jogou na frente da carreta assim, daí eu tava lá também, e já larguei junto lá também. Daí veio o seu M., seu M., Não! Eu estava com um trator lá, paremo daí lá. Já ligaram e já veio o chefe deles [da Usina] e já fizeram um acordo, da Louis Dreyfus. Aí eles já molharam lá e liberamos pra passar só aquelas [que estavam ali] ... Ficou era umas 10 da manhã até umas 4 da tarde parado (Lucio em entrevista, 2016).

Os caminhoneiros envolvidos diretamente com a manifestação ligaram para os representantes da LDC com o intuito de informar e resolver esta situação com os assentados que estavam bloqueando a passagem, conforme relata o militante Vander:

Daí liga pra um fiscal deles que estar ali e dali já vai o comentário. Já foi lá pra Dourados, o cara de Dourados ligou, Campo Grande ligou e daí chegou uns três aqui, uma caminhonete ali e encostou aqui e falou quem que é o Sr. Vander, quem que é o.....eu falei sou eu, “ não é que nós é da usina, nós precisava passar, nós precisava liberar por que não sei o que... por que que não pode passar?” Eu falei “ rapaz não pode passar por causa que o cascalhamento está com...que nós está aqui nunca foi cascalhado essa rodovia nossa aqui. Nós temos três ônibus escolares que carregam nossos alunos na rodovia pra escola, que nós não temos escola aqui e daí não vai passar, acabar com nossa estrada”. Ele falou, não mais éele falou acho que é 30 dias de colheita e daí a proposta nossa é o seguinte, “ eu mando encostar um rolo aqui no fundo da sua casa, uma patrôla, caminhão, ele fez uma proposta de louco e daí se vocês não quiserem o motorista, o tratorista nosso arruma a rodovia vocês podem arrumar um tratorista pra trabalhar numa patrôla, num rolo que nós paga, mas pra vocês deixar passar cana” (Vander em entrevista, 2016).

A proposta dos representantes da LDC foi considerada absurda pelos assentados, principalmente por Vander, o mais impactado pelo tráfego com os caminhões da cana-de-açúcar. Assim, foi negado este pedido, pois o que os assentados queriam era a proibição total dos caminhões de cana-de-açúcar e se a ordem deles fossem descumpridas não iriam deixar nenhum caminhão que entrasse sair do assentamento.

No dia seguinte os representantes do grupo francês entraram em contato com Vander, conforme seu relato:

Quando foi no outro dia 6hs da manhã, eu tava tomando chimarrão chegou três caras de novo numa estradinha daquela de capim longado. Chegou, entrou lá no fundo e foi lá em casa. “Não Sr. nós conseguimos, nós vimos avisar ao senhor que pode deixar o povo tranquilo que não vai passar carreta, por que nós conseguimos a saída, negociar a saída. Eu falei “parabéns pra vocês, ao menos assim a gente fica sossegado” (Vander em entrevista, 2016).

Diante do depoimento de Vander, vimos que a LDC aceitou por meio da negociação em outra passagem as reivindicações dos assentados. Em nossas pesquisas, identificamos que a LDC passou a trafegar dentro da fazenda Capão Alto mesmo os argumentos negativos utilizados pelo fazendeiro. Assim, o MST vem atuando de forma incisiva contra os danos e a territorialização dos grupos e empresas estrangeiras.

Considerações finais

O processo de estrangeirização de terras é histórico e deve ser analisado a partir de uma análise crítica incorporando várias temáticas como a luta pela terra, a produção de commodities, os impactos territoriais, a desterritorialização e análises econômicas sobre o mesmo. Diante disso este trabalho apresentou a estrangeirização de terras como a apropriação de terras por estrangeiros (no caso da LDC, compra e arrendamento) para a produção de commodities em outros países, sendo seu discurso baseado na produção de alimentos e geração de empregos.

Este processo acarreta em algumas modificações/transformações socioterritoriais nos territórios envolvidos, devido ao caráter monopolizador destes grupos. Assim, as populações atingidas tem realizados formas de resistências contra este processo, pois ele acarreta em vários impactos negativos em seus territórios até mesmo chegando ao processo de desterritorialização.

No caso do estado do Mato Grosso do Sul este processo vem antes da constituição do estado federativo e intensificado a partir de políticas do Estado como o PRODECER e

PROALCOOL que contribuiu para a territorialização da soja e cana-de-açúcar em áreas de produção de gado. Com os incentivos estatais o grupo francês Louis Dreyfus Commodities se territorializou a partir da compra e construção de duas unidades no município de Rio Brilhante e uma em Maracaju gerando alguns conflitos e impactos territoriais como analisado no primeiro município.

Assim, a produção de cana-de-açúcar realizada pelo grupo em Rio Brilhante intensificou alguns impactos territoriais reforçando as lutas dos movimentos socioterritoriais com destaque para o MST que atuou intensamente contra a produção nos seus assentamentos e em outros. Diante disso, o MST resistiu frente às ações do grupo por meio de reuniões desmistificando os discursos trazidos pelo grupo nos assentamentos de trabalho e produção, bem como posteriormente com a passagem dos caminhões de cana-de-açúcar que rodeiam os assentamentos, produzidas nas fazendas.

A primeira forma de resistência realizada pelos assentados foram as reuniões no início das atividades da LDC no município, pois a empresa com o discurso de rentabilidade da produção dos assentados e possibilidades de emprego procurou territorializar sua produção nos assentamentos. Mas, diante dos argumentos, reuniões e trabalhos realizados pelos líderes dos assentamentos de convencimento e mostrando os aspectos negativos/ilusórios dos discursos a LDC não conseguiu se territorializar, produzindo no entorno dos assentamentos onde a soja/milho e o gado eram territorializados.

Mesmo diante da não territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos ela gerou alguns impactos, necessitando iniciar uma nova forma de resistência contra o grupo francês com as manifestações contra o tráfego dos caminhões da LDC ou mesmo pela melhoria das estradas que cortam os assentamentos que ela estava utilizando. Assim, no assentamento PA São Judas foram realizadas duas manifestações uma pelos assentados e outra pelos estudantes que vinham sofrendo com a falta de aula devido as péssimas condições das estradas.

Ficou sob responsabilidade do grupo LDC em realizar a manutenção das estradas com o ato de molhar para evitar maiores danos com a poeira e com cascalhamento. No caso do PA Margarida Alves a manifestação ocorreu devido a fluxo intenso dos caminhões na frente dos lotes, de um grupo de assentados trancou a estradas com veículos para a não passagem, proibindo a passagem permanentemente dos caminhões.

Assim, consideramos que estas formas de resistências nos assentamentos do MST foram importantes para evitar o avanço da cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities no município e nos seus assentamentos, bem como gerar e intensificar os impactos socioterritoriais deste tipo de produção que ao nosso mostraram-se negativos.

Referências

BACKES, Thaine Regina. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BIOSERV - Louis Dreyfus Commodities. Disponível em: < <http://www.biosev.com>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. **La política del acaparamiento mundial de tierras**: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. 2010, p. 44. Disponível em: < <http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/BorrasAcaparamiento.pdf>>. Acesos em: 16 out. 2015.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, n. 1, v. 43, 2015.

CENTENARO, Moisés. Internacionalização de usinas sucroenergéticas - um estudo de caso. **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998, v. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.

CLEMENTS, Alice Elizabeth; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. 2013. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2015.

DOMINGUES, Alex Torres **A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul**. 200 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: Espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A geopolítica da questão agrária mundial. 2009. **Boletim DATALUTA**. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 19 out. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamentos como Territórios. In: **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. SIMONETTI, M. C. L. (Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 177-184.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.

GERENTE DE CIDADE. Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso Do Sul. Nº 47, julho – agosto- setembro 2008. Disponível em: <http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47_0908.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

SASSEN, Saskia. **Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory**. Revista Globalizations, 10:1, 2013, p. 25-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil?. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.4, No 1/ 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Dinâmica fundiária e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. 2011. Disponível em: < <http://mstemdados.org/> >. Acesso em: 26 set. 2016.

TEIXEIRA, Márcio Antonio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da grande Dourado**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1989.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais. 2007. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegociAlcoolizado.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2015.

Recebido para publicação em 13 de março de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 11 de abril de 2017.

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade¹

Danilo Souza Melo

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Avançado de Jataí

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Membro da Rede DATALUTA

e-mail: danilosouza.geo@hotmail.com

Resumo

Em Mato Grosso do Sul, a questão agrária tem sua origem no processo de apropriação capitalista da terra ocorrido por meio de leis e políticas que permitiram a grilagem e a concentração fundiária no Estado. Os problemas sociais no campo se agravaram com a intensificação do atual modelo de agricultura capitalista, denominado de agronegócio, com origem na Revolução Verde, na década de 1970. A ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, marcou a luta pela terra no Estado e colaborou para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em nível estadual. Após 30 anos da ocupação, trabalhadores, camponeses e indígenas ainda estão engajados em movimentos socioterritoriais lutando pela conquista de frações do território. Este artigo objetiva analisar a dinâmica das disputas no campo em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1988 e 2014, por meio das ocupações registradas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), discutindo ainda o protagonismo dos movimentos socioterritoriais no estado. Para cumprir com os objetivos, os procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica sobre o assunto, sistematização de dados das ocupações de terra, trabalho de campo e a utilização de fontes orais. Essa diversidade na metodologia forneceu diferentes informações que se complementam e que foram analisadas e sistematizadas em gráficos, tabelas e mapas.

Palavras-chave: Questão agrária; movimentos socioterritoriais; ocupações; Mato Grosso do Sul.

The struggle for the land in Mato Grosso do Sul: MST and the protagonism of the struggle at the present time

Abstract

In Mato Grosso do Sul, the agrarian question has her origin in the process of capitalist appropriation of the earth happened through laws and politics that allowed the grilagem and the land concentration in the State. The social problems in the field became worse with the intensification of the current model of capitalist agriculture, denominated of agrobusiness, with origin in the Green Revolution, in the decade of 1970. The occupation of the farm Santa Idalina, in the town of Ivinhema (MS), in April of 1984, marked the fight for the earth in the State and it collaborated for the formation of the Rural Workers Movement (MST) in state level. After 30 years, the occupation of the farm Santa Idalina, workers, farmers and natives are still engaged in social movements struggling for the conquest of fractions of the territory. This article aims at to analyze the dynamics of the disputes in the field in Mato Grosso do Sul, among the years de 1988 and 2014, through the occupations registered by the Database

¹ Este artigo é resultado de discussões realizadas no Grupo de Estudos Terra e Território – GETT ligado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Três Lagoas-MS e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) coordenado pelo Prof.Dr. Sedeval Nardoque e apoiado pelo CNPQ.

of the Fight by the Land (DATALUTA), still discussing the protagonism of the social movements in the state. To accomplish with the objectives, we adopted different methodological procedures, with the bibliographical revision on the subject, systemization of data of the earth occupations, field work and the use of oral sources. That diversity in the methodology supplied different information that are complemented and we analyzed and systematized in form graphics and maps.

Keywords: Agrarian question; socioterritorial movements; occupations; Mato Grosso do Sul.

La disputa para la tierra en Mato Grosso del Sul: MST y el protagonism de la pelea en este momento

Resumen

En Mato Grosso do Sul, el cuestión agrario tiene el suyo / su origen in the process of la apropiación capitalista de la tierra ocurrió a través de leyes y política que admitieron el grilagem y el fundiária de concentración en el estado federal. La reunión de la que los problemas en el campo se pusieron peores con la intensificación del modelo en curso de agricultura capitalista, expresado en lo agronegócio, con el origen en los Revolution verdes, en la década 1970. la ocupación del Santa Idalina de la granja, en el distrito municipal de Ivinhema (MS), en abril de 1984, caracterizaba la pelea para la tierra en el estado federal y colaboró para la formación del movimiento de los trabajadores rurales sin Earth (MST) in state a nivel. Después de 30 años, la ocupación del Santa Idalina de la granja, trabajadores, agricultores y naturales todavía están comprometidos en los movimientos sociales luchando por la conquista de las fracciones del territorio. Este artículo apuntar hacia to analizar la dinámica de las disputas en el campo en Mato Grosso hacer Sul, entre el de 1988 de años y 2014, a través de las ocupaciones registradas por la base de datos de la pelea junto a la tierra (DATALUTA), todavía hablando del protagonism de los movimientos sociales en el estado. Para accomplish con los objetivos, asumimos los procedimientos metodológicos diferentes, con la revisión de bibliographical en la asignatura, la sistematización de los datos de las ocupaciones de tierra, trabajo de campo y el uso de orígenes orales. Que la diversidad en la metodología proporcionó la información diferente que era complementada y que fora analizada pr meio del gráficos e mapas.

Palabras Clave: Cuestión agrário; movimientos socioterritoriales; ocupaciones, Mato Grosso do Sul.

Introdução

A luta pela terra no Brasil, marcada por revoltas e massacres envolvendo camponeses, trabalhadores, povos tradicionais e movimentos sociais, impulsionou pesquisadores de diferentes áreas a se dedicarem ao estudo do assunto. Na Geografia, mais precisamente na Geografia Agrária, diferentes autores se dedicaram ao estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e suas contradições.

Para Oliveira (1991; 2004; 2010), o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de maneira desigual, combinada e contraditória, ou seja, o capital ao reproduzir suas relações capitalistas, promove, ao mesmo tempo, relações não capitalistas. Desta maneira,

o campesinato (relação na capitalista) é resultado do desenvolvimento do capitalismo, recriando-se via emancipação ou subordinação ao capital.

O desenvolvimento do capital no campo ocorre por duas distintas maneiras: a monopolização e a territorialização do capital no campo. No processo de monopolização, o capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias, sujeitando a renda da terra produzida pelos camponeses à lógica capitalista (OLIVEIRA, 2004). Ou seja, a renda da terra produzida pelo campesinato é apropriada na circulação da mercadoria. A monopolização do capital no campo permite, mesmo de forma precária, a reprodução do campesinato, ou seja, o capital para se desenvolver no campo necessita de relações não capitalistas, via desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2010).

Outro caminho encontrado pelo capital para se apropriar da renda da terra, mais perverso para os camponeses, é a sua territorialização, pois se apropria da terra dificultando a recriação camponesa. Pois,

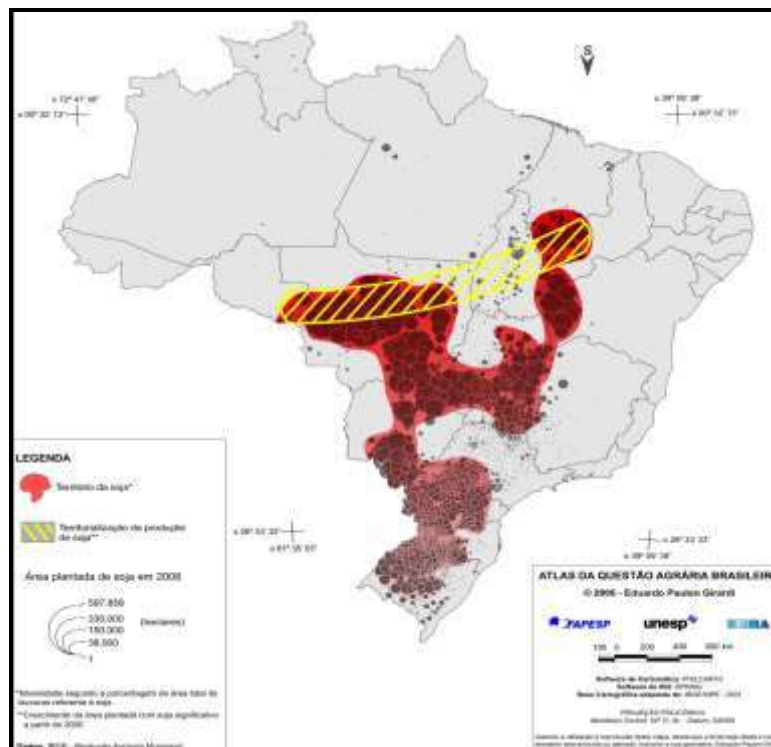
[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse processo especificamente capitalista que (faltou algo) se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.106).

Como exemplo de desenvolvimento e territorialização do capital no campo brasileiro, a soja é uma das principais commodities produzidas pela agricultura capitalista, o gráfico 1 apresenta a evolução da produção da soja no Brasil e Mato Grosso do Sul em toneladas (milhões). Observamos no gráfico que o Brasil passou de 32.890 milhões de soja na safra 1999/2000 para 86.120,8 milhões na safra 2013/14, um aumento de mais de 150%. Mato Grosso do Sul obteve aumento semelhante aos 150% na produção da, saindo de 2.500,9 milhões de toneladas na safra 1999/2000 para 6.148,0 milhões de toneladas na safra 2013/14.

Gráfico 1 – Brasil e MS: produção de soja (série histórica)

Fonte: CONAB/APROSOJA. (Organizado pelo autor).

No mapa 1 a territorialização da soja no Brasil é representada. Observamos o território da soja, localizado essencialmente da região Centro-Oeste e Sul, em Mato Grosso do Sul o agricultura da soja se concentra nas regiões Sul e Leste do estado. Observamos ainda, o avanço da agricultura capitalista em direção da Amazônia.

Mapa 1 - Brasil: territorialização da produção de soja

Fonte: Girardi, (2008, p.84).

Resistindo e lutando contra a agricultura capitalista, grupos compostos por camponeses, trabalhadores e povos tradicionais lutam pela conquista da terra e reconhecimento de seus territórios, engajados ou não em movimentos socioterritoriais. Optamos pelo uso do conceito de movimentos socioterritoriais por concordar com as contribuições de Fernandes;

Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. [...] Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo [...]. (FERNANDES, 2000, p.59).

Nessa perspectiva territorial, pensar os movimentos sociais do campo, é entender a luta para além da conquista da terra, é luta por dignidade, direito à educação, reconhecimento de sua cultura, políticas públicas.

[...] há, entre os movimentos sociais que atuam no Brasil, um conjunto de mobilizações cuja natureza é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto social nacional, insurgindo daí a necessidade de acrescentarmos em seus estudos conhecimentos pertinentes ao campo da geografia [...]. (PEDON, 2009, p. 29).

A longa marcha dos movimentos territoriais e de povos tradicionais pelo acesso à terra resulta em ações coletivas como, por exemplo, as ocupações de terra. As ações estratégicas dos movimentos socioterritoriais colocam em discussão a luta pela terra na sociedade, além de forjarem a conquista ou criação de espaços políticos de espacialização da luta. “A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação” (FERNANDES, 1994, p.177).

As ocupações de terra são ações concretas para a espacialização das lutas e dos movimentos socioterritoriais. Pois espacializar é:

[...] registrar no espaço social um processo de luta. É o multimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1999, p. 136).

Na espacialização, além de colocar em debate na sociedade a necessidade da Reforma Agrária, os movimentos criam suas identidades, e os trabalhadores mobilizados se reconhecem enquanto sujeitos.

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da

identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (GRZYBOWSKI, 1987, p.59/60).

A espacialização faz parte do processo de territorialização da luta pela terra e a cada conquista de frações do território, a cada assentamento criado, terras demarcadas, a luta se territorializa.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1994, p.182).

Para compreendermos as dinâmicas da luta dos movimentos do campo pela territorialização em Mato Grosso do Sul é necessário um conjunto de metodologias que ofereça diferentes informações para nossa análise. Assim, para cumprir com os objetivos, adotamos diferentes procedimentos metodológicos, que passam pela revisão bibliográfica sobre o assunto, sistematização de dados sobre a luta pela terra e trabalho de campo. Este conjunto de procedimentos metodológicos forneceu-nos diferentes informações complementares e que subsidiou esta análise.

Na pesquisa bibliográfica estudamos temas a respeito dos movimentos socioterritoriais e, principalmente, sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul. A partir desta pesquisa foi possível compreendermos os processos que resultaram nos conflitos pela terra e como estes ainda perduram na atualidade.

Por conseguinte, a sistematização dos dados DATALUTA resultou na produção de gráficos e mapas sobre as ocupações em Mato Grosso do Sul. Outras fontes de informações sobre conflitos indígenas e estrutura fundiária foram utilizadas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trabalho de campo, realizado na sede do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Campo Grande, foi possível discutirmos com os dirigentes do movimento sobre a dinâmica das ações e perspectivas para o campo sul-mato-grossense.

Este conjunto de procedimentos metodológicos permitiu-nos a análise sobre a dinâmica das ocupações de terra e da ação dos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso do Sul, resultando também na produção do mapa síntese da questão indígena em MS.

O DATALUTA na questão agrária de Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul a luta pela terra tem em seu cerne o processo de apropriação capitalista da terra, iniciado quando este Estado ainda era parte do antigo Mato Grosso. A apropriação e concentração da propriedade capitalista da terra se deram essencialmente por políticas, leis, e decretos criados com objetivo de motivar a migração para a região da fronteira e “ocupar” o antigo Mato Grosso. (MORENO, 1994; 2008).

Entretanto, a política fundiária² promoveu a apropriação capitalista da terra e, consequentemente, a formação de latifúndios. Assim, a estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul resultou de políticas aplicadas no antigo Mato Grosso, que, com a ascensão política da elite pecuarista do Sul do Estado, no final da década de 1970, ocasionou sua divisão, como afirmou Almeida; Kudlavicz e Silva (2012, p.05):

Esse processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, centrado na grande propriedade e na atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dirigiu o processo de divisão do estado de Mato Grosso e a fundação, em 1977, do estado de Mato Grosso do Sul. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe dos proprietários de terras.

Para Fabrini (2008), o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas.

[...] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p.54).

Desta maneira, é possível observar os reflexos do processo de ocupação do estado na atual estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul demonstrada na tabela 1. Na tabela, observamos os estabelecimentos agropecuários até 200 hectares são 72,54% do total de estabelecimentos, estes ocupam apenas 5,01% da área total.

A concentração fundiária fica mais evidente quando observamos os estabelecimentos acima de 1000 hectares (10,18% do total de estabelecimentos) ocupando 76,93% da área total do estado.

Tabela 1 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2006

² Entendemos por política fundiária todos os planos, programas e a legislação criada, revogada e modificada para atender os interesses políticos/econômicos, regionais e nacionais na formação da estrutura fundiária de MS.

Classe Área Total (ha)	Nº estabelecimentos	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	47.050	72,54%	1.504.902	5,01%
200 a menos de 1000	11.209	17,28%	5.428.720	18,06%
Acima de 1000	6.603	10,18%	23.123.327	76,93%
Total	64.862	100%	30.056.947	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. (Organizado pelo autor)

Ainda como resultado do processo de ocupação do estado, trabalhadores migraram para a região em busca de acesso à terra, e foram excluídos, assim como as populações indígenas da região foram expulsas e dizimadas no avanço da fronteira. As atuais disputas pela terra, em especial, as ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas em MS, envolvem a trama do processo de apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária utilizada pelo Estado brasileiro.

As ocupações colocam em discussão na sociedade a legitimidade da titulação e o cumprimento da função social da terra.

[...] a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantém marginalizados já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização, é quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou um teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Esta tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. (PEDON, 2009, p.177/178).

As ocupações demonstram uma importante dimensão da questão agrária: a luta pela terra (FERNANDES, 2001). Nessa perspectiva, objetivando compreender e discutir a dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, as ocupações registradas e sistematizadas no banco de dados DATALUTA serão utilizadas como principal fonte de informações em nossa análise.

No DATALUTA, durante o trabalho diário de registro das notícias envolvendo os movimentos socioterritoriais, são comuns notícias relatando invasões de terras, no entanto, estas ações são registradas na categoria ocupação. Há divergências na concepção dessa ação (invasão ou ocupação), pelo fato de implicar posicionamentos políticos de quem opta por um ou outro. É necessário compreender que há disputas no campo das ideias e, nessa disputa, há a tendência conservadora da manutenção e defesa da propriedade privada, veiculada pelos meios de comunicação, como fica evidenciado na manchete da notícia (figura 1) de uma “invasão” ocorrida em Paranaíba (MS).

Figura 1 - Jornal Correio do Estado: notícia ocupação em Paranaíba (MS)

Fonte: Jornal Correio do Estado, 2012.

O teor das notícias e a utilização de termos criminalizam a ação dos movimentos socioterritoriais, demonstrando posicionamento da mídia. Ao utilizar o termo invasão, influenciam a opinião pública de que esta é prática ilegal, trazendo consigo a ideologia de direito à propriedade, muitas vezes, utilizada como justificativa para respostas violentas do Estado e dos proprietários de terra.

Por outro lado, para os movimentos socioterritoriais a ocupação indica um posicionamento político de cobrança da aplicação do Estatuto da Terra e da função social da terra, como estabelece o Capítulo III, Art.184, da Constituição Federal, no tocante à Reforma Agrária. Desse modo, para os movimentos, a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, que os mantêm marginalizados, pois lhes impede o acesso ao espaço.

Dessa maneira:

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a Reforma Agrária. (FERNANDES, 2001, p. 36).

A construção conceitual do termo ocupação teve efetiva participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, utilizando-o em sua luta e em palavras de ordem, como, “Ocupar, resistir e produzir”. Podemos afirmar, assim,

[...] que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil. (ROSA, 2012, p.513).

Para o DATALUTA, a ação dos movimentos ao entrarem em uma fazenda e nela acampar é caracterizada e registrada como a categoria ocupação. Comprometendo-nos com a construção do conceito e sua representação política, também o utilizamos para analisar Mato Grosso do Sul, o que significa dizer que consideramos, no processo de registro das notícias de jornais, a invasão como ocupação de terra.

No entanto, cabe ressaltar a diferença entre ocupação e acampamento. A ocupação consiste em uma ação do movimento com o objetivo de conquistar um território via desapropriação, pressionando o Estado na realização da Reforma Agrária. O acampamento, na maioria das vezes, é o desdobramento de uma ocupação, localizado, geralmente, nas margens de rodovias. No acampamento, as famílias se organizam enquanto acompanham as negociações pela desapropriação da área reivindicada para a Reforma Agrária.

A questão agrária brasileira, resultado das diferentes formas de apropriação e exploração do território, tem exigido um repensar³ dos pesquisadores que compõem a rede DATALUTA em relação às ações dos povos tradicionais (quilombolas e indígenas) no tocante ao registro na categoria ocupação. Pois a luta dos povos tradicionais expõe uma relação diferente destes com a terra, uma vez que habitavam um território e, de alguma maneira, foram expropriados dele.

Destarte, os povos tradicionais lutam pela retomada de seu antigo território, como podemos observar na questão indígena em MS. É a luta pelo Tekoha. Essa diferença na luta dos povos tradicionais está em discussão na rede DATALUTA, na qual se propõe a construção de uma nova categoria. Todavia, optamos, neste trabalho, por manter a categoria ocupação para as ações dos povos tradicionais, de acordo com os dados consolidados de 1988 a 2014 e registrados com os outros movimentos.

Estudando os movimentos socioterritoriais e suas estratégias de espacialização e territorialização, Fernandes (1994; 1999) construiu a abordagem teórico-metodológica utilizando espaço e território como conceitos essenciais para a compreensão da luta pela

³ A Rede DATALUTA se reúne anualmente para discutir sua metodologia de registro, e ainda, apresentar e analisar os dados DATALUTA e a conjuntura da questão agrária brasileira. Após a discussão da Rede DATALUTA os dados são publicados no relatório DATALUTA Brasil.

terra. Para Fernandes, o “território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p.27). Com desdobramento deste debate, Fernandes propõe o conceito de Movimento Socioterritorial:

Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. [...] Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. [...] Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. (FERNANDES, 2000, p.59).

Assim, utilizaremos neste trabalho o conceito de movimento socioterritorial quando nos referirmos aos movimentos em Mato Grosso do Sul que lutam pela terra e pelo território.

30 anos do MST em Mato Grosso do Sul

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento socioterritorial no campo brasileiro na atualidade, completou no ano de 2015 trinta décadas de luta. A origem do movimento está ligada a diversas lutas de trabalhadores rurais em todo o Brasil na década de 1980. Estas lutas culminaram na criação do MST em 1984 durante o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Cascavel/PR (OLIVEIRA, 1994).

Em Mato Grosso do Sul, o início da organização do MST está ligada à ocupação da gleba Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, com cerca de 1500 famílias participando da ação. Essa ocupação marcou a luta pela terra no estado de MS por conta dos conflitos entre trabalhadores e a polícia e por dar início a organização de camponeses e trabalhadores rurais em movimentos socioterritoriais (CPT, 1994).

O fato é que a ocupação de Idalina constitui-se num marco histórico da mobilização dos Trabalhadores Rurais Sem terra na luta pela terra. Desencadeiam-se a partir daí, nos anos seguintes, [...] ocupações e acampamentos com maior ou menor organização dos mesmos. Somente para ilustrar, é significativo o número de cartas de apoio e solidariedade que o movimento recebeu durante os meses de maio e junho. Aproximadamente 180 cartas e telegramas, de várias entidades ligadas às lutas populares de quase todos os Estados brasileiros de Norte a Sul, solidarizando-se com os ocupantes de Ivinhema. (CPT, 1994, p.95).

No entanto, houve lutas anteriores à ocupação da fazenda Santa Idalina, pois camponeses e populações tradicionais (indígenas) resistem há séculos à expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. A ocupação da fazenda Santa Idalina é resultado de lutas anteriores⁴ envolvendo trabalhadores sem terra no Centro-Sul do estado entre os anos de 1979 a 1984 (FERNANDES, 1999).

Na década de 1980, houve a gestação do MST, por meio de ocupações, assembleias e encontros nacionais dos trabalhadores sem-terra, no qual o movimento se estruturou e organizou-se (FERNANDES, 1999).

O conjunto de decisões e os objetivos definidos no Encontro foi constituindo o caráter político do MST. Nesse processo de formação estão contidos os princípios que consolidariam o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. (FERNANDES, 1999, p.75).

Por meio de suas lutas, conquistas e derrotas, o MST se consolidou na atualidade como maior movimento socioterritorial no campo brasileiro e na América Latina. Em Mato Grosso do Sul, no contexto do latifúndio e da exploração dos trabalhadores no campo, o MST e outros movimentos socioterritoriais lutam por justiça e reforma agrária. Neste sentido, a ocupação de terras é a principal e mais polêmica ação estratégica do MST.

Por meio das ocupações de terra, o MST se territorializou em Mato Grosso do Sul, no entanto, apesar de ser a principal ação de luta pela Reforma Agrária, as ocupações apresentaram decréscimo nos últimos dez anos (2005 a 2014) em Mato Grosso do Sul, motivadas pela contradição da eleição de um governo popular (governo Lula) e paralização da política de Reforma Agrária (MELO, 2014).

Dirigentes do MST confirmam⁵ esta tendência e enfatizam a desistência da luta por muitas famílias diante da demora na realização da Reforma Agrária.

Desta maneira, entre os anos de 1988 e 2014, o DATALUTA registrou⁶, 604 ocupações em Mato Grosso do Sul, envolvendo 92.226 famílias, como apresenta o gráfico 1. O MST foi responsável por 72 ocupações envolvendo 23.475 famílias. A frente está o movimento indígena com 118 ocupações, envolvendo 8.098 famílias, seguido pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com 113 ocupações.

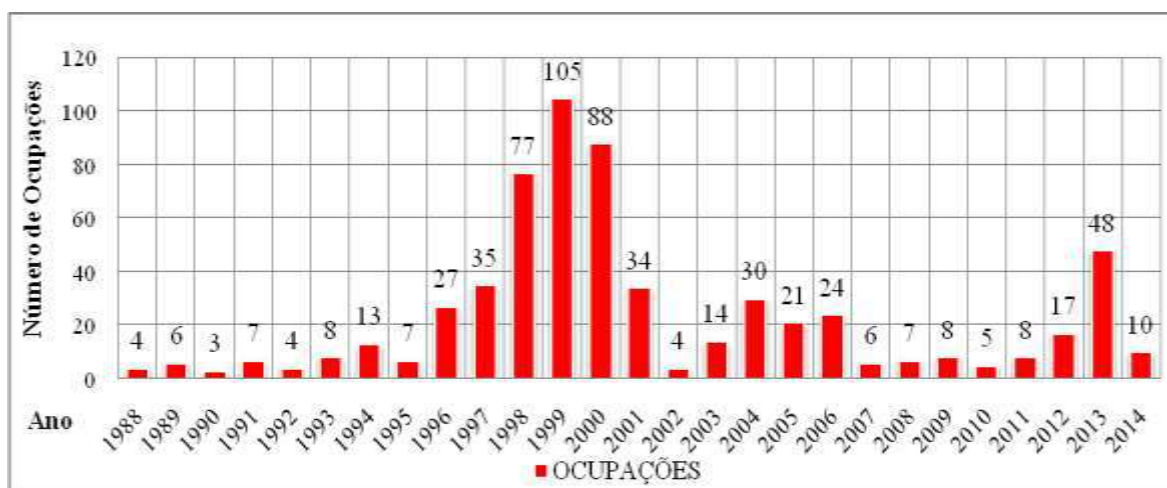
⁴ Trabalhadores camponeses migrantes eram contratados para “amansar a terra” na formação das fazendas, após isto, eram expulsos. “Evidente que essa situação gerou conflitos. Por essa razão muitos camponeses foram assassinados. A causa maior dos conflitos era a constante luta pela conquista da terra de trabalho.” (FERNANDES, 1999, p.60).

⁵ Entrevista realizada em maio de 2014, na sede do MST em Campo Grande (MS).

⁶ O DATALUTA não possui registros de ocupações anteriores a 1988.

Podemos observar no gráfico 2 o aumento do número de ocupações a partir de 1996 (27 ocupações), chegando a 105 ocupações em 1999. No ano de 2000 foram 88 ocupações e a partir de 2001, houve redução no número de ocupações. Observamos, também, que o ápice das ocupações ocorreu entre os anos de 1997 e 2001, seguidos de redução significativa nos anos posteriores.

Gráfico 2 - Mato Grosso do Sul: ocupações (1988 - 2012)



Fonte: DATALUTA, 2014. (Organizado pelo autor)

O período em que houve mais ocupações (1998 a 2000), em Mato Grosso do Sul, foi resultado da luta dos trabalhadores sem terra, engajados em sindicatos e movimentos socioterritoriais, a saber, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e MST. No Brasil, o DATALUTA registrou os maiores números de ocupações no mesmo período: 1998 (792 ocupações) 1999 (856 ocupações) e 2000 (519 ocupações).

Diante da grande quantidade de conflitos e ocupações no campo, foram aprovadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso medidas provisórias que afetaram diretamente as ações do movimento sociais, criminalizando-as.

A Medida Provisória 2.027-38, de 4 de maio de 2000, criminalizava a principal ação dos movimentos socioterritoriais, principalmente do MST, pois paralisava o processo de desapropriação o imóvel que fosse ocupado. Desta maneira, a medida provisória, em seu artigo segundo, sexto parágrafo, afirmava; “O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel.” (BRASIL, 2000).

Substituindo a medida anterior (2.027-38), a Medida Provisória 2.109-52, de 24 de maio de 2001, agravou a criminalização da luta pela terra e dos movimentos socioterritoriais,

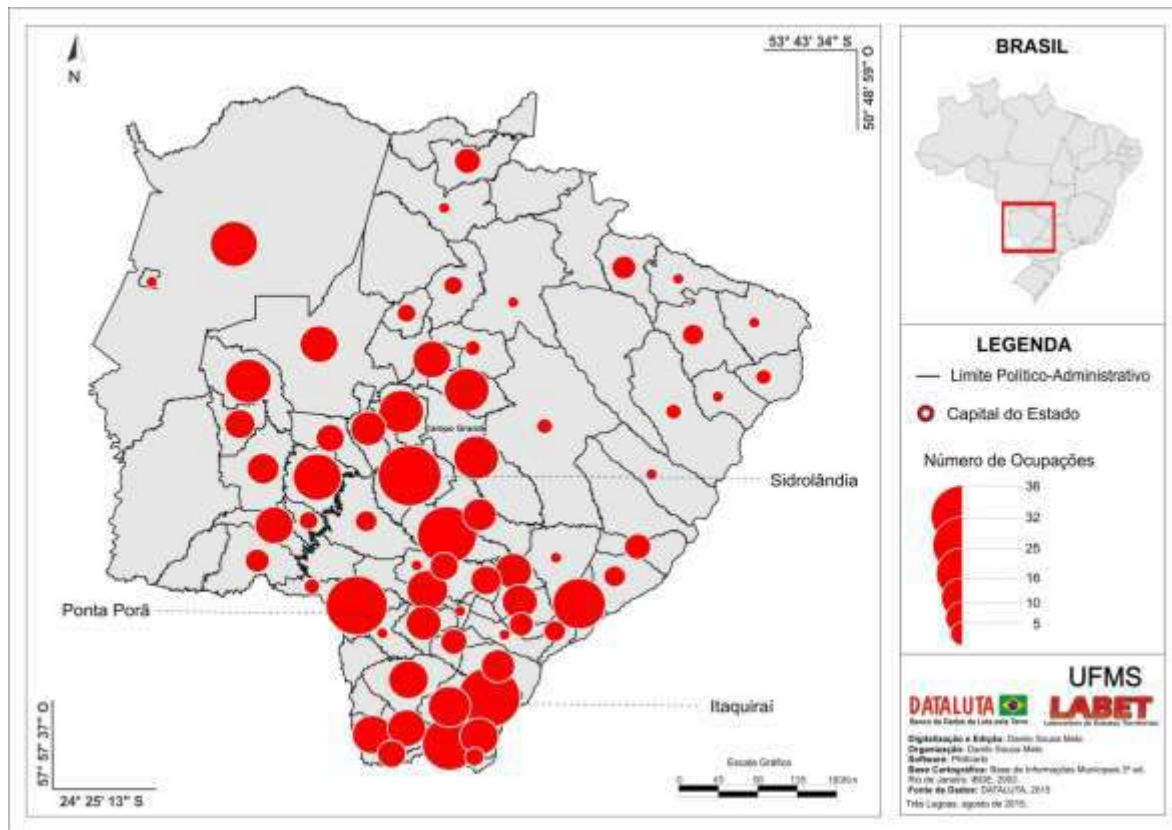
pois exclui da lista do benefício da reforma agrária o indivíduo envolvido em ocupações de terra. Desse modo;

Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária [...]. (BRASIL, 2001).

A criminalização das ocupações, somada a realização da Reforma Agrária de forma inexpressiva nos governos Lula e Dilma, resultou na diminuição das ocupações e do número de famílias engajadas nestas ações. Oliveira (2015) corrobora desconstruindo os números da Reforma Agrária dos governos citados. Assim

O governo Lula no primeiro mandato diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentou apenas 150 mil famílias em novos assentamentos. A diferença ficou com a velha matemagia do Incra que soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos, etc. No segundo mandato, o governo Lula afirmou que assentou 232 mil famílias, entretanto, assentou apenas 65 mil. O governo Dilma no primeiro mandato garante ter assentado 105 mil famílias, todavia, assentou apenas e tão somente 31 mil famílias em assentamentos novos. (p.29).

No quadro geral, as ocupações entre os anos de 1988 a 2014 localizaram-se, principalmente, na região Centro-Sul do estado, como apresenta o mapa 2, com destaque para os principais municípios onde ocorreram ocupações nos últimos 30 anos: Sidrolândia (36 ocupações), Itaquiraí (35 ocupações) e Ponta Porã (34 ocupações).

Mapa 2 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra (1988-2014)

As ocupações localizadas na região Sul do estado são em sua maioria resultado da luta indígena, esta, por sua vez, tem sido a principal luta no campo em Mato Grosso do Sul nos últimos anos (2005-2014).

A ascensão da luta indígena resultou na alteração do protagonismo da luta pela terra em MS e no Brasil, como indica Porto-Gonçalves (2015 p.97).

No Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária. Elas estão no caminho e são vistas como obstáculos ao progresso, pelas forças que se autodenominam progressistas do agronegócio, do hidronegócio, do ecomércio da financeirização da natureza, da mineração, da construção civil.

Para compreender a ascensão da luta indígena em Mato Grosso do Sul se faz necessário discutirmos os processos de ocupação do território sul-mato-grossense e seus desdobramentos nos conflitos fundiários na atualidade.

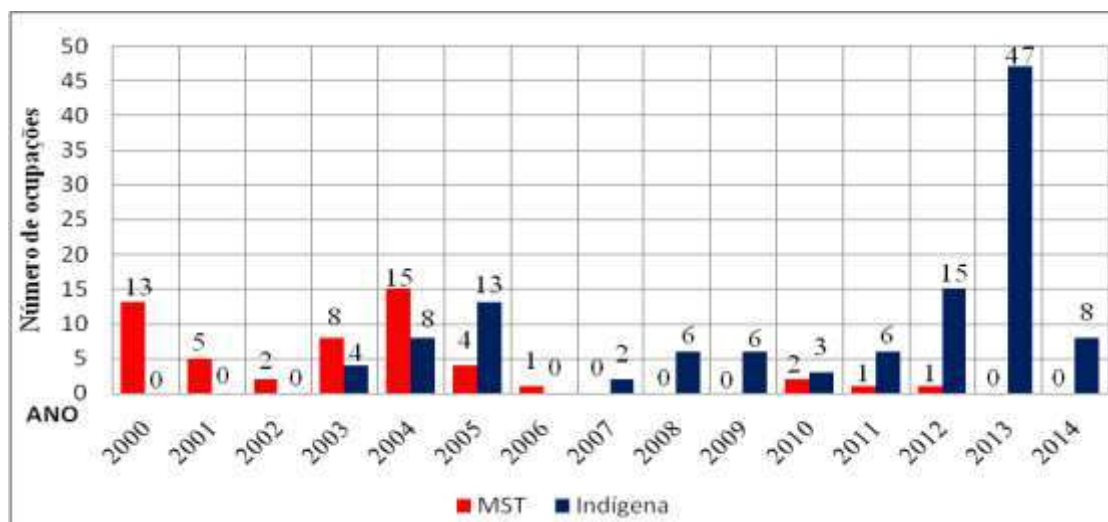
O protagonismo da luta pela terra na atualidade

O atual contexto da questão agrária e o decréscimo das ações do MST, motivada pela paralisação da Reforma Agrária, refletiram no número de ocupações de terras como apresentamos e discutimos anteriormente. No período de decréscimo das ocupações é possível observamos a ascensão da luta indígena no levante das ações pela retomada dos territórios tradicionais. O crescente número de ocupações de terras por indígenas resultou na mudança do protagonismo em MS (gráfico 2⁷).

De acordo com os dados apresentados no gráfico 2, o protagonismo da luta pela terra nos últimos anos (2000 a 2014), em Mato Grosso do Sul, é dividido entre MST e os movimentos indígenas. No primeiro período (2000 a 2004), o MST foi o principal movimento na organização das ocupações no estado, com 13 ocupações, em 2000, e 15 ocupações no ano de 2004.

A partir de 2004 até 2012, os movimentos indígenas assumiram o protagonismo da luta pela terra em MS, liderando o número de ocupações (retomadas), como pode ser observado no gráfico 3. No gráfico, observamos que, a partir de 2005, o número de ocupações indígenas (13) foi mais expressivo em relação ao MST, passando de 15 ocupações, em 2012, e chegando a 47, no ano de 2013.

Gráfico 3 - Mato Grosso do Sul: ocupações do MST e movimento indígena (2000 a 2014)



Fonte: DATALUTA. (Organizado pelo autor)

⁷ Para construção do gráfico 2 foram utilizados apenas dados referentes a ocupações realizadas pelo MST e movimento indígena, pelo fato destes serem os principais movimentos em MS.

A mudança no protagonismo da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, quando mapeada, apresenta os principais municípios com registro de ocupação indígena. No mapa 3, é possível observar a concentração das ocupações indígenas nas regiões Oeste e Centro-Sul de MS, regiões onde os territórios indígenas foram mais atingidos pela política fundiária e o avanço do agronegócio. O mapa apresenta os principais municípios em Mato Grosso Sul com maior ocorrência de ocupações indígenas, com destaque para Japorã (19 ocupações), Corumbá (14 ocupações) e Miranda (11 ocupações).

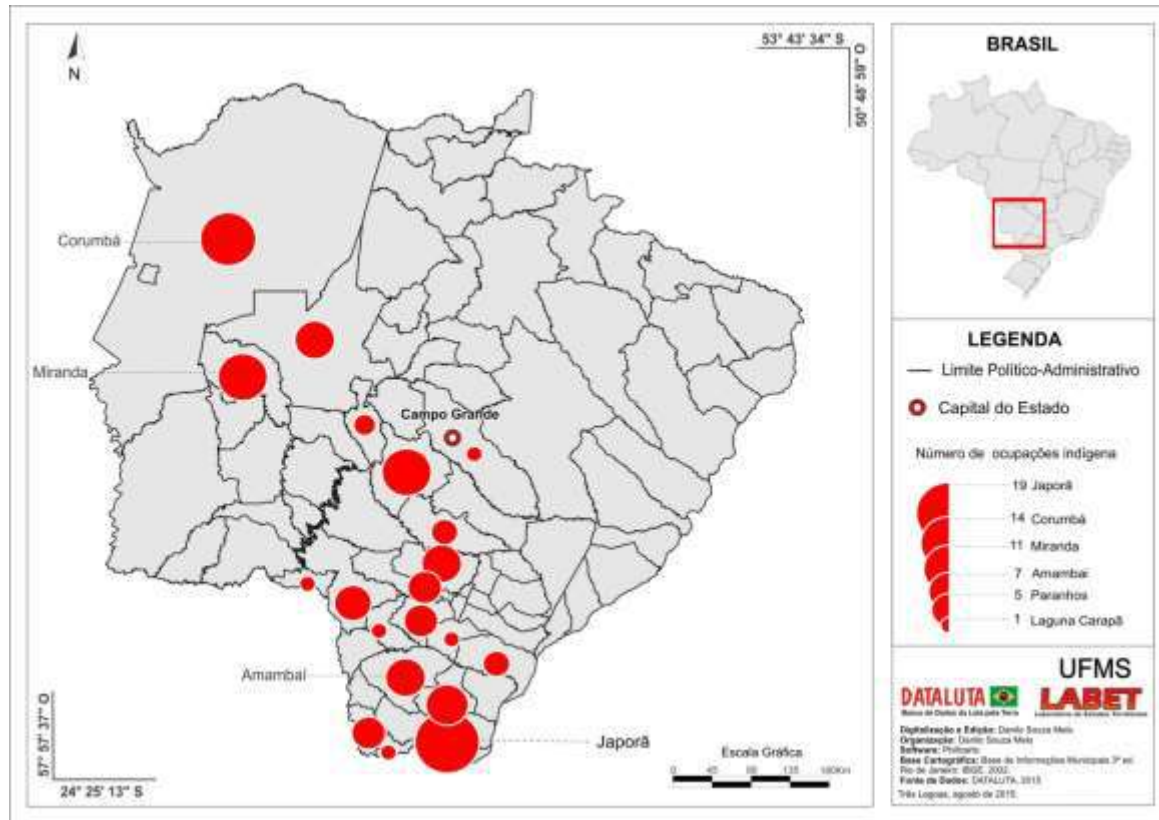
As 19 ocupações no município de Japorã são resultado da luta pela terra indígena Porto Lindo e de outros territórios ainda não demarcados. Assim, “há a Terra Indígena Porto Lindo, regularizada para os Guaraní Ñandeva e outras reivindicadas (Mocajá e Vitoi Kuê, em estudo; Yvy-Katu, declarada).”(NARDOQUE E MELO, 2016, p.5).

Em segundo lugar, no número de ocupações indígenas, o município de Corumbá possui o registro de 14 ocupações de terras realizadas por indígenas resultantes da luta dos índios Kadiwéu, principalmente no ano de 2012. Os índios Kadiwéu lutam por uma área homologada pela Justiça desde 1984, mas enfrenta problemas burocráticos por sua localização entre Corumbá e Porto Murtinho.

Em Miranda, houve 11 ocupações indígenas pela retomada dos territórios da etnia Terena. Cabe destacar que o município possui a terceira maior população indígena do estado com 6.475 pessoas, segundo os dados do censo indígena do IBGE em 2010.

Na região onde se concentram as ocupações indígenas há forte presença do agronegócio latifundiário, segundo Nardoque e Melo (2016),

A partir dos anos 1980 houve expansão dos cultivos de soja, sobretudo para exportação e, mais recentemente, os monocultivos de cana espraíram-se pela região em decorrência da territorialização do capital proveniente do setor sucroenergético, distribuindo-se, nesta região, 19 usinas, de acordo a Associação de Produtores de Bionergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), justamente em muitas das áreas reivindicadas pelos Guaraní Kaiowá e Ñandeva como seus territórios tradicionais, seus Tekohás.(p.10).

Mapa 3 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra realizada por indígenas (2000-2014)

A ascensão da luta indígena em MS é resultado da resistência histórica destes povos à invasão de seus territórios, acentuada atualmente pelo avanço dos plantios de soja e cana. O estado de MS, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui a segunda maior população indígena do Brasil com mais de 77 mil pessoas vivendo em reservas ou abandonados nas periferias das cidades.

A questão indígena em MS, como parte da questão agrária, está relacionada ao processo de “ocupação” do estado. Nesse processo, o Estado brasileiro foi o principal ator, criando, alterando e revogando leis e decretos com objetivo de atrair contingentes populacionais para a região, assim como atividades econômicas. Logo, quando não assassinados ou escravizados, os povos tradicionais foram confinados em reservas com o objetivo de “limpar a terra” para o desenvolvimento da agricultura capitalista.

Um exemplo foi o controle da Companhia Matte Laranjeira sobre a exploração dos ervais na região Centro-Sul do estado, concedida após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ao controlar as terras ervateiras, a Companhia procurou implantar a política de “espaços

vazios”, contanto com polícia própria, dizimando a população indígena presente na área e impedindo a ocupação das terras por pequenos proprietários ou posseiros (GUILLEN, 1999; MORENO, 1994).

[...] A manutenção de uma política de “espaços vazios” tornou-se uma estratégia vital para a Companhia, facilitando o controle e a vigilância sobre os ervais e as formas de trabalho, baseadas na escravidão por dívida. Como dispositivo disciplinar, possuía a Companhia uma polícia própria, os comitiveiros, que se encarregavam de expulsar quem se instalasse em seus domínios, bem como recapturavam trabalhadores fugidos dos ervais. (GUILLEN, 1999, p.150/151).

Implantada em territórios indígenas, a companhia quando não os expulsavam, utilizavam-nos como mão de obra nos ervais.

As concessões feitas a Cia. Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o engajamento de índios Kaiowá e Guarani. (BRAND; FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.31).

Os povos indígenas da região Centro-Sul de MS, expulsos de seus territórios (tekoha), sofreram com a exploração violenta de sua mão de obra. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, agravou a situação dos indígenas no Sul do antigo Mato Grosso ao criar reservas indígenas que contribuíram para a “limpeza” da terra liberando espaços para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, como afirmam Siqueira e Souza (2005).

Na realidade, a intenção desse órgão oficial, SPI, com a demarcação dessas porções de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani era aldeá-los e assim liberar terras para o “progresso” de alguns brasileiros, levando estas populações a um processo conhecido na literatura como confinamento. (p.7)

A violência contra os territórios de populações indígenas continuou com a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Como uma das ações do Estado brasileiro na chamada “Marcha para o Oeste”, durante o Estado Novo (1937 a 1945), a CAND tinha por objetivo “ocupar” e controlar a região de fronteira além de atrair trabalhadores de outras regiões do país que sofriam com problemas sociais.

Nesse sentido Becker (1990, p.11) afirma,

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por suas vez,

torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle.

A ocupação da fronteira, para Martins (1997, p.09/10), apresenta dois lados perversos:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura [...]. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é.

A instalação da Colônia Agrícola de Dourados marcou o início de uma longa e difícil luta indígena pela manutenção e retomada de seus territórios na região dos atuais municípios de Angélica, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Vicentina e Glória de Dourados. Desta maneira,

[...] não se tem conta que essa Colônia estava sendo implantada em pleno território indígena, atingindo em cheio diversas aldeias Kaiowa. Confrontavam-se os índios, agora com colonos em busca de propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total. (BRAND, FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.33).

Assim, a questão indígena envolve a luta pelo tekoha, pela retomada e reconhecimento de seus territórios e suas culturas dentro do contexto da agricultura capitalista e a produção de monoculturas (soja e cana-de-açúcar).

No que diz respeito aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, os guaranis vêm lutando pela recuperação de seus territórios desde a década de 1970. Os acampamentos nas rodovias ou ocupações em propriedades onde se localiza seu tekohá têm sido a principal forma de luta. Dos enfrentamentos e das precárias condições de vida, muitas mortes, agressões e violências os tem acometido, evidenciando a forma com que a questão agrária é tratada no Estado. (MIZUSAKI, 2014, p.99).

A concentração fundiária é outra característica da região com luta indígena. Por exemplo, em Japorã a concentração fundiária é marcante, como demonstra a tabela 2. A tabela com os dados do INCRA sobre imóveis rurais revela que apenas 6 imóveis com tamanho igual ou superior a 1.000 hectares ocupam 59,32% da área rural do município, enquanto 91,3% dos imóveis, com tamanho até 200 hectares, ocupam 26,76% da área total.

Tabela 2 – Japorã (MS): estrutura fundiária – 2014

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	189	91,3%	7.869,30	26,76%
200 a menos de 500	10	4,84%	2.869,90	9,76%
500 a menos de 1000	2	0,96%	1.222,99	4,16%
Acima de 1000	6	2,9%	17.447,73	59,32%
Total	207	100%	29.409,92	100%

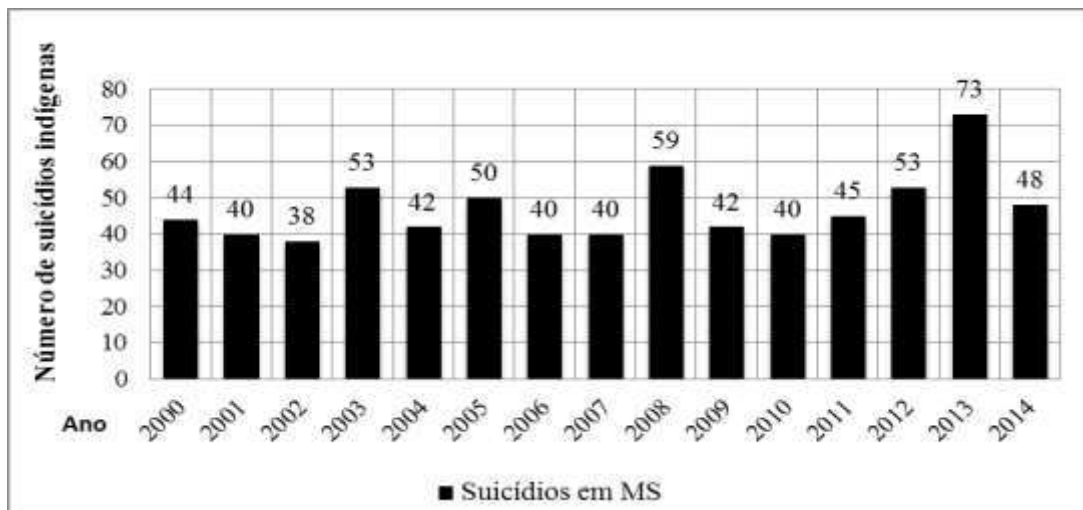
Fonte: INCRA/SNCR – 2014

A concentração fundiária em Japorã é reflexo da mesma situação no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, entendemos a questão indígena como parte da questão agrária, sendo resultado dos processos de apropriação capitalista da terra e de desenvolvimento do capital no campo.

Nessa disputa entre indígenas e capitalistas nos campos sul-mato-grossenses, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 15 assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2000 e 2014. No mesmo período, a CPT registrou ainda 19 tentativas de assassinatos contra índios, todos envolvendo a posse e a luta pela terra.

Outra estatística assombrosa é a do número de suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul (gráfico 4), registrados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No gráfico 4 observamos a ocorrência de 707 suicídios indígenas em MS, no período de 2000 a 2014, com destaque para o ano de 2013, com 73 suicídios.

Gráfico 4 - Mato Grosso do Sul: Número de suicídios indígena (2000-2014)



Fonte: CIMI-2015. (Organizado pelo autor)

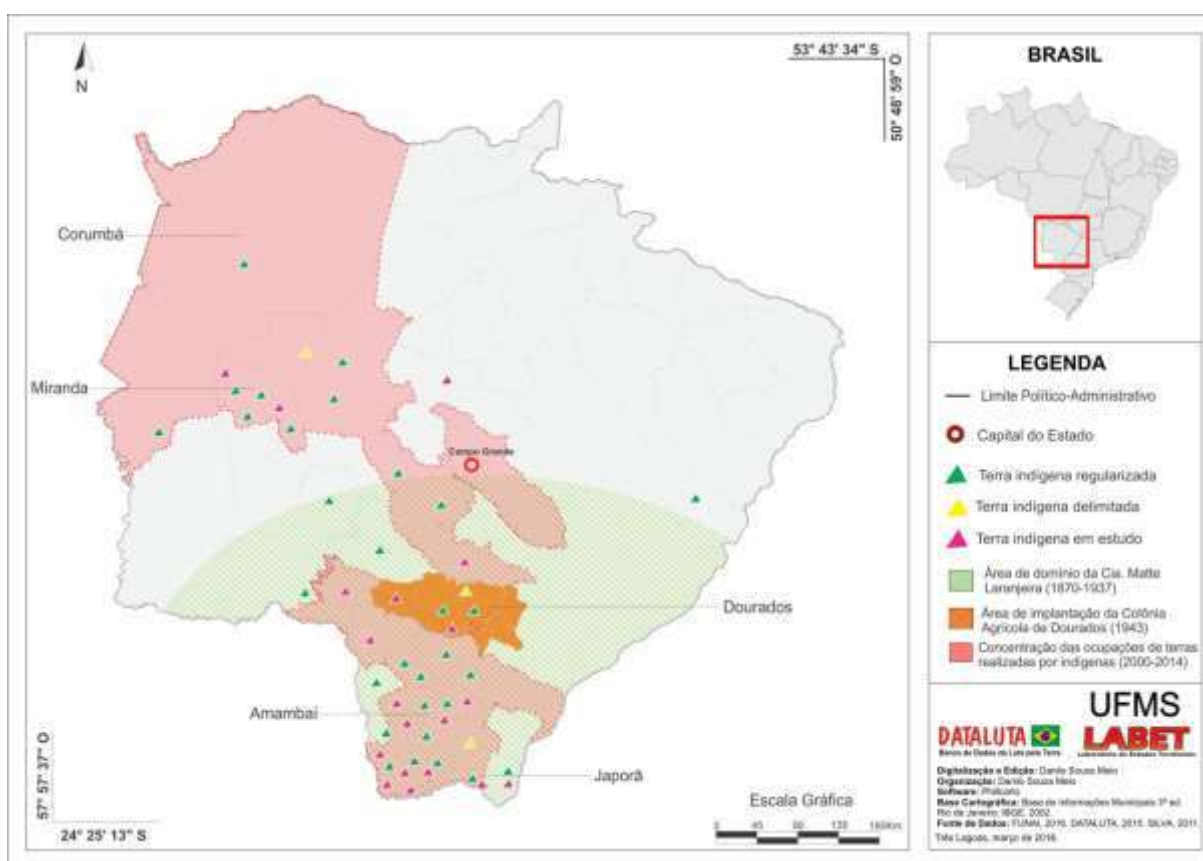
Cartografando os principais processos que resultaram na luta indígena, chegamos ao mapa da questão indígena em Mato Grosso do Sul (mapa 4). A presença de terras indígenas demarcadas, principalmente na região Sul do estado, ressalta a existência dos

territórios indígenas e a luta pelo reconhecimento de outros territórios apontados no mapa como terra indígena delimitada e terra indígena em estudo.

Segundo a FUNAI, são terras indígenas delimitadas aquelas que tiveram os estudos aprovados, com conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, se encontrando em fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena. Já as terras indígenas em estudo estão em processo de análise antropológica, histórica, fundiária, cartográfica e ambiental, para fundamentar a identificação e a delimitação da terra indígena.

As ocupações de terras realizadas por indígenas apresentam concentração nas regiões onde ocorreu o domínio da exploração da erva mate e onde houve a colonização dirigida pelo Estado. Desta maneira o mapeamento dos principais fatores da questão indígena explica a concentração da luta indígena nos municípios de Japorã, Corumbá, Miranda e Amambai.

Mapa 4 – Mato Grosso do Sul: Questão indígena



O mapa 3 sintetiza a questão indígena em Mato Grosso do Sul e revela como os conflitos atuais estão relacionados a processos históricos de ocupação do estado. É

importante destacar que a área com concentração de ocupações indígenas localiza-se em regiões com terras indígenas em processo de estudo e delimitação. No entanto,

Como a legislação brasileira permite o contraditório, mesmo que o direito ancestral seja reconhecido, os fazendeiros-capitalistas e os capitalistas-fazendeiros oferecem mecanismos dificultadores para a homologação e regulamentação das terras indígenas, principalmente alegando possuírem títulos com cadeias dominiais de princípios do século XX, emitidos pelo Estado brasileiro. Outra alegação, baseia-se no mito do “desenvolvimento”, baseado na produção agropecuária e na geração de renda e empregos. (NARDOQUE e MELO, 2016, p.8).

Assim, justificam-se as ações indígenas como objetivo de pressionar o Estado e cobrar a agilidade dos processos de demarcação e reconhecimento de seus territórios. Essas ações tendem a crescer na medida que se intensifica a agricultura capitalista sobre os territórios indígenas e a inércia do Estado brasileiro no reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

Considerações finais

A política fundiária aplicada pelo Estado brasileiro foi fundamental para a região Centro Sul de MS se tornar conflituosa, pois permitiu a posse e a concentração fundiária criando as bases para o desenvolvimento da propriedade capitalista no campo, via expansão do agronegócio. Nesse processo, houve agravamento da desigualdade social com a expropriação de posseiros, camponeses e povos tradicionais da terra e trabalhadores sem terra de outras regiões, atraídos pela ilusória possibilidade de acesso a terras na região.

Este grupo de trabalhadores e povos tradicionais engajados ou não em movimentos socioterritoriais lutam pela conquista da terra e retorno de seus territórios, por meio de ocupações. As ocupações no período de 1988 a 2014 apresentaram os maiores índices entre os anos de 1998 e 2000 e redução nos anos seguintes.

Após 30 anos da ocupação em Santa Idalina, o MST permanece como o movimento social mais organizado em Mato Grosso do Sul. Em sua trajetória no estado é possível verificar mudanças de luta, variando entre períodos de maior pressão popular e outros com poucos números de ações. Em suas lutas o movimento vai se transformando com os erros e acertos aperfeiçoando suas estratégias, assim

[...] a atuação de um movimento social não se desenvolve de forma linear, pode incluir avanços e retrocessos, bem como descontinuidades. O movimento social vai se criando a partir da luta, de encontros e

desencontros, de conflitos externos, mas também de conflitos internos ao próprio movimento e à sua base de sustentação. (MARQUES, 2006, p.190).

É inegável a importância do MST na luta pela terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no entanto, o movimento perdeu momentaneamente o protagonismo da luta no estado no período dos governos Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014) em que a política de Reforma Agrária esteve paralisada. O aumento das ações organizadas por indígenas para a retomada de seus territórios tradicionais aumentaram de proporção a partir do ano de 2005, período no qual se verifica também o aumento do número de assassinados de índios e suicídios indígenas.

Desta maneira, o protagonismo da luta pela terra se alterou em Mato Grosso do Sul, concentrando as ocupações de terra nos municípios de Japorã, Corumbá e Miranda. Todavia, as ocupações indígenas não são resultado da estratégia de um movimento único no Estado, estas ações resultam de lutas de diferentes povos tradicionais em busca do retorno ao seu território.

A perspectiva para o campo sul-mato-grossense é de acirramento da luta indígena, podendo ainda haver um levante das ações do MST de acordo com um novo cenário político e econômico e a não Reforma Agrária. O Estado brasileiro responsável por parte da expropriação de camponeses e indígenas deve retomar os processos de desapropriação de terras para Reforma Agrária e agilizar as demarcações de terras indígenas.

Estas ações implicarão na redução de conflitos no campo. No entanto, apenas a redistribuição de terras não é o suficiente, é necessária assistência do Estado e políticas que apoiem a geração de renda e redução da desigualdade social no campo.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Por esses mortos, nossos mortos, peço castigo. **Boletim DATALUTA**, n.66, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jun. 2013.

ALMEIDA, Rosemeire A de, KUDLAVICZ, Mieceslau, SILVA, Tânia Paula da. Agropecuária e transformações territoriais em mato grosso e mato grosso do sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios, 1ª edição, São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de Maio de 2000.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.109-52 de 24 de maio de 2001.

BRAND, Antônio Jacó. FERREIRA, Eva Maria Luiz. AZAMBUJA, Fernando de. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.27-51.

Conselho Indígena Missionário – CIMI. Número de Suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:< <http://www.cimi.org.br>>. Acesso em 12 de fev.2016.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992):** a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (mimeografado) Campo Grande. 1994.

Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. Ocupações em Mato Grosso do Sul. Dados Consolidados 2014.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 59, nº18. 356, 29 fev. 2012.

FABRINI, João E.. A posse e concentração de terra no sul de mato grosso do sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo**. 207f. Dissertação (mestrado em geografia), FFLCH, USP, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. 316 f. Tese (doutorado em geografia), FFLCH, USP, 1999.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, P.59-86. nº 15. 2000.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. Washington – DC. 2001. Disponível em:< <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardoPort.pdf>>. Acesso em 13 de mai. 2014.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA** – Ano 8, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo:Expressão Popular, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2008.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Fase, Vozes, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1999: 148-168p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.1981.

_____. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Relação Estado e MST: algumas fases e faces**. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedioao/lr184-196.pdf>> Acesso em: 10 de jan. 2016

MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2014.

MIZUSAKI, Márcia Y. Questão Agrária e Disputas Territoriais em Mato Grosso do Sul: Novos Conteúdos, Velhas Práticas. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

MORENO, Gislaene. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo. 1994.

_____. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

MOTA, J. M. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.

NARDOQUE, Sedeval. MELO, Danilo Souza. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA** p.1-12, Jan, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P.(Ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

_____. **A geografia e os movimentos sociais.** São Paulo: USP (digitado), 2007.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo-Território:** revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **Actas: XII Colóquios de Geocrítica.** Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. 2012. Acesso em: 22 fev. 2014.

_____. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta In: Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo 2015.** Goiânia, 2015, p. 28-42.

PEDON, Nelson R. **Movimentos socioterritoriais no Brasil:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240f. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos, W. CUIN, Danilo P. LEAL, Leandro T. SILVA, Marlon, N. **Bye bye Brasil, aqui estamos:** a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo 2015.** Goiânia, 2015, p. 86-98.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Editora Expressão Popular, 2012.

SIQUEIRA, Eranir, M de. SOUSA, Neimar M de. A atuação do serviço de proteção ao índio e a história dos guarani/kaioiwá. (Anais) ANPUH – **XXIII Simpósio Nacional de História.** Londrina, 2005. 8 p.

Recebido para publicação em 27 de março de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2017.

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai¹

Camila Ferracini Origuéla

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Lorena Izá Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, no contexto da questão agrária brasileira e paraguaia, a luta pela terra e os movimentos socioterritoriais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federación Nacional Campesina (FNC). Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e análise dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATAUTA) Brasil e Paraguai. Concluímos que ambos os países apresentam semelhanças no que se refere à luta pela terra e aos espaços construídos pelos movimentos socioterritoriais no âmbito deste processo. Historicamente, as lutas pela terra se desenvolviam de maneira espontânea e em escalas local e regional. A partir da década de 1980, com a constituição de movimentos socioterritoriais, a luta pela terra adquiriu caráter nacional e as ocupações de terra e manifestações se constituíram como as principais formas de luta pelo acesso a terra, pela permanência na terra, pelo desenvolvimento dos territórios camponeses e contra o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio.

Palavras-chave: Questão agrária; luta pela terra; movimentos socioterritoriais; Brasil; Paraguai.

Agrarian question, the struggle for land and socio-territorial movements in Brazil and Paraguay

Abstract

The aim of this paper is to analyze, in the context of the Brazilian and Paraguayan agrarian question, the struggle for land and socio-territorial movements, especially the Landless Workers' Movement (MST) and the Federación Nacional Campesina (FNC). The methodological procedures consisted of a literature review and analysis of the Fight for Land Database (DATAUTA) Brazil and Paraguay. We conclude that both countries have similarities in relation to the struggle for land and spaces built by socio-territorial movements

¹ As análises apresentadas neste artigo são produtos de duas pesquisas de mestrado, uma finalizada em 2014, financiada pelo CNPq e intitulada "Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013" e a outra em desenvolvimento desde 2015, financiada pela FAPESP e intitulada "A aquisição de terras paraguaias por brasileiros e argentinos: impactos e resistências".

in this process. Historically, land struggles were developing spontaneously and at local and regional scales. From the 1980s, with the establishment of socio-territorial movements, the struggle for land acquired national character and land occupations and demonstrations constituted as the main forms of struggle for access to land, the sojourn on earth, for the development of territories peasants and against the current agricultural development model, agribusiness.

Keywords: agrarian question; struggle for land; socio-territorial movements; Brazil; Paraguay.

Cuestión agraria, la lucha por la tierra y los movimientos socio-territoriales en Brasil y Paraguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar, en el contexto de la cuestión agraria de Brasil y Paraguay, la lucha por la tierra y los movimientos socio-territoriales, especialmente Movimiento de los Sin Tierra (MST) y la Federación Nacional Campesina (FNC). Los procedimientos metodológicos consistieron en una revisión y análisis de la Lucha por la Tierra Base de Datos (DATAUTA) Brasil y Paraguay literatura. Llegamos a la conclusión de que ambos países tienen similitudes en relación con la lucha por la tierra y los espacios construidos por los movimientos socio-territoriales en este proceso. Históricamente, las luchas por la tierra estaban desarrollando de manera espontánea y en escalas locales y regionales. Desde la década de 1980, con la creación de movimientos socio-territorial, la lucha por la tierra adquirió ocupaciones y manifestaciones de carácter nacional y de la tierra constituyen como las principales formas de lucha para el acceso a la tierra, la estancia en la tierra, para el desarrollo de los territorios campesinos y contra el modelo de desarrollo actual de la agricultura, la agroindustria.

Palabras-clave: cuestión agraria; lucha por la tierra; movimientos socio-territoriales; Brasil; Paraguay.

Introdução

A luta pela terra é um problema histórico-estrutural intrínseco à formação dos territórios-nações e ao desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção no campo (ORIGUÉLA, 2014). Entre os séculos XIX e XX, as lutas camponesas pela terra se desenvolviam espontaneamente em escalas locais ou regionais. Com o surgimento de movimentos socioterritoriais na década de 1980 tanto no Brasil como no Paraguai, a luta pela terra adquiriu características político-geográficas e as ocupações de terra e manifestações despertaram como as principais formas de luta pelo acesso a terra, pela permanência na terra, pelo território, possibilitando a (re)criação do campesinato. Partindo destes pressupostos, o objetivo deste artigo é analisar, no contexto da questão agrária brasileira e paraguaia, a luta pela terra e os espaços construídos pelos movimentos

socioterritoriais neste processo, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federación Nacional Campesina (FNC).

Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e análise dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA) Brasil e Paraguai. O DATA LUTA Brasil reúne dados sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações do campo e estrangeirização de terras. O DATA LUTA Paraguai reúne dados sobre ocupações de terra, movimentos socioterritoriais, manifestações do campo e estrangeirização de terras. O DATA LUTA Paraguai está em processo de construção, por isso os dados sobre ocupações de terra e manifestações correspondem ao período de 2000 a 2015, diferente do DATA LUTA Brasil com dados sobre ocupações de 1988 a 2014 e manifestações do campo de 2000 a 2014. Como os dados do DATA LUTA são sistematizados, sobretudo, a partir de fontes secundárias, mais especificamente fontes de jornais, no caso do Paraguai a maior dificuldade é ter acesso a estes dados, visto que, apesar dos intensos conflitos agrários no país, os meios de comunicação quase não os divulgam.

O artigo está dividido em três tópicos, além da introdução e considerações finais. No primeiro tópico discutimos a construção do conceito de movimento socioterritorial a partir de uma leitura geográfica. No segundo tópico, estudamos no contexto da questão agrária brasileira as diferentes lutas pelo acesso a terra, com destaque para a luta pela terra protagonizada pelos movimentos socioterritoriais a partir das décadas de 1980 e 1990, sobretudo o MST. No terceiro tópico, analisamos a partir da questão agrária paraguaia as lutas pela terra e permanência na terra dos movimentos socioterritoriais, principalmente do FNC. Concluimos que ambos os países apresentam semelhanças no que se refere à luta pela terra e movimentos socioterritoriais. Historicamente, as lutas pela terra eram espontâneas e ocorriam em escalas local e regional. A partir da década de 1980, com a constituição de movimentos socioterritoriais, as ocupações de terra e as manifestações se constituíram como as principais formas de luta pela terra, pela permanência na terra, pelo desenvolvimento dos territórios camponeses e contra o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio.

Movimentos socioterritoriais: uma leitura geográfica

No Brasil, a partir da década de 1970, em um contexto de transformações econômicas, políticas e sociais, estabeleceu-se o processo de renovação da geografia através da inserção da abordagem marxista nas pesquisas sobre o espaço geográfico. Neste mesmo período, com a expansão dos movimentos sindicais, movimentos

camponeses e associações de moradores, assim como da conquista de espaços políticos para as suas reivindicações, aumentou o número de geógrafos interessados em estudá-los (PEDON, 2009). Os primeiros trabalhos na geografia sobre movimentos sociais se baseiam em concepções teórico-conceituais sociológicas, sobretudo nas obras de José de Souza Martins, Maria da Glória Gohn, Manuel Castells e Jean Lojkin (PEDON, 2009). Nas décadas de 1980 e 1990, alguns trabalhos construíram uma análise geográfica dos movimentos sociais, a exemplo de Viana (1980), Kahil (1985) e Souza (1988) (PEDON, 2009).

A sociologia, por intermédio do conceito de movimento social, analisa a organização, as relações, a transformação ou extinção de sujeitos sociais coletivos. Não existe nesta área do conhecimento uma preocupação com os processos geográficos construídos pelos movimentos no decorrer das suas lutas (MARTÍN, 1997). É a partir desta inquietação que os autores Martín (1997), Fernandes e Martín (2004), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013) propõem a partir de uma leitura geográfica dos movimentos a composição dos conceitos movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Os autores compreendem que ao realizarem análises sobre os tipos de espaços e de territórios produzidos e conquistados pelos movimentos através de suas ações, estão construindo uma leitura diferente dos sociólogos, visto que são métodos de estudo diferenciados (FERNANDES e MARTÍN, 2004). Compreendemos, assim como Santos (1996, p. 70), que os “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas em outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Os movimentos socioespaciais são aqueles que possuem o espaço como trunfo (MARTÍN, 1997). São movimentos que se desenvolvem a partir de ações centradas no espaço. Os movimentos socioterritoriais, assim como os socioespaciais, constroem espaços, todavia com o objetivo de conquistar territórios. O território é um trunfo no movimento de enfrentamento e resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Deste modo, a composição de espaços e a sua transformação em territórios é imprescindível para a territorialização e, conseqüentemente, existência dos movimentos socioterritoriais. De acordo com Pedon (2009, s.n.) “as mobilizações sociais que possuem a conquista do território como objeto de luta, e que se inserem no quadro conflituoso da luta de classes no Brasil, são conceitualizados, sob uma perspectiva geográfica, como Movimentos Socioterritoriais”. É a partir da leitura geográfica de movimentos socioterritoriais que analisaremos a luta pela terra no Brasil e Paraguai, assim como os espaços produzidos pelo MST e FNC com o objetivo de conquistar frações do território.

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil

No período colonial o campesinato era um sujeito social precário, que circulava constantemente pelo território nacional e se reproduzia a partir da posse de terras que não estavam inseridas na lógica de apropriação das sesmarias (PAULINO, 2012). Neste ínterim, o campesinato se desenvolveu às margens do sistema escravocrata e era composto por mestiços, agregados das fazendas, excluídos do direito à herança e à propriedade (MARTINS, 1995). Com a Lei de Terras de 1850, segundo a qual a propriedade da terra só poderia ser adquirida mediante a compra e venda ou a doação do Estado, ocorreu o reconhecimento jurídico e institucional do campesinato, que se tornou um proprietário de terras, moderno e dependente do mercado capitalista (PAULINO, 2012). Neste contexto, o monopólio de classe circunscrito ao trabalho escravo se converte no monopólio de classe sobre a terra e o senhor de escravos se transforma no senhor de terras (MARTINS, 1995).

A partir do final do século XIX, com a expansão da produção cafeeira, a imigração europeia se tornou cada vez mais necessária. Entre os anos de 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que chegaram ao país eram de origem italiana e se constituíam enquanto mão de obra no campo (MONBEIG, 1984). No estado de São Paulo, por exemplo, os imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café eram denominados colonos e se reproduziam a partir do sistema de colonato, no qual os camponeses cultivavam os pés de café pertencentes aos fazendeiros e em troca produziam alimentos para autoconsumo próximo às fileiras de café. Até meados dos anos 1960, prevaleceu no espaço agrário brasileiro o padrão latifúndio-minifúndio de exploração da terra e o colonato (BOMBARDI, 2006). Neste mesmo período, a modernização da agricultura desencadeou, por um lado, a integração agricultura-indústria e, por outro lado, a exclusão, expropriação e (re)criação do campesinato, principalmente, na região Centro-Sul do Brasil.

A expansão do modo capitalista de produção na agricultura produz relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado e, contraditoriamente, relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar (MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 1991). Deste modo, o campesinato é destruído e (re)criado no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção na agricultura (OLIVEIRA, 1991). A agricultura capitalista e a agricultura camponesa determinam diferentes modelos de desenvolvimento da agricultura, o primeiro fundamentado na produção de *commodities* em larga escala para exportação e, o segundo, na produção familiar de alimentos para os mercados local, regional e nacional. Entretanto, a (re)criação do campesinato não rompe com a relação de produção dominante e os camponeses se encontram subalternos ao modo capitalista de produção através da renda da terra e aquisição de pacotes tecnológicos, como

sementes transgênicas e insumos químicos (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2008; ROOS, 2015).

É a partir destes diferentes contextos histórico-geográficos que os camponeses se (re)criam, reproduzem-se e lutam contra a exclusão e a expropriação e pelo acesso a terra. No Brasil, as lutas camponesas pela terra são intrínsecas aos processos de formação do território e de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e, mais recentemente, na cidade. As lutas pelo acesso a terra que eclodiram entre a abolição da escravidão (1888) e a ditadura militar (1964) podem ser classificadas em três tipos: a) lutas messiânicas (1888-1930), como a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916); b) lutas radicais, localizadas e espontâneas (1930-1954), como as lutas dos posseiros da rodovia Rio-Bahia, os conflitos por terra no Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo e a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957) em Goiás; c) lutas organizadas, com caráter ideológico e em escala nacional (1950-1964), com a constituição da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (MORISSAWA, 2001).

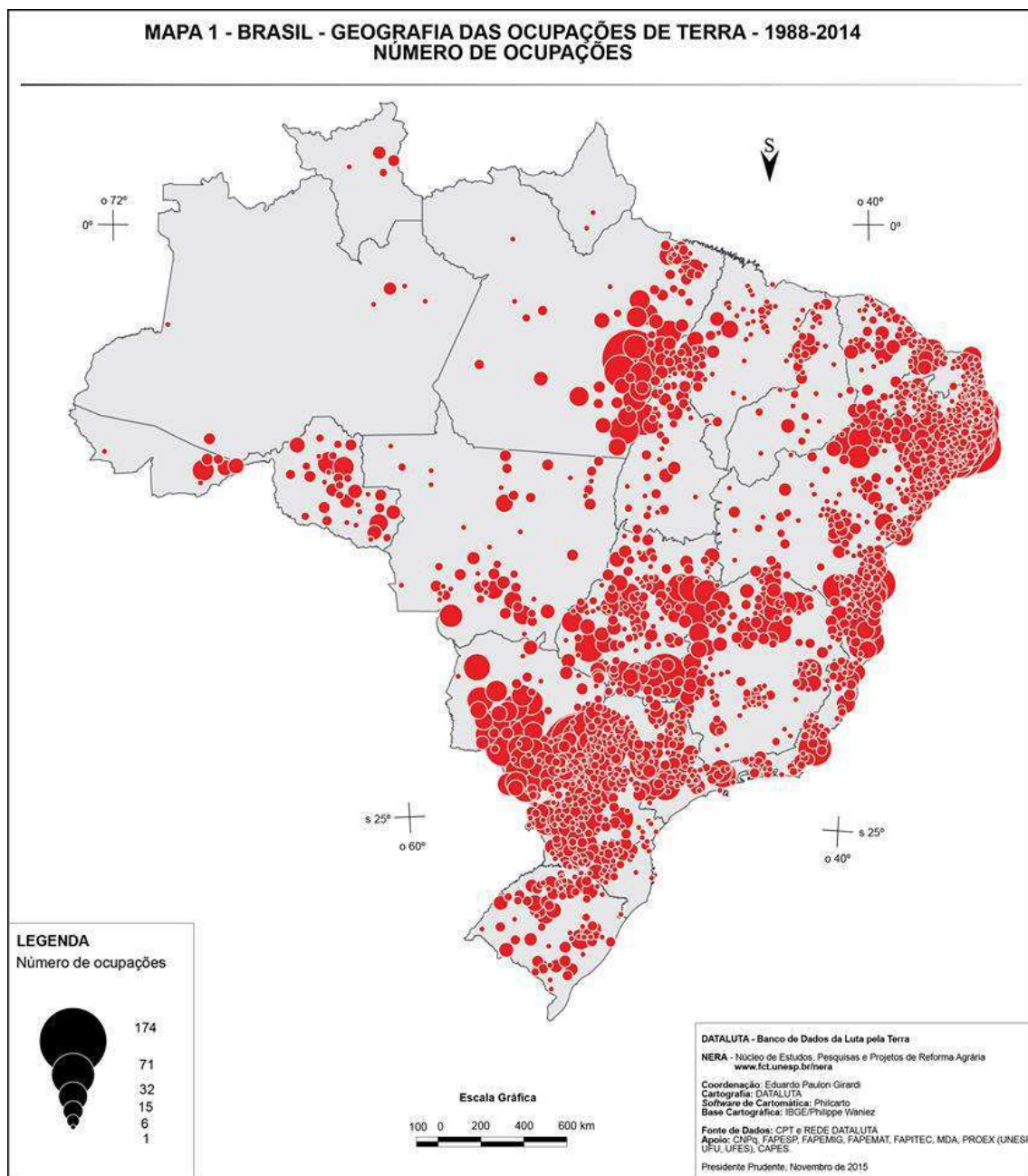
Com a instauração da ditadura militar (1964-1985), as lutas pelo acesso a terra e os movimentos camponeses em ascensão foram truculentamente reprimidos. Todavia, a partir do final da década de 1970, com o auxílio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os camponeses excluídos e expropriados pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura se organizaram política e espacialmente com o objetivo de conquistar porções do território brasileiro. É a partir deste contexto que em 1984 ocorre a composição do principal movimento socioterritorial de luta pela terra e reforma agrária do Brasil, o MST, no município de Cascavel, estado do Paraná. Com a organização política dos camponeses sem-terra e a constituição do MST, a luta pelo acesso a terra adquire novas características, como a emergência da ocupação de terras como a principal forma de se lutar pela terra e reforma agrária no país. Por conseguinte, o MST introduz uma nova etapa no processo histórico de luta pelo acesso a terra no Brasil: a político-geográfica (FERNANDES, 1996, 2000; FELICIANO, 2003).

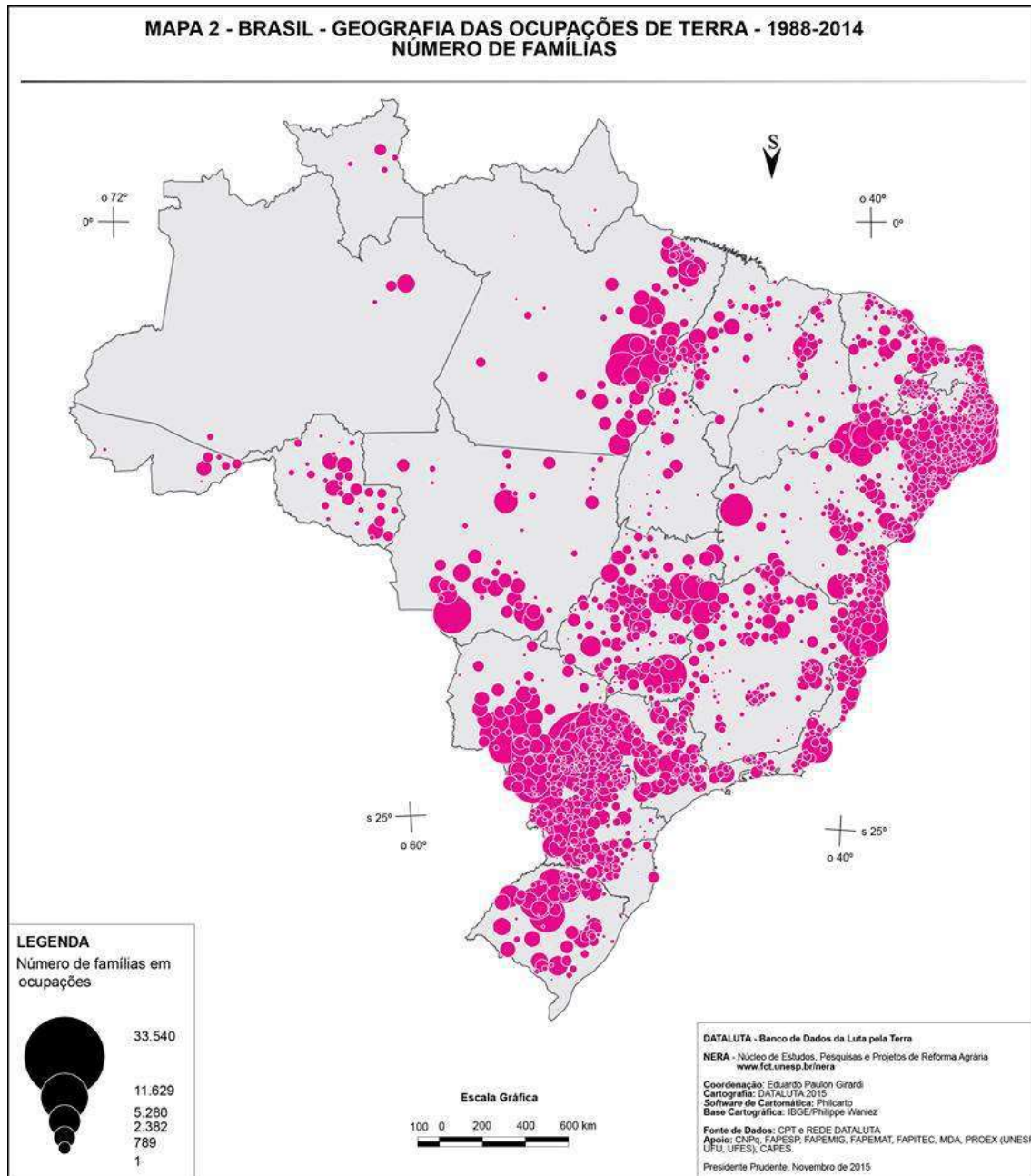
A composição do MST em escala nacional é compreendida a partir de três períodos distintos (FERNANDES, 2000; 2013). O primeiro período corresponde aos anos de 1978 a 1985, em que ocorreu a gestação e formação do MST sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. Neste momento, o MST definiu a sua forma de organização e as suas diretrizes políticas, adotando a ocupação de terra como a sua principal estratégia de luta pela terra e reforma agrária (FERNANDES, 2013). Posteriormente, entre 1985 e 1990, o MST se estabeleceu nas outras regiões do país e construiu uma estrutura organizativa alicerçada em coordenação, direção e secretaria nacional e em setores de atuação. O terceiro período, que teve início em 1990, caracteriza-se pela institucionalização do MST (FERNANDES,

2013). Com a consolidação do Movimento, das suas diretrizes e estrutura organizativa, houve a intensificação e massificação das ocupações de terra em diferentes regiões do país (FELICIANO, 2003; FERNANDES, 2013).

Nestas últimas décadas, a ocupação da terra tem se constituído como a principal estratégia de (re)criação do campesinato no Brasil (FERNANDES, 1996, 2000, 2008). A ocupação da terra possibilita a conquista de territórios e a (re)criação de relações de produção não capitalistas, baseadas na tríade terra, trabalho e família. De acordo com Fernandes (1996, 2000), a espacialização da luta pela terra através de ocupações de terra e acampamentos proporciona a sua territorialização com a implantação de assentamentos rurais, que se constituem enquanto territórios camponeses. A espacialização consiste em registrar no espaço através de ações concretas um processo de luta. Por sua vez, a territorialização se resume a conquista de porções do território, resultado da organização e ação dos camponeses (FERNANDES, 1996). A espacialização e territorialização da luta pela terra são fundamentais no processo de (re)criação do campesinato e na construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura alicerçado no modo de vida e produção camponês.

De 1988 a 2014, ocorreram 9.280 ocupações de terra com 1.275.847 milhões de famílias no Brasil (DATA LUTA, 2015). As macrorregiões Nordeste e Sudeste se destacam no número de ocupações de terra e famílias em ocupações, seguidas das regiões Centro-Oeste, Sul e Norte (ver mapa 1 e mapa 2). Na escala estadual, destacam-se São Paulo com 1.544 ocupações e 208.009 famílias e Pernambuco com 1.340 ocupações e 171.630 famílias, seguidos de Minas Gerais com 722 ocupações e 71.517 famílias, Bahia com 719 ocupações e 110.983 famílias e Paraná com 701 ocupações e 89.682 famílias. O MST é o movimento socioterritorial que mais organizou ocupações de terra, construiu acampamentos e conquistou assentamentos rurais no país. Além dele, outros 126 movimentos adotaram a ocupação como a principal estratégia de luta no período de 2000 a 2014.





O número de ocupações de terra oscila de acordo com o contexto político, econômico e social do país, as experiências de lutas vivenciadas pelos camponeses na espacialização e territorialização da luta pela terra e o projeto político dos movimentos socioterritoriais (ORIGUÉLA, 2014). Na década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais, a reestruturação das relações entre Estado e sociedade e a institucionalização do MST com o lema “ocupar, resistir e produzir”, intensificou-se o número de ocupações de terra, acampamentos e manifestações. No primeiro e segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), registrou-se 3.845 ocupações de terra com 567.924 famílias. Em consequência disto, o Estado criou 4.308 assentamentos rurais e assentou 461.503 famílias (DATALUTA, 2015).

Neste mesmo período, exacerbou-se a repressão da luta pela terra com o Massacre de Corumbiara em 1995 em Rondônia e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 no Pará, nos quais 10 e 21 sem terras foram brutalmente assassinados, respectivamente. Em 2000, o governo federal criou a Medida Provisória Nº 2.109-52 com o objetivo de inibir as ocupações de terra e desestruturar o MST, criminalizando a luta pela terra. Segundo a medida, o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou de ocupação motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado num período de dois anos a partir da sua desocupação e as famílias que participassem de ocupações de terra não poderiam ser assentadas. A partir deste contexto, o MST começou a ocupar as propriedades limítrofes às propriedades reivindicadas ou a erguer seus acampamentos na beira das estradas, em frente ou próximo à área demandada (FELICIANO, 2003). Ao invés de impedir a espacialização da luta pela terra, a medida provisória possibilitou a ascensão de novas estratégias de enfrentamento, evidenciando que as experiências de luta e resistência são construídas no âmbito da luta de classes.

Na década de 2000, principalmente a partir de 2003, com a ascensão do agronegócio enquanto alternativa na geração de saldos positivos na balança comercial, a eleição de um governo pós-neoliberal que elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária e a composição da seção brasileira da Via Campesina, o número de ocupações de terra aumentou significativamente. No primeiro e segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocorreram 3.804 ocupações de terra com 493.479 famílias. Com relação aos assentamentos rurais, foram criados 3.608 com 422.808 famílias (DATALUTA, 2015). Embora o número de ocupações de terra que ocorreram nos períodos 1995-2002 e 2003-2010 seja próximo, no último período houve a diminuição do número de assentamentos rurais criados. Uma das explicações para a queda deste número é a expansão do agronegócio no campo, que ao avançar sobre propriedades improdutivas, comprando-as ou as arrendando, ou terras públicas, grilando-as, impossibilita o processo de reforma agrária.

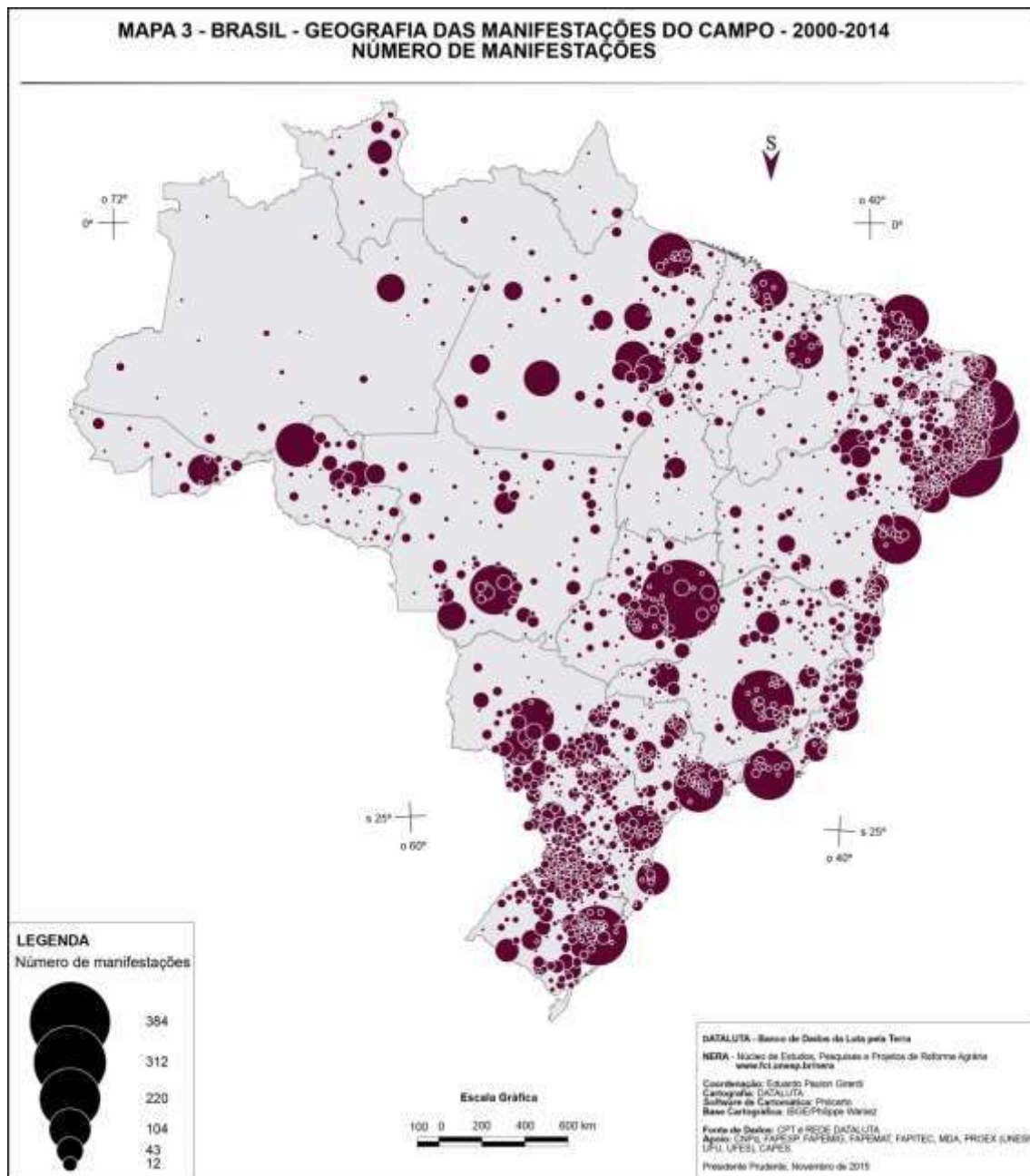
No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), ocorreram 970 ocupações de terra com 102.703 famílias e foram criados 512 assentamentos rurais com 39.136 famílias. Concomitantemente ao avanço do agronegócio no campo, houve a queda extraordinária do número de ocupações de terra e, conseqüentemente, de assentamentos rurais criados. Diante disto, um dos principais entraves à luta pela terra e reforma agrária na atualidade é a territorialização do agronegócio (FERNANDES, 2013; ORIGUÉLA, 2014), especialmente na região Centro-Sul do país - Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudeste de Goiás -, constituindo o polígono do agronegócio, que concentra 80% da produção de cana-de-açúcar, 30% da produção de soja

e parte significativa da produção de eucalipto, além de mais da metade das usinas de açúcar e álcool e as melhores terras agricultáveis do Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2010).

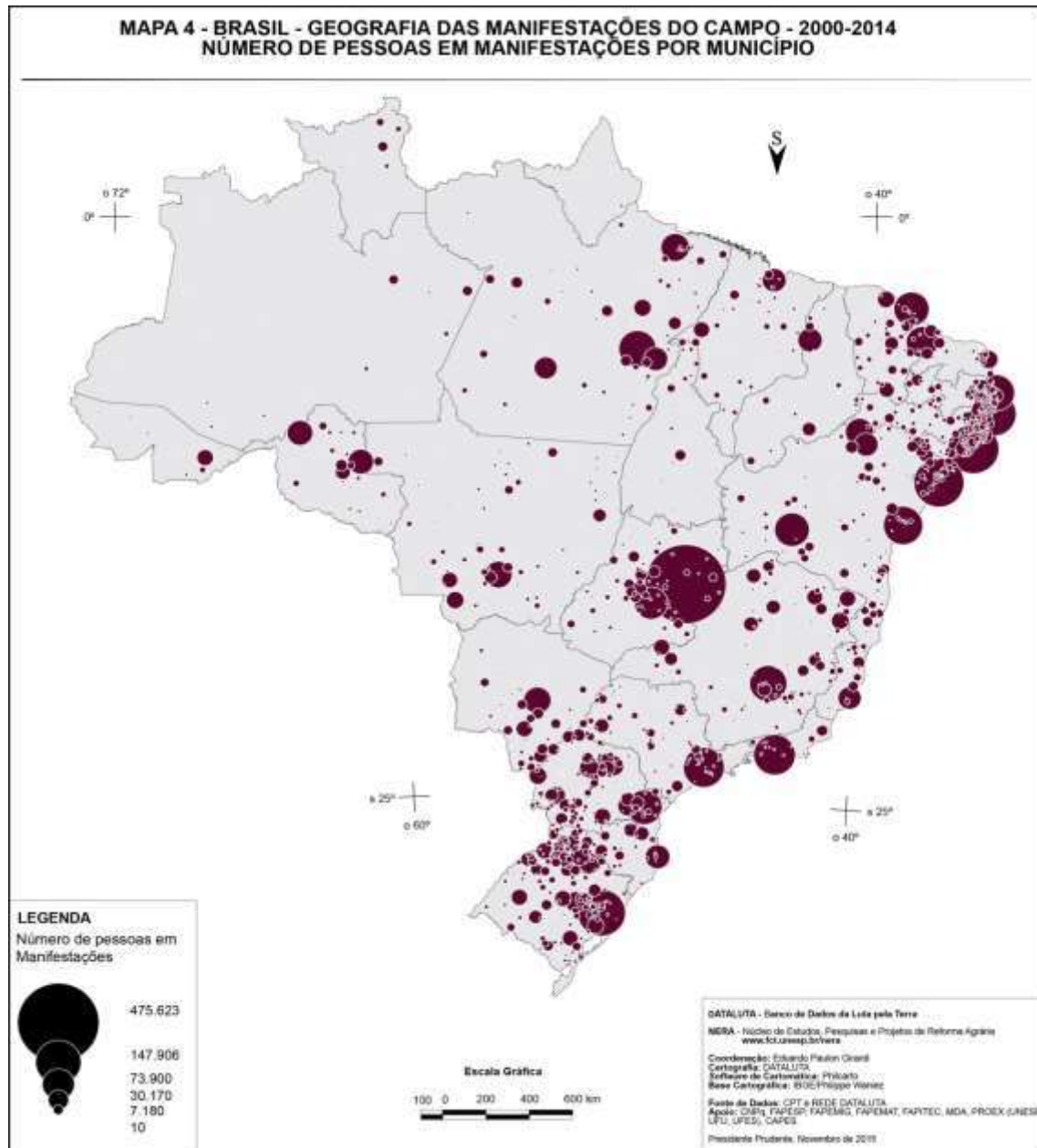
As disputas territoriais entre MST e agronegócio têm se intensificado nestes últimos anos. No estado de São Paulo, por exemplo, o MST já ocupou a fazenda Santo Henrique, pertencente à empresa Cutrale, maior produtora de laranja do país, localizada nos municípios de Iaras, Borebi e Lençóis Paulista, pelo menos 15 vezes. A propriedade de 2,6 mil hectares faz parte de um conjunto de terras da União que foram historicamente griladas por fazendeiros (FELICIANO, 2003). Além disso, a empresa responde judicialmente por diversos processos ambientais, trabalhistas e sociais. No início de 2015, a Justiça do Trabalho de Matão condenou a empresa a encerrar a terceirização irregular das atividades de plantio, cultivo e colheita de laranja e, ainda, a pagar indenizações pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Deste modo, as ocupações em propriedades controladas pelo agronegócio questionam a legalidade dos processos de aquisição das terras, os danos ambientais e sociais da produção de *commodities* e, conseqüentemente, a hegemonia do agronegócio.

Além das ocupações de terra, outra estratégia de luta pela (e na) terra é a manifestação, traduzida em diferentes tipos como: acampamento, bloqueio de rodovia, concentração em espaço público, marcha, caminhada, ocupação de prédio público e privado, romaria, vigília, entre outras. Através das manifestações os movimentos socioterritoriais questionam o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, propõem a construção de uma reforma agrária popular e a nacionalização do Programa Camponês, reivindicam a aceleração dos processos de desapropriação de terras para a reforma agrária, apresentam ao Estado e a sociedade os problemas vivenciados pelas famílias assentadas, como a precariedade da infraestrutura dos assentamentos rurais e a dificuldade de acesso a políticas agrícolas e, ainda, demandam a criação de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento dos territórios camponeses e a autonomia do campesinato. As ocupações de terra, os acampamentos e as manifestações são ações espaciais que se complementam no processo de (re)criação e reprodução do campesinato.

Entre 2000 e 2014, ocorreram 10.623 manifestações com 6.244.907 pessoas em todo o país (DATA LUTA, 2015) (ver mapa 4 e 5). As macrorregiões Nordeste e Sul se destacam no número de manifestações, seguidas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte.



Na escala estadual, o Rio Grande do Sul se sobressai com 1.005 manifestações e 698.456 pessoas, seguidos dos estados de Alagoas com 786 manifestações e 354.414 pessoas, Pernambuco com 772 manifestações e 371.438 pessoas, Pará com 725 manifestações e 385.874 pessoas, Minas Gerais com 688 manifestações e 390.916 pessoas (DATALUTA, 2015). Na maioria das vezes, as manifestações são organizadas por um conjunto de movimentos socioterritoriais que possuem uma pauta de reivindicações em comum. No caso do MST, as manifestações ocorrem em associação com a Via Campesina, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros.



Normalmente, o número de manifestação é mais expressivo nas capitais em virtude da localização das esferas de poder e espaços de decisão (FERNANDES, 1996; PEREIRA, 2015). Nestes espaços, as manifestações também podem ser acompanhadas pela sociedade, diferente das ocupações de terra e dos acampamentos que precisam ser noticiados pela mídia para que toda a sociedade fique sabendo da sua existência e luta. Na cidade, as lutas e reivindicações dos sem terra adquirem maior notoriedade, assim como as suas propostas políticas podem ser apresentadas e discutidas. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, as manifestações discutem os impactos sociais e ambientais do atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio, como apresenta e dialoga com a sociedade um modelo de desenvolvimento fundamentado na agricultura camponesa, na produção de

alimentos sem a utilização de agrotóxicos e em consonância com a natureza. As manifestações também se intensificam nos períodos eleitorais, momento em que os movimentos socioterritoriais procuram inserir nas discussões político-partidárias as necessidades do campo (PEREIRA, 2015).

As ocupações de terra, os acampamentos e as manifestações são ações espaciais que questionam a concentração fundiária, o latifúndio, o agronegócio e que possibilitam a territorialização da luta pela terra e, conseqüentemente, a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura camponesa. São ações que constroem espaços com o objetivo de conquistar territórios que, por sua vez, contribui com a construção de outros espaços e territórios. É no âmbito das lutas pela terra e pelo território que o MST se constitui enquanto movimento socioterritorial, reafirmando a identidade coletiva camponesa.

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Paraguai

A história social do Paraguai é uma história de luta pela terra. Com o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), foi promulgada a Constituição que instituiu a propriedade privada. Em 1883 e 1885 foram estabelecidas leis que colocaram a venda propriedades estatais com a justificativa de gerar divisas para arcar com a dívida deixada pela Guerra da Tríplice Aliança (PASTORE, 1972), o que permitiu a territorialização de estrangeiros no país, sobretudo de espanhóis, ingleses, brasileiros e argentinos, desterritorializando camponeses paraguaios. Assim se inicia o problema da terra no Paraguai (RIQUELME, 2003). O início do século XX foi marcado por latifúndios para a extração de madeira² e de erva-mate, como o caso da territorialização de empresas como Carlos Casado, empresa de capital espano-argentino e La Mate Laranjeira, de capital brasileiro. É neste cenário que surgem os primeiros movimentos de luta pela terra no Paraguai, com a “finalidad de detener el desalojo peticionando a las autoridades que sus derechos de ocupación fueran reconocidos y respetados” (RIQUELME, 2003, p. 46). Contudo, destacamos que estes movimentos não atraíam grande contingente de camponeses, mas sim apenas aqueles diretamente afetados pelas leis de venda de terras públicas, ou seja, aqueles que foram desterritorializados e estavam lutando por seu território.

Posteriormente, entre os anos 1910 e 1930, grêmios obreiros através de uma corrente anarquista organizaram os agricultores nos distritos nos arredores de Assunção,

² A árvore explorada era o quebracho, que além de apresentar uma boa resistência, possuía o tanino, utilizado para a curtição do couro. O ciclo do tanino se iniciou na Argentina na segunda metade do século XIX e se expandiu para o Paraguai com o fim da Guerra. O ciclo do tanino teve seu fim na década de 1950.

como o objetivo de estudar e defender os interesses dos camponeses e de combater os problemas sociais presentes nesta classe. Segundo Riquelme (2003), após estas organizações apenas na década de 1960 que os camponeses começaram a se articular novamente, uma vez que na década de 1950 inicia a migração massiva de camponeses brasileiros em direção ao Paraguai, proporcionada pela entrada do capitalismo no campo nos estados da região Sul do Brasil, que desterritorializou camponeses que, por sua vez, se reterritorializaram na faixa de fronteira do Paraguai com o Brasil, ou seja, departamentos de Alto Paraná, Amambai e Itapúa. Este processo de territorialização de camponeses e latifundiários brasileiros explica porque atualmente esta região é a maior produtora de soja do Paraguai. A situação se agravou com o golpe de Estado e com a entrada de Alfredo Stroessner (1954-1989) na presidência do país. A ditadura stronista doou uma massiva quantidade de terras para simpatizantes do governo, militares e estrangeiros, desterritorializando camponeses paraguaios e proporcionando a concentração fundiária.

Este modelo se acentuou cada vez mais e apenas em 1960 surgiu o primeiro movimento concreto de luta pela terra no país, as Ligas Agrárias Cristianas, que se origina como CEBs (TALESCA, 2004). Segundo Campos (1992, p. 18) “la reconstitución del actor colectivo campesino fue posible gracias al trabajo realizado por la acción pastoral de la Iglesia”. O movimento teve sua origem na Paróquia de Santa Rosa, departamento de Misiones, englobando campesinos de Cordillera, Paraguarí, Caaguazú, San Pedro e Misiones, que correspondiam e ainda correspondem aos departamentos com maior concentração da população camponesa. Este movimento foi criado em um momento em que o Paraguai vivia um aumento na concentração da terra e da violência, pois o país estava sob o regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989), que doou terras de modo ilegal a latifundiários paraguaios e brasileiros, acentuando ainda mais a desterritorialização e formando no que hoje o movimento camponês intitula de ‘*tierras malhabidas*’. As Ligas Agrárias “buscaron construir una organización social y productiva sustentada en la solidaridad y la cooperación descartando la rentabilidad y el mercado como los ejes articuladores” (ROJAS, 2014, p. 64), contudo o movimiento foi perseguido e brutalmente desarticulado pelo regime militar no ano de 1976. Segundo Villagra (2014) e Palau (2014), as Ligas Agrárias desapareceram, mas deixaram sementes que permitiram a formação de novas organizações camponesas a partir da década de 1980.

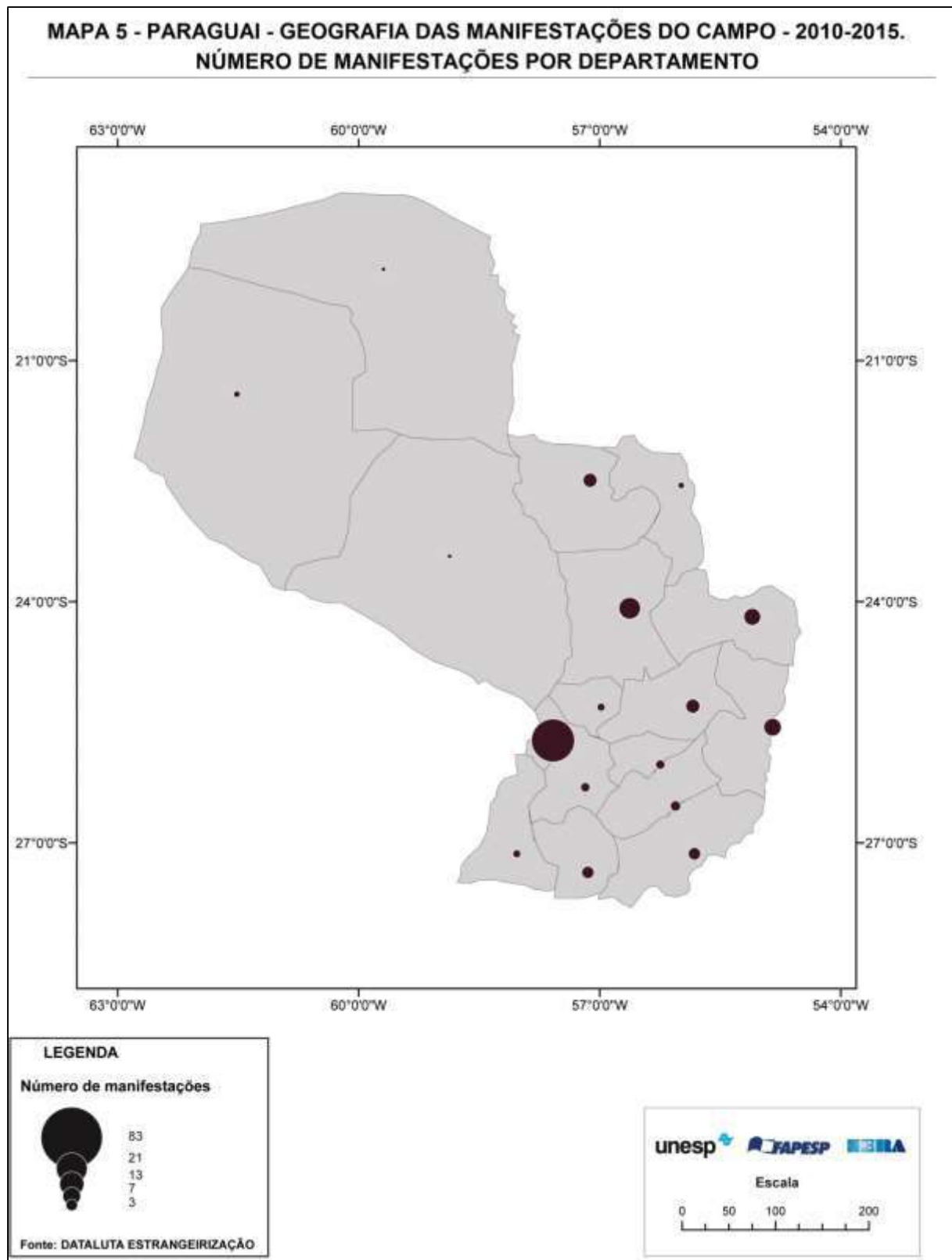
A abertura política do Paraguai no final da década de 1980 permitiu a organização do campesinato paraguaio através de movimentos socioterritoriais, possuindo o mesmo objetivo principal: reforma agrária integral, que abarca acesso a terra, assistência técnica, crédito e soberania alimentar (ROMERO, 2015). Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 em escala nacional foram criados: *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), *Movimiento Agrario del Paraguay* (MOAPA), *Organización Nacional Campesina* (ONAC), *Organización*

de *Lucha por la Tierra* (OLT), *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (CONAMURI), *Federación Nacional Campesina* (FNC), *Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay* (ONAI), *Movimiento Agrario Popular* (MAP) e a *Coordinación de Productores Agrícolas* (CONAPA) e em escala departamental se constituíram a *Asociación de Agricultores del Alto Paraná* (ASAGRAPA) e a *Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa* (CRAI). Estes movimentos estão diretamente relacionados com as Ligas Agrárias Cristianas da década de 1960, pois a maioria de seus militantes compunham as Ligas. Estes movimentos atuam também em conjunto, formando a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), uma articulação de movimentos que engloba cerca de trinta organizações (PALAU, 2005). Dentre os movimentos citados apenas o CONAMURI, MCNOC, MCP, OLT, ONAI e MAP participam da Via Campesina.

Selecionamos a *Federación Nacional Campesina* (FNC), pois é o movimento socioterritorial paraguaio com maior poder de mobilização e o mais expressivo na luta pela terra a partir de manifestações e ocupações. A FNC foi fundada em 1991, como resultado de uma aliança entre diversos movimentos de luta pela terra. No decorrer dos anos tais movimentos foram rompendo com a Federação por diferenças ideológicas, mas mesmo assim ainda hoje a FNC possui diversas ações conjuntas com variados movimentos socioterritoriais, com um grande poder de articulação. O principal objetivo da FNC é a luta contra o latifúndio, isso explica o fato do movimento ocupar apenas propriedades maiores de 3.000 hectares, pois reconhece que a reforma agrária é um requisito para romper com a dependência do Paraguai, ou seja, a concentração de terra é uma barreira ao desenvolvimento (ROMERO, 2015). A partir de conquistada a terra, a luta da FNC é pela melhora da qualidade de vida dos pobres, que os camponeses possam ter acesso à saúde, educação e moradia. De acordo com Delgado (2012), a FNC desde o seu início até 2010 haviam ocupado cerca de 190.000 hectares de terras improdutivas, reunindo 14.000 famílias, totalizando 60.000 pessoas. A FNC atualmente luta pelo seu território, contudo, desde o ano de 2013 tem orientado suas ações para barrar as pulverizações de agroquímicos em comunidades camponesas realizadas por parte de latifundiários sojicultores, sobretudo brasileiros. As pulverizações têm ocorrido com muita frequência, constituindo como uma forma de desterritorialização, pois é uma pressão para os camponeses migrarem para outras terras ou mesmo em direção a periferias das cidades. Deste modo, a ação contra as pulverizações aéreas é uma luta por permanência no território.

A *Federación Nacional Campesina* foi o primeiro movimento a se fragmentar pelo fato da inserção de partidos políticos no interior da organização. Há críticas em relação à FNC, sobretudo porque alguns dirigentes desta Federação fundaram no ano de 1999 em

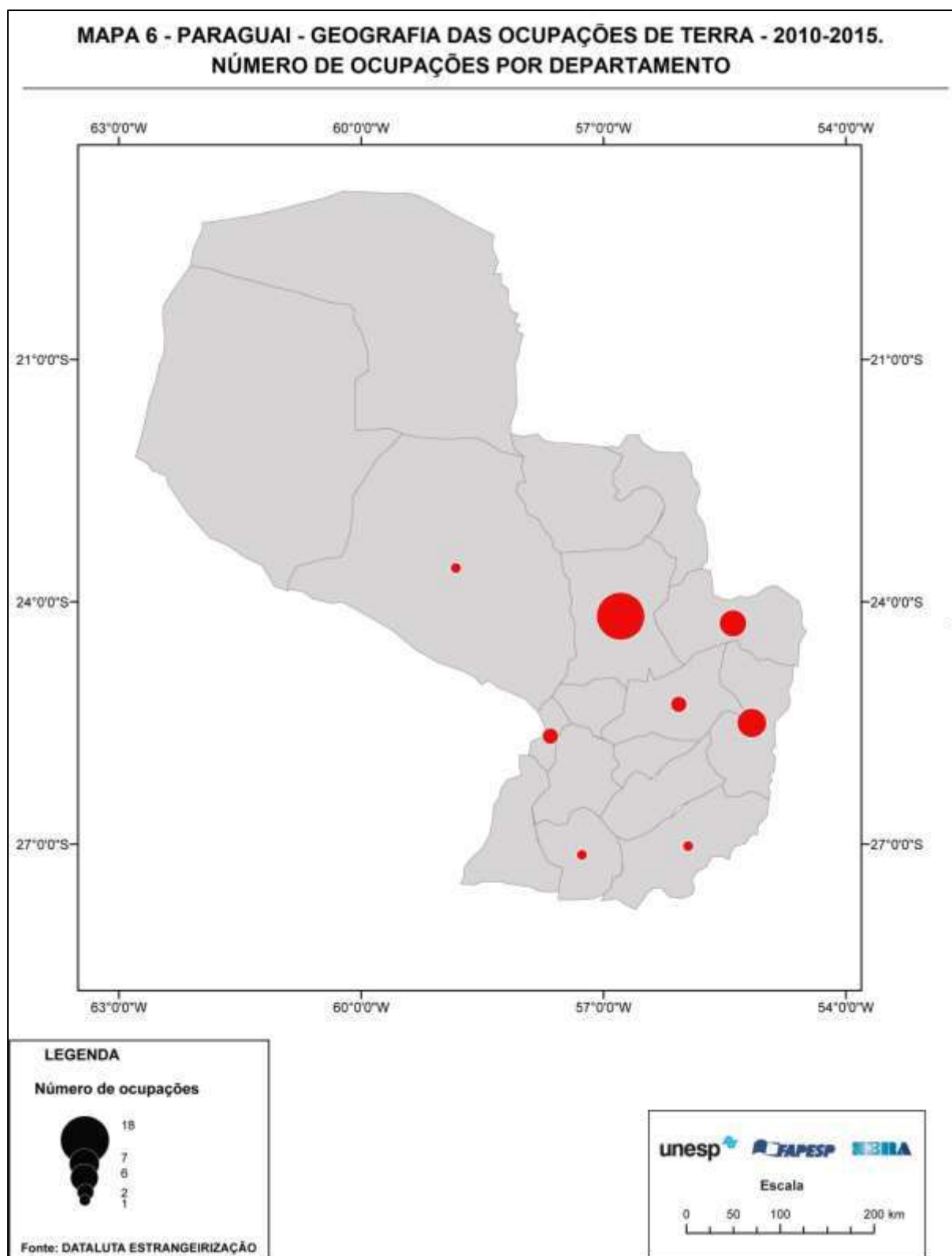
conjunto com outros movimentos sindicais, o partido político de base marxista e leninista *Paraguay Pyahu Ra* (PPPR). A constituição de tal partido aumentou as divergências ideológicas e táticas entre os movimentos socioterritoriais paraguaios, desarticulando a luta pela reforma agrária. Contudo, os atuais dirigentes da FNC frente a esta crítica afirmam que a Federação “*es una Organización gremial, entonces no puede decir que pertenece a tal partido político, porque dentro del grêmio hay diferentes partidos – tanto de derecha como de izquierda*” (PALAU, 2014, p. 69). Mesmo com este julgamento e com as rupturas em relação ao movimento, o fato é que FNC é o principal movimento de luta pela terra no Paraguai, pois é movimento que possui uma capacidade de organização e mobilização significativa. Além das ações pontuais, anualmente a FNC realiza a *Marcha del Campesinado Pobre*, que em 2016 completou sua vigésima terceira edição, mobilizando 8.000 pessoas na capital paraguaia, reivindicando a reforma agrária e a renúncia do atual presidente do Paraguai Horácio Cartes (2013-2015), político do Partido Colorado e que governa a favor do agronegócio. Nesta marcha a FNC mobilizou outros movimentos socioterritoriais, acadêmicos e a população urbana (Mapa 5).



Entre 2010 e 2015 ocorreram 231 manifestações no Paraguai, nas quais a FNC organizou 55 ações. O Departamento que concentra maior número de manifestações é Central, uma vez que é onde se localiza a capital do país, ou seja, o centro de decisão e

onde o movimento possui maior visibilidade. De todas as ações registradas, 93 correspondem a marchas e 37 dizem respeito a bloqueios de rodovias. Destacamos que deste total, 25 manifestações foram para o bloqueio de plantação de soja, ocorrendo principalmente nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa, pois são os departamentos em que a produção de soja é mais expressiva. Podemos associar esta tipologia de manifestação à estratégia de 'empate', que segundo Gonçalves (2003) corresponde a uma tática que os seringueiros do Acre utilizavam para impedir a derrubada da floresta, é um conflito que ninguém perde e nem ganha. No caso da soja a empresa e/ou latifundiário não cultiva e os camponeses não são desterritorializados. Nesse sentido a manifestação ocorre como uma luta contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo agronegócio.

No que tange as ocupações de terra, embora os movimentos socioterritoriais reconheçam que as ocupações são a principal forma de luta contra os latifúndios, a sua ocorrência ainda é restrita. Contudo, segundo nota da FNC durante a *XXIII Marcha del Campesinado Pobre*, 2016 será um ano com muitas ocupações de terras. Entre 2010 e 2015 foram registradas apenas 38 ocupações de terra, na qual a FNC participou apenas de uma ação. Diferentemente das manifestações, as ocupações são realizadas, na sua maioria, por movimentos que atuam em escala departamental e através da luta para permanecer na terra. O departamento que apresentou o maior número de ocupações foi San Pedro com 18 ações, pois há uma luta intensa contra a desterritorialização do assentamento Cristo Rey, no distrito de Guayaibí, que é alvo de ações policiais e seguranças contratados pelos latifundiários do departamento. Em segundo lugar está o departamento de Alto Paraná com sete ocupações, especialmente em propriedades de brasileiros, como o exemplo da emblemática ocupação das terras do empresário Tranquilo Favero no distrito de Ñacunday, brasileiro que migrou para o Paraguai na década de 1960 e atualmente é o maior produtor de soja no país. Favero é acusado pelo fato de suas propriedades possuírem um maior número de hectares do que aqueles declarados na titulação. Por determinação da justiça paraguaia ocorreu o pedido de uma nova mensura judicial da área, porém foi arquivada devido a influência de Favero no Paraguai (Mapa 6).



As manifestações e ocupações dos movimentos de luta pela terra no Paraguai são violentamente reprimidas. De acordo com a Coordinadora de Derechos Humanos en el Paraguay (CODEHUPY), entre 1989 e 2013 foram registrados 117 mortes de militantes de movimentos de camponeses. Deste total, quatorze camponeses pertenciam a Federación

Nacional Campesina, sendo o movimento mais atacado por policiais e jagunços de empresas e latifundiários. Ainda segundo a CODEHUPY, os ataques a militantes da FNC se diferenciam dos ataques sofridos por outros movimentos de luta pela terra, pois geralmente são executados os militantes de base da FNC. Durante a *I Marcha del Campesinado Pobre*, realizada no ano de 1993 pelo movimento, foram executados seis camponeses que lutavam pela sua permanência no território. Todos os assassinatos não foram julgados, evidenciando mais uma vez a conivência do Estado a repressão dos camponeses paraguaios.

Destacamos que no Paraguai os sem-terra estão estruturalmente ligados aos movimentos camponeses, sejam movimentos atuantes em escala nacional, regional ou local. De acordo com Riquelme (2003, p. 40) “No han constituido una organización o movimiento independiente, como se ha dado en Brasil con los Movimientos de Sin Tierra (MST). Cada organización regional o nacional incorpora a los sin tierra en su propia estructura”. Observamos no Paraguai significativo número de movimentos socioterritoriais atuantes em escala local, que lutam contra a territorialização de corporações do agronegócio, principalmente empresas estrangeiras, contra a utilização de agroquímicos por pulverização aérea, por acesso a créditos, por políticas públicas e, recentemente, contra o governo de Horácio Cartes, que promove a transnacionalização definitiva do território paraguaio através da criminalização da luta pela terra e da cumplicidade para com a elite latifundiária nacional e com as corporações de capital estrangeiro.

Considerações finais

O Brasil e o Paraguai, cada qual com o seu processo de colonização e de desenvolvimento do capitalismo, apresentam semelhanças na luta pela terra e permanência no território. Em ambos os países, a questão agrária surge com o processo de formação dos seus territórios e se intensifica com a instauração da propriedade privada da terra, no caso do Brasil com a Lei de Terras de 1850 e no Paraguai com a Lei de Venda de Terras Públicas de 1883 e 1885, que põe a venda as chamadas “*Estancias de la Patria*” em que apenas estrangeiros tinham o poder de adquiri-las, ressaltando que neste período o Paraguai estava se recuperando da Guerra da Tríplice Aliança, que dizimou a população do país. Assim, tanto no Brasil como no Paraguai, a luta pela terra começou com articulações locais, reunindo apenas os camponeses afetados com a privatização da terra.

Na década de 1960 em decorrência da modernização excludente do campo brasileiro, pequenos produtores rurais dos estados da região Sul do país migraram para o Paraguai em busca de melhores oportunidades e terras mais baratas, o que culminou na

desterritorialização de camponeses paraguaios. Concomitantemente, devido à migração de brasileiros para o Paraguai, empresas de colonização brasileiras também se territorializaram no Paraguai e se deu início a uma massiva especulação imobiliária na região fronteira. Os camponeses paraguaios desterritorializados não possuíam recursos financeiros para adquirir as terras uma vez que os valores eram muito altos e os únicos compradores eram os brasileiros. Essa situação se agravou com a entrada da soja no Paraguai no final da década de 1970, momento em que o Paraguai possui 400 mil migrantes brasileiros. Essa situação gerou um repúdio dos camponeses paraguaios em relação aos proprietários brasileiros, acusando-os de imperialistas e de 'roubarem' o território camponês.

O Estado paraguaio foi totalmente conivente com a territorialização dos brasileiros no país, desenvolvendo a geopolítica da entrega do Paraguai para o Brasil (LAINO, 1979). Durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985) e no Paraguai (1954-1989) os movimentos socioterritoriais foram violentamente reprimidos. No caso do Paraguai as Ligas Agrárias Cristianas, o primeiro movimento camponês organizado do país, foram exterminadas a tal ponto que até os dias atuais camponeses dos departamentos nos quais surgiu o movimento possuem receio de se organizarem para lutar pelo território devido ao temor a repressão. Com a abertura democrática, no Brasil iniciada em 1974 e terminada em 1988 com a promulgação da Constituição e no Paraguai com início em 1989 e fim em 1992 também com a nova Constituição, possibilitou a maior atuação dos movimentos socioterritoriais, aumentando as ações de luta pela terra, por permanência no território e contra o modelo vigente sem o receio da repressão.

No século XXI os movimentos começam a responder ao terremoto social provocado pela onda neoliberal que atinge a América Latina desde a década de 1980 e procuram outras formas de lutar (ZIBECHI, 2003). Sobre as ações e estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios destacamos que a ocupação é para ambos a principal e mais eficaz forma de acesso a terra. No caso do Paraguai, apesar de um número menor deste tipo de ação em relação ao Brasil, esta é muito importante uma vez que a maioria dos territórios camponeses institucionalizados são frutos desta ação (RIQUELME, 2003). As manifestações ocorrem em um maior número nos dois países, inclusive em capitais devido ao fato de ser centro de decisões e de proporcionarem maior visibilidade. Outra característica destes movimentos são as articulações com demais organizações, seja para ocuparem, manifestarem ou lutarem a favor ou contra uma causa em comum. Por fim, ambos os movimentos possuem a luta principal contra o agronegócio e a favor da reforma agrária e de sua permanência no território. Um exemplo de luta contra o agronegócio no Brasil é o conflito em relação a transnacional brasileira Cutrale, que segundo denúncias tem propriedades griladas. No caso do Paraguai um exemplo claro é a luta contra territorialização da soja que ocorre através de latifundiários brasileiros e,

recentemente, da pecuária intensiva através de empresários uruguaios. Outro ponto semelhante é a criminalização e repressão sofridas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios.

Referências

BASE Investigaciones Sociales. **La FNC marchó en Asunción, mientras prepara ocupaciones de tierras en el campo**. Publicado em: 19 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.baseis.org.py/la-fnc-marcho-en-asuncion-mientras-prepara-ocupaciones-de-tierra-en-el-campo/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, Daniel. Antecedentes históricos: Colonización, Estado y Organizaciones Campesinas. BORDA, Dionisio; CAMPOS, Daniel. **Las organizaciones campesinas en la década de los 80. Sus respuestas ante la crisis**. Asunción: CIPAE, 1992.

CODEHUPY. **Informe de la Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay**. Asunción: CODEHUPY, 2014.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

Fernandes, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

LAINO, Domingo. Paraguai. **Fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos sócioespaciais in: **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, n. 19/20, 1997, pp. 26-41.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2014.

PALAU, Marielle. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen proceso de privatizaciones. **Observatorio Social de América Latina**, año 3, n. 08, p. 20-25, set. 2002.

PALAU, Marielle. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina**, año 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1972.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEDON, Nelson. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, Danilo. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social**: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay**. Conflictos agrarios y movimiento Campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. ROJAS VILLAGRA, Luis (Org.). **Neoliberalismo en América Latina**: crisis, tendencias y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo - Território**, v. 5, 2010.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980)**: Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay. Asunción: CEPAG, 2004.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La metamorfosis del Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

Recebido para publicação em 24 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 17 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 27 de novembro de 2016.

A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos

Rodrigo Simão Camacho

Professor da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
e-mail: rogeo@ymail.com

Resumo

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA). A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. A primeira grande conquista da Educação do Campo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre universidade, movimentos sociais e Estado. O objetivo deste artigo é o de fazer uma reflexão acerca dos diálogos e tensionamentos na relação dos movimentos socioterritoriais com a universidade por meio do PRONERA, tendo como recorte de análise, o CEGeo. A metodologia foi a discussão teórica e os trabalhos de campo com entrevistas aos educandos-militantes dos movimentos camponeses no CEGeo.

Palavras-chave: Educação do campo; movimentos socioterritoriais; Universidade; PRONERA.

The relation of socio-territorial peasant movements with the university through PRONERA: dialogues and tensions

Abstract

The first momentous of the history in the Education of the Countryside is when in 1997 was held the I ENERA. The history in the Education of the Countryside is directly related to the achievement of public policy. The first major achievement of Education of the Countryside was the PRONERA. The program was born in 1998 due to the struggle union of the social movements and syndicates in the countryside. The Special Course of the Undergraduate in Geography (CEGeo) is a course constructed along with the militants of the socio-territorial peasant movements, establishing a relation between University, Social Movements and State. The purpose of this article is to make a reflection about the dialogues and tensions in the relation of socio-territorial movements with the university through the PRONERA, with the analysis of cutting, the CEGeo. The methodology was the theoretical discussion and field work with interviews with students-activists of peasant movements in CEGeo.

Keywords: Education of the countryside; socio-territorial movements; University; PRONERA.

La relación de los movimientos campesinos socio-territoriales con la universidad a través del PRONERA: diálogos y tensiones

Resumen

El primer hito de la historia de la educación del campo es cuando en 1997 se celebró el I ENERA. La historia de la educación rural está directamente relacionada con la consecución

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 186-210	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

de la política pública. El primer logro importante de la educación rural fue el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA). El programa nació en 1998, la lucha de los movimientos sociales y sindicales en el campo. Curso de Graduación Geografía Especial (CEGeo) es un curso de construcción con los militantes de los movimientos socio-territoriales campesinos, estableciendo una relación entre la universidad, los movimientos sociales y el Estado. El propósito de este artículo es hacer una reflexión sobre los diálogos y las tensiones en la relación de los movimientos socio-territoriales con la universidad a través del PRONERA, tiendo con análisis, el CEGeo. La metodología fue la discusión en el campo teórico y entrevistas a estudiantes activistas de los movimientos campesinos en CEGeo.

Palabras clave: Educación del campo; movimientos socio-territoriales; Universidad; PRONERA.

Introdução

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

O tema políticas públicas foi central na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, cujo tema foi **Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado**. A primeira conquista da Educação do Campo, enquanto política pública, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (MOLINA, 2012; CAMACHO, 2014). O Manual de Operações do PRONERA, diz que o PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu objetivo é fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses (BRASIL, 2011).

Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país (GOHN, 1997). Estamos vivendo um período histórico de mobilizações, onde múltiplos povos se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas, quilombolas etc. que lutam para conquistar e/ou resistir em seus territórios. Estes movimentos que constroem/reconstroem territórios são denominados por Fernandes (2005) de movimentos socioterritoriais.

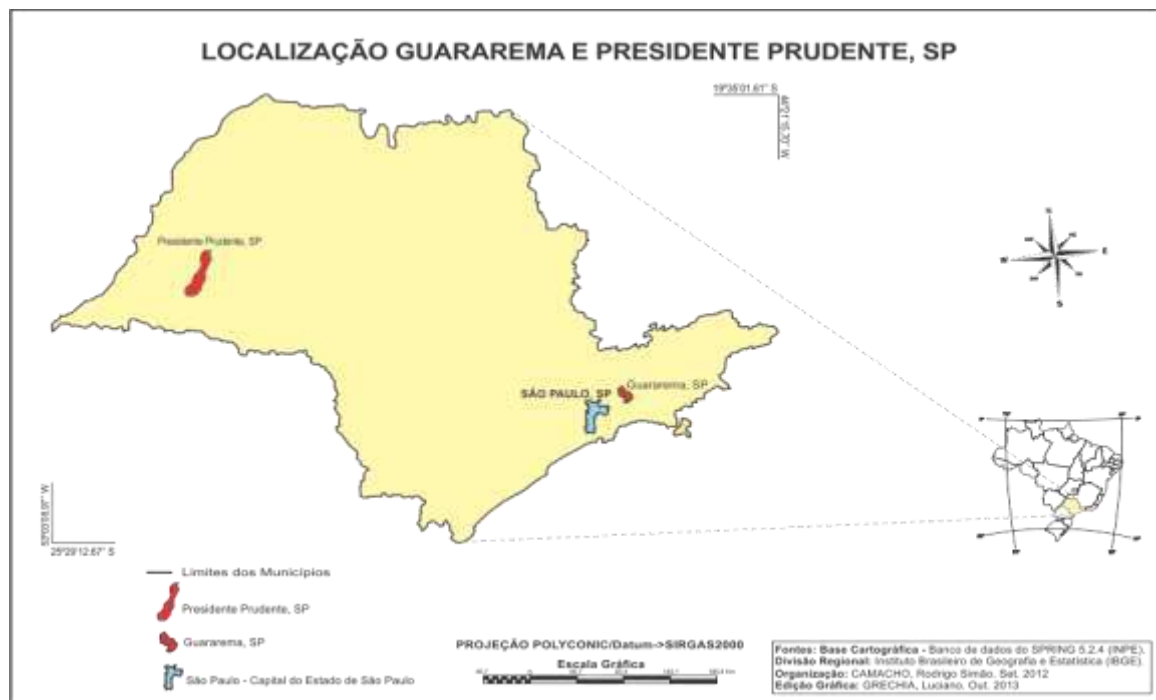
Fruto da conquista da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses temos o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo). Neste curso, estabelece-se uma

relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) - *Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Metodologia

Primeiramente, fizemos uma reflexão acerca da literatura sobre a Educação do Campo dialogando, sobretudo, com o Manual de Operações do PRONERA, publicado em 2011. Como segundo passo, analisamos o Projeto Político-Pedagógico do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo). Na terceira etapa, foram realizadas 04 trabalhos de campo. Por meio da observação-participante, 41 estudantes do total de 46 formandos, foram entrevistados a partir de um questionário semiestruturado. Também, foram entrevistados coordenadores e monitores do Curso. Os trabalhos de campo foram realizados nos seguintes tempos-espços:

- O primeiro foi realizado de 10 de janeiro de 2010 a 20 de fevereiro de 2010, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente, SP;
- O segundo foi realizado em julho de 2010, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, SP;
- O terceiro foi realizado de 10 de janeiro de 2011 a 07 de fevereiro de 2011, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente, SP;
- E o último foi realizado em julho de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, SP.

Mapa 1 - Localização dos municípios de Presidente Prudente e de Guararema – SP

Movimentos Socioterritoriais: um Conceito Geográfico para explicar a Territorialização dos Movimentos Sociais

[...] Cabe, portanto, na academia e fora dela entendê-los [os camponeses], dar-lhes visibilidade e, na luta, nos posicionar ao seu lado. [...]. (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 58).

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados. Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária. A categoria central que explica a existência dos movimentos sociais é a luta social. Esta luta é sempre pela conquista de algo ou pela resistência às mudanças que os atingem. Os movimentos sociais podem ser construídos pelas classes dominantes ou pelas classes subalternas. Estas últimas sempre produziram mais lutas sociais do que as primeiras. A luta das classes

dominantes tem por objetivo impor o ponto de vista de uma minoria (ideologia das classes dominantes) para toda a sociedade (GOHN, 1997; CAMACHO, 2014).

De maneira geral, existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª - Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus demandatários; 2ª - Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª - Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª - Movimentos sociais construídos a partir de ideologias (GOHN, 1997).

Com o avanço da democracia no Brasil e na América Latina, os movimentos sociais populares (das classes subalternas) tornaram-se mais abertos e diluídos. Atualmente, temos muitos movimentos emergentes importantes. Estamos vivendo um período histórico de mobilizações onde múltiplos povos e culturas se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas ou comunidades negras, além do movimento de mulheres e em defesa do meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2002; CASALDÁLIGA, 2004). Estas lutas, também, mesclam-se e são resignificadas, como é o caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil que incorporou em suas lutas de modo próprio a perspectiva socioambiental (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Neste período histórico devemos estar atentos à evolução desses **novos movimentos sociais** que aparecem cada vez mais fortes no cenário político mundial e, principalmente, na América Latina, reivindicando direitos e exigindo mudanças. Estes movimentos, por meio de novas práticas, vão estabelecendo condições que propiciam aos indivíduos se tornarem sujeitos de sua própria história. Eles surgem como novos atores do cenário político e encontraram na sociedade civil o melhor local de fazer política. Vem demonstrando uma enorme capacidade de organização autônoma e de questionamento das estruturas dominantes vigentes, vislumbrando a potencialidade de conduzir às transformações sociais e radicalizando o processo democrático, tendo como objetivos principais a serem alcançados: a identidade/autonomia/emancipação (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Mesmo que estes novos movimentos sociais não retirem a importância da necessidade de construção de uma consciência de classe e da ruptura desse modelo no embate contra o capital, enxergam a possibilidade de existência de relações de opressão que vão além da unidimensionalidade do embate clássico de assalariados *versus* capitalistas. É uma análise da realidade que não se faz pelo viés do marxismo ortodoxo. Estes movimentos construíram novas relações com o marxismo, inclusive incorporando a religiosidade como característica cultural de resistência à opressão capitalista. Como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que faz uma leitura do cristianismo a partir da

teologia da libertação, e luta ao lado do MST e de outros movimentos sociais do campo pela Reforma Agrária. Isto é possível porque os mesmos tem na radicalização do processo democrático uma meta a ser atingida (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Em se tratando especificamente dos movimentos sociais ou socioterritoriais¹ camponeses, o fator predominante para o aumento desses movimentos, nas últimas décadas, são as próprias estruturas capitalistas historicamente excludentes. Estas, acarretam, conseqüentemente, uma luta por mudanças, seja pelo acesso a terra ou por melhores condições de trabalho. Lutas e reivindicações que possuem um caráter historicamente classista no campo brasileiro (CAMACHO, 2008). Tivemos lutas que marcaram as contradições de classe no campo brasileiro em diferentes épocas. Podemos sintetizá-las historicamente da seguinte maneira: Quilombos, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Porecatu, movimentos grevistas nas fazendas paulistas de café, as Ligas Camponesas e, atualmente, o MST. Das lutas no campo destaca-se, anteriormente ao MST, o Movimento das Ligas Camponesas, que ocorreu no nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada como a primeira forma mais ampla de movimento social do campo. As ligas camponesas lutavam contra o processo de expropriação e de exploração por parte dos latifundiários, principalmente, da Zona da Mata nordestina (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

Podemos dizer que o maior movimento social do campo brasileiro, hoje, é o MST. Este movimento social que nasce na década de 1980, no Rio Grande do Sul, luta pelo direito de acesso a terra por meio de ocupações nos latifúndios improdutivos, em forma de acampamentos, e luta também pela permanência na terra conquistada nos assentamentos. Nos acampamentos, o MST pressiona o governo para fazer a reforma agrária. Além disso, se utilizam de caminhadas até as capitais e de ocupações de repartições públicas, como o INCRA, numa forma de pressão ao governo. Sua maior atuação é no Centro-Sul do Brasil. Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associações de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los. O MST significa tanto a luta pela conquista da terra, como a luta pela resistência a reprodução do campesinato enquanto classe. Este é um marco de luta política para o Brasil e, de maneira geral, para a América Latina. Atualmente no Brasil a discussão acerca da reforma agrária passa, necessariamente, pela ação do MST. Ao contrário do que prega a ideologia dominante, a reforma agrária sem luta nunca foi possível no Brasil, daí a

¹ Porque tem o território como trunfo (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2005), vamos aprofundar este debate mais a frente.

importância dos movimentos socioterritoriais neste sentido (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

O MST é o maior movimento que integra a Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres de agricultores, povos indígenas, migrantes e trabalhadores rurais de todo o mundo. Este movimento defende a agricultura sustentável de pequena escala, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Ele se opõe a agricultura de empresas transnacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza (agronegócio). A Via Campesina é composta por cerca de 164 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e Américas. Ao todo, ele representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural, independente que foi fundado em 1993 em *Mons*, na Bélgica. (VIA CAMPESINA, 2013, tradução nossa).

Outro movimento importante que integra a Via Campesina no Brasil, é o MPA– Movimento de Pequenos Agricultores. Este é um movimento camponês, que tem um caráter popular e de massas. Sua base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Esse movimento busca resgatar a identidade e a cultura camponesas na sua diversidade, dialogando com outros movimentos sociais em busca da construção de uma sociedade socialista (GÖRGEN, 2012). O MPA é um movimento socioterritorial que surgiu do interior do MST, não como uma dissidência, mas como um movimento com características distintas. Enquanto o MST tem a função principal de destruir territórios capitalistas e construir novos territórios, o MPA tem a função de auxiliar na permanência do campesinato nos seus territórios evitando que sejam destruídos pelo capital. Partindo desse aspecto, poderíamos pressupor que são movimentos que tem em sua essência a composição organizacional semelhante, mas as estratégias de reprodução, de fato, são distintas, além de parte da estrutura desse movimento ser diferenciada (CAMACHO; CUBAS, 2013).

Vemos na organicidade dos movimentos socioterritoriais (como MST e MPA) seis setores principais: Educação (Educação do Campo), Político e Ideológico (formação de líderes), Comunicação (a difusão da interpretação camponesa da realidade), Produção (cooperativismo e associativismo), Cultura (que permite a (re)produção da cultura camponesa) e Frente de Massas (Organização de mobilizações). Tanto o MST Nacional, quanto o MPA em Frederico Westphalen (FW), tem quatro pilares principais como base: organicidade (direção nacional e estadual), formação política (base), produção (organização produtiva) e a luta (manifestações e ocupações). É por meio desses quatro pilares fundamentais que se sustenta a lógica de atuação desses movimentos socioterritoriais. Essa luta está relacionada à resistência e manutenção da propriedade camponesa, com vistas à

produção de Alimentos e Energia no território camponês. Mas, também aparece fortemente no âmbito imaterial do próprio território, que é a disputa por políticas públicas que viabilizem o Plano Camponês². Além dessa disputa pelas políticas públicas, o MPA atua na tentativa de conscientizar essas famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar. (CAMACHO; CUBAS, 2013). O Plano camponês está assentado em dois pilares fundamentais: o primeiro é a garantia das condições para se viver no campo e o segundo são as condições para produzir no campo (GÖRGEN, 2012).

Este é um período da constituição de novos sujeitos sociais (mecanismos de reivindicação, discurso e formas de organização voltadas para luta pelo território e pela expansão do mesmo, do território para além da terra). O caso brasileiro remete ao aumento das disputas territoriais, da violência dos ruralistas contra os camponeses. A identidade de luta não é contra um novo inimigo, mas é, na verdade, as metamorfoses dos territórios capitalistas que se expandem com o discurso ideológico do moderno agronegócio. É necessário entendermos que esses movimentos possuem novas maneiras de se movimentar e lutar pelo território. A expansão das relações sociais não-capitalistas e as dinâmicas consequentes delas em contraste com a força do capital nos mostram que a América Latina está em disputa pela terra e pelas ideias (CAMACHO; CUBAS, 2013).

Nesta perspectiva, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), o conceito de **movimentos socioterritoriais** está relacionado com a necessidade de produção de uma **teoria geográfica** para o estudo dos **movimentos sociais**. Tendo em vista que a sociologia não discute os processos de **produção/construção/transformação dos territórios** gerada pelos movimentos sociais, bem como a **destruição de territórios capitalistas** conseguida pela a ação dos movimentos sociais. Esses movimentos sociais produzem espaços sociais e transformam espaços em territórios. Entretanto, o autor faz questão de frisar que não estamos querendo criar, com a consolidação desse conceito, uma dicotomia entre os conceitos de movimentos sociais e de movimentos socioespaciais/socioterritoriais. Nem mesmo indicar a existência de dois sujeitos coletivos distintos. Na verdade, os dois conceitos dizem respeito aos mesmos sujeitos, o que muda, então, é apenas o olhar específico da ciência geográfica sobre o mesmo. Já que **o movimento social é uma categoria criada pela sociologia**, o que podemos fazer é transformá-lo num **conceito geográfico**. Podemos transformar uma categoria da sociologia num conceito geográfico a

² O projeto original é o “Plano Camponês de Desenvolvimento”. Esse Projeto surgiu após um longo debate em Brasília, feito entre integrantes do MPA e estudiosos do tema que foi realizada entre 2004 e 2006. Desembocou num estudo sobre o campesinato no Brasil e um plano propositivo para o desenvolvimento territorial rural (um dos pontos principais para esse desenvolvimento era a Organização de Produção desvinculada da lógica do agronegócio).

partir do momento em que esta não responde a indagação pertinente ao nosso objeto de estudo. Necessitamos, então, buscar explicações que sejam resolvidas pela ciência geográfica. Em nosso caso a pergunta geográfica é: como ocorre o processo de **produção dos territórios pelos movimentos sociais**? Esta é uma questão cuja resposta diz respeito ao interesse dos geógrafos. Neste sentido, se as relações sociais e as ações dos sujeitos ocorrem no **espaço geográfico** ou num **território**, se torna de fundamental importância para as ciências humanas em geral e, principalmente, para a Geografia, entender a construção/modificação dos espaços e dos territórios pelos movimentos sociais.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o **território como trunfo** e, principalmente, quando o **território é essencial para a reprodução material e simbólica** dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] **os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.** [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21, grifo nosso). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território. Por isso, Ruy Moreira (2012)³ tem denominado estes sujeitos da vanguarda revolucionária latino-americana de **classes territoriais**.

Os sujeitos que constroem estes movimentos socioterritoriais são dotados de **identidade territorial**⁴. Pois, a luta pelo território passa, necessariamente, além da busca pela manutenção material de sua classe, pela valorização simbólica desse território. Tendo em vista que não existe nenhum território que não tenha algum tipo de **valorização simbólica** desse espaço pelos seus habitantes. Toda a dinâmica de construção **identitária** desses sujeitos se dá de modo inerente ao território apropriado pelos mesmos (HAESBAERT, 2007).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais, ou as classes territoriais, têm a necessidade de lutarem pela **conquista e o controle territorial** para continuarem existindo. Se formos pensar esses movimentos sociais **“no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território.** [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso).

³ Informação Verbal: Aula Magna - Tema: “Século XXI – Final dos Tempos e o Destrutivismo Imanente da Sociedade do Capital: Desafios Epistemológicos para a Geografia e Necessidades Emancipatórias”. Data: 28/03/2012. Local: UNESP – Campus de Presidente Prudente.

⁴ O autor afirma a existência de **identidades territoriais** tendo em vista que “[...] **toda identidade territorial é uma identidade social**, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]” (HAESBAERT, 1999, p. 172, grifo nosso).

A possibilidade de pensarmos o território como um **trunfo** vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitem do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Claude Raffestin, ao discutir os **trunfos do poder**, considera como trunfos do poder: a população, os recursos naturais e o **território**. Mas, diz que, dentre os trunfos do poder, o território tem uma particularidade, por conter diversas dimensões e ser um espaço político, por isso, **espaço de disputa** de trunfos também. Em suas palavras: “[...] **o Território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos.** [...]”. (1993, p. 59-60, grifo nosso). O autor cita que em vários momentos da história, o território, pela sua particularidade de conter diversos trunfos e ser campo das ações, foi o trunfo mais visado, dando como exemplo o período de exploração das colônias pelas nações europeias. Em suas palavras: “[...] com muita frequência, o espaço reproduzido foi o trunfo mais visado. A história colonial está repleta dessas peripécias: interrupções, capturas, desvios, ocupações etc. [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 217).

Corroborando com nossa reflexão, para Marcelo Lopes de Souza, os movimentos sociais possuem **práticas** de lutas que são **espaciais**, bem como suas ações de **resistência**, são ações de **territorialização**. Em suas palavras, os:

[...] verdadeiros movimentos sociais e emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, **práticas espaciais**; se examinarmos suas **ações de resistência**, verificaremos que elas são, quase sempre, também **ações de territorialização**. [...] (2009, p. 67).

Podemos considerar que o **MST é um movimento socioterritorial territorializado**, pois além de lutar pela conquista de um território, tem a capacidade de organização em rede, por isso, constroem nessa luta territórios relacionais/fluxos/móveis/descontínuos⁵, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escalaridade local. Esses territórios, por serem formados em rede, têm como características: a mobilidade, a fluidez e a

⁵ Para Bernardo Mançano Fernandes, o **território relacional** pode ser considerado como o “terceiro território”. Sendo este território “[...] formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território”. (FERNANDES, 2008, p.8).

descontinuidade. Mas, os movimentos socioterritoriais, também, produzem territórios fixos⁶, como os **assentamentos camponeses**, as pequenas propriedades camponesas, as aldeias indígenas, os territórios quilombolas etc., **desterritorializando o capital** nestes espaços que são apropriados materialmente e culturalmente por estes sujeitos (FERNANDES, 2005).

Ainda, para Bernardo Mançano Fernandes, os movimentos socioterritoriais, como o MST, produzem a sua territorialização a partir da **espacialização**⁷ de suas ações, construindo, assim, uma relação interativa de espacialização e territorialização. Neste sentido, o processo de luta do MST pela reforma agrária, constrói o que podemos denominar de **espacialização e territorialização do movimento**. Ou seja, “[...] as caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades”. (FERNANDES, 2000, p. 291).

Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de **espacialização e territorialização** da luta pela terra. **Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento**. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. (2000, p. 290, grifo nosso).

Desta maneira, para a conquista do processo de territorialização (territorialização efetiva/conquista do assentamento), os movimentos socioterritoriais constroem **espaços políticos**. E ao se territorializarem, ao conquistarem o assentamento, destroem outros territórios, como o território capitalista do latifúndio improdutivo ou do agronegócio. Neste caso, o capital é desterritorializado pela ação de um movimento socioterritorial, como o MST. E a **recriação do campesinato** ocorre por meio da luta pela terra.

[...] Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem **espaços políticos**, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que **a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização**. (FERNANDES, 2005, p. 21, grifo nosso).

⁶ Fixos, mas também, multidimensionais e multiescalares.

⁷ O que estamos denominando de espacialização em nossa análise é o mesmo que Marcelo Lopes de Souza tem denominado de **territórios dissidentes**. Estes territórios são resultado de **territorializações intermitentes ou cíclicas dos movimentos sociais**, pois ocorrem em uma **escala temporal de curta duração**. Para o autor, essas **práticas espaciais insurgentes de resistência**, a ocupação de propriedades, bloqueio de rodovias etc. formam esses **territórios dissidentes**. Em suas palavras: “[...] Essas ações de territorialização, porém, se concretizam em uma **escala temporal de curta ou curtíssima duração**, e são sempre marcadas, como é óbvio, pela instabilidade, às vezes pelo confronto violento com o Estado: é o que ocorre como **um prédio ou terreno ocupado por uma organização de sem-teto**, que as pessoas estão expostas a um risco de despejo e de sofrer agressões; é o que acontece, também, com **uma rua ou uma estrada bloqueada por piqueteros ou sem-teto**. Esses **territórios dissidentes**, expressões de **práticas espaciais insurgentes**, são, assim como os “territórios móveis” de Robert Sack (1986, p. 20) e aquilo que eu chamei de **“territorialidade cíclica”** (Souza, 1995, pp. 88-9), [...]”. (2009, p. 67, grifo nosso).

Da fase do **acampamento** até a conquista do **assentamento**, onde ocorrem às **marchas pelas estradas, marchas nas cidades, ocupações de prédios públicos**, etc. temos a **espacialização** das lutas, que culmina, por sua vez, na conquista do assentamento. O assentamento, então, resulta na **territorialização** do movimento. É nesse momento que o campesinato tem a possibilidade de construir um território com a sua identidade, que vise a sua produção/reprodução material e simbólica. Como explica Bernardo Mançano Fernandes: “[...] **o acampamento é a luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização**. Uma forma é por meio das romarias e ou das marchas”. (2000, p. 296, grifo nosso).

Rosemeire Aparecida de Almeida (2006), também, nos ajuda a compreender esse processo dialético gerado, ao mesmo tempo, gerador do movimento socioterritorial camponês, MST. A autora afirma que é justamente esse processo de territorialização do MST que o diferencia de outros movimentos sociais. E explica cada uma das formas de luta do MST que compõe o seu processo de **espacialização**. A forma mais marcante que compõe a espacialização da luta do MST é o **acampamento/ocupação**. Marcado visualmente na paisagem pela presença das barracas de lona na beira das estradas, a ocupação ocorre em imóveis com indícios de devolutividade e de improdutividade. A organização para a ocupação é feita da seguinte maneira pelo movimento:

[...] de forma geral, a direção estadual faz o levantamento da matrícula dos imóveis da região com indícios de devolutividade e também de improdutividade, em seguida, os dados são repassados aos setores, para que seja feita a vistoria, isto é, a verificação em *lôcus*. Por sua vez, um grupo de militantes, geralmente o setor da Frente de Massa, percorre a região, contatando trabalhadores rurais sem terra. O passo seguinte é organizá-los em grupo, visando à criação de um espaço de diálogo a fim de prepará-los para as regiões de ocupação. (ALMEIDA, 2006, p.143).

A ocupação de terras cria um fato político que chama a atenção da sociedade em todas as esferas, na mídia, na academia e no Estado. Este último é o que entra em confronto direto com os movimentos socioterritoriais por meio da polícia militar. Vejamos o que diz Als, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, a respeito disso:

Quando a gente faz lá uma **ocupação** de uma determinada área, primeiro a **mídia** especula para ampliar o seu consenso, depois a **academia** também especula *pra* poder criar o seu consenso, quando somente pelo consenso o **Estado** não consegue nos expurgar da área, aí ele manda seu braço da **coerção**... o choque, a cavalaria, com bombas de gás lacrimogêneo. (Entrevista na ENFF, Jul. 2010).

A ocupação de terra é um ato **radical**, todavia, para os contrários aos movimentos socioterritoriais camponeses o radicalismo significa um ato ilegal e violento. No entanto, para o MST, este radicalismo significa atacar a raiz do problema diretamente. Com relação a esta perspectiva do Movimento, MC, militante do MST/ES e estudante do CEGeo, nos explica: “[...] quem não defende nós, acha que a ocupação de terra é uma ocupação **radical**, e *pra* nós é mesmo, você **ocupar um latifúndio improdutivo** no Brasil [...] tem que ser um ato de **radicalismo**, e a ocupação [...] é um ato radical, não deixa de ser”. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

O militante do MST-SP, Mrc, e estudante do CEGeo, nos conta sobre uma experiência ocorreu na região de Promissão no estado de São Paulo. Relata que nesta região se formou o maior acampamento do estado de São Paulo (acampamento da Fazenda Jangada) que foi responsável por consolidar o MST no estado. Nesta região também, está o maior assentamento do estado de São Paulo, o assentamento Reunidas.

A luta na minha região ela também teve, digamos assim, teve o seu auge no final da década de 80, com grandes mobilizações lá na região de Promissão mesmo, uma grande ocupação, um **grande acampamento com mais de 600 famílias**. E ali foi sendo transformado em assentamento por volta dos anos de 1988. Foi desapropriado um grande latifúndio de mais de 17000 hectares que hoje **tem o maior assentamento do estado de São Paulo**, né, que é o **assentamento Reunidas**, com 637 famílias assentadas. Depois dessa ocupação e do assentamento dessa fazenda Reunidas, impulsionou grandes lutas na minha região. A minha região foi uma região que aconteceu **o maior acampamento do estado de São Paulo**, que é o **acampamento da Fazenda Jangada em Getulina**, né, na cidade de Getulina, onde mais de 3000 famílias ocuparam a área. Foi um processo muito rico de experiência, e um processo que a gente costuma dizer que **consolidou o MST aqui em São Paulo**, aquela ocupação é a ocupação que de fato consolida o MST aqui em São Paulo. [...]. Então a minha região ela tem essa característica, ela não é, digamos assim, não é as primeiras a realizarem a luta de retomada pela terra no estado de São Paulo, mas foi uma das mais importantes. [...] Então a minha região foi um dos berços do MST no estado de São Paulo, hoje ela tem mais ou menos umas 1300 famílias assentadas, e a luta continua, né, temos mais ou menos umas 400 famílias acampadas. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Segundo Rosemeire Aparecida de Almeida (2006), juntamente com o acampamento à beira da estrada há outras estratégias de espacialização marcantes do MST. Estas formam um conjunto de formas coletivas de mobilização e manifestação que não se separam umas das outras, se integrando a uma totalidade interdependente de ações onde uma influencia a outra ou, mesmo, culmina em outra. Segundo a autora essas ações são as seguintes: **ocupações de propriedades rurais, públicas ou privadas; romarias e caminhadas; bloqueio de estradas; acampamentos em locais públicos; ocupações de órgãos públicos; grandes celebrações religiosas; assembleia em locais públicos; festas comemorativas de eventos; recuperação de alimentos.**

Estas práticas espaciais visam à conquista do assentamento, ou mesmo a permanência nele. Por isso, este é um processo histórico de conquista do **chão de morada**, sinônimo de terra conquistada e livre (ALMEIDA, 2006). Segundo GB, militante do MST/SC e estudante do CEGeo, o assentamento é um espaço que garante a continuidade da **militância**: “Nós entramos como todo mundo, com o intuito de ganhar terra, e *ganhamo*, conquistamos, eu e minha família toda e eu... eu acho que o assentamento propicia que a gente tenha **espaço de militar** porque é sempre convidado, chamado *pra* luta, né”. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

O militante do MST Mrc relata que, apesar desta experiência não existir mais, o MST da região de Promissão/SP desenvolveu uma experiência de organização de assentamentos bastante importante na década de 1990. O assentamento Reunidas⁸ (maior assentamento do estado de São Paulo e segundo maior do Brasil) contava com refeitório, rádio comunitária, ciranda infantil, escola, campo de futebol, cooperativa etc. Em suas palavras, o MST da região de Promissão...

[...] desenvolveu na década de 90 uma das mais interessantes experiências de cooperação nas áreas de assentamentos de reforma agrária, com **cooperativa**, com **refeitório coletivo**, com **rádio comunitária**, com **ciranda infantil** onde os pais iam trabalhar e as crianças ficavam na ciranda, uma **escola**, **campo de futebol**, estrutura de jogos, enfim, mas depois por uma série de questões, contradições internas e externas, acabou minando essa iniciativa, mas deixou uma experiência positiva *pro* Movimento avançar em outras partes, né. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Outra experiência importante construída pelo MST, diz respeito à criação das **comunas da terra**. São assentamentos próximos a cidade, com outra dinâmica. Estabelecendo assim uma relação mais integrada com a cidade. É o que nos relata o militante do MST Vd da região de Ribeirão Preto/SP, assentamento Mário Lago.

Lá [assentamento Mário Lago] tem uma diferença um pouco dos outros assentamento porque é uma **comuna da terra**, e a comuna ela tem umas característica que é diferenciada dos outro assentamento [...]. Geralmente, o assentamento [comuna] é próximo ao grande centro urbano né, *pra* você ter um fácil acesso *pra* escoar a mercadoria. Os lotes são menores, mas como você tem um mercado próximo você não precisa ter um lote grande, né, e o estilo de produção você (muda) na questão de hortifrutigranjeiro, né, tudo que se produz consegue vender fácil porque o comércio da cidade

⁸A fazenda "Reunidas" foi desapropriada pelo Governo Federal em Junho de 1986. Em Março de 1988 começaram a entrar na Fazenda as 607 famílias inscritas e selecionadas de 16 municípios da região. O Reunidas conta com um número de 05 Escolas Estaduais, que atendem crianças de 1.a a 4º. Série e uma escola de 2º. Grau. Há também 02 postos de saúde, que recebem visitas semanais de médicos e dentistas. Alguns Dados: 20 milhões de litros de leite por mês; 40 mil caixas de legumes/ano; 500 mil sacas de cereais/ano; 5 mil caixas de frutas/mês (CÂMARA MUNICIPAL DE PROMISSÃO, 2012).

...você tem bastante área *pra* se comercializar. Em Ribeirão [Ribeirão Preto/SP] que produz só 5%, 8% do que consome a cidade, né, então tudo vem de fora no Ceasa, então como a gente consegue produzir um pouco dentro daquela área, o que a gente consegue produzir a gente vende tudo. E os programas de governo hoje também ajuda bastante, que é o PAA, doação simultânea, a (compra) direta, banco de alimento, merenda escolar [...]. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Com relação a comuna da terra, Antonio Thomaz Junior afirma que esta forma de organização territorial traz outra perspectiva de luta que tenta dialogar de maneira dialética com os movimentos sociais urbanos a fim de romper com a dicotomia campo-cidade para a construção de um projeto político revolucionário envolvendo todas as classes subalternas. Em suas palavras:

[...] o MST também direciona ações para os centros urbanos, não somente restritas à política de arregimentação, por meio do coletivo da Frente de Massa, mas na organização de assentamentos que possam cumprir outros papéis e não exclusivamente a produção de alimentos, como é o caso das Comunas da Terra, experiência em implementação nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.166).

A disputa com o agronegócio na região de Ribeirão Preto é complexa, tendo em vista que a mesma é considerada como a **capital do agronegócio**, principalmente, do setor sucroalcooleiro. Os movimentos socioterritoriais estão com dificuldades de conseguir retirar do capital e conquistar ainda 9000 hectares de terras devolutas que estão cobertas pela cana. Assim, o assentamento Mário Lago foi à única conquista do MST em Ribeirão Preto.

[...] o Movimento conseguiu fazer um assentamento dentro de Ribeirão Preto, por toda a fama que ela tem de **capital do agronegócio** e conseguiu uma área lá dentro, não é fácil. Inclusive foi a única, nunca mais a gente conseguiu uma área igual aquela ou próxima daquela em Ribeirão, hoje tá difícil *pra* caramba ali. Por mais que a gente sabe que tem **9000 hectares** em Ribeirão Preto de área que pertence ao Estado, mas você não sabe onde que é, porque é um **mar de cana**. Teria que achar essas áreas. (Vd, UNESP, Jan. 2011).

Outra experiência de assentamento é relatada pelo militante do MST, En. O mesmo mora no assentamento Franco Duarte, município de Jequitinhonha/MG. Esse assentamento possui uma diversidade de elementos em sua composição. Tem uma grande **reserva florestal** de 3.500 hectares, uma **agrovila** e um sistema de exploração **coletiva** na chapada a 1200 metros de altitude que remete ao sistema de exploração tradicional camponesa na região. Nesta parte, funciona um sistema de **extrativismo** de madeira e frutos e é onde se cria o gado. O assentamento foi criado na beira do rio Jequitinhonha que possibilita a construção de um sistema de irrigação, tendo em vista que o clima da região é o semiárido.

O nosso assentamento hoje, de certa forma, é novo, né [7 anos]. [...] temos uma área que era de **7630 hectares**, né, é o total da área, né, mais de 3500 ficaram *pra reserva florestal, áreas de preservação permanente*, e as outras 3000 e poucas hectares, umas 3200 foram divididas entre as 93 famílias, né. E entre essas, nós dividimos também quatro tipos de área. Então, nós preferimos morar em agrovila, não é bem agrovila, mas moramos em proximidade *pra não se distanciar, se esparramar no meio das 3000 e poucas hectares*. Então, nós montamos as casas, o local de moradia próximos um ao outro e onde cada uma, cada família tem mais ou menos oito hectares e trabalham ao redor de sua casa. E, além disso, nós temos duas áreas que são *pra exploração coletiva na Chapada*, que é um assentamento que tem na altitude bem diferenciada, né, a parte da altitude chega a dar **1200 metros de altitude** enquanto que a parte baixa dá em torno de 500 metros de altitude, então a diferenciação é de 700 metros no assentamento. Então, essa parte de chapada é *pra exploração coletiva*, seguindo um pouco a ***lógica tradicional das famílias do Jequitinhonha***, que é a parte de chapada, a ***área de mata, onde se tira a madeira, se tira frutos, se cria o gado...*** [...] e também quando nós fizemos nosso assentamento, faz margem com o Jequitinhonha, temos vinte hectares por núcleo, né, mais ou menos em média de um hectare por família, *pra exploração coletiva também na beirada do rio onde poderá se fazer, e alguns já tão fazendo já, o caso nosso grupo lá, a exploração com irrigação, como é uma região semi-árida, né.* (Entrevista na ENFF, Jul. 2010).

Portanto, consideramos estes educandos-camponeses que estudaram no Curso Especial de Graduação em Geografia, por serem militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, vivenciaram na prática os processos de espacialização e de territorialização do Movimento.

Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses na Universidade

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA permitem que visualizemos duas características principais: a primeira é o ***protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública*** que visa à construção de uma nova visão sobre o campo e a segunda é a ***produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses*** (MOLINA, 2004). Isto é que Roseli Salete Caldart (2004) tem denominado de o movimento social enquanto ***sujeito educativo*** ou ***sujeito pedagógico***. Corroborando neste sentido, o educando-militante Mrc vai dizer que

os movimentos sociais também são produtores de conhecimento, e boa parte do que é pesquisado hoje na universidade é referente aos movimentos sociais [...]. O ***Movimento por si só ele é um grande Movimento irradiador de uma espécie de educação popular, seja na alfabetização pura e simples mesmo, ou seja, na interpretação, na leitura do mundo diferenciada, no engajamento político, em questões sociais***. Não é só o estudo formal, em sala de aula, mas o Movimento proporciona espaços de formação, de encontros, de reuniões, que acabam

sendo processos formativos e informativos de educação também, né. (UNESP, Jan. 2011).

De acordo com Mônica Castagna Molina (2004), outra grande contribuição do PRONERA tem sido o fato de que as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com o apoio do PRONERA possibilitaram a reinserção do campo na agenda de **pesquisa das universidades públicas brasileiras**. Existem dezenas de trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Brasil inteiro sobre as práticas educativas que estão sendo executadas pelo PRONERA. Práticas envolvendo estudantes-camponeses, professores-camponeses e os institutos e universidades conveniadas. Dentre estes trabalhos, incluem-se iniciações científicas, dissertações e teses em diversas áreas do conhecimento.

De maneira dialética, portanto, ao mesmo tempo em que a luta dos movimentos camponeses inseriu o PRONERA na universidade, tendo como proposta a construção de um outro modelo de desenvolvimento, por sua vez, a universidade, por meio de sua produção do conhecimento formal, auxilia para pensarmos o papel do campo na construção desse outro modelo de desenvolvimento para a sociedade. A contribuição da produção acadêmica neste sentido se dá por meio da geração de informações relacionadas com o debate que apontem a intencionalidade teórica-política-ideológica a favor dos movimentos camponeses.

A universidade, enquanto representação de uma instituição estatal, é a materialização de um território em disputa entre as classes sociais. A relação dos movimentos socioterritoriais com professores-educadores comprometidos com a transformação social tem permitido a efetivação da Educação do Campo no nível superior. A primeira consideração que nasce dessa relação é a transformação do conhecimento que a universidade produz, redimensionando-o na perspectiva do atendimento das necessidades concretas dos sujeitos sociais e da superação do capitalismo (MICHELLOTTI *et al.*, 2010; CAMACHO, 2014).

O PRONERA é a demonstração de que somente se desenvolve políticas públicas inclusivas e socialmente justas se referenciadas pelos movimentos socioterritoriais. A Educação do Campo está se concretizando como um espaço da luta social, construindo um conhecimento emancipatório **elaborado coletivamente no conflito** (tensionamentos) **e no diálogo** (JESUS, 2004; CAMACHO, 2014). Esta realidade social vivida e construída pelos sujeitos coletivos possibilita um fazer científico com sentido político transformador, tanto para a academia quanto para o Movimento Social (SOUZA; BELTRAME, 2010). Neste sentido, para Mônica Castagna Molina (2004), a Educação do Campo significa a conquista de um novo espaço de **produção de conhecimento alternativo ao modelo hegemônico**, propiciando a **construção de um novo paradigma de produção do conhecimento**. Nos cursos de graduação do PRONERA, existe uma relação direta entre a universidade e os

movimentos socioterritoriais. Pois, a perspectiva do programa é que os movimentos camponeses participem na concepção, execução e avaliação dos projetos. É neste contexto que ocorrem os tensionamentos entre os movimentos socioterritoriais e a universidade. Estes tensionamentos fazem parte do processo de modificação tanto da universidade quanto dos movimentos socioterritoriais (MOLINA, 2004).

Com relação ao CEGeo, o professor-orientador e supervisor Clifford Andrew Welch, em uma entrevista concedida em setembro de 2011, afirma que esta parceria Universidade-Movimentos foi conquistada com dificuldades desde a aprovação do Curso até a falta de infraestrutura encontrada para abrigar os estudantes durante o período de férias da universidade.

Dessa relação de tensionamentos estabelecidos entre os movimentos sociais e a universidade têm surgido resultados significativos para o processo de construção do conhecimento. Quando os movimentos sociais se relacionam com a universidade, estes trazem outra lógica de se relacionar com o saber. Esta forma de conhecimento crítico intrinsecamente ligado à realidade ajuda a construir uma postura teórica-política-ideológica comprometida com a transformação social. Ao contrário da forma de produção de conhecimento que impera na academia baseado num aprofundamento de um saber técnico e neutro, desvinculado com a realidade e descomprometido política-ideologicamente com a superação das relações de dominação existentes. Os movimentos sociais trazem para a universidade a formação de valores necessários para a ruptura com o conhecimento científico produzido de maneira burocrática e desvinculado das lutas sociais (MOLINA, 2004).

Esta prática da interinstitucionalidade engendrada pelo PRONERA tem contribuído para um processo de reinvenção da universidade pelos movimentos socioterritoriais. O resultado é a construção de uma educação pública de melhor qualidade. A parceria com o MST introduz na universidade a presença da **pedagogia da luta social**. Sendo que a mesma auxilia, dialeticamente, na reprodução dessa pedagogia que tem como princípio a educação dos militantes sem terras a partir da **terra**, do **trabalho** e da **cultura** (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004). A participação desses novos sujeitos na academia faz com que sejam questionadas as práticas tradicionais e se propõe a constituição de novos saberes mais emancipatórios. No caso da formação dos professores Sem Terra, os mesmos trazem seus saberes construídos na luta pela terra. Assim, “[...] com uma **valorização de seus saberes construídos na luta pela terra**, tensionam-se práticas tradicionais e dilatam-se tempos-espço na perspectiva da **construção de novos saberes** [...]”. (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004, p. 224, grifo nosso).

Estes tensionamentos fruto da presença dos educandos-assentados da Reforma Agrária e dos militantes dos movimentos socioterritoriais nos cursos superiores do

PRONERA têm provocado mudanças significativas tanto dentro dos movimentos socioterritoriais quanto nas universidades que são parceiras (ANDRADE; DI PIERRO, 2004; MOLINA, 2004). Nas palavras de Roseli Salete Caldart: “Os sujeitos de ambos têm se educado reciprocamente”. (*apud* MOLINA, 2004, p. 80).

No que concerne aos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e a universidade temos como exemplo o enfrentamentos entre os professores universitários e os educandos no que concerne a matriz curricular. Os movimentos socioterritoriais tensionam as universidades para que assimilem uma nova visão do campo e da relação campo-cidade. Outro ponto de tensão entre os movimentos socioterritoriais e a universidade diz respeito à escolha dos professores para lecionar as disciplinas. As universidades têm seus próprios quadros de professores, mas os movimentos têm, também, seus intelectuais-militantes. Assim, ocorre um tensionamento no momento da seleção do quadro de professores que vão lecionar as disciplinas onde, na maioria das vezes, a composição do quadro de professores ocorre de maneira a mesclar professores da universidade e intelectuais orgânicos dos movimentos socioterritoriais⁹ (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Corroborando neste sentido, Maria Isabel Antunes-Rocha *et al.* (2010) afirmam que neste conflito e diálogo entre universidade e movimentos socioterritoriais, fruto da participação coletiva do cotidiano pedagógico, temos como resultado a aquisição de conhecimentos que vão capacitar os sujeitos tanto para exercer uma profissão, quanto para sua organização social e participação para intervenção na realidade. Os cursos superiores do PRONERA são espaços de acesso a um capital social para os camponeses-militantes que já participam de experiências associativas em igrejas, sindicatos e movimentos populares que, na maioria das vezes, trazem em sua história biográfica características de liderança, habilidade oral e desenvoltura nos espaços públicos. Os cursos possibilitam o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e articulam aspectos subjetivos, emocionais e afetivos dos sujeitos por meio da criação de novas formas e espaços de socialização/sociabilidades.

Esta prática pedagógica privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam ***hábitos e habilidades*** do modo de agir coletivo. A participação em assembleias, em reuniões, a participação ativa em sala de aula fazem parte da rotina da vida coletiva. A responsabilidade de gestão, de tomada de decisão e de organização do espaço educacional é compartilhada com os sujeitos-educandos, gerando comportamentos e condutas novos e mais críticos (ANTUNES-ROCHA *et al.*, 2010).

⁹ Um exemplo foi à participação de João Pedro Stédile, um dos maiores intelectuais orgânicos do MST e da Via Campesina, no Curso Especial de Graduação em Geografia.

Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses e o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo)

É na perspectiva dos movimentos socioterritoriais camponeses que podemos pensar a lógica que permeou o Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo) na FCT/Unesp de Presidente Prudente - SP (convênio INCRA/PRONERA/ENFF). Este curso teve como metodologia a Pedagogia da Alternância, onde se alterna o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Nos meses de Janeiro e Fevereiro os educandos ficavam o Tempo Escola na UNESP – Presidente Prudente/SP- e em Julho e Agosto, ficavam o Tempo Escola na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema/SP.

O curso de Geografia da FCT/UNESP, através da resolução UNESP n. 6/87, oferece duas opções aos estudantes ingressantes: a Licenciatura e o Bacharelado. A licenciatura confere a habilitação para exercer a profissão de professor de Geografia para o ensino fundamental e médio. O registro profissional é obtido por meio do MEC. O bacharelado confere a habilitação ao estudante para exercer a profissão de geógrafo. O registro profissional é obtido junto ao CREA. Com a intenção de relacionar o bacharelado, a licenciatura e a especificidade da Educação do Campo, então, o Curso de Especial de Graduação em Geografia inclui, além da estrutura do Curso Regular, alguns componentes curriculares que se remetem aos objetivos dos cursos superiores do PRONERA, bem como à demanda dos movimentos socioterritoriais camponeses. Além, da alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, os componentes curriculares específicos foram: Desenvolvimento Territorial Rural e Alternativas Produtivas para o Campo Brasileiro; Geografia dos Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Direito Agrário; Trabalho de Campo: a relação cidade-campo e a processualidade sociocultural (UNESP, 2005).

Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivaram formar Geógrafos e Professores que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade, formando professores e geógrafos militantes dos movimentos socioterritoriais. Seus educandos, em sua maioria, eram/são integrantes dos movimentos camponeses ligados a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). A partir de trabalho de campo na UNESP e na Escola Nacional Florestan Fernandes pudemos enxergar que os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entendem que o curso de geografia lhes auxiliam em vários aspectos em suas lutas, entre eles, podemos citar: permite visualizar as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio; qualificar o

debate contra o agronegócio; entender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo; compreender as relações naturais e sociais dos territórios camponeses etc.

Sendo assim, na perspectiva de entendermos, na prática, como essa relação movimentos socioterritoriais/universidade ocorreu no CEGeo, conversamos com a Coordenadora Pedagógica do setor de educação do MST, Mr, que relatou as suas perspectivas acerca do curso, como visualiza a relação dos movimentos com a universidade, seus diálogos/tensões, troca entre saberes técnicos-científicos/populares e perspectivas futuras. A Coordenadora Pedagógica do CEGeo, que representa os movimentos socioterritoriais na Coordenação Político-Pedagógica do Curso, é uma pedagoga que pertence ao setor de educação nacional do MST pelo estado de São Paulo.

[...] a própria presença, vamos dizer assim, dos **movimentos na universidade**, esse era um desafio muito grande que nós não sabíamos no início como lidar [...] e a turma também desempenhou na trajetória do curso um papel importante [...] tentar, vamos dizer assim, fazer esse contato necessário, né, e fundamental, aí com essa **realidade acadêmica**, com os estudantes, enfim, com essa **relação mais interna na universidade**. [...]. (Entrevista na ENFF, Jul. 2011).

Estabelecer a relação entre os movimentos socioterritoriais e a universidade é o grande diferencial deste curso com relação aos demais. Trazer a luta política e a organização dos movimentos para dentro da universidade foi um dos objetivos do CEGeo. Em outras palavras:

[...] **é um curso diferenciado porque ele traz a experiência da luta política dos movimentos pra dentro da universidade**, eu acho que esse talvez é um elemento importante no sentido de que essa dimensão, vamos dizer assim, **da luta, da organização política**, ela também precisa tá presente na universidade [...]. E essa construção também da universidade, **pra nós**, em especial, **pros movimentos**, ela é muito significativa, né, no sentido da gente tentar socializar um pouco, vamos dizer assim, as experiências dos movimentos, assim, com a própria **realidade acadêmica**, com a universidade [...]. (Mr, entrevista na ENFF, Jul. 2011).

Do ponto de vista de se pensar mais especificamente como os conhecimentos científicos–geográficos influenciaram/influenciam na qualificação da luta dos movimentos socioterritoriais contra o agronegócio, vamos ouvir o argumento de uma liderança da coordenação nacional MST que, atualmente, atua no setor da frente de massa no estado de Goiás. Ele diz que ajuda na prática do Movimento no sentido de **disputar, conquistar, organizar, controlar e manter os territórios camponeses**. JV, militante do MST, descreve as contribuições do curso para a luta do seu Movimento assim:

O curso vai nos ajudando, dá um conjunto de elementos, de compreensão, de **teoria**, de contato com muita coisa que ajuda a gente **pensar nossa prática**, nossa estratégia, nossa ação. [...] é justamente em construir **estratégia** para avançar, para conquistar novas áreas. O curso nos ajuda trazer elementos, teorias, né, que ajuda a gente explicar, compreender, ter elementos de **qualificar nossa intervenção**, e a nossa elaboração de estratégia de ação. Então, o curso tem sido bastante importante, tem ajudado inclusive nas reflexões, nas elaborações, nos debates, nas proposições, [...] quer dizer, ela ajuda a gente na discussão da **conquista do espaço, na conquista do latifúndio, na disputa do território, e na organização desse espaço**, essa que é a combinação que a Geografia nos dá elementos **pra conquistar e se organizar nesse espaço conquistado**. [...] A grande contribuição desse curso é justamente a gente perceber que é isso, quer dizer, conhecimento geográfico nos ajuda nessa perspectiva de **conquistar e de manter a conquista**. [...]. (ENFF, Jul. 2010).

Por meio dessas narrativas podemos pensar como o PRONERA possibilitou esta abertura de diálogo dos movimentos socioterritoriais com a universidade, objetivando a construção da Educação do Campo em nível superior.

Considerações finais

Dentre as conquistas dos movimentos socioterritoriais na luta pela Educação do Campo temos o PRONERA. Mesmo que a relação entre Estado/Universidade/Movimentos Sociais, que engendra o PRONERA, seja permeada de conflitos, podemos afirmar que o mesmo auxilia como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa.

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA, como o CEGeo, permite que visualizemos três características principais: a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova forma de desenvolvimento para o campo com sustentabilidade social e ambiental; a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico – científicos da universidade; e o terceiro é a Educação do Campo como instrumento de resistência política e cultural camponesa.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 19-54.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel *et al*. Formação e trabalho docente na escola do campo: protagonismo e identidades em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 65-73. (Série NEAD Debate, 20).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Manual de Operações do Pronera. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago Egídio. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS, **Revista Agrária** (São Paulo), 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: **Encontro Nacional de Ensino de Geografia**, 5. , 2003, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: Unesp, 2003. (CD ROM).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit. Professores, sem terra e universidade: qual parceria? In: ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRÔ, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al*. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina**. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio** – século XXI: dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira. (versão digital 3.0).

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Pronera e a construção de novas relações entre estado e sociedade. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 89-100.

LISBOA, Teresa K. Referencial teórico. In: _____. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988. p. 17-37.

MICHELLOTTI, Fernando *et al.* Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo - grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Aparecida Branco. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 84-94. (Série NEAD Debate, 20).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JÚNIOR, Barreto (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, vol.9, 2009. p. 162-214.

UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Curso de geografia: licenciatura e bacharelado. **Projeto Político-Pedagógico**. Presidente Prudente, [2005?]. (não publicado).

VIA CAMPESINA. **The international peasant's voice**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

Recebido para publicação em 13 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 21 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 31 de maio de 2016.

Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano

Letícia Moreira Sant' Anna

Bacharela em Geografia na Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP)
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes)
e-mail: leticia-anna@hotmail.com

Resumo

Desde 2013, as mídias tem noticiado o encontro de jovens da periferia em *shopping centers*, denominados *rolezinhos*, como uma prática que gera tumulto e confusão, negando-se o real significado desse movimento. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo uma leitura dos *rolezinhos* enquanto movimento socioespacial, ressaltando a capacidade desses sujeitos na produção e transformação do espaço. Ao considerarmos que esse movimento denuncia as desigualdades socioespaciais vividas por esses sujeitos em suas práticas espaciais, bem como a busca pela visibilidade e reconhecimento enquanto membros da sociedade de consumo que se efetiva com o consumo *dos e nos shopping centers*, podemos afirmar que esse movimento socioespacial é um movimento do cotidiano, aonde se dão as conquistas - mas também os tensionamentos.

Palavras-chave: Movimentos socioespaciais, consumo, cotidiano, *rolezinhos*.

Rolezinhos: daily socio-spatial movements

Abstract

Since 2013, the media has reported the meeting of young people from the suburbs in shopping malls, called *rolezinhos*, as a messy and confused experience, denying the real purpose of this movement. After this have been said, this paper aims to understand the *rolezinhos* as a socio-spatial movement, highlighting the ability of these people in the space production and switch over. By considering that this movement denounces the socio-spatial dissemblances experienced by these people in their spatial practices, as well as the demand for visibility and acceptance as a consumer society member that is effective with the consumption of and in shopping malls, then it's possible to say that this socio-spatial movement is a daily movement, where the achievements can be found - but also the tensions.

Keywords: Socio-spatial movement; consumption; daily; *rolezinhos*.

Rolezinhos: movimientos sócio-espaciales de la vida cotidiana

Resumen

Desde 2013, los medios de comunicación ha informado de la reunión de los jóvenes de la periferia de los centros comerciales, llamados *rolezinhos*, como una práctica que genera desorden y confusión, rechazando el verdadero significado de este movimiento. Por lo tanto, este trabajo pretende una lectura de *rolezinhos* mientras que el movimiento socio-espacial, poniendo de relieve la capacidad de estos sujetos en la producción y transformación del espacio. Cuando consideramos que este movimiento denuncia las desigualdades socio-espaciales experimentadas por estos temas en sus prácticas espaciales y la búsqueda de la visibilidad y el reconocimiento como miembros de la sociedad de consumo que es eficaz con

211

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 211-230	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

los centros de consumo y comerciales, podemos decir que este movimiento sócio-espacial es un movimiento de la vida cotidiana, donde dan los logros - sino también las tensiones.

Palabras clave: Movimientos sócio-espaciales; consumo; la vida cotidiana; *rolezinhos*.

Introdução

O ano de 2013 foi marcado por uma série de manifestações de repercussão nacional e internacional, inicialmente, motivadas pelos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, que reivindicavam a redução das passagens no transporte público. Entretanto, nesse contexto de intensas manifestações, um movimento passou de forma despercebida pela maioria da população. Despercebida no sentido real do movimento, porque a prática de "encontro entre jovens em *shopping centers* causando tumulto e bagunça" foi destaque nas mídias em todo o país. Deste modo, propomos nesse trabalho uma leitura desse movimento denominado *rolezinho* a partir da perspectiva teórica do conceito de movimentos socioespaciais, com o objetivo de qualificar o seu real significado diante da nossa sociedade atual, ressaltando a capacidade destes enquanto agentes produtores, consumidores e transformadores do espaço. Ainda que sem relação direta com o MPL ou outros movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a compreensão dos *rolezinhos* enquanto movimento socioespacial se faz importante ao considerarmos que estes são movimentos coletivos que estabelecem relações através das diferentes estratégias de luta, resistência e a própria existência, tensionando e questionando os agentes hegemônicos. Para isso, apresentamos, além da metodologia, um tópico com a discussão sobre o conceito de movimentos socioespaciais e sua importância no processo de (re)produção do espaço, atrelado, principalmente as relações entre espaço, ação e relações sociais, circundadas pela ideia central de que o espaço está em processo constante de transformação.

No tópico seguinte, apresentamos a contextualização do surgimento desse movimento considerando a conjuntura política, econômica e social do Brasil, desde os anos 2000, pautado somente nas características aparentes do movimento, como foi feito pela mídia. Por fim, desvendando-o e analisando-o enquanto movimento socioespacial, sendo a principal pauta a denúncia das desigualdades socioespaciais vividas por esses sujeitos nos *shopping centers* e a busca pelo reconhecimento destes enquanto membros da sociedade de consumo e assim a democratização desses espaços. Diante disso, afirmamos que os *rolezinhos* são movimentos socioespaciais do cotidiano, pois é nessa dimensão em que se

dão as ações de luta e resistência, bem como é onde as desigualdades socioespaciais são produzidas e materializadas.

Metodologia

Para o desenvolvimento do objetivo proposto, o arcabouço teórico é composto pela discussão teórica dos conceitos de movimentos socioespaciais (Fernandes, 2005; Sobreiro Filho, 2015; 2016), produção do espaço (Carlos, 1999; Löw, 2013; Massey, 2004; Santos, 2012) e temas correlatos à temática do consumo (Bourdieu, 2007; Lindón, 20006; Santos, 2012b; Sarlo, 2014). No que tange ao movimento dos *rolezinhos*, realizamos o levantamento e análise de reportagens que consubstanciaram a contextualização do movimento e o panorama deste apresentado pela mídia e como alternativa metodológica de aproximação a esses sujeitos, analisamos entrevistas cedidas a documentários e reportagens vinculadas a programas de televisão, nesses casos: o documentário “Saibam quem são os jovens dos rolezinhos” organizado pela TV Folha; a matéria “Rolezinhos do Funk” apresentada no programa Profissão Repórter, em 2014; o documentário “Rolezinho: Made in Periferia” e o documentário “Hiato” dirigido por Vladimir Seixas.

Os tópicos sobre a contextualização do movimento e as suas principais características foram intitulados, respectivamente: “E no face expandiu e todo mundo quis colar, explanou pro Iguatemi e lá pro Shopping JK” e “Alô noticiários, vocês vão ter que me engolir, isso é direito do povo de poder se divertir” que são trechos do *funk* “Rolezinho” composto pelo Mc Chaverinho e foram utilizados como forma de “dar voz” a esses sujeitos e valorizar a identidade cultural do movimento. Outros trechos foram utilizados ao longo do artigo para ressaltar a importância da ação coletiva, a identidade do movimento e assim estes enquanto agentes de produção, consumo e transformação do espaço.

Um caminho à transformação socioespacial: os movimentos enquanto agentes de produção, consumo e transformação do espaço

Os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial são desdobramentos de uma leitura, na qual o espaço é o ponto de partida para a análise geográfica (SOBREIRO FILHO, 2015). Nessa acepção, valoriza-se o espaço social “[...] contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado

continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais [...]." (FERNANDES, 2005, p. 274).

Segundo Fernandes (2005), devido à sua multidimensionalidade, o espaço apresenta qualidades que são causa e consequência dessa característica, sendo elas: a composicionalidade, a completitude e a completividade. O primeiro refere-se ao fato de que este só compreende e pode ser compreendido considerando todas as dimensões que o compõem em sua totalidade. Assim, essa simultaneidade, em movimento constante, manifesta as propriedades dialéticas do espaço "em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega". Ou seja, o espaço é uma completitude a partir da sua "qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte". (FERNANDES, 2005, p. 274).

Ao considerar o espaço social como uma dimensão do espaço geográfico, temos a qualidade da completividade. Assim, há uma relação de complemento entre o espaço social, o espaço geográfico e todos os outros tipos de espaços. E é essa relação que garante o caráter de composicionalidade, na qual as dimensões são, igualmente, espaços completos e completivos. (FERNANDES, 2005). Sobre composicionalidade e totalidade, Sobreiro Filho (2015), destaca a contribuição de Santos (2012) na construção teórica do conceito de espaço definindo-o como sendo "[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (SANTOS, 2012, p. 63).

Pode-se dizer que esta concepção de espaço de Santos (2008) contempla de maneira clara as ações dos movimentos na produção e transformação do espaço de modo que, sobretudo como geógrafos, não podemos dissociar sujeito-espaço. Além disso, as contradições, as conexões e os conflitos também são elementos integrantes da totalidade, assim como temporalidade. (SOBREIRO FILHO, 2015, p. 5).

Nesse sentido, outra contribuição teórica acerca do conceito de espaço é de Massey (2004), ao defini-lo enquanto um produto de inter-relações, com a possibilidade de existência da multiplicidade e nunca finalizado.

1. O espaço é um **produto de inter-relações**. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.
2. O espaço é a esfera da possibilidade da **existência da multiplicidade**; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz.
3. Finalmente, e precisamente *porque* o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas *que precisam ser efetivadas*, ele **está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado**. (MASSEY, 2004, p. 8, grifo nosso).

Essa acepção de espaço é importante, pois denota que as relações não foram esgotadas, dessa maneira, não se apresenta uma simultaneidade completa e sim em constante processo de construção. As qualidades e acepções sobre espaço apresentadas ressaltam a importância da ação na produção e transformação do espaço, sendo que essas ações podem partir de diversos agentes produtores do espaço, Carlos (2011) destaca a sociedade, o Estado, o capital e os sujeitos sociais enquanto tais.

Focalizando a sociedade como sujeito da ação consciente, o Estado como aquele da dominação política, o capital em suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, que são o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, tais como o mercado imobiliário), e, por fim, os sujeitos sociais que, em suas necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. (CARLOS, 2011, p. 70).

Segundo Löw (2013, p. 29), sobre a ação, enquanto constitutiva do espaço, "os seres humanos não agem nem de modo individualmente singular nem de maneira amplamente idêntica", então, "os espaços podem tornar-se relevantes de diferentes maneiras, para cada grupo social". Essas ações são dotadas de intencionalidades que são influenciadas pelas concepções ideológicas, políticas e condição socioeconômica dos sujeitos e, por isso, se diferem.

Nessa perspectiva, os movimentos "[...] são produtores, construtores e transformadores diretos e indiretos do espaço material e imaterial." (SOBREIRO FILHO, 2015, p. 4). Diretos, devido ao perfil dos membros que o compõe, cujas ações desdobram-se nos diversos espaços; indiretos, através das disputas políticas que agem sobre a ordem e as relações socioespaciais, em suas diversas escalas. E também concomitantemente, direto e indireto, em casos de resistência e (re)existências, por exemplo.

A produção direta tem sua base na própria composicionalidade dos movimentos socioespaciais, ou seja, nos perfis que os compreendem (trabalhadores, camponeses, indígenas, etc.) e objetivam suas ações nos espaços e, conseqüentemente, em seus territórios, paisagens, lugares ou alhures. Do outro lado, a produção indireta se dá por meio das disputas políticas que permeiam e ditam os contratos e políticas que regem ou alteram a ordem e as relações socioespaciais em distintas escalas. Ademais, ambas podem se complementar tal como nas resistências e (re)existências. (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 104).

Dessa forma, os movimentos socioespaciais enquanto agentes de produção, consumo e transformação do espaço são requisitos e condicionantes das condições socioespaciais. Assim, a formação, existência e as ações dos movimentos estão, diretamente relacionadas com o espaço e as relações socioespaciais. Por isso, sua relação

intrínseca e conflitante com os agentes hegemônicos e demais que regulam a produção do espaço e alimentam a luta de classes é essencial no processo de transformação socioespacial para além do modo capitalista de produção. (SOBREIRO FILHO, 2016).

Então todos os movimentos são socioespaciais, até mesmo os socioterritoriais. O que os difere é que os movimentos socioterritoriais "tem o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência" (FERNANDES, 2005, p. 280). Sendo o território um espaço geográfico específico que a partir de determinadas relações sociais é mantido por uma forma de poder.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 277).

Esse processo de produção do espaço se dá a partir da relação entre sujeitos, as relações sociais estabelecidas e a ação resultante. Nesse processo a relação estabelecida é de interdependência, ou seja, as relações sociais determinam a ação resultante ao mesmo tempo em que a ação determina se essas relações sociais serão modificadas ou mantidas. Ou seja, as relações sociais, ao se materializarem, não só produzem e transformam espaços, como também são produzidas e transformadas por estes.

Ao tratar da produção do espaço, Sobreiro Filho (2016) analisa os sentidos da palavra produção em Marx e em Lefebvre, destacando o par dialético produção-consumo. O autor ressalta que Marx não considerou em suas análises, o espaço enquanto objeto direto de análise e também as várias compreensões sobre consumo apresentadas. Entretanto, essas ressalvas não anulam a contribuição deste para a definição de produção do espaço. Adequando, assim, algumas considerações sobre esse par dialético:

[...] 1) a produção do espaço é imediatamente consumo do espaço assim como o consumo do espaço é imediatamente produção do espaço; 2) o espaço, como produto, só se efetiva no seu consumo e vice-versa; 3) a produção do espaço cria também tanto consumidores quanto formas de consumo do espaço e processos que produzem e expressam também a desigualdade socioespacial; 4) a produção do espaço produz determinado tipo de espaço para determinado tipo de consumidor; 5) a relação entre agentes produtores de espaço e consumidores é de significativa interdependência assim como produção-consumo; etc. (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 28).

A análise desse par dialético coloca em discussão a condição do espaço enquanto mercadoria, essencial para compreendermos "[...] as contradições que configuram o

estranhamento socioespacial [...]" (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 29). Sendo assim, concordamos que há uma tendência na qual o valor de troca dos espaços sobressai ao valor de uso, subordinando a apropriação e os modos de uso deste ao mercado. Porém, ao mesmo tempo em que há essa subordinação no processo de reprodução espacial, também há a articulação do plano de reprodução da vida, com isso o espaço se reproduz enquanto lugar, sendo esse processo incluso na racionalidade homogeneizante e também como uma possibilidade de fuga dessa racionalidade, apontando as singularidades desses espaços. (CARLOS, 1999). E é nessa articulação que se expressam as desigualdades socioespaciais e se dá a importância dos movimentos enquanto caminho de transformação socioespacial tensionando essas relações e processos. Sob essa ótica, analisaremos os *rolezinhos* enquanto movimento socioespacial, primeiramente, com a sua contextualização e as características aparentes abordadas pela mídia.

“E no face expandiu e todo mundo quis colar, explanou pro Iguatemi e lá pro Shopping JK” – um aparente encontro entre jovens

Em 2013, os *shopping centers* foram destaque na mídia com a ocorrência de *rolezinhos* em diversas cidades do país. Segundo Costa e Barbosa (2016, s.p.):

Rolés e rolezinhos são expressões que passaram a definir encontros marcados por jovens para invenção de territorialidades de celebração. Atribuídos geralmente aos jovens de favelas e periferias urbanas, notadamente aos vinculados às estéticas do *funk*, os rolés ganham a dimensão de insurgências diante da proibição e criminalização de bailes e festas por eles protagonizados. Os rolés e rolezinhos passam então a se constituir como marcações de corporeidades estéticas que, embora de duração efêmera, tornam-se emblemáticas porque definem as presenças que enfrentam invisibilidades e interdições impostas.

A prática do encontro entre jovens em *shopping centers* não é novidade, mas o que chamou a atenção foi à presença em grande número destes a partir da criação de eventos em redes sociais. O primeiro encontro¹ de grande repercussão ocorreu no dia 08 de dezembro de 2013 no Shopping Metrô Itaquera, zona leste de São Paulo. Com a presença aproximada de seis mil jovens, o tumulto² ocasionado fez com que algumas lojas fechassem e o *shopping center* encerrasse o expediente mais cedo. Na semana seguinte ocorreu o

¹Conheça a história dos 'rolezinhos' em São Paulo. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

²As reportagens vinculavam esses encontros à uma imagem de tumulto e bagunça, devido a presença de grande número de jovens ao som de músicas do *funk*. Na verdade, esse comportamento é uma forma de visibilidade para esses jovens, contrariando as "normas de conduta" esperada nesses espaços.

segundo encontro com cerca de 2,5 mil jovens no Shopping Internacional de Guarulhos. Os encontros continuaram e em todos os episódios, as administrações dos empreendimentos acionaram a polícia militar e com a frequente ocorrência, alguns entraram com ações judiciais para impedir. Esses encontros não foram restritos a São Paulo, ocorreram também em Curitiba-PR, Dourados-MS, Franca-SP, São José do Rio Preto-SP, Ribeirão Preto-SP e outras cidades.

Para compreendermos o contexto em que se deram esses encontros, precisamos retomar a conjuntura daquele momento. O ano de 2013 foi marcado por diversas manifestações de repercussão nacional e internacional, inicialmente motivadas pelos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre³ (MPL), em São Paulo, que reivindicavam a redução das passagens nos transportes públicos. Tanto esses protestos quanto os *rolezinhos* apresentam três características em comum: a articulação e organização por redes sociais, os protagonistas são jovens e denunciam as desigualdades vividas no cotidiano desses sujeitos.

Tanto os protestos de junho como os *rolezinhos* usaram a mídia social para se organizar e ignoraram completamente as formas instituídas de representação e organização política. Ambos foram protagonizados por jovens e têm suas raízes no seu cotidiano, em uma cidade estruturada para segregar e reproduzir desigualdades. Tanto uns como outros aumentaram sua amplitude e visibilidade no momento em que foram reprimidos pela polícia. Ambos contestam autoridades constituídas e modos de regulação e separação preexistentes. (CALDEIRA, 2014, p.19).

Entretanto, o fato que nos ajudou a compreender a ocorrência desses *rolezinhos* é anterior a 2013. Desde o início do Governo Lula, o Brasil passou por um processo de crescimento pautado em políticas de inclusão social e acesso ao crédito, tendo o consumo como destaque na inclusão social. "Segundo dados oficiais, de 1999 a 2009, 31 milhões de pessoas deixaram a chamada "classe D" e entraram para a classe média⁴ do Brasil. Entre 2003 e 2009, cresceu 24 milhões de pessoas". (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2014, s. p.).

Por serem empreendimentos privados de acesso livre, esses estabelecimentos entraram com ações judiciais que autorizaram, em alguns casos, a proibição da entrada de adolescentes desacompanhados, o que serviu para selecionar o público desses

³O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. Fonte: Em sete pontos, o Movimento Passe Livre explica quem é, o que pretende e como está organizado. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁴Essa informação denota a importância econômica dessas políticas de inclusão social e de acesso ao crédito, entretanto discordamos da ideia de ascensão social, considerando o consumo como principal argumento. Na verdade, essa "suposta classe C na verdade 'representa uma reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora" (SOUZA, 2013, p. 33).

empreendimentos estigmatizando esses jovens. Mesmo com essas repressões, os *rolezinhos* continuaram e, dentre as várias cidades que tiveram esses encontros, Ribeirão Preto é um exemplo de como esse movimento sofreu repressões, mas resistiu. Nessa cidade⁵, o primeiro *rolezinho*⁶ ocorreu dia 08 de janeiro de 2014 e também foi destaque na imprensa da região. O movimento permaneceu realizando encontros em *shopping centers*, todavia, dia 20 de março de 2015⁷, a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Ribeirão Preto encaminhou a Portaria N° 01/15 para o Ministério Público proibindo o acesso e a permanência de jovens menores de 15 anos nas dependências dos Ribeirão Shopping e do Santa Úrsula, nos dias de sexta-feira, sábado e domingo, sem o acompanhamento de seus pais ou responsáveis legais, sob justificativa de que estes estariam promovendo desordens e tumulto, criando situação de risco e insegurança para eles mesmos. Ao se verificar que não ocorreram mais tumultos, no dia 16 de março de 2015, foi encaminhada a portaria N°02/15, na qual o acesso se restringia aos menores de 13 anos. A proibição foi anulada em junho, porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu que tal medida ia contra os direitos das crianças e adolescentes.

Após a anulação da proibição o movimento retomou a prática de encontros nesses espaços e, principalmente, aos sábados sempre é esperado um público maior de jovens no Ribeirão Shopping e nas quartas-feiras no Santa Úrsula Shopping. A última notícia⁸ vinculada sobre esse movimento foi de um encontro que ocorreu no dia 02 de novembro de 2016, com a presença de aproximada de 200 jovens, no qual a polícia militar foi acionada para dispersá-los. Cabe ressaltar que nesse dia o maior fluxo não se justifica somente pela presença dos jovens, mas também por ser feriado.

Assim sendo, a mídia noticiou esses eventos como um encontro entre jovens da favela e/ou da periferia urbana, com características de vestimentas que remetem à cultura do *funk*, que causam tumulto e bagunça nos *shopping centers*. Mas e para além das características aparentes, qual foi o objetivo desses encontros? O que causou tamanho estranhamento, o coletivo de jovens ou a origem deles? Afinal, o que há por trás do movimento denominado *rolezinho*?

⁵Município localizado a, aproximadamente, 350 km de São Paulo, há quatro *shopping centers*: o Ribeirão Shopping, Novo Shopping, Santa Úrsula Shopping e Shopping Iguatemi.

⁶Jovens marcam 'rolezinho' para este sábado em Ribeirão. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/policia/NOT,2,2,916532,Jovens+marcam+rolezinho+para+este+sabado+em+Ribeirao.aspx>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

⁷Veto a 'rolezinhos' em shoppings de SP fracassa na Justiça. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1686893-veto-a-rolezinhos-em-shoppings-de-sp-fracassa-na-justica.shtml>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

⁸Consumidores Falhos: exclusão social num shopping de Ribeirão Preto: Disponível em: <<http://justificando.com/2016/11/11/consumidores-falhos-exclusao-social-num-shopping-de-ribeirao-preto/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

“Alô noticiários, vocês vão ter que me engolir, isso é direito do povo de poder se divertir” – desvendando os *rolezinhos*

Inicialmente destacamos que, apesar dos *rolezinhos* terem sido noticiados a partir de 2013, esses encontros ocorrem desde 2007, onde os *famosinhos* – jovens que possuem perfis nas redes sociais com milhares de seguidores – marcavam encontros de fãs nos *shopping centers* para conhecer os seus seguidores. Dessa forma, um dos equívocos da mídia foi noticiar esses encontros com foco na presença desses jovens, negando o elemento que realmente merece destaque que é o poder de mobilização destes. Considerando que esse equívoco foi intencional e o posicionamento adotado pela administração dos *shopping centers* a mensagem passada foi de que esses jovens não são bem-vindos nesses espaços. Mas quem são esses jovens? O que os diferem dos demais consumidores desses espaços?

Para superar a visão reducionista dos *rolezinhos* enquanto um simples encontro de jovens se faz necessário ir além do aparente que aponta para estes como “vilões” e buscar compreender o seu real significado. Assim, independente da cidade⁹ em que ocorreram e/ou ainda ocorrem os *rolezinhos*, quatro características são comuns: os encontros foram marcados via redes sociais, protagonizados por jovens, ocorreram nos finais de semana e em *shopping centers*. Há ainda um elemento mais amplo que conecta essas características, o consumo, em duas perspectivas: primeiro pela influência cultural do *funk* ostentação, nos tipos de roupas e marcas consumidas por esses jovens e, segundo, porque a materialização desses encontros se deu em *shopping centers*.

Esses jovens apresentam sua identidade cultural vinculada ao *funk* ostentação, no qual a apologia ao consumo é também uma forma de mostrar que se melhorou de vida (melhora de vida relacionada ao aumento do potencial de consumo) e a marca serve para celebrar isso. Com um estilo *chavoso*, além do *funk* outra característica marcante é o uso de óculos, bonés, relógios, camisetas e tênis de marcas ou imitações com cores chamativas e fluorescentes com o objetivo de chamar a atenção. (ROLEZINHO, 2014). Sendo assim, o consumo apresenta um valor simbólico de sucesso e uma condição para a felicidade.

O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (BAUMAN, 1998, p. 55-56).

⁹O número de jovens presentes nesses encontros altera segundo o porte da cidade onde ocorreu o encontro, mas não anula a importância desse movimento.

Nesse sentido, Baudrillard (2010), afirma que a lógica social do consumo apresenta dois aspectos fundamentais: como um sistema de linguagem e enquanto elemento de diferenciação social. Para esses jovens, andar na moda é uma referência do que você é e exerce a função de interação “se todo mundo tem, você tem que ter para interagir com os outros”. (ROLEZINHO, 2014).

1. Como *processo de significação e de comunicação*, baseado num código em que as práticas de consumo vêm inserir-se e assumir o respectivo sentido. O consumo revela-se aqui como sistema de permuta e equivalente de uma linguagem, sendo abordado neste nível pela análise estrutural.
2. Como *processo de classificação e de diferenciação social*, em que os objectos/signos se ordenam, não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia. Nesta acepção, o consumo pode ser objecto de análise estratégica que determina o seu peso específico na distribuição dos valores estatutários (com a implicação de outros significantes sociais: saber, poder, cultura, etc.). (BAUDRILLARD, 2010, p. 66).

À vista disso, o consumo enquanto referência simbólica é uma forma de se distinguir e/ou de se assemelhar a um grupo específico, assim, ao mesmo tempo em que esses jovens se assemelham a esse grupo, acabam por se distinguir de outros que apresentam o perfil mais comum desses espaços. Em um documentário feito pelo TV Folha, Renato Meirelles, Presidente do Instituto de Pesquisa Data Popular, afirmou que esses jovens representam a “nova classe média brasileira”, filhos de pessoas que no passado não tinham condições de consumir e que hoje tem. Se também apresentam potencial de consumo, o Mc Chaverinho questiona: “Por que o filho do *playboy* pode ir e eu não? Por que o pai dele pode pagar? Mas eu também posso pagar.” (ROLEZINHO, 2014). Portanto, apesar das diferenças culturais, os jovens que compõem os *rolezinhos* também são consumidores em potencial. Ainda que suas letras façam apologia ao consumo, que não pode ser interpretado como sinônimo de violência, também representa uma perspectiva de futuro para esses jovens, com diz o Mc Chaverinho “mas tem que ter união, respeito em todas quebradas que o *funk* virou cultura e exemplo pras molecada”. E a forma como foi o *funk* foi apresentado pela mídia durante esses episódios, criminalizando-os, só reforça o seu posicionamento discriminatório.

Sobre os encontros, o Mc Chaverinho, explica que o confronto que ocorreu no Shopping Metro Itaquera, em 2013, foi porque o *shopping* não suportou o número de jovens e os seguranças acharam que era um arrastão e os trataram com agressividade ocasionando o confronto. (ROLEZINHO, 2014). Assim, não é a intenção, tampouco a estratégia de ação do movimento qualquer forma de vandalismo ou violência, porém os casos de roubos registrados estão ligados ao movimento de massa, no qual há pessoas mal intencionadas, mas que não representam o movimento, e que pode ocorrer também em

festas e *shows*, não sendo uma característica exclusiva dos *rolezinhos*. Deste modo, a intenção do movimento era o encontro dos *famosinhos* com os fãs, porém, devido ao poder de mobilização destes, atingiu proporções maiores e não esperadas, “Foi convocado só os fãs, os amigos e as paquera pra fazer um *rolezinho* no *Shopping* Itaquera. E no face expandiu e todo mundo quis colar, explanou pro Iguatemi e lá pro *Shopping* JK”. (Mc Chaverinho, “Rolezinho”, 2013). Além disso, representa a prática de ir ao *shopping* como uma opção de lazer que combina o encontro com os amigos, com a paquera e ainda uma forma de lazer mais barata que as baladas.

Alô Jovem que está solteiro e não quer ficar sozinho.
Vem pro Rolezinho, vem pro Rolezinho.
Se não quer ir pra balada gastar todo o dinheirinho.
Vem pro Rolezinho, vem pro Rolezinho.
E na paz sem destruir os moleques estão comigo.
Vem pro Rolezinho, vem pro Rolezinho. (Mc Chaverinho, “Rolezinho”, 2013).

Por conseguinte, a materialização desses encontros em *shopping centers* não foi uma escolha aleatória, “Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os *shopping center* e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais”. (SANTOS, 2012b, p. 48). Com isso, a localidade expressa e é expressão dos conflitos (SOBREIRO FILHO, 2016), dotados de intencionalidades, nesse caso, representando uma relação de negação a esses jovens, mas que também influencia na sua identidade que tem o consumo como elemento simbólico.

Sendo esse espaço também um dos principais símbolos do consumo, nele se forma uma justaposição de ações, identidades e representações que complexificam as relações socioespaciais, uma vez que, apresenta-se enquanto um elemento do processo de homogeneização. Esse processo refere-se à globalização que “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. (IANNI, 1996, p. 11). No entanto, em sua essência, é o universo das “diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos”¹⁰. Dessa forma, os *shopping centers* criam uma inclusão imaginária, no qual todos podem ter acesso visual às mercadorias expostas, porém a exclusão é consolidada pelos diferentes níveis de consumo. Nesse caso, temos a combinação entre o consumo *do* espaço e o consumo *no* espaço no processo de (re)produção do espaço que expressa a desigualdade socioespacial.

A estética do *shopping* iguala não do ponto de vista dos preços, mas do ponto de vista estético de sua disposição cenográfica. É um paraíso do

¹⁰Ibid., p. 27.

contato direto com a mercadoria. Por isso, o *shopping* é imaginariamente inclusivo, embora os diversos níveis de consumo sejam excludentes. Pelo ângulo da inclusão imaginária, o *shopping* cria o espaço da comunidade de consumidores cujos recursos são desiguais, mas que podem ter acesso visual às mercadorias em exposição de um modo que as velhas ruas comerciais socialmente estratificadas não permitem. As mercadorias do *shopping* fingem não estar estratificadas, embora seja óbvio que se agrupam segundo variações de situação social. (SARLO, 2014, p. 9-10).

Nessa combinação, quando os jovens só “querem dar um rolê no *shopping* dos *playboy* da zona sul com a galera da zona leste e ser bem recebido” (ROLEZINHO, 2014), evidenciam e tensionam essas desigualdades socioespaciais produzidas e reproduzidas nos espaços de consumo. Diante disso, questiona-se: o jovem da periferia que é briguento ou o *shopping*? Por que na periferia não tem briga e no *shopping* tem? (ROLEZINHO, 2014).

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, que por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólicas (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, de poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. (BOURDIEU, 2007, p. 11-12).

Portanto, podemos afirmar que a realização desses encontros em *shopping centers* é simbólica pelo que representa enquanto espaço que “os nega” e como possibilidade parcial do “direito à cidade”. Assim, no momento em que os jovens se reúnem nesses espaços denunciando essas desigualdades socioespaciais, em busca da democratização desses espaços de consumo, temos um movimento socioespacial que se reafirma em cada prática de resistência e permanência.

Ainda que consigamos identificar as principais pautas desse movimento, é inegável que há questões mais amplas como pano de fundo, além da questão de classes, temos questões étnico-raciais também. Nesse sentido, Antonio Pinto, Secretário de Igualdade Racial de São Paulo, ressalta que, no caso de São Paulo, mesmo que não haja um *apartheid* institucionalizado, você entra em um *shopping* de alto padrão e não vê negros, indígenas ou moradores da periferia. Sendo esses jovens também consumidores, os *shoppings* ainda não aprenderam a tratá-los como tal, apesar da distância cultural, não há nenhuma intenção de aproximação. (ROLEZINHO, 2014). Dentro desse pano de fundo, mesmo que sem vinculação direta ao movimento dos *rolezinhos*, mas que representa as diversas faces das desigualdades socioespaciais (re)produzidas por esses espaços de

consumo, cabe enfatizar uma manifestação que ocorreu em agosto de 2000, nem um *shopping* da zona sul do Ribeiro de Janeiro.

Segundo o líder do MTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos), Eric Vermelho, o objetivo dessa manifestação foi tornar a miséria visível, “Queríamos mostrar à burguesia que existe miséria no Estado, que existem famílias que não têm onde morar, nem o que dar aos filhos no Natal. Num shopping da zona sul tornaríamos nosso movimento visível para as autoridades. Temos esse direito”. Quando os manifestantes chegaram ao local, foram recebidos por policiais e as lojas começaram a fechar as portas, por isso, uma das ações foi impedir o fechamento e também ocuparam a praça de alimentação e serviram pão com mortadela aos manifestantes. Elizabeth da Silva, uma das manifestantes, relatou que além de olharem com cara feia, impediram até o uso dos banheiros, até mesmo para as crianças e questiona: “Cadê o país livre? O direito de ir e vir? Direitos Humanos só serve para quem tem direito e a gente não tem nada.” (HIATO, 2008).

Nesse caso, a manifestação também foi criminalizada, Claudionor Magalhães que participou da manifestação, inclusive menciona que tinha mais policial no *shopping* do que no morro, “pensaram que éramos vândalos e quebraríamos tudo, mas se deram mal, fomos lá só pra conhecer o *shopping*.” É muito emblemático o ato de ir “conhecer o *shopping*”, uma vez que, é uma prática tão comum do cotidiano. Dessa forma, Ivana Bentes, professora de Comunicação, ressalta que quando se trata de pessoas de outro grupo social nesse espaço, há uma reação de pânico e a resposta é seguida de ações de repressão. A presença desses manifestantes atravessa uma parede invisível que é delimitada por regras invisíveis, e funciona como uma força desestabilizadora, “onde está escrito que devemos ir com determinada roupa em determinado *shopping*? (HIATO, 2008).

Essa manifestação denunciou, segundo Silvio Tindler, as desigualdades e as perversidades do globalitarismo, confrontando o mundo do consumo com o mundo dos despossuídos. Além de ressaltar as contraditórias faces do processo de desigualdade socioespacial, no qual há discriminação também dos pobres que trabalham no *shopping* - e sentem-se pertencentes a esse lugar - com os manifestantes, como Claudionor Magalhães relatou: “O patrão mandou fechar a loja e não olhar com nojo, recriminando a gente. As vendedoras assalariadas, ganham por comissão, pobres, pagam aluguel, andam de ônibus. Quem mora nos condomínios próximos não trabalha lá. Sendo recriminado não só pelos ricos, mas pelos pobres que também trabalham no *shopping*”. (HIATO, 2008).

Nessa lógica, o movimento dos *rolezinhos* também denuncia as desigualdades socioespaciais, porém inseridos no mundo do consumo, mas não reconhecidos enquanto membros da sociedade de consumo. Por isso, o *rolezinho* enquanto movimento socioespacial produz, consome e transforma o espaço diretamente, no momento em que a

sua composicionalidade se faz presente no espaço que “os nega” e indiretamente pelo objetivo político e ações de resistência perante as relações socioespaciais impostas. De tal modo que enquanto as ações da mídia e das administradoras dos *shopping centers* dizem que esses jovens não são bem vindos a esses espaços, as ações de resistência do movimento respondem: “Alô noticiários, vocês vão ter que me engolir, isso é direito do povo de poder se divertir” (Mc Chaverinho, “Rolezinho”, 2013).

Diante do ocorrido, em 2014, foi criada a Associação Rolezinho A Voz do Brasil, que tem como objetivo valorizar a cultura de juventude e a ocupação e o uso dos espaços públicos com segurança e respeito. Em parceria com a prefeitura de São Paulo, a Associação organizou eventos que valorizam a cultura de juventude em espaços públicos, como o Parque Ibirapuera e na comunidade. Esses eventos não foram noticiados pela mídia na mesma proporção dos encontros realizados nos *shopping centers*. Porém, ainda há a expectativa de retomar os encontros nesses espaços, estabelecendo parcerias com as administradoras, “um dia vamos conseguir ser bem recebido no *shopping*”. (ROLEZINHO, 2014).

Ao realizar os eventos em espaços públicos, o movimento extrapola o espaço de ação inicial. Se antes afirmavam aos demais consumidores dos *shopping centers* que eles também são membros da sociedade de consumo, ao utilizarem os espaços públicos também como espaços de ação, afirmam à cidade que também existem e além do reconhecimento nos espaços de consumo, buscam o reconhecimento na cidade, enquanto um “direito à cidade” mesmo que parcial. Parcial, porque o “direito à cidade” é a forma superior dos direitos que para conquistá-lo, perpassa por outras esferas, como o direito ao habitar e à liberdade, por exemplo. Fato esse que ressalta a importância dos demais movimentos como caminho para a transformação socioespacial e obtenção do direito à cidade em sua plenitude.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2013, p. 134).

Assim, no momento em que os jovens que compõem os *rolezinhos* se reúnem nesses espaços, tensionando as desigualdades socioespaciais no espaço mais simbólico da sociedade de consumo, ganham visibilidade devido à ação coletiva e tornam-se um movimento socioespacial enquanto agente que produz, consome e transforma o espaço que se reafirma como tal a cada ação de resistência e permanência diante das ações de

opressão tanto da mídia como das administrações dos *shopping centers*, lojistas e consumidores.

As possibilidades de transformação socioespaciais desse movimento se dão pelas práticas espaciais de cada sujeito que o compõe, sendo toda prática espacial uma prática social que materializa pelo deslocamento dos sujeitos pela cidade e que definirá a relação dos sujeitos com os lugares, é a partir dela que o sujeito se apropria do espaço. Ao tratarmos das práticas espaciais, a escala de análise é a do cotidiano. Sobre o cotidiano, Lindón (2006) propõe que este não seja considerado como fim, mas como algo que se realiza a partir da relação entre espaço e sociedade. Deste modo, não podemos reduzir o cotidiano a um simples receptáculo, é nele em que os sujeitos estão em constante processo de ressignificação que reflete em transformações socioespaciais.

A complexidade do cotidiano está na sua totalidade – considera os momentos da realização do trabalho, da vida privada, do lazer, do deslocamento e outros – e pela combinação entre a dimensão subjetiva, os espaços de vida, e a dimensão objetiva, representado pelos espaços do capital, “la vida cotidiana está enajenada y los espacios de vida sobre todo son los espacios del capital o los que el capital controla” (LINDÓN, 2006, p. 376), assim, as diferentes temporalidades cotidianas denotam o processo de reprodução do capital ao qual o cotidiano está subordinado. Dessa forma, as práticas socioespaciais que se realizam no cotidiano estão ligadas a uma ordem mais ampla e fortemente burocratizada. Mas a importância de considerarmos esse processo é que os sujeitos estão inseridos nessa lógica de formas desiguais, entretanto há uma ilusão de homogeneidade e essas diferenças são sentidas somente no cotidiano de cada um.

A vida cotidiana, nessa perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida nos momentos da realização do trabalho, da vida privada, do lazer, dos deslocamentos - todos a partir de espaços-tempos diferenciados e lugares onde a reprodução se realizaria. No plano da prática social, deparamo-nos com a instauração do *cotidiano*, enquanto construção da sociedade que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchido por repressões e coações que tornam a vida a um só tempo atomizada e superorganizada, posto que campo da autorregulação voluntária e planificada. (CARLOS, 2011, p. 84).

Há ainda a intencionalidade em cada prática, resultante de ações propositivas e receptivas que atuam no processo de produção e transformação do espaço. A intencionalidade da relação que criou determinado espaço reduz a representação deste à sua unidimensionalidade, assim quando ocorrem relações distintas das iniciais há um tensionamento, reflexo das diferentes leituras socioespaciais dos sujeitos e foi o que ocorreu com os *rolezinhos*.

Essa determinação é uma *ação propositiva* que interage com uma *ação receptiva* e a representação do espaço como fração ou fragmento se

realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. (FERNANDES, 2005, p. 275).

Assim sendo, o cotidiano apresenta dupla importância, a primeira enquanto dimensão das ações de luta e resistência, tanto nas ações coletivas como individuais e a segunda por também ser a dimensão em que se expressa às desigualdades socioespaciais. Nesse aspecto, uma característica fundamental desse movimento é que ao mesmo tempo em que exigem o reconhecimento e a visibilidade nesses espaços de consumo e, consequente, conquista parcial ao “direito à cidade”, esses jovens mantem e valorizam o *funk* ostentação como identidade cultural. Dessa forma, lutam pelo consumo do espaço e, sem necessariamente, consumir os mesmos produtos que os demais consumidores, com isso há o enfrentamento também cultural em busca da democratização dos espaços de consumo. Sendo assim, resistem e negam-se à homogeneização cultural tão característica dos *shopping centers* e esse fato mostra-se enquanto caminho para a transformação socioespacial. À vista disso, a ação coletiva enquanto unidade política é um recurso essencial para o movimento, porém o ato de estar nesses espaços, mesmo que individualmente, e mantendo suas características culturais – não é por que o jovem usa boné ou escuta *funk* que é mal intencionado - também é um objetivo político e uma ação de luta e resistência. Assim, podemos afirmar que esse é um movimento socioespacial do cotidiano.

Considerações Finais

Para compreendermos os *rolezinhos* enquanto movimento socioespacial do cotidiano perpassamos nossa análise pela conjuntura política, econômica e social do país. Desde os anos 2000, o Brasil tem passado por um período de intenso crescimento pautado em políticas de inclusão social e acesso ao crédito, tendo o consumo como elemento de inclusão. Em 2013, ocorreu uma série de manifestações de repercussão nacional e internacional, inicialmente, motivados pelos protestos organizados pelo MPL, em São Paulo, que reivindicavam a redução das passagens nos transportes públicos. Tanto esses protestos quanto os *rolezinhos* apresentam três características em comum: a articulação e organização por redes sociais, os protagonistas são jovens e denunciam as desigualdades vividas no cotidiano desses sujeitos.

Partindo do pressuposto de que os movimentos socioespaciais são agentes que produzem, consomem e transformam o espaço a partir das ações de luta, resistência e permanência, valorizando o espaço social, no qual é criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais e considerando: a) o poder de mobilização dos *famosinhos* nas redes sociais que se conformaram na ação coletiva dos *rolezinhos*; b) o *funk* ostentação como identidade cultural desses jovens; c) a materialização desses encontros no *shopping center*, principal representação do consumo atual, é simbólico porque é o espaço que “os nega”, denunciando as desigualdades socioespaciais desse espaço, mas que também influencia na construção da sua identidade; d) esse encontro evidencia e tensiona as desigualdades socioespaciais (re)produzidas por esses espaços; e) a valorização do consumo *do* espaço; f) há questões mais amplas como a luta de classes e questões étnico-raciais; g) as ações de luta e resistência desse movimento se dão pela presença da sua composicionalidade nesses espaços, ampliando a sua visibilidade e pelo objetivo político de questionar as relações socioespaciais impostas; h) o local de ação do movimento amplia-se do *shopping center* para espaços públicos, assim, esses jovens não exigem somente o reconhecimento do seu pertencimento na sociedade de consumo, mas também na cidade; i) apesar da ausência de uma articulação direta e de uma estrutura organizacional responsável por todos os *rolezinhos*, os primeiros encontros noticiados em São Paulo despertaram jovens de outras cidades a realizar *rolezinhos*. Podemos afirmar que os *rolezinhos* são um movimento socioespacial.

Em suma, os *rolezinhos* contestam a lógica de exclusão que é promovida pelos *shopping centers* que além de social é também cultural e combatem as relações socioespaciais impostas, a partir de ações coletivas de luta e resistência nesses espaços. Assim, as conquistas desse movimento não estão atreladas a reivindicar um território, mas democratizar os espaços de consumo, através da reivindicação do reconhecimento e da visibilidade destes enquanto membros da sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que mantem sua identidade cultural atrelada ao *funk* ostentação. Nesse sentido, ao valorizar o consumo *do* espaço, mostram-se como caminho para a transformação socioespacial valorizando o valor de uso acima do valor de troca. Esse movimento é do cotidiano, pois é nessa dimensão que se dão as conquistas, mas também os tensionamentos e são as ações do cotidiano que evidenciam as desigualdades socioespaciais da sociedade atual e esse movimento simboliza uma denúncia ao processo que está ocorrendo.

Referências

BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. 2ª edição. Lisboa: Edições 70. 2010.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALDEIRA, T. **Qual a novidade dos rolezinhos?** Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *CEBRAP*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n98/02.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. In DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 62-74.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, E.; BARBOSA, J. L. Rolezinho: territórios e territorialidades em ciberculturas. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, ano XI, 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/rolezinho-territorios-e-territorialidades-em-ciberculturas/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. V. 16, 2005, p. 273-284.

HIATO. Direção de Vladimir Seixas. Rio de Janeiro: GumeFilmes. 2008. (20 min.). Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UHJmUPeDYdg>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo: Centauro Editora. 2013.

LINDÓN, A. Geografías de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, D; LINDÓN, A (Orgs.). **Tratado de Geografía Humana**. Barcelona: Anthropos – UAM –I. 2006. p. 356 – 400.

LÖW, M. O spatialturn: para uma Sociologia do espaço. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 22, p. 17-34, Nov. 2013.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n.12, p.7-23, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**. São Paulo, v.1, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372/97108>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ROLEZINHO Made in Periferia. Produção de Beatriz de Souza Pusso; Claudia Stefanie Müller; Larisa Alves da Silva; Mariana Helena Ruy Ignácio; Nathalia Vanderley Lopes.

Coordenação da Profa. Dra. Ivete Cardoso Roldão. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som do CLC (PUC-Campinas). 2014. (28'53"). Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YkYWahmFqyU>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ROLEZINHOS do Funk. Direção de Caco Barcellos. São Paulo: Profissão Repórter. 2014. (28'51"). Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m-ra8K0Hadc>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SAIBAM quem são os jovens dos rolezinhos. Reportagem de Giba Bergamim Jr.; Giuliana Vallone; Márcio Neves. São Paulo: TV Folha. 2014. (8'50"). Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JMp-h54fweU>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SARLO, B. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. Tradução Monica Stahel. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes. 2014.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

_____. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **Geographos**. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, vol. 6, nº 73, p. 1-29.

SOUZA, J. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**. Sergipe, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/27/7>>. Acesso em 28 nov. 2016.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2016

Devolvido para a revisão em 15 de fevereiro de 2017

Aceito para a publicação em 15 de setembro de 2017.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n.

8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

- BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.
- JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.
- PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.
- SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.
- NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.
- VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.
- COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.
- ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.
- BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay**. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.
- PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade"**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.
- NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.
- COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio**. Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.
- SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.
- SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.
- LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.
- NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p.

53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária. Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa. Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.
- PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.
- LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.
- PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.
- ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.
- OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.
- CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.
- FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.
- ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.
- DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.
- SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.
- MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.
- JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.
- PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.
- ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana

- Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.
- REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.
- BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.
- VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.
- TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.
- ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.
- ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.
- CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.
- VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.
- CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.
- REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.
- MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.
- MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.
- HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.
- CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.
- OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhórance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

- CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.
- CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.
- CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.
- CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.
- COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio**. Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.
- CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.
- CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.
- CORREIA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.
- CORREIA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.
- COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.
- CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.
- CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

- CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.
- CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.
- CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.
- DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.
- DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.
- DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.
- DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015
- DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.
- Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária**. Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.
- DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.
- DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural**. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.
- DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo**. Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.
- ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.
- EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.
- EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.
- ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15, n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIZARAZO, Robinson Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

- MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.
- MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.
- MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.
- MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.
- MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.
- MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.
- MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.
- MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.
- MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.
- MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

- NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.
- NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.
- NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.
- NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.
- NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.
- OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.
- OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.
- OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.
- OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.
- OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.
- OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos en la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

- PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.
- PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.
- PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.
- PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.
- PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.
- PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.
- PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.
- PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.
- PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.
- PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.
- QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.
- RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.
- RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

- SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.
- SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.
- TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.
- TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.
- THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.
- TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.
- TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.
- TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.
- VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.
- VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.
- VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.
- VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.
- VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.
- VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.
- VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

- VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.
- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.
- VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.
- VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.
- VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.
- VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.
- VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.
- WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.
- WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.
- WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.
- WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.
- WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.
- WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.
- WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.
- ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.